

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CARLOS LEANDRO DA SILVA ESTEVES

**ESTADO E AGRICULTURA EM GOIÁS
Escritórios privados de consultoria e políticas públicas no
Governo Mauro Borges (1961-1964).**

**NITEROI,
Fevereiro de 2011.**

CARLOS LEANDDDRO DA SILVA ESTEVES

**ESTADO E AGRICULTURA EM GOIÁS:
Escritórios privados de consultoria e políticas públicas no Governo Mauro Borges
(1961-1964).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do grau de Doutor – Área de Concentração: História social/Contemporânea.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a MÁRCIA MARIA MENENDES MOTTA

Niterói
2011

CARLOS LEANDDDRO DA SILVA ESTEVES

**ESTADO E AGRICULTURA EM GOIÁS:
Escritórios privados de consultoria e políticas públicas no Governo Mauro Borges
(1961-1964).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do grau de Doutor – Área de Concentração: História social/Contemporânea.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Dalva Maria de Souza Borges
Universidade Federal de Goiás

Prof.^a Dr.^a Regina Ângela Landin Bruno
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA

Prof.^o Dr.^o Vanderlei Vazelesk Ribeiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^o Dr.^o Theo Lobarinhas Pinheiro
Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutorado nunca resulta unicamente do trabalho individual e solitário de seu autor. Embora a solidão tenha sido, não poucas vezes, a única companheira por longas horas de pesquisa e escrita, há um conjunto de pessoas e instituições que direta ou indiretamente, com maior ou menor participação, contribuíram para a realização deste trabalho ao longo de todo o seu percurso nos últimos quatro anos. Este é o espaço da tese reservado ao reconhecimento dessas pessoas, oportunidade que temos de dar-lhes nomes e prestarmos justa homenagem.

Em primeiro lugar devo expressar meu profundo agradecimento à minha orientadora, a Prof.^a Márcia Motta. Maior incentivadora de minha trajetória acadêmica, a Prof.^a Márcia Motta, exemplo de pesquisadora e historiadora, é a principal responsável pela minha formação de pesquisador e sempre será exemplo inspirador de capacidade intelectual e docente que pretendo levar comigo daqui em diante. Esta tese é a maior prova do respeito que a Prof.^a Márcia Motta dedica a seus orientandos, tanto pela abertura ao diálogo com referenciais teóricos muitas das vezes distintos de suas convicções intelectuais, quanto pela seriedade acadêmica com que conduz nossas escolhas e opções, sempre estimulando-as, jamais impedindo-as em favor de uma tese que seja mero reflexo de seu modo crítico de pensar a História. É na riqueza de reflexões complementares que se baliza a valiosa orientação que tive e que jamais saberei agradecer devidamente. Reitero a dívida eterna que tenho com a professora, orientadora e amiga.

Agradeço ao Núcleo de Referência Agrária(NRA), da UFF, do qual tenho imenso orgulho de fazer parte, pelo espaço de reflexões e debates sobre temas inequivocamente relevantes para a consolidação de uma historiografia sobre a problemática agrária brasileira, e que tem me proporcionado inúmeras contribuições intelectuais nesses últimos anos. Coordenado pela Prof.^a Márcia Motta e pelo Prof.^o Paulo Pinheiro Machado, o NRA conta hoje com um grupo cada vez mais rico em sua diversidade e modo de pensar o rural no Brasil. Agradeço a todos com quem pude dialogar ao longo desses anos no Núcleo, em especial aos professores Marina Machado, Francivaldo Nunes, Vanderlei Vazelesk, Marcio Both e Cristiano Christillino, companheiros com quem tenho tido a honra de dividir mesas em simpósios e colóquios.

Registro aqui um obrigado especial ao professor e historiador Euzébio Fernandes de Carvalho pelo auxílio valioso quando de minha pesquisa no Instituto de Pesquisa e Estudos

Históricos do Brasil Central(IPEHBC/UCG), em Goiânia. Sempre atencioso e disposto a colaborar, sua ajuda foi de extrema valia no ardoroso trabalho de consulta à documentação do Fundo Mauro Borges naquela instituição.

Deixo meu profundo agradecimento à Banca de Qualificação, nas pessoas das professoras Sonia Regina de Mendonça e Regina Bruno, pelas valiosas críticas e sugestões dirigidas a tese num momento importante de minhas reflexões. O resultado final alcançado deve muito a contribuição das professoras a quem devo sinceros agradecimentos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF por ter me dado a oportunidade de desenvolver esta tese ao aprovar meu projeto de pesquisa, e ter proporcionado ao longo desses últimos quatro anos totais condições para que eu pudesse concluir o doutorado. Sinto-me muito orgulhoso de ter feito parte de um Programa de Pós-Graduação em História de reconhecida referência no país.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico(Cnpq) pelos subsídios concedidos, sem os quais eu jamais poderia ter realizado este trabalho.

Por fim, e não menos importante, agradeço a minha esposa Lindinalva Esteves e meu filho Ícaro Esteves. Estes dois esteios são exemplos de fortaleza com que pude contar em todas as horas que precisei me ausentar ou me *fazer de ausente*, e não foram poucas. A eles, agradeço com amor e carinho por me darem condições de iniciar e concluir esta longa jornada.

*Aos meus pais Antonio Carlos e
Maria do Socorro pelos exemplos de
honestidade, trabalho e fé com que
me ensinaram a enfrentar a vida.*

RESUMO:

O trabalho tem como objetivo discutir a atuação da equipe de técnicos reunidos em torno do Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro(ETPAR), sob a coordenação do engenheiro Paulo de Assis Ribeiro, na elaboração e execução de um conjunto de medidas consubstanciadas em projetos para o agro em Goiás nos primeiros anos da década de 1960, período que correspondeu ao governo Mauro Borges Teixeira(1961-1964). Sob os auspícios do ETPAR pretendeu-se criar um *complexo de agências e órgãos estatais associados*(autarquias e empresas de economia mista) subordinado ao Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás(IDAGO), órgão responsável por viabilizar o projeto de *modernização* capitalista do agro goiano.

Tomando como ponto de partida o Estado de Goiás, pretendemos problematizar a atuação dos escritórios de consultoria na elaboração de políticas públicas para o agro a nível dos executivos estaduais, processo que contou com a presença de técnicos nos principais espaços de tomada de decisão no interior do Estado. O estudo da atuação do ETPAR em Goiás permite ainda lançar luz sobre o debate acerca dos projetos em disputa no momento da elaboração do Estatuto da Terra(1964), na medida em que Assis Ribeiro atuaria como um de seus principais articuladores. Partindo dessa perspectiva é possível afirmar que os pressupostos que orientaram a elaboração do Estatuto da Terra, bem como grande parte das medidas nele contidas, faziam parte do modelo de atuação planejado pelo ETPAR para ser executado pelo IDAGO em Goiás desde o início da década de 1960.

Palavras-chave: Estado; Goiás; Agricultura.

ABSTRACT:

The work has as objective to argue the performance of the team of technicians brought together about Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro (ETPAR), with the coordination of the engineer Paulo de Assis Ribeiro, in the elaboration and execution of a set of measures made real in projects for **agro** in Goiás in the first years of the decade of 1960, period that corresponded to the government of the Cel. Mauro Borges Teixeira. Under the auspices of the ETPAR it was intended to create an *associate complex of agencies and state agencies* subordinated to the Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), responsible state autarchy for making possible the capitalist *modernization* of agro goiano.

Taking as starting point the State of Goiás, we intend to discuss the performance of the offices consultoria in the elaboration of public politics for agro the level of the state executives, process that counted on the presence of technicians in the main spaces of taking of decision in the interior from *society politic*. Acting as true *organic intellectuals* of the capitalist block modern-conservative, such agents had pledged all their forces in the enterprise rationalization of agriculture, as well as in the conversion of the goiano farmer in an agricultural worker of new way.

Key-word: State; Goias; agriculture.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	11
Escritórios de consultoria tecno-política em Goiás: primeiras palavras	34
CAPÍTULO I: <i>A Caminho de Goiás: planejamento, desenvolvimentismo e modernização da agricultura no Brasil</i>	57
CAPÍTULO II <i>Sob o signo do planejamento e da reforma agrária: o Governo Mauro Borges e o ETPAR-IPÊS em Goiás</i>	117
CAPÍTULO III <i>‘Revisão Agrária’ em Goiás: formação de um complexo de agências e órgãos associados</i>	161
CAPÍTULO IV <i>‘Estado Educador’ em ação: ‘Zés Goianos’, ‘Zés Porfírios’ e o exercício da violência.</i>	214
CAPÍTULO V O ‘estatuto’ antes do Estatuto: a política agrária do Governo Mauro Borges e o Estatuto da Terra.	263
CONSIDERAÇÕES FINAIS	304
BIBLIOGRAFIA	308
FONTES CONSULTADAS	314

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCAR – Associação Brasileiro de Crédito e Assistência Rural.
AVT – Agência Volante de Terras.
CAESGO – Companhia Agrícola do Estado de Goiás.
CAGIGO – Companhia Agro Industrial de Goiás.
CASEGO – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás.
CBP – Consórcio Brasileiro de Produtividade.
CED – *Committee for Economic Development*.
CERNE – Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado.
CIAA – *The Office of Coordinator of Inter-American Affairs*
CIAGO – Companhia de Abastecimento do Estado de Goiás.
CIDA – Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola
CIVAT – Consórcio Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins.
CMBEU – Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.
CONSULTEC – Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas.
COPE – Consórcio de Planejamento e Empreendimentos.
CREAI – Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil.
ECEME – Escola de Comando do Estado Maior do Exército.
EFORMARGO – Escola de Formação de Operadores de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias de Goiás.
ERGO – Escritório de Representação de Goiás.
ESG – Escola Superior de Guerra.
ETA – Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos.
ETPAR – Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro.
FAGO – Frente Agrária Goiana.
FAREG – Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás.
FGV – Fundação Getulio Vargas.
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.
IBRE – Instituto Brasileiro de Economia.
IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás.
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.
ORGAMEC S/A – Organização e Mecanização S/A.
ORPLAN – Organização, Racionalização e Planejamento.
PSD – Partido Social Democrático.
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.
SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Coordenação.
SETAS – Secretaria do Trabalho e Assistência Social.
SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária.
UDN – União Democrática Nacional.

INTRODUÇÃO

Em setembro de 1964, poucos meses após a perpetração do golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart, uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi formada na Câmara dos Deputados para investigar uma série de denúncias sobre “agitações nos meios rurais” brasileiros. Convidado a depor na CPI, o engenheiro e economista Paulo de Assis Ribeiro¹, então membro do recém criado Grupo de trabalho sobre o Estatuto da Terra (Gret), testemunhava acerca da necessidade de o país promover uma reformulação de sua política agrária, identificando nas áreas de minifúndio o principal problema quando se tratava do equacionamento das tensões sociais no campo.²

Destacando sua atuação na elaboração de um conjunto de medidas planejadas de reformulação agrária, Assis Ribeiro assim se pronunciava sobre a relevância e alcance das atividades desempenhadas pela sua equipe de técnicos reunida no Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro, o ETPAR:

“... temos fornecido, do nosso escritório particular (ETPAR) – porque como eu disse, há vinte e tantos anos fazemos esse trabalho, e sempre que nos solicitam o trabalho nós fornecemos imediatamente para consultas, para exame, tudo o que dispomos em nosso arquivo e que é um material precioso(...) são mais de 60 volumes, de 500 páginas cada um, sobre Estados do Brasil. (...) tenho mais elementos sobre os Estados do Brasil do que os Estados. Quando algum Governador me pede informações do

¹ Paulo de Assis Ribeiro foi um dos mais atuantes *intelectuais orgânicos* entre as décadas de 1940 e 1970 no Brasil. Ocupou nesse período inúmeros cargos de direção em organismo públicos e privados, destacando-se como um dos principais articuladores dos círculos *tecnoempresariais* que se opunham ao governo de João Goulart. Paulo de Assis Ribeiro fazia parte do IPES do Rio de Janeiro, onde ajudaria a formular um projeto de ‘Reforma Agrária’ que serviria de base para a elaboração do Estatuto da Terra.

² Depoimento de Paulo de Assis Ribeiro a CPI sobre “Agitações nos meios rurais”, em 15 de setembro de 1964. Fundo PAR-AN/RJ, cx. 138.

Estado dele, forneço mais do que ele tem do Estado.(...) podem perguntar ao Governador de Goiás o que eu forneci a ele. Furneci três volumes, de cerca de mil páginas cada um, sobre o Estado de Goiás.”³

O interesse e empenho do que o cientista social René Dreifuss chamou de *escritórios de consultoria tecnoempresarial*⁴, na realização de estudos socioeconômicos sobre distintas regiões brasileiras, são atestados pelo grande número de projetos formulados por tais agências ao longo das décadas de 1950 e 1960, mediante contratos de consultoria estabelecidos junto a governos estaduais brasileiros no período. São trabalhos de consultoria tecnojurídica e financeira, elaborados através da confecção de monografias, planos de desenvolvimento regional, planos de ação para autarquias, projetos de implantação de políticas públicas, regimentos de reformulação do aparelho de Estado e criação de novas agências estatais e paraestatais.⁵

Uma primeira leitura do processo de gestação desse vasto material produzido pelos escritórios técnicos de consultoria revelou-nos uma complexa teia de relações da qual participavam colaborativamente: agentes especializados – os autodenominados técnicos – atuantes no âmbito privado de seus próprios escritórios técnicos e congêneres; representantes de interesses setoriais inscritos diretamente em agências estatais e/ou agremiados em entidades organizativas de classe na sociedade civil; além de militares e *tecnomilitares*, tanto através de órgãos corporativos pertencentes à própria estrutura do Exército, quanto na ocupação de cargos no aparelho de Estado. Este último aspecto, como veremos ao longo desta tese, constitui-se numa das especificidades que marcam a experiência goiana no início da década de 1960.

No que tange à questão das políticas de desenvolvimento agrícolas regionais, a existência de uma rede de trabalho em busca do estabelecimento de uma sintonia de propósitos na conformação de projetos de organização e planejamento, não obstante as constantes divergências, destinava-se a converter em políticas públicas uma série de pressupostos

³ *Ibden.* fl.22. Os “três volumes, de cerca de mil páginas cada um” a que Paulo de Assis Ribeiro faz referência é o Plano de Ação para o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás(IDAGO), parcialmente elaborado pelo ETPAR, entre 1963/64.

⁴ O termo foi cunhado por DREIFUSS para designar o conjunto de escritórios especializados em serviços técnicos de engenharia, consultoria tecnojurídica e técnico-administrativa, constituindo-se como agências privadas de consultoria tecnoempresarial prestadora de serviços tanto para empresas particulares quanto para órgãos estatais. DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 2006. Especialmente Capítulo III, pp 78-117.

⁵ Além do Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro(ETPAR), desempenharam papel político importante no período, a Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda(CONSULTEC), o Consórcio de Planejamento e Empreendimentos(COPE), e a Organização e Mecanização Engenharia(ORGAMEC). Em muitas oportunidades essas agências atuavam de maneira orgânica e articulada junto a executivos estaduais.

pautados pela lógica da *racionalidade* do processo de intervenção estatal, bem como da própria feitura do plano a ser executado.

Esse aspecto é de suma importância no desenvolvimento de nossas reflexões: a atuação de agências e agentes especialistas técnicos em consonância com aparelhos de Estado de diferentes governos estaduais brasileiros no período em foco. Tal relação pressupunha um percurso de *racionalidade* técnica que cobria desde o momento de elaboração de planos de governo pelas agências privadas, até o momento de execução dos projetos pelos órgãos estatais. Esse circuito envolvia a participação de organizações profissionais e entidades representativas de classe, tanto no âmbito da *sociedade civil*, quanto na presença do técnico, atuando como verdadeiro *intelectual orgânico* no interior do Estado restrito.

O fato é que a atuação política de escritórios técnicos de consultoria junto a agências estatais brasileiras em nível estadual buscou dotar o conjunto das ações de intervenção estatal no âmbito das políticas públicas de um conteúdo marcado pela eficácia técnico-científica, mormente aquela atribuída ao exercício *racional* da empresa privada. Dessa forma, pretendeu-se criar condições propícias, via reformas nos aparelhos estatais e formulação de políticas públicas afeitas, para viabilizar a expansão do capital industrial associado aos interesses transnacionais atuantes no Brasil.

Falando sobre a importância dos interesses multinacionais e seu domínio na economia brasileira a partir de fins da década de 1950, Dreifuss afirma que,

“A fim de impelir seus interesses específicos, o capital transnacional apoiou-se não somente em seu poder econômico, mas também desenvolveu perícia organizacional e capacidade política próprias para influenciar as diretrizes políticas no Brasil. Essa perícia e capacidade foram incorporadas em uma *intelligentsia* política, militar, técnica e empresarial, isto é, nos intelectuais orgânicos dos interesses multinacionais e associados e nos organizadores do capitalismo brasileiro.”⁶

O que desde já precisa ficar claro em nossa proposição é que a correlação entre agências privadas de consultoria, os escritórios técnicos, e órgãos estatais e associados com vistas à execução de políticas públicas, cujas demandas respondiam aos interesses dominantes de frações de classe *modernizante conservadoras*, não se deu unicamente através da presença de agentes técnicos no interior dos aparelhos de Estado em nível das unidades federativas brasileiras. Em nossa pesquisa nos preocupamos em dimensionar a atuação política dos escritórios de consultoria e seus *intelectuais orgânicos* no âmbito de suas ações de formulação

⁶ DREIFUSS, op.cit. p. 73.

e sistematização de projetos, o que implica em considerarmos a relevância de seu engajamento para além da formação de uma espécie de *tecnoestrutura*⁷ aparelhada no Estado.

Da penetração cada vez maior no Estado, em fins da década de 1950 e início da década de 1960, em nível regional, de projetos gestados no âmbito de empresas privadas de consultoria técnica, pretendemos ressaltar a relevância que adquire a elaboração de políticas de intervenção na agricultura.

Tais políticas estariam marcadas pela premente necessidade de uma direção estatal na execução de pressupostos que visavam organizar o processo produtivo no agro de modo a integrá-lo ao circuito industrial. Não por acaso, as regiões privilegiadas para a execução por agências estatais de projetos de *racionalização* e tecnização produtiva da agricultura seriam aquelas diagnosticadas como desprovidas de uma agricultura *moderna*, posto que baseadas ainda em métodos tradicionais de produção cujo atraso impedia o crescimento do país, bloqueando sua via capitalista de desenvolvimento econômico.⁸ Tratam-se de estados marcados pela subordinação de suas economias agrárias regionais ao pólo dinâmico de acumulação capitalista no Centro-Sul no país. A tarefa de formulação de diretrizes e planos de desenvolvimento recairia sobre um *corpus* especializado de agentes técnicos, notadamente agrônomos, engenheiros e economistas.

A profícua inserção de economias agrárias regionais de culturas destinadas ao consumo interestadual na divisão inter-regional do trabalho no Brasil requeria, já em fins da década de 1950, mais do que uma agricultura fornecedora de alimentos para os centros urbano-industriais, traço determinante do padrão de acumulação capitalista adotado no Brasil até meados da década⁹, muito embora esse aspecto ainda exercesse peso considerável quando a

⁷ Segundo Octavio Ianni, é possível entender a *tecnoestrutura estatal* como resultante histórica da ‘expansão e reformulação de estruturas político-administrativas’ no Brasil ao longo do pós-II Guerra Mundial para a qual contribuiu decisivamente a ascensão política da figura do técnico, dotado de racionalidade e conhecimento especializado. Pensando a relação do técnico com o aparelho de Estado o autor dirá que ‘...no conceito de tecnoestrutura entra em jogo tanto os vários grupos que compõem a tecnocracia como os ministérios, institutos, conselhos, comissões, etc., por meio dos quais se torna possível a atividade daqueles que propõem e controlam a política econômica governamental, planejada ou não.’ IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. Especialmente pp. 313-316.

⁸ Pode-se apontar como exemplo mais significativo do que estamos afirmando a criação, em 1959, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste(Sudene). Outro exemplo seria a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia(SPVEA), instalada em 1953 e substituída em 1966 pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia(SUDAM). Na região central do país uma iniciativa de menor expressão realizada pelos governos dos estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Distrito Federal, criaria em 1962 a Comissão Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins(CIVAT). Para o caso da Sudene, cf.: OLIVEIRA, Francisco de. “Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes.” In.: *Noiva da Revolução; Elegia para uma Re(li)gião*. São Paulo: Boitempo, 2008. pp.119-275.

⁹ Sobre as fases de acumulação capitalista no Brasil e seus efeitos sobre as políticas de desenvolvimento econômico estatais a partir da década de 1930 do século XX, ver MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

‘crise de abastecimento’ era diagnosticada em princípios dos anos 60 como um dos problemas mais graves da sociedade brasileira.

O campo, entendido nos projetos e planos de ação para o desenvolvimento da agropecuária nos estados cujas regiões deveriam cumprir o papel de supridor de alimentos para os pólos dinâmicos de acumulação de capital industrial, era apresentado como espaço social que consubstanciava o *atraso*, devendo modernizar-se a ponto de transformar a produção agrícola tradicional em uma moderna agricultura capitalista pautada pela tecnização do processo produtivo e pelo aumento da produtividade e consumo de insumos industriais.

Destarte, ainda que devesse continuar a cumprir seu papel no abastecimento de gêneros alimentícios e matérias-primas para a indústria, condição *sine qua non* para garantir o processo de acumulação capitalista brasileiro, a agropecuária converter-se-ia em *locus* privilegiado de estímulo à indústria, na medida em que agregaria ao seu desempenho de fornecedor de alimentos a ampliação de um mercado consumidor rural para produtos industrializados.¹⁰

O discurso histórico de *modernização* das agriculturas regionais, pautado por um plano maior de *modernização* da agricultura em nível nacional, propalado em estudos e planos de ação de agências estatais, enquanto medida essencial para a promoção do desenvolvimento econômico nacional, forjava um aprofundamento das relações entre o setor agropecuário das economias agrárias regionais e o pólo urbano-industrial. Mesmo reiterando a subordinação da produção agropecuária à indústria, o processo de modernização do agro aprofundado a partir da década de 1960 promoveria uma redefinição no sistema produtivo ao estabelecer uma estrutura inter-relacional onde o agro passaria de fornecedor de matérias-primas a consumidor de insumos industriais.¹¹

Um dos pilares desse projeto consistiria na criação de uma ‘classe média’ no campo. Esse pressuposto constitui-se em aspecto ordenador das diretrizes elaboradas pelos escritórios especializados de consultoria em consonância com o conjunto de recomendações formulado por agências transnacionais e suas associadas no país. Longe de significar, entretanto, uma nova configuração de desenvolvimento agrícola, projetos como o da criação de uma ‘classe média’ rural, consumidora de produtos e insumos agrícolas industrializados, deitavam raízes na atuação de agências privadas norte-americanas no Brasil desde, pelo menos, a década de 1940.

¹⁰ “É a isso que chamamos o *processo de industrialização da agricultura brasileira*, num duplo sentido: o da elevação da composição técnica das suas unidades de produção e o da subordinação do setor aos interesses do capital industrial e financeiro.” SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa. Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 46.

¹¹ Sobre esse assunto ver especialmente, GUIMARAES, Alberto Passos. *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. esp. Cap. IV. SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

Os escritórios privados de consultoria e colaboradores associados apresentavam-se, diante do afã de governos estaduais desenvolvimentistas, como agentes ‘eficazes’ na formulação de diretrizes políticas e organizacionais visando a integração produtiva do agro à indústria. Tais agentes contribuíram não somente para o aprofundamento da inter-relação entre os setores como difundiram uma *nova cultura política* que buscava atingir tanto as ações estatais perpetradas no campo como a própria vivência daqueles que trabalhavam diretamente na terra. Procurava-se, desse modo, forjar um *trabalhador rural de novo tipo*, afeito à tecnização e *racionalização* do trabalho agrícola.

Tratava-se, sobretudo, de converter o trabalhador rural tradicional num permanente *colaborador* dos pressupostos de tecnização das atividades agrícolas, na medida em que o seu ‘despertar’ para o trabalho *racional* e o aumento da produtividade rural afastava-o dos *(des)caminhos* de mobilizações políticas camponesas reivindicadoras de uma equitativa distribuição da terra àqueles que nela trabalhavam.

Ao perscrutarmos o testemunho de Assis Ribeiro acima citado à luz da discussão acerca da atuação dos escritórios técnicos na formulação de planos de modernização da agricultura em consonância com as aspirações de executivos estaduais brasileiros, entre fins da década de 1950 e início da década de 1960, nos deparamos com uma dupla dimensão do problema exposto. Uma primeira remete à constituição de escritórios de consultoria em verdadeiros *arquivos de informação*, contendo documentos acerca de dados socioeconômicos e políticos sobre estados brasileiros a partir de meados da década de 1950, traço que revela uma das principais condições para a consolidação daquela que foi uma significativa marca estruturante da sociedade brasileira no período em foco: a atuação política dos escritórios privados de consultoria e de seus técnicos como verdadeiros formuladores de projetos privados de classe a serem universalizados mediante conversão em políticas públicas por agências estatais. Noutras palavras, tais escritórios técnicos atuaram no período como espaços estratégicos de articulação e sistematização de demandas e projetos de intervenção política e econômica gestados no âmbito de interesses classistas, dando-lhes coesão e formulando diretrizes a serem implementadas via planos, planejamento e projetos pelo Estado.

Uma segunda dimensão coloca-nos diante de uma questão de capital importância que transcende a uma possível função ‘arquivística’ tal qual podemos inferir a partir das palavras de Paulo Assis Ribeiro: ao coletar, sistematizar e analisar dados sobre vários estados brasileiros, os escritórios de consultoria produziram material interpretativo sobre inúmeros temas, forjando problemas e ordenando soluções indicativas a serem convertidas em ações políticas de primeira ordem para os executivos estaduais, via secretarias, autarquias e empresas

de economia mista. Arriscaríamos a dizer que enquanto resultado de estudos elaborados por renomados técnicos chancelados por agências que gozavam de reconhecida capacitação técnica e poder de influência político-ideológica, as publicações técnico-científicas destinadas a modificar o agro edificaram visões de mundo acerca do papel econômico a ser desempenhado por uma agropecuária produtiva, bem como do comportamento colaborativo dos trabalhadores rurais que ainda não haviam sido arregimentados pelas organizações camponesas atuantes no período.

Convertidos em argumento de autoridade, sobretudo pela pretensão a uma cientificidade que se confunde com o real, na ótica tanto de seus mentores-proponentes, quanto daqueles que a legitimam através da instrumentalização de seus pressupostos, as análises resultantes do trabalho monográfico dos técnicos apresentavam-se como um insuspeito saber cientificamente elaborado acerca da identificação de problemas socioeconômicos a serem sanados via intervenção planejada do Estado. Como tal, consagraram-se enquanto discurso histórico legitimado pelas vestes da cientificidade, ao passo que resguardavam sob a égide da pretensa neutralidade, própria à auto-representação legitimada do trabalho técnico, quaisquer conteúdos de dominação.

O testemunho de Paulo de Assis Ribeiro, em setembro de 1964, na Comissão Parlamentar de Inquérito formada para tratar das “agitações” no campo se deu no decurso dos embates travados pela elaboração de um anteprojeto de legislação agrária que seria aprovado posteriormente como Estatuto da Terra, em novembro do mesmo ano. Traço relevante desse processo é o protagonismo conquistado pela intervenção política do técnico a nível da *sociedade política* brasileira no pós-1964, o que noutras palavras significa afirmar que o Estado brasileiro do pós-golpe, conformaria em sua *tecnoestrutura* civil-militar a presença massiva de um número significativo de agentes técnicos atuantes em sua maioria em escritórios de consultoria técnica.

Daí entendermos, adiantando desde já hipótese que adotaremos quando discutirmos o Estatuto da Terra, que a elaboração e aprovação de uma legislação reformista do agro brasileiro nos primeiros meses do Governo Castello Branco resulta em grande medida do fato de que os agentes formuladores das diretrizes reformistas atuavam, desde pelo menos o início da década de 1960, em escritórios de consultoria, no planejamento de projetos de reforma agrária junto a executivos estaduais brasileiros.¹²

¹² Paulo de Assis Ribeiro é o maior exemplo do que estamos afirmando. As diretrizes defendidas por ele e sua equipe de técnicos quando da aprovação do Estatuto da Terra, formulações sintonizadas aos pressupostos gestados

Necessário afirmar, concordando com Dreifuss,¹³ que se a ‘conquista do Estado’ por frações de classe associada ao capital multinacional, projeto de poder no qual o técnico e o tecnopresário desempenhariam papel determinante, evidenciava a ação política de um grupo de agentes orgânicos, a pavimentação de sua consolidação como ocupantes de postos-chave no aparelho de Estado civil-militar se deu no decurso dos anos anteriores. É nesse sentido que sua atuação e a de seus escritórios técnicos junto aos executivos estaduais brasileiros mediante prestação de consultorias tecnojurídicas e na formulação de diretrizes *racionais* de planejamento passam a significar a inscrição de interesses privados de classe como espaço privilegiado de ação política. Constituem-se, portanto, na consolidação de uma prática difusora de uma *cultura política* capaz não apenas de propor solucionar pela técnica questões sociais, como também pavimentar a conquista do posto de liderança nas tomadas de decisões em nível estatal. Tal processo implicaria no reiterado discurso que apontava para a preponderância do especialista técnico, dotado de saber técnico-científico, sobre o ‘político tradicional’, em tudo oposto à *racionalidade* e enredado em relações clientelistas.

Se num sentido global podemos apontar para a atuação de agências tecno-políticas na elaboração de planos de desenvolvimento econômico e reestruturação de aparelhos administrativos estatais visando sua ‘modernização’ e adequação a um funcionamento tido como ‘racional’, interessa-nos aqui, ao tratar da atuação dos escritórios de consultoria e seus agentes na formulação e execução de projetos de intervenção no agro em Goiás durante a primeira metade da década de 1960, compreendê-la como parte de uma estratégia global de atuação política de agências privadas de consultoria junto a executivos estaduais brasileiros. Tais projetos são parte da tentativa de frações do capital nacional de implantar uma agricultura em moldes capitalistas que desse conta, tanto da tecnização e mecanização do processo produtivo no agro, quanto da promoção de uma *urbanização* do espaço social agrário, mediante processo de ‘modernização’ que deveria reordenar o papel da agricultura na divisão inter-regional do trabalho no Brasil em inícios da década de 1960.

Baseado no que acabamos de afirmar, concordamos com Graziano da Silva quando alerta para o fato de ‘o sentido último do desenvolvimento do capitalismo no campo é a própria *industrialização da agricultura*.’¹⁴

A referência à atuação política de agentes especializados e seus escritórios técnicos e congêneres juntos a executivos estaduais brasileiros entre fins da década de 1950 e nos anos

no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais(IPES), agência da qual faziam parte, já estavam sendo postas em prática em estados como Goiás, como veremos adiante.

¹³ DREIFUSS, op.cit.

¹⁴ SILVA, José Graziano da. op.cit. p.45(grifos do autor).

iniciais da década de 1960, sobretudo no pré-1964, far-se-á com o intuito e na medida em que puder fornecer-nos elementos que confirmem nossa hipótese de que se constituem, tanto em traço conjuntural do período em tela, quanto processo de pavimentação de uma hegemonia com vistas à conquista do poder político do Estado nacional brasileiro. Dessa forma, a atuação política dos técnicos, verdadeiros *intelectuais orgânicos*, junto a executivos estaduais brasileiros deve ser entendida enquanto momento estratégico de preparação e ampliação dos espaços de direção visando a conquista do poder políticos por frações dominantes contrárias ao Executivo nacional-reformista de João Goulart.¹⁵

Embora estejamos cientes de que a relevância de nossa conjectura dependa em grande medida do estudo de um maior número de casos dos que apresentaremos adiante, estamos certos de que, sem prejuízo quanto à validade de nossas proposições, abordaremos questões até então pouco exploradas pelos estudiosos do período. O estado de Goiás concentrará todos os esforços de nossa parte.

Durante o Governo Mauro Borges Teixeira(1961-1964) foram criadas várias agências, autarquias e empresas de economia mista, com o intuito de implementar um conjunto de medidas que objetivavam operar significativas transformações nas relações produtivas do agro goiano. A atuação de escritórios privados de consultoria foi de fundamental importância tanto na organização administrativa como na formulação das políticas a serem implementadas pelo complexo de agências e organismos estatais goianos.¹⁶ Ademais, como teremos oportunidade de demonstrar, Goiás sintetiza em grande medida as principais questões sócio-econômicas e políticas brasileiras em disputa na primeira metade da década de 1960, consubstanciando aspectos que se consolidariam em nível nacional nos anos posteriores ao golpe civil-militar perpetrado em 1964.

Os escritórios de consultoria atuantes no período estarão sendo pensados em seu conjunto e para além de sua função econômica, como *círculos de cultura tecno-política* em pleno exercício de formulação e difusão de princípios e diretrizes de racionalidade técnica e produtividade empresarial no âmbito da *sociedade civil*, constituindo-se como importante

¹⁵ Um estudo aprofundado que dê conta da atuação política de escritórios técnicos em várias unidades da Federação consiste em trabalho de suma importância para dimensionarmos a validade de algumas das hipóteses que esboçamos aqui. No entanto, escapa às nossas possibilidades realizá-lo no espaço desta tese. Na tentativa de minorar os problemas decorrentes da ausência de uma abordagem ampla, traremos alguns exemplos acerca de outros estados brasileiros, como Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, para além do estudo de Goiás.

¹⁶ Falamos especificamente do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás(IDAGO), da Companhia Agrícola do Estado de Goiás(CAESGO), da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás(CASEGO), da Companhia de Abastecimento do Estado de Goiás(CIAGO), do Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado(CERNE), além dos projetos de colonização representados pelos Combinados Agro-Urbanos(CAUs). Essas e outras agências do governo Mauro Borges serão analisadas nos capítulos seguintes.

aparelho privado de hegemonia. Nesse sentido, entendemos como parte da ação política das agências privadas denominadas escritórios técnicos sua função de divulgação de uma *cultura hegemônica de solução política e econômica tecnoempresarial* para questões relativas à produtividade no agro, bem como na tentativa de forjar uma prática agrária diferenciada.

A análise dos escritórios técnicos e de seus agentes na elaboração de projetos de intervenção na agricultura permite que consideremos a questão da atuação política de grupos setoriais, não apenas nos momentos de inserção de seus representantes no aparelho de Estado, mas, sobretudo, no instante de constituição e estabelecimento de estratégias de ação, com vistas a tornar seus interesses particulares em soluções universais via políticas públicas globais. Noutras palavras, para além da consolidação de uma ‘elite técnica’ inscrita diretamente no âmbito da *sociedade política*, pensamos ser primordial contemplar os espaços estratégicos de atuação do agente tecnoempresarial já na *sociedade civil*; o que implica considerar que sua ação política independe de sua presença em postos de tomada de decisão no aparelho de Estado, embora seja necessário reconhecer que esta se torna imprescindível no processo de aprofundamento e execução de suas demandas de classe por conquista de poder político de fato.

Portanto, de acordo com o problema que orienta o objeto de pesquisa, nosso estudo procura explorar, na dupla dimensão de atuação do técnico, o momento estratégico de ação política constituído a partir da atuação em seus escritórios privados de consultoria na elaboração e proposição de projetos de intervenção na agricultura.

O estudo das políticas públicas destinadas ao agro em Goiás durante o Governo Mauro Borges Teixeira revelou-nos outro aspecto de suma importância e que fará parte de nossas reflexões acerca da ingerência de técnicos na difusão de uma nova *cultura política* junto a agências estatais: a atuação de agências militares e a presença de agentes tecnomilitares na formulação de diretrizes e na sua execução junto ao aparelho de estado goiano. Tal atuação estaria em consonância com os interesses de *racionalização* do agro, presentes na política de ‘reforma agrária’ proposta para Goiás.

Ao pretendermos tecer considerações acerca da atuação de escritórios de consultoria e seus agentes especializados junto a executivos estaduais brasileiros na elaboração de planos de desenvolvimento econômico e projetos de intervenção na agricultura, devemos ter com clareza que uma das primeiras tarefas a serem realizadas consiste no tratamento acerca do papel social desempenhado pelo especialista técnico, enquanto agente político e representante de interesses privados.

A partir da década de 1950, não apenas os agentes técnicos passaram a ocupar cada vez maior espaço em postos-chave de tomada de decisão junto a agências estatais ou para-estatais definidoras de políticas públicas, como também os termos utilizados para designar tais agentes adquiriu ao longo do tempo uma conotação simbólica tão eficaz que seu suposto e autoproclamado ‘apoliticismo’ ocultaria sua atuação inegavelmente engajada em benefício de uma eficácia baseada numa perícia técnica em tudo contrária à formação e atuação dos quadros políticos tradicionais. Concordamos com Bourdieu quando chama a atenção para a ‘eficácia simbólica’ das palavras como prática resultante de construções historicamente determinadas.¹⁷

Com o intuito de clarificar a maneira como compreendemos a atuação político-ideológica dos técnicos na conformação sócio-política brasileira da segunda metade do século passado, em especial na conjuntura de fins da década de 1950 e início dos anos 60, vejamos alguns aspectos importantes acerca da atuação de uma dita ‘elite’ de técnicos segundo a análise de diferentes autores que trabalharam a temática em sua relação com o Estado. Tais estudos revelam distintos matizes teóricos acerca das interações políticas entre classes sociais e Estado, bem como na tentativa de conceituação dos agentes especialistas técnicos. A diversidade de termos utilizados para dar conta do mesmo fenômeno – por vezes fenômenos distintos, mas apresentados sob a mesma rubrica – traz à luz a dificuldade encontrada pelos estudiosos no tratamento do tema.

A bibliografia que trata da segunda metade do século XX no Brasil como o período de consolidação da atuação política do técnico em postos-chave de tomada de decisão no Estado brasileiro, costuma abordar o tema tendo como perspectiva a formação de uma ‘elite dirigente’ formada por técnicos, notadamente economistas e engenheiros, atuantes no governo e com capacidade de influenciar as decisões econômicas e políticas estatais. Nesse sentido, essa ‘elite burocrática’, uma vez instalada em postos de comando e direção política no aparelho de Estado, seria capaz de impor trâmites mais apropriados aos seus interesses consubstanciados em projetos de intervenção estatal, ao passo que se fez valer de uma autonomia de ação na condução do planejamento e execução de políticas públicas perpetradas pelas diferentes agências nas quais estiveram lotados.

Em linhas gerais, tem-se a tendência, em maior ou menor grau, de se pensar a formação de uma ‘elite dirigente’ de técnicos no interior do Estado como a emergência de uma classe autônoma, dotada de ideologia própria, formadora de uma autonomia orientada pela

¹⁷ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

racionalidade de suas ações políticas capaz de resguardar-se, ainda que esteja constantemente sujeita as pressões *externas*, dos interesses de grupos sociais de *fora* do Estado.

A predominância de estudos acerca da atuação de técnicos no interior das agências estatais revela ainda uma limitada compressão do próprio conceito de Estado, uma vez que o toma somente a partir de seu corpo de instituições burocráticas, o que, via de regra, afasta-o das organizações da sociedade civil, quando não o antagoniza. Esse equívoco, a nosso ver, impede que se considere a capacidade de ingerência dos técnicos nas políticas públicas, mesmo, e principalmente, quando não estão inscritos diretamente no aparelho de Estado e atuam a partir de suas organizações de classe na sociedade civil, como é o caso dos escritórios de consultoria aqui considerados.

Carlos Estevam Martins,¹⁸ adota o conceito de *tecnólogo* para designar os membros individuais de um conjunto de especialistas técnicos, entendidos em seu agrupamento enquanto ‘contingente técnico-científico’. O autor dá especial atenção ao uso adequando do conceito, posto ressaltar em diversas ocasiões que a utilização incorreta dos termos desqualifica as análises na medida em que acabam por abordar questões distintas, ao acreditarem fazer uso de termos correlatos. Assim é que *tecnólogo* designa um fenômeno social distinto do termo *tecnocrata*. Este seria o conceito mais apropriado para se referir à atuação dos *tecnólogos* nas funções de direção no âmbito estatal, acomodando desta maneira a formação de um grupo de direção política no interior dos círculos de poder que se distingue das meras funções de assessoria desempenhadas pelos *tecnólogos* em estágio preliminar de atuação.¹⁹

Ainda segundo Estevam Martins, os *tecnólogos* compõem um grupo de mão-de-obra especializada disponível ao recrutamento por agências estatais e privadas enquanto ‘recursos humanos’ formadores de um ‘contingente técnico-científico’. Distinta seriam as considerações sobre os *tecnocratas*. Como observa o autor,

“Quando nos referimos, por outro lado, a *tecnocratas* e *tecnocracias*, temos em mente um fenômeno de outra ordem. Nesse caso, não estamos pura e simplesmente mencionando a presença de um contingente técnico-científico num determinado contexto social; na verdade, estamos sugerindo, no mínimo, que os *tecnólogos* podem ser apropriadamente descritos como sendo algo mais do que meros *tecnólogos* e que o contingente técnico-

¹⁸ MARTINS, Carlos Estevam. *Tecnocracia e Capitalismo. A política dos técnicos no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

¹⁹ *Ibden*, pp. 18-19.

científico assumiu, ou está em vias de assumir, as funções de uma elite de poder.”²⁰

Tal assertiva, no entanto, não implica considerar que necessariamente a existência em uma dada sociedade de um contingente técnico-científico formado por *tecnólogos* dotados de reconhecida competência técnica na administração e formulação de soluções técnicas para questões político-econômicas, resultará inexoravelmente na emergência de uma tecnocracia ou na conversão do *tecnólogo* num tecnocrata, embora como chame a atenção o autor a formação de uma tecnocracia prescinda da existência de um significativo quadro de competentes *tecnólogos* recrutados junto ao contingente técnico-científico.

Outro aspecto essencial nas reflexões do autor e que deriva inextrincavelmente das considerações anteriormente mencionadas, diz respeito à compreensão quase oposta entre a composição de uma tecnocracia incrustada no aparelho de Estado e a ação secularizada dos agentes dotados de competência técnico-científica. O processo de ‘secularização’ das sociedades modernas consistiria na cada vez maior presença de decisões originadas do exercício de práticas racionais e analíticas. Dessa forma, o pensamento elaborado a partir de premissas que levassem em conta aspectos técnico-científicos atingiria seu *status* maior quando gestado nos discursos daqueles que reuniam todos os atributos capazes de materializar a perícia organizacional: os técnicos.

Ângela de Castro Gomes²¹ aborda a questão a partir da identificação de dois problemas comuns ao debate acerca da atuação do técnico nas esferas de tomada de decisão estatais. Preocupada em dar conta da trajetória histórica de consolidação do técnico como uma nova ‘elite burocrática’ no Brasil, a autora se detém inicialmente num esforço de desmistificação da oposição entre *técnicos* e *políticos*, para demonstrar que a construção histórica que intervém no sentido de atribuir ao primeiro, em virtude de seu inegável ‘saber especializado’, um saber despolitizado, objetivo e neutro, sendo, portanto, capaz de servir à administração pública sem os vícios inerentes ao *político*, é própria de uma forte tradição cultural desenvolvida no Brasil desde a década de 1920, que teria consolidado um afastamento entre ambos, uma verdadeira oposição impositiva de quaisquer confluências.

Castro Gomes observa que a emergência da eficácia do técnico na história republicana brasileira teria surgido no bojo da crítica ao liberalismo da Primeira República, ganhando

²⁰ Id. p. 18.

²¹ GOMES, Ângela de Castro. “Novas Elites Burocráticas.” In.: _____ (coord.). *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

corpo através de um discurso que aliava autoritarismo à tecnização da administração pública. Dessa forma, o processo de consolidação da figura do técnico como único capaz de solucionar com perícia e conhecimento os ‘males’ da administração pública, passaria, segundo a autora, pela necessidade de um ‘Estado forte e centralizado’, projeto matizado nos escritos de um Oliveira Vianna, cujo discurso requisitava claramente a necessidade de agentes com formação técnica na condução das decisões tomadas por não menos necessário Estado centralizado e intervencionista. Esse processo avançaria para além da crítica estadonovista ao liberalismo, ganharia corpo nos anos 50, durante a o governo de Juscelino Kubitschek, para afirmar-se definitivamente a partir de 1964.

Uma outra questão presente no estudo de Castro Gomes e que nos interessa em particular diz respeito às relações entre os técnicos, às agências estatais e os interesses de grupos privados. Embora reconheça que ao instalar-se em postos estratégicos do aparelho de Estado, a ‘nova elite’ interfere no sentido de definir políticas públicas, econômicas e sociais, a autora critica as interpretações que associam diretamente a atuação dos técnicos como ‘canalização e representação de interesses de grupos setoriais’, devendo ser levados em consideração, tanto os ‘próprios interesses’ dos agentes técnicos, como ‘uma possibilidade de desenvolvimento de interesses específicos à própria agência estatal’.²² Portanto, segundo Castro Gomes, existiriam vários ‘níveis de representação’, onde o técnico, presente no aparelho estatal ocupando cargos de direção, seria ao mesmo tempo um representante de interesses de grupos setoriais, de suas próprias demandas e das agências em que atuam, e ainda daquelas veiculadas como sendo de ‘escala nacional’.

Concordamos com a autora quando reitera o equívoco das interpretações que estabelecem uma associação mecânica entre os agentes inscritos no aparelho estatal e interesses de grupos setoriais, se com isso se entende uma relação naturalizada a tal ponto de negar a possibilidade de se historicizar a capacidade que uma classe ou fração de classe tem de, num dado momento histórico de desenvolvimento da luta de classes, como afirma Gramsci, ‘criar para si’ um grupo de intelectuais organicamente vinculados incumbidos de sistematizar e organizar suas ações políticas e culturais no âmbito da sociedade civil com vistas a convertê-las em projeto hegemônico.²³ Mas essa não parece ser a intenção de Castro Gomes. Ao contrário, é justamente contra a perspectiva marxista, entendida homogeneamente, que se volta a crítica da autora.

²² *Ibden*, p.8.

²³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: os intelectuais. O principio educativo. Jornalismo. Volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Maria Rita Loureiro²⁴ desenvolve suas reflexões no sentido de abordar as implicações políticas concernentes ao recrutamento e atuação de economistas de reconhecida capacidade técnica em cargos de primeiro escalão do governo brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1950, passando pelos governos militares. Segundo a autora, no Brasil, diversamente dos países que convivem com um modelo de democracia estável, onde se encontram técnicos no exercício de assessoria política ou atuando como funcionários burocráticos, os economistas fariam parte de uma ‘elite’ de técnicos, ocupando posições de destaque no governo na execução de funções de direção política.

Será, portanto, ao exercício de direção política desempenhado por economistas em países de ‘democracia instável’ ou em processo de consolidação democrática que Loureiro dedicará grande parte de suas considerações. Interessa à autora demonstrar que na medida em que se afirmam como parte preponderante de um grupo dirigente no comando do Estado, os economistas terminam por acentuar cada vez mais o componente político de suas ações, em detrimento de questões relativas ao próprio perfil técnico que lhes é atribuído como marca de sua competência profissional. O componente político considerado pela autora só se manifestaria, portanto, no momento em que os técnicos economistas atuassem no interior do aparelho estatal, processo cuja consequência mais imediata residia na substituição dos atores políticos – ‘políticos tradicionais e homens de partido’ – pelos técnicos na condução das decisões públicas.

Ao abordar a questão da atuação política dos *tecnoempresários* a partir da segunda metade da década de 1950, René Dreifuss²⁵ identifica nesses agentes sociais a formação de uma nova estrutura de poder político de classe, agindo em plena consonância com o *bloco multinacional e associado*, formado por empresas estrangeiras de capital multinacional e suas *sócias* brasileiras, cujos interesses transnacionais faziam-se representar na administração pública, através da presença de renomados quadros técnicos no interior do Estado. Estabelecendo um profícuo diálogo com as reflexões da tradição marxista de Antonio Gramsci, Dreifuss irá afirmar que tais agentes atuavam como “verdadeiros intelectuais orgânicos do novo bloco em formação.” Atuando em conjunto,

A rede tecnoburocrática de influência dentro do aparelho estatal era formada pelas camadas mais altas da administração pública e pelos técnicos pertencentes a agências e empresas estatais, os que tinham ligações operacionais e interesses dentro do

²⁴ LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no Governo. Gestão Econômica e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

²⁵ DREIFUSS, op.cit.

bloco de poder multinacional e associado. *Esses executivos estatais asseguravam os canais de formulação de diretrizes políticas e de tomada de decisão necessários aos interesses multinacionais e associados, organizando a opinião pública. Eles aplicaram a racionalidade capitalista da empresa privada às soluções dos problemas socioeconômicos nacionais, proporcionando a contrapartida pública do macromarketing empresarial sob a forma de um planejamento limitado e recomendações técnicas.*²⁶ (grifos, CLSE).

Nessa perspectiva, palavras como, *planejamento, racionalidade, competência, perícia, neutralidade*, tão pronunciadas pelos agentes sociais do período nos embates que propunham opor a atuação do corpo de agentes privados ao dos especialistas políticos, revestem-se cada uma de um vigoroso verniz apolítico, cuja operação busca ocultar as relações entre a presença e o significado dos técnicos na formulação e execução de políticas públicas e os interesses de classe nelas representados, tanto no que diz respeito às vinculações dos próprios técnicos quanto aqueles pertencentes às agências na qual estão inscritos.

Quando observamos de perto as relações entre os escritórios de consultoria tecnoempresarial e congêneres e as agências estatais ‘contratantes’, a questão da *neutralidade* conferida à atuação do técnico estará presente, tanto no discurso daqueles que defendem a contratação de seus serviços – surgindo como fator de incontestada legitimidade perante críticos, políticos e a opinião pública –, quanto na própria construção social que o técnico elabora sobre si e seu grupo. É na combinação desses dois fatores que se evidenciam os mecanismos de construção simbólica de sua eficácia e competência e da natureza de sua despolitização. Nesse sentido, faz-se imprescindível considerarmos a construção simbólica do discurso de auto-representação do técnico, cujas características de autonomia de interesses e atuação ‘apolítica’, uma vez reforçadas pelo próprio Estado, criam uma falsa oposição entre a atuação do técnico, neutro, e do político tradicional.

O discurso da *neutralidade* política como uma característica indelével dos agentes sociais pertencentes ao círculo tecnoempresarial pode ser compreendido à luz da contribuição dada por Antonio Gramsci acerca da categoria de intelectual.²⁷ Para Gramsci, todo processo que visa constituir uma *hegemonia* conta com a atuação de intelectuais empenhados em atividades organizativas de sistematização e difusão de uma dada visão de mundo que se quer universal e compartilhada por todas as classes e frações de classe que conformam relações sociais históricas. Enfatizando a questão das ideologias e da cultura como traços concretos do projeto

²⁶ Ibidem, p.80.

²⁷ GRAMSCI, op. cit.

hegemônico de uma determinada classe social fundamental, Gramsci chama a atenção para o papel primordial desempenhado pelos intelectuais num dado momento histórico. Vinculados à luta de classes, integrantes e atuantes, portanto, do amplo espectro das relações sociais, tais intelectuais longe estariam de se constituir como um “grupo autônomo e independente”. Ao contrário, segundo Gramsci, os intelectuais são gestados como intelectuais das classes sociais fundamentais, ainda que sua *origem* de classe não seja necessariamente a mesma. Nesse sentido, existiriam, segundo o marxista italiano, dois tipos de intelectual: o *intelectual tradicional*, pertencente a grupos sociais do passado, e o *intelectual orgânico*, definido como sendo todo aquele agente social que desempenha uma função de formulação e direção com vistas à conquista do consenso para projetos de classe em disputa.²⁸

Os trabalhos de autores marxistas de tradição gramsciana acerca do papel dos intelectuais nas sociedades capitalistas acabam por revelar uma preocupação dominante com o intelectual de tipo orgânico. Isso se dá por razões óbvias, posto se tratar de uma questão pertinente à percepção que se tem da indiscutível atuação desses intelectuais, principalmente nas sociedades capitalistas. Inegável, portanto, seria a identificação dos tecnoempresários enquanto *intelectuais orgânicos*, segundo a acepção gramsciana, postura teórica frisada por Dreifuss e que também adotamos aqui. Embora tal posição seja perfeitamente possível de acordo com os pressupostos teóricos que adotamos em nossas reflexões, e será dessa maneira que procedermos ao longo desta tese, é preciso trazer para a discussão a postura *tradicional* do intelectual, entendida aqui enquanto construção simbólica que mascara qualquer engajamento. Essa problemática se torna inerente ao próprio processo de consolidação social da figura do técnico.

Noutras palavras, é por entendermos que o discurso de auto-representação autônoma constitui-se como peça de maior valia na atuação política do técnico que, partindo das proposições de Gramsci, pensaremos a autodeterminação *tradicional* contida na fala dos agentes especialistas como construção empenhada na dissimulação de quaisquer vinculações orgânicas para além daquelas limitadas a grupos profissionais.

A questão que deve ser explorada, a nosso ver, consiste no problema de compreender a construção ideológica do *intelectual* de tipo *tradicional* nas sociedades complexas, posto que reivindicam para si uma autonomia de ação e de pensamento desvinculada das classes sociais e de quaisquer interesses que configurem algum engajamento, para além daqueles que o associam imediatamente a compromissos profissionais, base de sua autonomia e traço

²⁸ *Ibden.*

fundamental de sua reivindicada neutralidade. Não se trata aqui de afirmar, em contraposição, que sua ação se limita a uma resposta imediata aos interesses de uma determinada classe social fundamental. Ainda que não se constitua como classe independente, possui atribuições que remetem a aspectos como trajetória, experiências e relações sociais das mais diversas que devem sempre ser levadas em consideração.

Queremos chamar a atenção para a perspectiva de problematizar a categoria de *intelectual tradicional*, para além de uma abordagem que o conceba somente enquanto grupo social do passado e ‘sobrevivente’ na nova formação social (capitalista) apenas como entrave, resquício ou mesmo anacronismo, o que se deve menos a Gramsci que a interpretações apressadas sobre seus escritos. Embora essa perspectiva de análise não seja de toda equivocada, ela não dá conta de todo o problema. Ao contrário: se vista apenas desse ângulo ela contribui para uma demarcação de fronteiras entre o intelectual do passado, o *tradicional*, e o intelectual de novo tipo, o *orgânico*, tornando-os categorias opostas. Não obstante, nunca seja demais lembrarmos que o *intelectual tradicional*, mesmo se compreendido apenas como grupo social do passado, é um *intelectual orgânico* de outro momento, *intelectuais orgânicos* e *intelectuais tradicionais* não são categorias que se opõem, mas coexistem imbricadas, na medida em que persiste objetivamente por parte de alguns intelectuais todo um esforço no sentido de apresentar-se enquanto classe ou grupo independente.

Nesse sentido, a categoria de *intelectual tradicional* pode ser pensada numa dupla perspectiva de análise:

1) numa perspectiva mais ortodoxa, como grupo social do passado, que sobrevive na nova formação social e deve ser assimilado pela classe dominante;

2) como auto-representação autônoma de um grupo que se apresenta como independente. O que significa dizer que se trata de intelectuais ou grupo de intelectuais que ocultam sua vinculação orgânica e se apresentam como desvinculados de quaisquer classes.

Tendo por base a segunda perspectiva mencionada, poderíamos afirmar que os *intelectuais tradicionais não existem* enquanto agentes sociais em sentido estrito, mas como uma *autodenominação*, uma representação social de si. Noutras palavras, se pudéssemos numa única frase sintetizar nossa reflexão a esse respeito, diríamos que *todo intelectual tradicional*, qual seja, todo aquele que constrói uma auto-representação de si ou do grupo ao qual pertence numa tentativa consciente ou não de acautelar seu engajamento, *é um intelectual orgânico velado*.

Seu ocultamento, entretanto, só tem legitimidade como parte da estratégia maior de construção da hegemonia. O esforço em dissimular sua vinculação orgânica e sua busca de

reconhecimento social enquanto agente *neutro*, depende do grau de convencimento e adesão social ao projeto hegemônico de dominação, para o qual ele colabora como formulador/executor, e do qual sua auto-representação é condição estruturante. É preciso ressaltar que o caráter orgânico do intelectual pensado em termos gramscianos não se limita apenas a uma possível vinculação político-partidária implícita determinada por interesses imediatos e corporativos, mas situa-se num arco ampliado de práticas sociais concretas referenciadas por visões de mundo que se manifestam na totalidade de suas ações, contribuindo dessa maneira para o exercício de formulação, maturação e difusão de uma cultura de classe.

Essas reflexões, realizadas com o intuito de abordar a atuação do técnico enquanto *intelectual orgânico*, considerando a dimensão de autodenominação e reivindicação de uma postura intelectual *tradicional*, foram suscitadas pela maneira como a ação política do agente especialista técnico, quando vista pelo prisma de suas relações com os executivos estaduais, *oculta-se*, uma vez que se converte, sob a fria planilha do planejamento, em material técnico-científico, descarnado de quaisquer interesses para além daqueles anunciados como essenciais para o progresso de todos. Nesse processo, o Estado, visto sob a perspectiva de sua materialidade institucional, no âmbito, portanto, da *sociedade política*, reproduz a lógica da neutralidade e da competência e perícia tecnocráticas, incorporando-as e convertendo-as na organização do discurso estatal.

Dessa concepção, resulta nossa compreensão acerca da atuação do engenheiro e economista Paulo de Assis Ribeiro através de seu escritório de consultoria no Rio de Janeiro e congêneres vinculados na formulação de políticas de intervenção na agricultura em Goiás, bem como na de outros agentes especialistas técnicos e suas agências privadas de consultoria e trabalho técnico-político.

Dentre os principais *intelectuais orgânicos* do período estudado está o engenheiro Paulo de Assis Ribeiro. Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 20 de dezembro de 1906, Paulo de Assis Ribeiro era filho do renomado engenheiro Joaquim Assis Ribeiro, nomeado para o cargo de Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) em 1919, posto que ocuparia até 1922. Em 1925, aos 19 anos e já lecionando disciplinas na área de matemática em escola no centro da cidade, muda-se para Recife com pai, que fora chamado para dirigir a Great-Western Company, importante rede ferroviária que operava entre os estados do Rio Grande do Norte e Alagoas. Permanecendo em Recife até o ano seguinte, onde trabalharia como professor de

cálculos, retorna ao Rio de Janeiro em 1927, assumindo magistério na Escola Politécnica e no Liceu Francês.²⁹

Engenheiro e economista de formação, Assis Ribeiro acumulou nas décadas de 1940 a 1970 importantes cargos de diretoria, coordenação e assessoria em diferentes empresas públicas e entidades associativas de classe ao longo desse período, ocupando em várias delas postos-chave de tomada de decisão e execução, tanto no âmbito privado de classe, quanto em agências estatais. Em 1944, foi fundador e chefe do Serviço de Planejamento da Fundação Brasil-Central; entre 1944/45 foi organizador e 1º Diretor Executivo da Fundação Getúlio Vargas(FGV); em 1949 criou o Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro, onde exerceu o cargo de chefia até a década de 1960; no fim dos anos 50 e início da década seguinte trabalhou como membro do Conselho de Produtividade da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro(FIRJ); foi assessor técnico, em 1960, do Centro Nacional de Produtividade Industrial da Confederação Nacional das Indústrias(CNI); membro fundador e diretor do Instituto De Organização Racional do Trabalho(IDORT), entre 1962/64; no mesmo período, foi assessor técnico e coordenador do Grupo de Estudos Sociais e Econômicos do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais(IPES); entre 1964/65 foi vice-presidente da Associação Brasileira de Colonização/Goiás.

Paulo de Assis Ribeiro seria ainda um dos principais membros coordenadores do Grupo de trabalho sobre o Estatuto da Terra (GRET), grupo encarregado ainda em 1964, no momento do imediato pós-Golpe de elaborar a legislação agrária conhecida como Estatuto da Terra, além de exercer em 1965 a presidência do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), criado no ano anterior.³⁰

Concomitante aos vários cargos que exercia nas inúmeras empresas e entidades de classe, Assis Ribeiro prestava ainda serviços de consultoria e planejamento através de seu escritório de consultoria técnico-empresarial, o Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro (ETPAR), que atuava em plena sintonia com o IPES no Rio de Janeiro.³¹

²⁹ ASSIS RIBEIRO, Carlos José. *Apontamentos sobre a vida e a obra de um apóstolo do humanismo e da cultura: contribuição ao estudo biográfico de Paulo de Assis Ribeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

³⁰ Essa sucinta reconstituição dos principais postos ocupados por Paulo de Assis Ribeiro em sua trajetória pôde ser realizada a partir da leitura de seu currículo e em documentos encontrados no Fundo PAR do Arquivo Nacional/RJ. Para uma introdução à trajetória de PAR bem como de seus principais projetos ver a obra laudatória escrita por seu irmão: ASSIS RIBEIRO, op.cit.

³¹ Segundo Dreyfuss,op.cit., o IPES era formado por uma “elite de intelectuais orgânicos” comprometidos com os interesses e projetos *multinacionais* e *associados* que agiam no sentido de desenvolver uma ação política contra o Governo João Goulart, contribuindo intensamente no processo de articulação política que culminou no Golpe civil-militar de abril de 1964. Além de estar organicamente ligado ao IPES, Paulo de Assis Ribeiro era membro da CONSULTEC, escritório técnico cuja atuação era caracterizada pelo estabelecimento de canais diretos com

O Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro, sediado no Rio de Janeiro, fazia parte em fins da década de 1950 e 60 de um conjunto de escritórios técnicos, cuja principal atividade consistia na prestação de trabalhos de consultoria tecnojurídica e administrativa para empresas privadas e públicas, residindo nesta última seu principal foco de atuação. Como parte de um complexo de empresas privadas, vinculava-se a outros importantes escritórios técnicos do período através do CBP, Consórcio Brasileiro de Produtividade, agência que, como já mencionamos, reunia em seu entorno os principais escritórios de consultoria tecnoempresarial do período. Dentre as mais importantes agências vinculadas ao CBP, estavam a ORGAMEC S/A (Organização Mecanizada-Engenharia), da qual também fazia parte Paulo de Assis Ribeiro, a ORPLAN S/A (Organização, Racionalização, Planejamento), além de empresários vinculados a FGV (Fundação Getúlio Vargas), ao SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e ao IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho).

Tais escritórios, como vimos, atuavam diretamente no planejamento de um aparato jurídico-administrativo através de contratos de consultoria junto a governos estaduais e municipais com vistas a implementar projetos de racionalização das ações estatais, que deveriam estar balizadas por princípios empresariais legitimados pela competência técnica de profissionais reconhecidamente aptos ao exercício do planejamento. Dreifuss menciona esse ponto, mas sem chegar a aprofundá-lo. Citando de uma maneira geral o CBP, o autor afirma que:

“O CBP trabalhava também junto a governos estaduais, procurando relacionar-se com figuras políticas e burocráticas proeminentes dos Estados como Cid Sampaio, de Pernambuco; General Juracy Magalhães, da Bahia; Carvalho Pinto e José Bonifácio Coutinho Nogueira, de São Paulo; Tancredo Neves e Enéas Nóbrega Fonseca de Assis, de Minas Gerais.”³²

Mais do que uma *relação* que sugira apenas trocas de influência, o CBP, através dos escritórios de consultoria tecnoempresarial associados, atuavam, como veremos, na formulação e execução direta de políticas públicas nos Estados, chegando mesmo a definir, como é o caso do ETPAR em Goiás, as prioridades do executivo maurista.

O que tal operação não declarava, entretanto, era que a elaboração de diretrizes e projetos por equipes de técnicos, tendo em vista sua implementação junto às agências e órgãos estatais, pretendia converter em políticas públicas interesses eminentemente privados de frações

agências estatais, escapando assim de pressões exercidas noutros espaços políticos como o parlamento, e que teria servido de modelo e *modus operandi* para o ETPAR . C.f. pp. 92-93.

³² *Ibden*, Id.

dominantes comprometidas com o desenvolvimento do capital empresarial associado. Assim é que nos é possível afirmar que o trabalho realizado pelo conjunto de escritórios de consultoria visava implementar, junto às administrações públicas estaduais, projetos gestados por interesses privados de classe, seja na elaboração de políticas *sob encomenda* pelos executivos e suas secretarias a partir de trabalhos de consultoria firmado em contratos, seja pela atuação direta de técnicos no interior do aparelho burocrático estatal, ocupando postos-chave de direção ou, muitas vezes, atuando nos *bastidores* da orientação e coordenação no momento da implantação dos projetos, em agências estatais por eles criadas ou mesmo aperfeiçoadas para a execução de tais finalidades.

O ETPAR elaborou ao longo dos anos de 1950 e 60 diversos estudos detalhados sobre os Estados brasileiros, acumulando em seu arquivo valioso material de análise das realidades socioeconômicas estaduais e regionais. Através de seu escritório de consultoria tecnoempresarial ou mesmo participando como coordenador em outros trabalhos, Paulo de Assis Ribeiro formulou vários projetos que seriam implementados como políticas públicas por governos estaduais entre fins da década de 1950 até a década de 70.

Elaborados sempre sob a ótica do planejamento e da concepção empresarial da administração pública, tais projetos eram comumente precedidos de um estudo minucioso sobre a situação socioeconômica do estado em questão, trabalho que visava definir os aspectos identificados como “problemas de base”, cuja solução passava obrigatoriamente pela racionalização da gestão administrativa. Essa questão implicaria na incorporação pelos executivos estaduais de um conjunto de princípios e diretrizes alinhados aos interesses do capital empresarial multinacional e das frações *nacionais* associadas.

Paulo de Assis Ribeiro e sua equipe de técnicos do ETPAR e da ORGAMEC formulariam entre fins da década de 1950 e início da década de 1960 projetos e trabalhos de consultoria para os estados de Alagoas, Sergipe, Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, além, é claro, do estado de Goiás.³³ Em Alagoas, o ETPAR participaria em 1962 de uma série de encontros como parte das atividades do *Seminário Sócio-Econômico de Alagoas*. Paulo de Assis Ribeiro, representando seu escritório particular de consultoria, contratado pelo Governo do Estado para elaborar um Programa de Governo para Alagoas, contaria durante o evento com colaborações de técnicos da SUDENE, do Departamento Nacional do Serviço Social da

³³ Entre 1958 e 1963 o ETPAR realizaria estudos e projetos de planos de governo e de agências estatais para os estados do Rio Grande do Sul, cf. “Levantamento Geo-Econômico para o Rio Grande do Sul(1958); de Sergipe, “Reforma Fundiária e Ensino Rural”(1963); e para Minas Gerais, através do planejamento da Companhia Agrícola de Minas Gerais(CAMIG). Fundo PAR, CXs, 28, 29, 30, 31(sobre Alagoas e RS), 42, 43(Sergipe), e 44 (MG-CAMIG).

Indústria(SESI), membros da Confederação Nacional das Indústrias(CNI) e da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas.³⁴ Durante o seminário, os participantes promoveram amplo debate sobre o levantamento dos principais problemas do estado visando a indicação de soluções viáveis segundo as perspectivas dos setores dominante locais em parceria com os técnicos atuantes das agências de classe de representação nacional e dos órgãos de administração Federal.

Em janeiro de 1962, Paulo de Assis Ribeiro apresentaria um ‘Documento Preliminar sobre Problemas de Base’³⁵, elaborado no anterior, que resultaria posteriormente num estudo elaborado pelo ETPAR como conclusão do encontro.³⁶ O documento elaborado pelo ETPAR trazia um estudo aprofundado sobre o clima, divisão administrativa estadual, estatísticas sobre a população rural, estudos demográficos, industrialização, rede de transportes, eletrificação, culturas agrícolas, pecuária, além de dados sobre o sistema educacional, de saúde e saneamento. Tais análises, concluía o documento, dependiam de uma ampla reforma na administração pública, incluindo uma moderna adequação do aparelho administrativo e do sistema de arrecadação do Estado. Em relação às medidas a serem adotadas no agro, o ETPAR agiria em plena consonância com outros trabalhos realizados sobre o tema, começando pela necessidade de se elaborar um cadastro geral das terras devolutas do estado, sugestões de modificação do sistema de propriedade com críticas à tendência de reprodução de minifúndios, segundo o qual seria incapaz de suportar as constantes pressões dos lavradores e as grandes propriedades a serviço da agroindústria açucareira.³⁷

Importante ressaltar que as atividades do ETPAR e escritórios congêneres vinculados ao CBP estavam organicamente associadas aos pressupostos e diretrizes organizacionais de atuação político-ideológica do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais(IPES). Criado para expressar por amplos e diversificados canais de difusão os interesses de grupos empresariais contrários ao bloco nacional-reformista, o IPES em pouco tempo tornou-se uma eficiente organização de classe capaz de agrupar um número significativo de empresários, tecnoempresários e intelectuais de diversas matizes, engajados em várias frentes de combate, organizados em escritórios regionais e associados a inúmeras agências privadas.

Interessa-nos aqui atentar para a interpenetração de pressupostos ideológico-organizacionais que moldariam as diretrizes teóricas e ações de teor político-ideológicos dos

³⁴ “Planejar para Realizar: um Seminário Sócio-Econômico para um Programa de Governo.” *Seminário Sócio-Econômico de Alagoas*, 1962.

³⁵ *Gazeta de Alagoas*, 27 e 28 de janeiro de 1962.

³⁶ Ver os documentos: “Problemas de Base de Alagoas.” – ETPAR, 1962. O estudo foi publicado em 3 volumes.

³⁷ *Ibden*.

escritórios de consultoria na feitura de projetos de intervenção no agro brasileiro e, particularmente em Goiás, durante a primeira metade da década de 1960. O esforço de elaboração de uma ‘Reforma Agrária’ pelos círculos tecnoempresariais associados ao IPES revelaria um profundo intercâmbio ideológico entre agências nacionais e transnacionais atuantes no período, processo que traria em seu bojo tanto a tentativa de industrializar a agricultura – objetivo premente da modernização capitalista destinada a solucionar os problemas estruturais que impediam o desenvolvimento – como de barrar as lutas políticas dos grupos populares organizados no campo – projeto conservador que a despeito de todo esforço na construção de uma retórica progressista e preocupada com os reclamos dos pobres do campo, previa uma incorporação subordinada do camponês.

2 – Escritórios de Consultoria Tecno-política em Goiás: primeiras palavras.

A eleição para o Governo de Goiás, realizada em outubro de 1960, conduziria a Casa Verde³⁸ o jovem Cel. do Exército, Mauro Borges Teixeira(PSD). Nascido na cidade goiana de Rio Verde, em 15 de fevereiro de 1920, Mauro era filho da maior liderança política do estado, o então senador Pedro Ludovico Teixeira, fundador de Goiânia, do PSD goiano, governador de Goiás por duas vezes (de 1930 a 1937, e de 1951 a 1954), além de ter sido indicado para Interventor Federal, entre 1937 e 1945, durante o Estado Novo. Mauro Borges foi eleito governador de Goiás pela coligação PSD/PTB/PTN com uma votação que deu pouco mais de 30.000 votos de vantagem sobre seu concorrente, o udenista José Ludovico de Almeida, da coligação de oposição formada pela UDN e pelo PSP.³⁹

Mauro Borges tomaria posse na Assembléia Legislativa em 31 de janeiro de 1961, onde permaneceria até novembro de 1964. Político de curta trajetória parlamentar antes de se tornar governador, havia sido Deputado Federal por Goiás de 1958-60, Mauro Borges tinha como maior trunfo político ser filho de Pedro Ludovico, de quem recebeu total apoio na mobilização da máquina partidária a seu favor quando da investidura ao cargo de Governador do estado.

³⁸ Casa Verde é o nome dado à sede do Governo do Estado de Goiás desde 1937, quando da mudança da Capital da Cidade de Goiás(Goiás Velho) para a recém criada Goiânia. O início do Estado Novo consubstanciado com a criação e transferência da capital para Goiânia marca o que parte da historiografia goiana considera como a ‘era política contemporânea de Goiás’. ROCHA, Hélio. *Os Inquilinos da Casa Verde: Governos de Goiás, de Pedro Ludovico a Maguito Vilela*. Goiás, Clarim Publicidade, 1998.

³⁹ O resultado final das eleições de 1960 contabilizou 160.365 votos para Mauro Borges(50,4%) contra 130.968(41,2%) para José Ludovico de Almeida, de um total de 318.014, dos quais 17.107 (5,4%) foram votos em branco, e 9.554(3,0) foram votos nulos. Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – GOIÁS. *Livro de Ata de Apuração, 1960*. Apud. Ibden p. 314.

Tenente-Coronel, formado pela Escola Militar de Realengo e pela Escola de Comando do Estado Maior do Exército(ECEME), Mauro Borges ocuparia ainda, no início da década de 1950, entre 1951 e 1955, o cargo de Diretor da Estrada de Ferro de Goiás(EFG), órgão do Governo Federal.

A bibliografia dedicada ao estudo dos anos do Governo Mauro Borges não consagrou nenhuma linha, não fez qualquer referência ao fato de que grande parte das diretrizes e planos de ação pública sistematizados num complexo de medidas destinadas a implementação de políticas agrícolas em Goiás tem sua origem na formulação de equipes de técnicos, cujo trabalho em escritórios de consultoria dotou o conjunto das políticas públicas voltadas para a agricultura de uma feição marcadamente técnico-industrial à feição dos interesses e expectativas dos setores capitalistas associados ao capital transnacional no Brasil.

Essa ausência tem gerado ao longo do tempo interpretações errôneas acerca da natureza da intervenção estatal em Goiás no Governo Mauro Borges, como a de atribuir ao governador todo o protagonismo nas formulações e decisões tomadas não apenas no âmbito das políticas públicas para o agro, mas em todas as demais relativas ao planejamento e funcionamento do aparelho administrativo, como a criação e reformulação de agências estatais e ‘para-estatais’, autarquias e empresas de economia mista. Aliada a uma concepção teórica, no nosso entendimento equivocada sobre o conceito de Estado, a produção bibliográfica sobre o período do imediato pré-golpe em Goiás ensejou suas investidas reflexivas excessivamente na figura do governador, como se dependesse apenas de suas ações a elaboração das medidas destinadas a promover reformas no agro goiano. Vejamos a abordagem desses autores.

Francisco Chagas Rabelo⁴⁰ foi o primeiro a elaborar um estudo aprofundado das lutas políticas em Goiás nos anos iniciais da década de 1960, notadamente acerca do governo Mauro Borges(1961-1964). Seu trabalho, realizado sob forte influência teórica das teses sobre o *populismo* nos meios acadêmicos tem o mérito de ter reconstituído criticamente os principais conflitos partidários e intra-partidários em Goiás, revelando como os embates políticos configurariam a consolidação de tendências hegemônicas que mudariam os rumos do próprio governo, suas alianças e ações políticas. Rabelo defenderá a tese de que o governo Mauro Borges representou o auge do *pacto populista* em Goiás, consolidando um processo iniciado desde a década de 1930 por seu pai, Pedro Ludovico Teixeira, interventor estadual durante o Estado Novo e posteriormente eleito governador (1951-1955). Segundo Rabelo, o êxito do

⁴⁰ RABELO, Francisco Chagas. *Governo Mauro Borges: Tradicionalismo, planejamento e mobilização social em Goiás*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado, FFCH/UFMG, 1978.

governo deveu-se à capacidade do governador em mobilizar as camadas da população até então marginalizadas, principalmente os camponeses. Para o autor, esse “apelo ao povo” tornou-se imprescindível como base de apoio, na medida em que o caráter progressista adotado pelo governo em muitas de suas proposições desagradava às frações dominantes agrárias contrárias a mudanças. Sobre a política agrária, Rabelo enumera algumas ações do governo, limitando-se a descrever o IDAGO apenas como órgão “mobilizador” das massas rurais. A propósito das agências criadas no governo, bem como às políticas públicas de intervenção no agro, nenhuma relação é feita para além daquelas que atribuem as ações perpetradas pelo Estado enquanto a materialização das ‘vontades’ do ocupante do executivo.

O historiador goiano Gil Mendes Luz⁴¹ desloca a discussão das lutas sociais no período para o estudo da “reforma administrativa” perpetrada pelo plano de modernização do aparelho estatal goiano. Seu argumento reside no reconhecimento da eficiência alcançada por tais mudanças, entendidas como promotoras de *competência e produtividade*, o que no tocante ao agrário pretendia a *racionalização* do uso da terra, a modernização da agricultura por meio da mecanização e da criação de núcleos coloniais assistidos pelo Estado. A política agrária implementada seria fruto imediato de um planejamento vislumbrado pelo governador e sua equipe técnica altamente capacitada(nenhum nome é mencionado) e sem quaisquer relações políticas inerentes. Embora seu estudo contribua para um *mapeamento* acerca do funcionamento das agências estatais criadas no Governo Mauro Borges, sua abordagem se restringe, entretanto, à sistematização dos aparelhos do Estado, sem que seja feita qualquer relação entre as agências e os agentes nelas inscritos bem como os interesses em disputa. O Estado fica assim abstraído de relações sociais, e é descrito como um corpo burocrático e monolítico, consubstanciado na figura *modernizadora* de seu governante.

Seguindo de perto os passos de Gil Mendes Luz, o cientista político Adailton Lopes Silva⁴² dá prioridade aos aspectos administrativos da experiência de Mauro Borges a frente da “Casa Verde”. Sua inovação consiste na comparação do governo pessedista com a administração de Marconi Perilo(PSDB), governador eleito em 1998 e reeleito em 2002. O autor esforça-se por aproximar as duas experiências sob o argumento de que ambos os governos primaram pelo *planejamento* e pela racionalidade administrativa, inserindo na discussão os termos da “gestão” técnica dos recursos do Estado. Mauro Borges surge como

⁴¹ LUZ, Gil Mendes. *Planejamento e Intervencionismo Estatal em Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

⁴² SILVA, Adailton Lopes Torres da. *Estado, planejamento e gestão pública em Goiás: os governos Mauro Borges e Marconi Perilo*. Goiânia: 2003. Dissertação(Mestrado em Ciência Política), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade federal de Goiás.

administrador moderno por ter rompido em função de uma série de medidas racionais de reformulação do aparato administrativo com o tradicional clientelismo político goiano, base das relações estatais anteriores e marca de uma sociedade preponderantemente rural. Tanto a reforma administrativa quanto os planos e ações estatais não escapam das determinações que colocam o governador como centro definidor e decisivo. A experiência administrativa de Mauro Borges surge na ótica abordada pelo autor como precursora no estado de uma gestão moderna e eficaz justificando-se, portanto, tomá-la comparativamente com o governo Perilo, reforçando o discurso de gestão responsável alardeado pela administração do PSDB em Goiás.

Marisis Cunha de Oliveira⁴³ trabalha especificamente com a “questão agrária” no Governo Mauro Borges. Trata-se, sobretudo, de uma primeira tentativa de sistematização da política agrária adotada em Goiás no início da década de 1960. Seu estudo constitui-se basicamente de um trabalho *descritivo* acerca das principais diretrizes adotadas pelo governo na aplicação de uma “reforma agrária” no estado. Dessa forma, ela faz uma descrição pormenorizada do que foi o IDAGO, suas diretrizes e ações, sempre preocupada em exprimir-se do *ponto de vista* das fontes publicadas pelo Instituto. A metodologia adotada pela historiadora, nesse caso, acaba limitando seu estudo, na medida em que utiliza trechos das “cartilhas” publicadas pelo IDAGO e entrevista realizada com Mauro Borges, apenas para referendar suas assertivas ou para servir de material de sua descrição, o que torna seu trabalho um estudo quase apologético. O corpus documental utilizado pela historiadora, composto apenas de publicações do Governo(livretos), compromete seu estudo na medida em que não há nenhuma outra fonte que ofereça uma contraposição aos argumentos “oficiais”, tendo a autora se privado até mesmo da utilização da imprensa como material de análise.

Num dos raros momentos em que procura analisar o período, a autora afirma que o Estado durante o Governo Mauro Borges comportou-se como controlador e intervencionista, exercendo uma política centralizadora que abarcou todos os setores da economia e todos os órgãos da administração pública. Toda a iniciativa quanto à política a ser desenvolvida para o campo coube ao governador, inspirado por sua política *estatizante, nacionalista e desenvolvimentista*. A política agrária adotada em Goiás durante o Governo Mauro Borges fica, dessa forma, subordinada apenas às *vontades* do Executivo estadual, o que implica na total desconsideração das relações sociais no período.

⁴³ OLIVEIRA, Marisis Cunha de. *Questão Agrária em Goiás: Governo Mauro Borges Teixeira, 1961-1964*. Goiânia: 1987. Dissertação(Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás.

Dessa maneira, operando metodologicamente na perspectiva de personalizar as ações do executivo, a concepção de Estado presente em tais autores ficaria atrelada à noção de *sujeito*, aspecto que lhe retira toda complexidade própria à conformação das relações sociais e de conflitos que atravessam toda sua instância. Mais do que isso, perde-se a perspectiva do dimensionamento e do entendimento de que a formulação e execução de políticas públicas, no caso aqui estudado aquelas que concernem medidas de reformulação do espaço rural, resultam de embates previamente localizados na sociedade civil através da disputa entre projetos e contra-projetos historicamente representativos de interesses classistas mediante organização em agências e entidades privadas de classe. Para tornar a questão mais complexa, vale ressaltar que os embates verificados no âmbito da sociedade civil não se esgotam no momento de elaboração dos projetos de classe, mas são reproduzidos no espaço institucional de funcionamento do aparelho estatal no que adquirem novas perspectivas uma vez que as disputas pela consolidação hegemônica intra-classe dominante entre agentes inscritos no Estado em sua acepção estrita, interferem no processo.

Outra justificativa para a constatação da ausência de quaisquer referências a atuação de escritórios de consultoria em Goiás na formulação de diretrizes de intervenção na agricultura no período em tela, reside noutra ordem de fatores tão importantes quanto às já mencionadas: as fontes pesquisadas pela historiografia. Refazendo o percurso de coleta e análise das fontes de informação historiográfica trabalhadas pelos autores que se dedicaram ao estudo do período pouco se apreende no sentido de elucidarmos as questões por nós colocadas se partirmos de suas mesmas preocupações, o que noutras palavras equivale dizer que, tanto a documentação arrolada, quanto as indagações a ela dirigidas, não dão conta da atuação dos escritórios de consultoria tecnoempresarial em Goiás, conforme temos desenvolvido. Façamos uma breve incursão sobre as principais fontes utilizadas pela historiografia do governo Mauro Borges, com a preocupação de verificar as implicações que sua utilização tem para o problema exposto.

A partir do levantamento que fizemos, foi possível constatar que a maior parte do *corpus* documental utilizado pelos estudiosos do governo Mauro Borges limita-se a utilização de documentos publicados pelo próprio governo em forma de livros, além de discursos proferidos pelo governador. Ao cotejar esse material foi-nos possível verificar que neles não há nenhuma referência à atuação de técnicos e escritórios de consultoria técnicas junto ao governo Mauro Borges, exceção feita a uma única indicação do próprio Mauro, em livro publicado em 1965, de que o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás teria contado com a “colaboração

direta e pessoal do hoje principal assessor do marechal Castelo Branco, em assuntos de reforma agrária, o conselheiro Paulo de Assis Ribeiro”⁴⁴

Escrito num momento em que Mauro Borges defendia-se de acusações de alinhamento à esquerda, motivo que serviu de principal argumento para sua deposição ainda nos primeiros meses após o golpe de 1964, o que aos seus olhos não passava de injúrias infundadas levadas a cabo pelos setores próximos à ‘linha dura’ do Exército, tratava-se de evidenciar, ao citar o nome de Assis Ribeiro e sua ‘colaboração’ na implantação do IDAGO, que os planos de seu governo afastavam-se consideravelmente daqueles traçados pelas propostas tidas como radicais, uma vez que nele teria participação ‘direta e pessoal’ de um insuspeito técnico e agente fundamental na montagem do aparelhamento estatal do governo Castelo Branco.

Como era de se esperar, os documentos oficiais publicados com o intuito de divulgar os trabalhos realizados pelas agências, bem como estudos que visavam apresentar as propostas políticas e planos de ação em diversas áreas no âmbito da Secretaria de Agricultura e de agências vinculadas, tampouco fazem menção ao fato de que grande parte do material composto marcadamente de uma linguagem técnico-científica tinha sido previamente elaborado por escritórios de consultoria.

Importante mencionar que em não raras ocasiões, grande parte dos argumentos utilizados pelo governador e secretários de governo, quando da exposição de motivos para as ações das agências destinadas a intervenção no agro em Goiás, provinha da sistematização realizada pela equipe de técnicos do ETPAR. Isso não apenas por meio da incorporação de uma ‘filosofia’ oriunda dos círculos tecnoempresariais na condução das políticas públicas, mas, sobretudo, pela reprodução textual de passagens elaboradas pelo próprio Paulo de Assis Ribeiro.

A imprensa da época também não faz qualquer menção aos trabalhos do ETPAR ou de qualquer outro escritório técnico em Goiás, reiterando, assim como posteriormente faria a historiografia, a visão de que coube a Mauro Borges, quando muito a alguns secretários e presidentes de autarquias, o protagonismo na definição das diretrizes conformadoras da política agrícola elaborada no governo. Fizemos um levantamento exaustivo do jornal *Folha de Goiás*, num período que cobre desde fins de 1960, momento que consagrou a vitória de Mauro Borges para governar o estado de Goiás, até novembro de 1964, momento em que o governador foi deposto e o governo foi assumido pelas forças interventoras federais. Jamais encontramos quaisquer referências ao nome de Paulo de Assis Ribeiro ou de quaisquer outro agente ou agências tecnoempresarial relacionada à política agrária goiana.

⁴⁴ BORGES TEIXEIRA, Mauro. *O Golpe em Goiás. História de uma grande traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.p.37.

Essas observações produzem uma nova ceara de reflexões a ser explorada, qual seja, as motivações que corroboraram para o ‘ocultamento’ das relações entre agências privadas formuladoras de diretrizes político-ideológicas consubstanciadas em trabalhos de consultoria técnica e organismos estatais goianos. Tal ‘ocultamento’ seria obra de uma prática comum nesse tipo de relação ou consistiria mesmo numa estratégia que buscava resguardar os agentes envolvidos da linha de frente das lutas políticas do período? Entendemos que ambas as hipóteses são pertinentes, posto complementarem-se. Uma vez que a pesquisa por nós empreendida logrou a possibilidade de trabalhar com fontes ainda não cotejadas pela historiografia sobre o período Mauro Borges, foi-nos possível não somente ‘descobrir’ a atuação do ETPAR-IPES em Goiás, como reler as fontes recorrentemente utilizadas a luz dessa nova perspectiva.

Se compreendermos que a atuação dos escritórios de consultoria e seus agentes edificaram um braço eficaz da tática de expansão do projeto hegemônico dos empresários e tecnoempresários agremiados no IPES, e que sua presença junto a executivos estaduais consistiu, como temos afirmado, em traço conjuntural dos anos que antecederam o golpe de 1964, é possível propor como conjectura que o processo histórico de consolidação da ingerência de agentes especialistas técnicos e suas agências especializadas na elaboração de diretrizes político-ideológicas, consubstanciadas em trabalhos técnico-científicos supostamente neutros, enquanto vislumbrou a perspectiva de conquista do poder político através da inscrição de seus projetos mediante conversão em políticas públicas, atuou no sentido de ocupar estrategicamente o maior espaço possível nas diversas instâncias estatais, seja através da sistematização de programas de governo, seja na ocupação efetiva de postos-chave no interior da sociedade política. A atuação do ETPAR-IPES e outras agências privadas em Goiás demonstra o quanto tal estratégia logrou sucesso na conquista dos aparelhos de estado estaduais, momento que precederia a tomada do poder político em nível federal.

Tem-se dito até aqui que os escritórios de consultoria através do engajamento de inúmeros técnicos foram responsáveis pela sistematização de um conjunto de diretrizes destinadas a realização de planos de desenvolvimento econômico para vários estados brasileiros, entre fins da década de 1950 e início dos anos 60. A presença e relevância em todos esses projetos de itens referentes ao desenvolvimento do setor agropecuário sinaliza a importância que o setor representava como aspecto privilegiado no âmbito de um planejamento econômico delineado, enquanto condição essencial para a modernização da respectiva unidade federativa brasileira. Os caminhos que levariam à desejada modernização das agriculturas estaduais passavam pela

identificação das especificidades formadoras da realidade agrária regional, em consonância com a particularidade que tais configurações assumiam quando pensadas para além de suas funções econômicas locais.

Aspecto extremamente relevante na análise das concepções que nortearam a tessitura dos projetos formulados por escritórios técnicos e destinados à conformação de políticas públicas perpetradas para o agro, reside no conjunto de pressupostos político-ideológicos aos quais tais agências e seus tecnoempresários estavam associados e sobre as quais influíam decisivamente. Seu engajamento convertia-se num poderoso movimento articulado de sistematização e difusão de valores modernizante-conservadores para a agricultura. O agro, dessa maneira, passava a setor estratégico, como *lócus* de industrialização, em seu processo de integração subordinada ao desenvolvimento da acumulação capitalista baseada no desenvolvimento da indústria de bens de consumo duráveis.

O movimento dedicado à propagação de um complexo de medidas a serem efetivadas com vistas a promover a ‘racionalização’ no âmbito do processo produtivo agrícola abarcava variados aspectos concernentes a formação de um sistema de produção agro-industrial. Tais transformações versavam sobre a difusão de mecanismos técnico-científicos no tratamento do solo, mecanização e seleção adequada de sementes, organização do plantio de gêneros alimentícios por região, criação de um mercado pujante para os produtos agropecuários, eficaz sistema de armazenamento e ensilagem, até a candente necessidade de ordenamento das relações de produção. No que tange a esse último aspecto, fazia-se premente a criação de uma ‘Justiça Agrária autônoma’, com o objetivo precípua de atuar como mediadora de conflitos, processo que passava inelutavelmente pela disciplinada colaboração do trabalhador rural não engajado nas organizações camponesas atuantes no período.

De uma forma geral, baseados na relação orgânica mantida entre os escritórios de consultoria tecnoempresarial, seus especialistas técnicos e o IPES, poderíamos afirmar inicialmente que as diretrizes norteadoras dos projetos de intervenção na agricultura gestados no âmbito de trabalhos realizados por equipes de técnicos encontravam-se de antemão sistematizados no conjunto de planos formulados no IPES. Tais diretrizes compunham uma verdadeira tentativa de realizar uma ‘interpretação’ da sociedade brasileira, capaz de converter-se em projeto de poder político por frações dominantes vinculadas ao capital transnacional. Propomos, entretanto, e sem prejuízo quanto a validade da assertiva anterior, considerarmos a relação orgânica entre os agentes tecnoempresários, seus escritórios de consultoria e membros do IPES como exercício de ação político-ideológica de um grupo formulador e difusor de uma

cultura hegemônica de solução política e econômica tecnoempresarial na ação elaboradora de políticas públicas de intervenção no agro mediante execução de agências estatais e associadas.

O Governo Mauro Borges é interpretado, portanto, sob o signo do planejamento. Esse aspecto tem sido ressaltado pela historiografia, embora com frequência não haja qualquer problematização quanto ao fato de o plano de governo ter sido elaborado por equipe de técnicos da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto Brasileiro de Economia, ambas localizadas no Rio de Janeiro. As agências privadas de consultoria responsáveis pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás são mencionadas pelos autores apenas para enfatizar o planejamento enquanto questão central na nova administração goiana. Sua referência surge, portanto, para demarcar a oposição entre um novo estilo de governar, representado na figura destemida e empreendedora do jovem político pessedista, e as velhas práticas clientelistas de grupos políticos oligárquicos, sobretudo nas primeiras décadas da República, mas também em relação a práticas empreendidas por seu próprio partido, o PSD, em todo o estado.

Entre outras implicações, essa postura termina por negligenciar as implicações político-ideológicas pertinentes à atuação de agências privadas junto ao Estado e sua influência no trabalho de hierarquização de prioridades na conformação de planos de desenvolvimento econômicos regionais e no direcionamento das políticas públicas a serem executadas pelas agências estatais. Dessa maneira, os aspectos políticos concernentes à atuação de escritórios técnicos na sistematização do planejamento das ações governamentais em Goiás são preteridos pela historiografia em favor de abordagens que contribuem para reiterar o discurso dos agentes e agências estatais na defesa da *neutralidade* do técnico e seu caráter supostamente apolítico, em oposição aos interesses clientelísticos dos políticos *tradicionais*.

De acordo com a ótica adotada pela historiografia sobre o Governo Mauro Borges, tanto o planejamento das ações governamentais, quanto as medidas de reformulação do funcionamento do aparelho administrativo estatal, resultam basicamente de um empreendimento pessoal do chefe do Executivo goiano. Isso se deve, a nosso ver, à conjunção entre uma visão equivocada do conceito de Estado e a uma adoção da visão construída ao longo dos anos pelo próprio Mauro Borges, que invariavelmente apresentou-se como porta-voz da renovação da administração pública em Goiás.

Os reiterados depoimentos do governador, em pronunciamentos, entrevistas ou escritos de caráter autobiográfico e *memorialista*, são tomados como argumentos de autoridade, contribuindo assim para manter os analistas do período circunscritos numa órbita permanente em relação ao discurso do personagem em questão. Não se trata aqui de eliminar a influência

da figura do governador nas decisões e direções tomadas durante seu governo. Essa postura seria equivocada por converter o governador em mero adereço, posição, aliás, válida para quaisquer sujeitos históricos.

Nossa postura não implica, portanto, em considerar o chefe do executivo goiano como uma espécie de marionete a serviço de interesses escusos e, via de regra, abstratos. Trata-se, no entanto, de dar-lhe a devida dimensão, o que sugere que nossa análise, sempre que necessário, deve levar em consideração as idiossincrasias do jovem governador, como, p.ex., as contradições entre seu pertencimento a setores renovadores do PSD ao mesmo tempo em que era cacifado como representante e continuador do ludoviquismo, condição que lhe fora legada enquanto herdeiro político de seu pai, Pedro Ludovico Teixeira. Deve-se considerar sobretudo seu *ethos* militar adquirido em sua formação no Exército, fator que irá perpassar todo o seu governo: da escolha de um número considerável de militares para ocupação de postos-chave na direção de agências estatais à formulação de soluções estratégicas para superar as inúmeras crises políticas que alvejaram seu curto período à frente da administração goiana com relativa frequência.

Muito foi dito pela bibliografia acerca do planejamento estatal no Brasil e de como a ampliação da estrutura administrativa do Estado, em sentido estrito, contribuiu, ou melhor, forjou, como estratégia política, uma série de mecanismos provenientes da esfera do Executivo. A ampliação desses canais de atuação no interior do aparelho de Estado contribuiu para criar novos espaços de tomada de decisões que escapariam das margens de controle e influências do Legislativo, âmbito tradicionalmente político e que passaria, portanto, a representar um ‘entrave’ à racionalidade administrativa. Tal ‘entrave’ originava-se de uma interpretação que opunha a *neutralidade* das ações planejadas, consubstanciadas em planos e programas de desenvolvimento econômicos, às disputas parlamentares *contaminadas* por interesses particulares, próprios de políticos profissionais e distantes do pensamento racional. O caso concreto mais exemplar e que serviria como matriz para futuras elaborações teóricas ocorre inegavelmente durante o Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), donde seu Plano de Metas e a montagem de uma ‘administração paralela’ capaz de executá-lo compõem as peças fundamentais das análises.⁴⁵

Nesse sentido, a ampliação do aparelho de Estado, mediante a criação de inúmeras autarquias e empresas de economia-mista, bem como a formação de ‘grupos de trabalho’ para o tratamento técnico de temas que viriam a se tornar políticas públicas através das agências

⁴⁵ BENEVIDES, Maria Victoria. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

estatais, podem ser compreendidos enquanto resultado de uma tendência cada vez maior, a partir da década de 1950, de ‘tecnização’ das tomadas de decisões estatais, ao passo que promoviam a deslegitimação do legislativo como espaço de decisão. Poderíamos mesmo concordar com Ianni, para quem houve uma crescente ‘despolitização’ das decisões políticas, eminentemente técnicas, acerca de questões relativas a planos de desenvolvimento econômico, na medida em que estes avançavam como solução racional para a administração estatal.⁴⁶ Isso se entendermos por ‘despolitização’, não a ausência de interesses e ações políticas, mas o deslocamento do poder de decisão do legislativo para as instâncias técnicas formuladoras e executoras do aparelho de Estado e, o mais importante, a apresentação das soluções planejadas oriundas desses espaços como *neutras*.

É perfeitamente aceitável e não de todo equivocado inferir que a proposta de formulação do Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás tenha sido influenciada pelo exemplo do planejamento econômico consolidado no Governo JK e consubstanciado no Plano de Metas. Contudo, a relação se daria menos por uma influência direta do Plano em si do que pela disseminação de uma cultura política que engendrou governos tecnicamente planejados legitimados pela atuação de equipes de técnicos, tanto no momento da formulação de projetos de governo quanto na presença destacada no interior do aparelho de Estado. Tal prática, disseminada após a aplicação do planejamento em nível federal, encetou a regionalização do planejamento estatal através de planos de desenvolvimento formulados para serem executados por governos estaduais.⁴⁷

Dessa maneira, o Plano MB surge como uma resposta de alcance regional à necessidade de reformulação da administração pública com vistas à elaboração de um conjunto de medidas no âmbito econômico e social, capaz de preparar o estado para o desenvolvimento capitalista, em sintonia como o novo padrão de acumulação dependente, adotado no país a partir da década de 1950.

A presente tese está dividida em cinco capítulos. A organização dos capítulos obedece à seguinte lógica:

O **Capítulo I** está dividido em duas partes. Na primeira parte abordaremos a questão da industrialização brasileira na conjuntura da década de 1950. Discutiremos como a noção de ‘planejamento’, uma das mais valiosas ferramentas do ideário do desenvolvimento, constitui-se

⁴⁶ IANNI, Octavio. Op.cit. p. 161-62.

⁴⁷ Esse aspecto foi abordado por Mendes Luz, que chama atenção para o fato de que antes de Goiás, em fins da década de 1950, os estados de São Paulo e do Paraná elaboraram planos regionais de desenvolvimento econômico. O primeiro, administrado pelo governador Carvalho Pinto, criou o Plano de Ação do Governo, o PAG, enquanto o segundo, no governo Ney Braga, criou o Plano de Desenvolvimento do Paraná, o PLADEP. LUZ, Gil Mendes. op. cit. p.46.

em tarefa primordial dos projetos econômicos dos governos brasileiros ao longo dos anos de 1950, sobretudo em meados dessa década.

A discussão acerca do planejamento estatal e da orientação planejada dos investimentos a serem aplicados como componentes de um plano econômico de governo traz à luz a discussão a ela inerente da intervenção do Estado no processo de acumulação capitalista. Ao mesmo tempo, e como condição fundamental, implica para esse Estado a reformulação de sua estrutura administrativa visando ampliar seu raio de ação mediante a criação de inúmeras agências aptas a executarem projetos de desenvolvimento planejados por equipes de especialistas técnicos.

A articulação desses fatores demandou em variados momentos a formação de um verdadeiro *staf* administrativo composto de instituições estatais e ‘para-estatais’, verdadeiras agências de racionalização de políticas públicas ocupadas por especialistas e técnicos responsáveis pela formulação e execução de planos de governo, criação e disseminação de práticas e teorias econômicas que contribuiriam, entre outras coisas, para a consolidação da própria noção de planejamento estatal enquanto instrumento para o desenvolvimento.

A idéia de intervenção estatal planejada caminhou *pari passu* com a noção de *racionalização* e coordenação técnica dos pressupostos teóricos e metodológicos de sustentação dos ditos planos de desenvolvimento. Sua materialização se dá pela construção de agências planejadoras e planos de governo destinados a definir setores-chave a serem atendidos por projetos perpetrados por agências estatais de fomento e desenvolvimento econômico no Brasil. Em suma, trata-se de compreender o estágio precedente ao debate sobre a relevância do planejamento e da intervenção estatal no início da década de 1960, quando o tema será tratado como estratégia maior de eficiência administrativa pelo governo Mauro Borges em Goiás. Daí a importância de recuperarmos os principais contornos do tema na década anterior, exatamente o momento histórico de consolidação de um *ethos* administrativo calcado na idéia do planejamento.

Na segunda parte discutiremos a questão da tecnização da agricultura à luz do processo de disseminação do discurso do planejamento. Dessa maneira, por um lado, a propalada modernização da agricultura se incorpora ao projeto de desenvolvimento industrial como elemento a ser recuperado do atraso com vistas a desfazer-se o obstáculo que se interpunha ao projeto de desenvolvimento como superação da pobreza; por outro, a própria agricultura incorpora os pressupostos modernizadores que ditam o padrão de desenvolvimento industrial, cuja diretriz da racionalidade técnica irá pautar o veredicto acerca da produtividade agrícola, cada vez mais dependente de capital e de tecnologia como condições para o modelo de modernização perseguido.

Nosso enfoque recairá, nesse sentido, sobre aspectos que vistos articuladamente conformam projetos de modernização capitalista da agricultura no Brasil a partir de fins da década de 1940, a saber, programas de assistência técnica e de educação rural, ambos preocupados com a construção de um novo ator social no campo, colaborador do projeto em pauta, o ‘pequeno produtor’, numa tentativa de reproduzir no Brasil o modelo americano do *farmer*, ao mesmo tempo produtor de alimentos e consumidor de produtos industrializados. Esse processo está no cerne da posterior integração subordinada do agro à indústria, ou talvez fosse melhor dizer da extensão da industrialização ao processo produtivo agrícola. Convém ressaltar que a despeito de se tratar de um projeto de disseminação do pequeno produtor incorporado à lógica industrial que trazia em seu bojo uma crítica à grande propriedade, esta não só persistiu como tornar-se-ia, uma vez convertida em empresa rural, no principal esteio de consolidação dos complexos agroindustriais formados a partir da década de 1970.

Aspecto fundamental para a compreensão desse período reside na presença cada vez maior dos interesses capitalistas norte-americanos no Brasil materializado em inúmeros acordos de cooperação e financiamento entre governos e instituições financeiras com vistas a promover o desenvolvimento industrial brasileiro segundo padrão ditado pela via dos empreendimentos de empresas multinacionais. Soma-se a essas iniciativas de cunho privado sua contrapartida estatal mediante a penetração de agências estadunidenses de desenvolvimento e cooperação técnica responsáveis por uma verdadeira disseminação de um *know row* técnico-científico voltado para

Vistas em conjunto essas questões contribuem para compreendermos historicamente o arcabouço teórico e político que passa a construir um aparato discursivo hegemônico e dominar as iniciativas estatais em nível nacional bem como sua adoção por alguns estados da federação. Será a partir dessa discussão que pretendemos compreender com maior profundidade o momento em que essas questões assumem o protagonismo em Goiás no decurso do Governo Mauro Borges para impor-se como discurso hegemônico de modernização da região. Pretendemos, dessa forma, inserir o debate sobre o planejamento e os projetos de reformulação da agricultura perpetrados em Goiás no início da década de 1960 à luz de uma abordagem ampla capaz de dar conta de questões cuja origem remonta aos anos anteriores. Trata-se, portanto, de compreender historicamente o que no nosso entender constituem-se nas questões-chave com as quais o governo Mauro Borges irá deparar-se ao eleger a *modernização* da economia agrária regional como prioridade: planejamento, intervenção estatal, desenvolvimentismo e tecnização da agricultura.

As questões debatidas neste primeiro capítulo justificam-se sobretudo, por entendermos que o tratamento de um tema situado em âmbito regional, como é o caso da análise das políticas públicas de desenvolvimento agrícola em Goiás no início da década de 1960, não deve circunscrever-se aos limites da apreciação dos aspectos locais. Embora a obviedade de sua relevância e ênfase com que precisa ser abordada seja inquestionável, é correto supor que são insuficientes quando passam a ser problematizadas como partes de uma totalidade que exerce permanente influência sobre os aspectos locais. Ademais, como espero demonstrar no decorrer dos capítulos que compõem esta tese, é indispensável para a compreensão do governo Mauro Borges, não apenas no que tange ao desenvolvimento agrário, mas sobretudo no que diz respeito aos pressupostos ideológicos que fundamentam e perpassam sua administração como um todo, estabelecer as relações políticas e econômicas entre o cenário estadual e o federal .

Em suma, pretendemos abordar a questão do processo de desenvolvimento industrial da agricultura no Brasil, e em particular em Goiás, a partir de um enfoque que privilegia sua integração subordinada à indústria. Para além dos aspectos mais diretamente associados à industrialização do agro, tais como a adoção maciça de insumos e técnicas modernas de cultivo, processamento e distribuição da produção agropecuária, interessa ressaltar a incorporação pelos agentes responsáveis por projetos de desenvolvimento do setor rural de todo um arcabouço discursivo e prático ditado pelas regras do setor urbano-industrial. Dessa maneira, aspectos que marcaram o debate e a implementação da industrialização brasileira na segunda metade do século passado, como o discurso desenvolvimentista, o grau de intervenção estatal na economia, bem como a consolidação do ideário do planejamento e da racionalização das atividades administrativas estatais, serão incorporados como eixos norteadores do discurso de sustentação das propostas de modernização da agricultura.

No **Capítulo II** discutiremos a questão do planejamento em Goiás durante o governo Mauro Borges, bem como a relação entre sua administração e políticas públicas para o agro com o Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro(ETPAR) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais(IPES).

Em relação ao planejamento, trata-se primordialmente, de enfrentar a questão a partir de dois eixos que se interpenetram: 1) como o planejamento e os projetos de reforma administrativa perpetrados em Goiás, incluindo principalmente aqueles diretamente envolvidos no direcionamento das políticas agrícolas no estado, foram recebidos, percebidos e transmutados nos embates travados entre as classes e frações de classe no período? e, 2) como o discurso de ruptura com o ‘atraso’, produzido pelo estado, contribuiu para a consolidação de uma visão que toma o governo Mauro Borges como momento culminante de um processo de

busca pela modernização de uma sociedade que historicamente se viu à margem das diretrizes de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que articulou um discurso de reivindicação pelo seu reconhecimento?

Em suma, o que se pretende de uma maneira geral, é problematizar as implicações históricas do planejamento estatal em Goiás, do qual o plano de desenvolvimento econômico, assim como os planos de desenvolvimento agrário em suas variadas matrizes, são peças fundamentais em nosso foco de análise. Será a partir da busca pela integração da região ao processo brasileiro de modernização capitalista em curso que o planejamento em Goiás precisa ser compreendido. Da mesma forma, é como parte desse processo e como condição essencial para os projetos de desenvolvimento de uma agricultura moderna no Brasil, que a reformulação agrária em Goiás promovida pelo governo Mauro Borges deve ser pensada.

Ao abordarmos a questão do planejamento estatal perpetrado em Goiás durante o governo Mauro Borges Teixeira, conduziremos nossa discussão a partir de dois enfoques que visam situar e problematizar o debate acerca do novo papel da região nos quadros dos projetos de desenvolvimento econômico brasileiro em pauta no início da década de 1960. Inicialmente nosso esforço irá se concentrar nas leituras construídas acerca das relações que o estado estabeleceu historicamente com outras regiões e com o conjunto da economia nacional.

Para tanto, faremos um diálogo com as tradições historiográficas goianas que pensaram a região a partir da dicotomia modernidade/decadência, epítetos que atuaram como traços marcantes de uma produção reflexiva pautada pela necessidade de pensar Goiás a luz de sua integração ao país. A historiografia, nesse caso, ecoa e amplifica um complexo conjunto de diretrizes políticas e institucionais que buscaram, no decorrer do percurso assinalado, projetar a região, seja sob o signo da eterna *decadência*, seja sob o signo da inexorável *modernidade*. Esta, invariavelmente, construir-se-ia em sistemática oposição àquela.

Finalmente, discutiremos o planejamento, sobretudo aquele destinado à execução de medidas de interferência estatal na agricultura durante o governo Mauro Borges, à luz do seu significado histórico-social, qual seja, a partir de uma abordagem que procure compreendê-lo no contexto das questões políticas, econômicas e culturais que engendraram sua construção como solução para a promoção do desenvolvimento regional em Goiás.

Convém reiterar, conforme já aludimos anteriormente, que um fator determinante nesse processo residiu na presença de escritórios de consultoria técnica e seus agentes especialistas, responsáveis não apenas pela elaboração dos projetos que seriam convertidos em políticas públicas para o agro goiano, mas também atuantes como verdadeiros arquitetos do próprio

funcionamento do Estado na medida em que operaram na reformulação do aparelho estatal e na organização de novas agências.

Essa questão não deve ser vista de maneira isolada dos rumos adotados pelo conjunto maior da economia nacional da qual o Centro-Oeste é parte constituinte e tem um papel a ser desempenhado na divisão regional do trabalho. Ao adentrarmos nesse terreno da discussão esperamos engendrar as condições necessárias para a compreensão histórica das políticas públicas destinadas ao agro goiano no início da década de 1960, questão que será desenvolvida nos três capítulos seguintes.

O objetivo premente das reflexões presentes nesse capítulo busca, portanto, compreender os significados do governo Mauro Borges e das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento da agropecuária goiana situando-os tanto em relação ao processo de construção da modernização da sociedade goiana, quanto da via modernizante conservadora adotada no Brasil para viabilizar um desenvolvimento capitalista nacional associado ao capital transnacional. Ambas as questões estão imbricadas e estarão presentes de modo contraditório e complementar nas políticas de desenvolvimento do agro goiano formulados durante o governo maurista.

Visto o governo Mauro Borges a partir das linhas gerais de seu planejamento e das diretrizes que compunham seu plano de desenvolvimento para o agro em consonância com os pressupostos dos escritórios de consultoria, o **Capítulo III** tratará das principais agências estatais construídas no período com o intuito de pôr em prática o plano de desenvolvimento agrário goiano. Nosso objetivo nesse capítulo é o de analisar a formação do que chamamos de *complexo de agências e órgãos estatais e associados*, denominação que compreende tanto autarquias e empresas de economia-mista criadas e reformuladas pelo governo Mauro Borges, quanto entidades privadas associadas, goianas e de alcance nacional.

Uma atenção especial será dada à tarefa de cotejar o quadro dirigente de tais agências, consoante que estamos da necessidade de se analisar o Estado tendo como premissa metodológica uma abordagem que dê conta dos agentes inscritos no aparelho estatal, bem como sua origem, formação e vinculação a entidades de classe e outros espaços organizados na *sociedade civil*. A adoção dessa perspectiva torna-se imprescindível em nosso objetivo de compreender as políticas públicas para o agro perpetradas ao longo do governo Mauro Borges em Goiás. Essa postura permite-nos estabelecer as relações de conflito e de colaboração num dado momento histórico entre os sujeitos coletivos organizados na sociedade civil, seus representantes no interior do Estado, em sentido restrito, os interesses em disputa e sua vinculação às demandas de classes e frações de classe. Em suma, é a partir da análise da prática

das agências e agentes inscritos no Estado que resulta uma profícua compreensão das políticas públicas por eles perpetradas.

O cotejamento dos agentes atuantes nas instituições estatais goianas revelou-se ao longo da pesquisa uma das tarefas mais difíceis, sobretudo pela escassez de documentação capaz de fornecermos informações acerca da trajetória de tais agentes. Procuramos driblar as dificuldades, de modo que nossa exposição não ficasse prejudicada, dando ênfase a determinados nomes em detrimento de outros, seja pela importância histórica por nós avaliada em relação à determinada personagem, seja pela maior quantidade de fontes de informação encontradas. Assim, para alguns agentes atuantes no governo Mauro Borges não teremos mais do que limitada referência.

A análise do *complexo de agências e órgãos estatais* não sugere, portanto, uma homogeneidade nas ações empreendidas pelo governo Mauro Borges e destinadas ao desenvolvimento agropecuário em Goiás. Antes de tudo, trata-se de compreender o funcionamento das agências estatais goianas tendo em vista sua heterogeneidade, o que se dá pela composição dos quadros dirigentes, bem como pela esfera de intervenção para a qual foi definido o campo de atuação de determinado organismo estatal. Assim é que, p. ex., uma análise detida acerca da atuação do complexo de agências estatais goianas, mostrará que a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás(CASEGO) e a Companhia Agrícola do Estado de Goiás(CAESGO), terão o foco de suas políticas públicas largamente distintas daquele atribuído ao Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás(IDAGO), a despeito da propalada colaboração e da tentativa de subordiná-las a este último.

O **Capítulo IV** segue na abordagem das políticas públicas destinadas ao agro pelo Governo Mauro Borges, porém tratando de um tema específico: a maneira como o governo, em suas diferentes instâncias, lidou com a questão do trabalhador rural goiano. Quais as medidas adotadas no sentido de solucionar a questão da posse da terra no estado? Tendo como principal foco de conflitos a apropriação da terra por amplas camadas de trabalhadores rurais expropriados e migrantes sem terra, a ação do governo concentrou-se em duas frentes: de um lado, propunha a criação de núcleos coloniais em diferentes áreas do estado, os chamados Combinados Agro-Urbanos, experiência inspirada nos *moshavs*, modelos de colônias agrícolas israelenses baseados na propriedade privada da terra; de outro, a repressão policial aos movimentos camponeses e ações de trabalhadores rurais organizados que ousavam ameaçar a propriedade privada mediante o apossamento de áreas tidas como particulares.

Ambas as frentes tinham um objetivo comum: converter o trabalhador rural goiano num trabalhador de novo tipo, afeito à nova ordem capitalista do agro, consumidor de insumos e

colaborador da política agrícola e agrária do governo. Uma série de medidas foram adotadas nesse sentido, destacando-se a preocupação com a educação do trabalhador rural, o que se deu através da lógica do extencionismo, disseminada em Goiás por agências de âmbito nacional, como o sistema ABCAR e por organismos internacionais, notadamente norte-americanos, como os Clubes 4-S, os Jovens para a Paz, dentre outros, que estiveram presentes no estado e atuaram, de alguma maneira, associados ao governo Mauro Borges em consonância com as diretrizes da Aliança para o Progresso.

O capítulo discute ainda, tendo em vista os mecanismos de atuação do governo com vistas a criar um novo trabalhador rural goiano, a prática da violência como forma de obter o seu intento. Dessa maneira, interessa-nos abordar a violência tanto em seu aspecto *físico* quanto o *simbólico*.

No **Capítulo V** da tese pretendemos discutir a relação entre a política agrícola implantada em Goiás e o Estatuto da Terra. Interessa-nos demonstrar que os principais aspectos contidos na Lei já estavam sendo postos em prática em Goiás desde o início dos anos de 1960. Com isso pretendemos demonstrar que a política de intervenção na agricultura formulada durante o governo Castello Branco e consagrada como hegemônica no ET é menos o resultado de uma *ruptura* promovida por novos agentes do que sua viabilização possibilitada pelo governo militar mediante a institucionalização de uma visão orientada pela função capitalista da agricultura. Não por acaso, os principais mentores intelectuais da nova lei pertenciam aos quadros dos mais renomados escritórios de consultoria e atuavam desde os primeiros momentos dos anos de 1960 na formulação de um projeto de *reforma agrária* compatível com os interesses dos novos grupos agrários.

Faremos um debate com a bibliografia sobre o Estatuto da Terra no intuito de apontar alguns equívocos que consideramos importantes. Um deles consiste em apontar os agentes ipesianos do Rio de Janeiro – capitaneados por Paulo de Assis Ribeiro – que atuavam no Grupo de trabalho sobre o Estatuto da Terra (Gret) como técnicos desprovidos de experiência de campo, ao contrário do grupo de São Paulo, representado por José Gomes da Silva, este sim dotado de legitimidade por ter atuado na *Revisão Agrária* do governo paulista de Carvalho Pinto. Tal visão deriva de uma leitura em muito devedora da memória construída pelo grupo de São Paulo, principalmente aquela produzida por José Gomes da Silva, que em muito influenciaria os trabalhos sobre o tema.

Por tudo que será apresentado nos capítulos precedentes pretendemos contestar esta visão ao demonstrarmos que não faltou experiência a esses agentes. Goiás é prova disso. O que pretendemos abordar é que não somente o processo de elaboração do ET resulta de confrontos,

mas também a própria interpretação do que foi a lei consagra uma visão em detrimento de outra. Nesse caso o curioso é que o grupo derrotado no transcorrer da elaboração e aprovação do ET é o vitorioso na construção e difusão da memória sobre os significados da lei.

Algumas palavras precisam ser ditas a respeito do conjunto de fontes de informação histórica por nós utilizado na composição dessa tese. Ao longo dos últimos quatro anos conseguimos reunir um *corpus* documental até então não utilizado pela historiografia que se dedicou ao estudo de Goiás no período. A seleção e organização desses documentos resultou de nossa pesquisa no Fundo Paulo de Assis Ribeiro, sob guarda do Arquivo Nacional/RJ, e do Fundo Mauro Borges, localizado no Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central(IPEHBC), em Goiânia, instituição vinculada a Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

O Fundo PAR do Arquivo Nacional constitui-se num dos mais ricos acervos sobre a atuação de escritórios privados de consultoria no Brasil entre fins da década de 1940 e 1970. Pela ampla participação de Paulo de Assis Ribeiro em inúmeros cargos públicos e privados ao longo desse período, o acervo, constituído de documentos empresariais, estatais e de inúmeras fontes particulares, conserva vários documentos sobre instituições republicanas, federais e estaduais, com as quais Assis Ribeiro manteve alguma relação.

A preocupação inicial que motivou nossa consulta residia na busca por fontes que nos ajudassem a compreender o debate sobre a questão agrária no período sob a ótica da atuação dos intelectuais orgânicos vinculados ao IPES e empenhados em formular um plano de reforma agrária que viesse congregar os setores dominantes brasileiros contrários aos projetos de reforma do agro, tanto do governo nacional-reformista de João Goulart quanto daqueles oriundos dos setores populares. Qual não foi nossa surpresa quando encontramos farta documentação sobre Goiás, especialmente sobre o governo Mauro Borges, com quem Paulo de Assis Ribeiro manteve contato permanente, incumbido que estava, juntamente com sua equipe técnica, de elaborar o plano de desenvolvimento agrário do governo goiano.

A partir desse momento passamos a investir nossas reflexões sobre as relações entre agências privadas de consultoria, os escritórios técnicos, e executivos estaduais, notadamente Goiás, no processo de formulação e execução de políticas públicas destinadas a intervir na agricultura com o intuito de promover a modernização do agro. O conjunto de fontes encontradas no Fundo PAR sobre a relação entre o Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro, o ETPAR, e o governo de Goiás, é composto de estudos, projetos e planos de desenvolvimento sobre Goiás; estudos sobre o funcionamento de agências estatais e estatutos de autarquias e

empresas de economia-mista; diagnósticos sobre a situação agrária do estado; inúmeros documentos sobre a atuação das principais agências goianas criadas para atuar na promoção do desenvolvimento agrícola, além de dezenas de correspondências, dentre cartas, ofícios de telegramas, trocados entre autoridades goianas e o ETPAR.

À nossa indagação inicial sobre as implicações do governo Mauro Borges para a consecução de um plano de reforma agrária para Goiás, somaram-se outras inquirições que procuravam dar conta do sentido político de um projeto gestado em âmbito nacional e adotado em nível regional por um governo comprometido com os pressupostos da modernização capitalista do agro na busca pela inserção definitiva de uma região predominantemente agrária nos quadros da divisão regional do trabalho no Brasil.

Outro conjunto de fontes de extrema relevância para o desenvolvimento de nosso trabalho pode ser consultado no Fundo MB, do IPEHBC, em Goiânia. A análise dessa documentação, doada há alguns anos pelo próprio Mauro Borges à instituição, é imprescindível para qualquer estudo sobre a década de 1960 em Goiás, sobretudo para os estudos acerca do governo MB. Não há mais a possibilidade de se fazer qualquer análise aprofundada do governo Mauro Borges e de Goiás no período sem o cotejamento desse *corpus* de fontes, outrora inacessível, mas que agora está disponível aos pesquisadores.

Dentre as centenas de fontes do Fundo MB selecionamos aquelas que remetiam à atuação do governo na área agropecuária, documentos sobre as agências estatais, sobretudo o IDAGO, a CAESGO e a CASEGO, fontes sobre a experiência dos Combinados Agro-Urbanos, bem como relatórios de polícia sobre a repressão à luta pela terra por parte de posseiros em inúmeras regiões do estado. Compõem o Fundo MB, relatórios, ofícios, cartas, documentos secretos, centenas de folhas sobre o funcionamento da administração pública no estado, registros de reuniões do secretariado ao longo do governo, mapas, dezenas de fotografias e recortes de jornais da época. A consulta a essa documentação permitiu-nos, p. ex., estabelecer o alcance da atuação dos escritórios de consultoria no estado, a presença de agentes de outras unidades da federação junto ao governo de Goiás e a atuação de militares em diferentes agências estatais goianas.

Além das fontes e instituições de pesquisa citadas, consultamos ainda documentação e bibliografia sobre outras agências importantes para a compreensão do período em Goiás, como a Aliança para o Progresso, a ABCAR, o CREAM do Banco do Brasil, o IPES, dentre outros que constam da lista de fontes ao final da tese. Importante mencionar que realizamos consulta de jornais da época, principalmente o jornal *Folha de Goiaz*, periódico para o qual fizemos um levantamento exaustivo entre os anos de 1961 e 1964.

Ao longo de todo o percurso de análise e utilização das fontes, bem como da redação da tese, uma questão se colocou tendo em vista a natureza da maior parte da documentação cotejada: até que ponto nossas inquirições, uma vez que estavam sendo coligidas com um conjunto de fontes em que predominavam planos, projetos e propostas de políticas públicas, estariam de fato dando conta apenas de um repertório de *intenções* não realizadas? Esse foi um problema com o qual tivemos que conviver e aprender a superar. A solução que encontramos foi encarar os muitos projetos e planos formulados como resultado de estudos construídos mediante observação de elementos concretos da realidade. Significa dizer que os planos e projetos formulados por agências privadas de consultoria, bem como aqueles que foram anunciados como medidas de intervenção no agro pelo governo Mauro Borges devem, antes de tudo, serem considerados como fontes essenciais para a compreensão do quadro de disputas políticas e econômicas do período em foco, o que nos permite recuperar historicamente os projetos gestados no âmbito da *sociedade civil* e sua luta e viabilidade pela inscrição de suas demandas de classe na *sociedade política*, mediante a conversão em políticas públicas de seus interesses privados. Da mesma forma, essa postura ajuda-nos a avançar em relação a uma classificação meramente unilateral e oficiosa da documentação administrativa produzida pelo Estado, vista aqui como resultado de embates previamente ocorridos na *sociedade civil* bem como no interior do próprio Estado em sentido estrito.

Na análise aqui realizada, as políticas públicas destinadas ao agro pelo governo Mauro Borges deixam de ser, portanto, resultado imediato dos desejos e/ou clarividência do governador ou de qualquer outro agente individual, posição que revela uma concepção personalista do Estado, para converterem-se ao mesmo tempo em produto dos embates travados por sujeitos coletivos organizados, em âmbito regional e nacional, e disputas intra-estatais no nível do aparelho de Estado em Goiás na primeira metade da década de 1960.

CAPÍTULO I

A Caminho de Goiás: Planejamento, desenvolvimentismo e modernização da agricultura no Brasil.

1 – Primeiras palavras.

Em janeiro de 1962, o primeiro número da revista *Goiás 62*, publicação mensal de divulgação do governo estadual, reproduzia em sua segunda página pronunciamento realizado pelo chefe do Executivo goiano, Cel. Mauro Borges Teixeira(1961-1964)⁴⁸, onde o governador tecia considerações acerca da situação ‘esperançosa’ na qual viviam os países ditos *subdesenvolvidos* da América Latina ante as mudanças de rumo das políticas de financiamento do governo dos Estados Unidos no início da década de 1960.

Sob a presidência do democrata John Kennedy(1961-1963), o governo norte-americano modificaria significativamente as relações de cooperação financeira entre os Estados Unidos e os países sul-americanos. Após um longo período de idas e vindas, inaugurado no pós II

⁴⁸ Mauro Borges Teixeira(1920-) candidato ao governo de Goiás pelo PSD, foi eleito em 1960 para um mandato de cinco anos(1961-1965). Mesmo tendo apoiado o golpe civil-militar em março/abril de 1964, foi deposto do cargo de governador em novembro do mesmo ano. Antes de ocupar o Executivo goiano, Mauro Borges fora eleito deputado federal por Goiás nas eleições de 1958. Após recuperar os direitos políticos cassados pelo regime militar em 1966, Mauro seria eleito senador pelo PMDB em 1982, e deputado federal em 1990 pelo PDC. Filho de Pedro Ludovico Teixeira, Interventor em Goiás, de 1930-1945, e governador eleito, de 1951-1954, Mauro Borges Teixeira foi Tenente-Coronel do Exército, tendo obtido a patente de Coronel após ir para a Reserva.

Guerra, de ênfase na viabilização da expansão e consolidação de investimentos de capital privado e assistência técnica na América do Sul, sobretudo durante o governo Eisenhower(1953-1961), mudou-se para uma administração cujas diretrizes de cooperação econômica para a grande porção *subdesenvolvida* das Américas assentava-se na perspectiva de empréstimos realizados diretamente entre governos.

Era esse o ponto fundamental que despertava a atenção do jovem governador goiano ao comentar o mais importante tema da política dos Estados Unidos para a América Latina durante o governo Kennedy. Segundo Mauro Borges, a *Aliança Para o Progresso*, representava indubitavelmente a ‘inauguração de uma nova política continental’, fortalecida pela orientação de que os ‘dirigentes’ norte-americanos já não opunham, como outrora, ‘restrições sistemáticas aos empreendimentos estatais’.⁴⁹ Essa nova direção abria para um estado como Goiás a perspectiva de se beneficiar com a obtenção de empréstimos diretos e financiamentos mediante acordos de cooperação firmados com representantes no Brasil da agência hemisférica.

No início da década de 1960 imperava a necessidade de o governo promover a *modernização* da agricultura, e por meio dela a modernização da própria sociedade goiana, mediante projetos estatais de desenvolvimento planejado. Estava em jogo em Goiás a expectativa de se ampliar a participação do Estado em empreendimentos infra-estruturais a partir da constatação de que não havia a possibilidade de serem realizados investimentos de base pela inversão de capital privado disponível na região. A possibilidade de obter empréstimos junto a *Aliança para o Progresso*, símbolo de desenvolvimento com cooperação intercontinental, tornou-se condição primordial para um governo estadual que se apresentava aos olhos do restante do país como dotado de uma moderna administração racional, respaldado pela lógica do planejamento e de projetos de políticas públicas desenvolvimentistas.

O *desenvolvimentismo* e o *planejamento* chegavam a Goiás em princípios da década de 1960 na esteira da construção de Brasília e do impacto que a mudança da nova Capital Federal traria para o estado. Não obstante esse fator, que por si só pressionava por uma reorganização do espaço agrário goiano, de modo a atender ao aumento da demanda de alimentos oriunda da nova capital, havia ainda o projeto de incorporação da região, via planejamento e modernização da agricultura, a um plano nacional de desenvolvimento agrário gestado por setores intelectuais e empresariais vinculados ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais(IPES) comprometidos com uma agricultura de modelo capitalista. Estes interesses far-se-iam

⁴⁹ Goiás 62. *Órgão do Escritório de Representação do Governo de Goiás*. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Belém. Ano 1, n.º 1, janeiro de 1962.

representar em Goiás através da atuação do Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro(ETPAR) e organismos associados, na formulação e execução de políticas públicas destinadas a intervir no agro goiano.

Para tornar-se apto a receber empréstimos da *Aliança Para o Progresso* ou de quaisquer outras agências de assistência técnica e financeira, prática comum no período conforme veremos, o governo de Goiás deveria previamente dotar a administração pública com um novo grau de organização e planejamento, visando estabelecer diretrizes de desenvolvimento econômico pautadas pela premissa de *racionalização* do funcionamento do aparelho de Estado. Essas eram exigências presentes em todos os contratos de financiamento e assistência técnica realizados pelas agências internacionais e nacionais procuradas pelo Executivo e secretarias do governo goiano.

Segundo os pressupostos contidos no discurso governamental, tratava-se, por um lado, de assumir a reformulação do aparelho de Estado com vistas a adequá-lo aos preceitos considerados racionais da administração pública moderna; e de outro, enfrentar a questão da reforma agrária como um problema de superação do *atraso*, o que era causado eminentemente pela notável *falta de técnica* num estado marcado por uma agropecuária tradicional. A reforma agrária como um problema eminentemente *técnico* seria amplamente defendida durante o governo, a despeito da propagação de um discurso reformista que propalava preocupação com questões de cunho social. Nesse sentido, a superação da pobreza e das condições que potencializavam conflitos agrários no estado dependiam da implantação de um aparato tecnológico na agricultura que procurava abarcar desde a adoção de insumos agrícolas industriais à disciplinarização do trabalhador rural através da educação e do cooperativismo.

Para realizar a tarefa da modernização da agricultura goiana, era preciso *planejar*. Incorporado ao discurso do governador antes mesmo de sua posse,⁵⁰ a noção de ‘planejamento’ se tornara em Goiás, no início da década de 1960, a premissa básica capaz de conferir sucesso na empreitada pública de superação do ‘atraso’ diagnosticado e na busca por uma progressiva e definitiva inserção da economia regional nos marcos do desenvolvimento nacional. Nesse quadro, Goiás não apenas deveria desempenhar papel fundamental como região supridora de alimentos para o mercado interno, posição que já ocupava em função da divisão regional do

⁵⁰ Consubstanciando toda idéia de planejamento e racionalidade administrativa, o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, ou simplesmente Plano MB(Mauro Borges), estudo em dois volumes realizado por técnicos da Fundação Getulio Vargas(FGV) e do Instituto Brasileiro de Economia(IBRE), seria aprovado ainda em 1960, durante o governo de José Feliciano de Almeida. A aprovação do plano de governo antes mesmo de assumir a cadeira no Executivo teria permitido a Mauro Borges apresentar-se como inaugurador de uma ‘nova época’ para Goiás, moderna, racional e progressista, posto estar respaldado por pressupostos científicos em oposição a medidas de governo consideradas *espontâneas* e desprovidas de legitimidade técnica.

trabalho no Brasil, como também buscava superar sua secular condição de região à margem da economia e da política nacionais. Subjacente, surgia a necessidade de construir uma nova imagem de um estado que era conhecido nacionalmente pela sua violência e isolamento para apresentar-se como modelo a ser seguido pelo restante do país através da edificação de uma agricultura moderna, via planejamento econômico, reforma administrativa e plano de reformulação agrária.

Em tempos de crise nacional, Goiás ensaiava sua entrada na esfera do *desenvolvimentismo* através da técnica do planejamento e da busca pelos passos iniciais de desenvolvimento industrial de sua agricultura. O plano consistiria, sob muitos aspectos, em dar continuidade ao projeto de modernização conservadora inaugurado na década de 1940, materializado com a construção da nova capital, Goiânia, pelo então Interventor Federal Pedro Ludovico Teixeira, principal chefe político goiano desde 1930 e pai do jovem governador Mauro Borges Teixeira.

Sobre o governo Mauro Borges e os significados que tiveram o planejamento como veículo de *racionalização* e viabilização técnica do desenvolvimento agrícola e a reformulação do aparato administrativo estatal à luz das especificidades históricas que marcaram o espaço social goiano, falaremos no segundo capítulo desta tese. Antes, porém, discutiremos nesse primeiro capítulo como as noções históricas de *planejamento* e *desenvolvimento*, associadas a conhecimento técnico e à racionalização dos procedimentos estatais, originalmente pensadas e amadurecidas a partir de sua instrumentalização pela via de projetos de industrialização nacional, foram paulatinamente apropriadas pelos projetos de desenvolvimento para a agricultura e convertidas cada vez mais, mediante esse processo, em modelos de desenvolvimento industrial do agro.

Se a noção construída e disseminada pelo discurso do *desenvolvimentismo* na década de 1950 se apresentava como salvação e única solução racional para a superação do *atraso* e da *pobreza*, as ferramentas adequadas para a realização da tarefa do desenvolvimento residiam na disseminação do planejamento e da aplicação da *competência técnica* avalizada pelos métodos da ciência moderna. Nesse sentido é que a proposta de tecnificação do agro, em todas as suas dimensões e consecuições de padronização da vida e do trabalho, aspectos que transcendem a mera mecanização e utilização de insumos modernos, consagra-se ao longo das décadas de 1950/60 como condição primordial para o sucesso do próprio desenvolvimento industrial, via adotada para se alcançar o crescimento econômico.

Os pressupostos do *desenvolvimento* seriam incorporados e disseminados pelo discurso dominante como uma necessidade pautada pela lógica do *capital*, da *ciência* e da *tecnologia*. Requisitada a acompanhar o desenvolvimento industrial localizado no Centro-Sul, a agricultura

brasileira, símbolo do atraso e *obstáculo* ao crescimento para muitos, também passaria a ser pensada nos mesmos termos daqueles preconizados para a indústria com ênfase para a necessidade de sua tecnificação e aumento de produtividade.

Inserida nesse quadro, a agricultura, vista enquanto atividade produtiva e geradora de renda passaria, entre os passos iniciais dados no decênio de 1950/1960 e sua modernização como política de Estado já nos anos 70, a depender cada vez mais do setor industrial, dependência que recrudesceria à medida que o processo de *integração* entre agricultura e indústria subordinasse sob o domínio desta todas as atividades agrícolas.⁵¹ Nesse sentido, o agro brasileiro, ao integrar-se à indústria, tanto a montante, através da constituição de um mercado rural consumidor de insumos industriais destinados ao aumento da produtividade agrícola, quanto a jusante, mediante a dependência da indústria de processamento para as matérias-primas e bens alimentícios, subordinava-se à lógica econômica do capitalismo industrial, contribuindo dessa maneira para alavancar a acumulação de capital neste setor.

Há que se ressaltar, no entanto, que houve um inegável aumento da produtividade agrícola e progresso técnico mediante sua integração subordinada à indústria em regiões onde o cultivo já demonstrava perseguir a trilha de uma maior tecnificação, como é o caso da agricultura paulista e de áreas do Sul do país. Todavia, o que precisa ser abordado, sobretudo quando é nossa intenção refletir sobre uma região de agricultura predominantemente tradicional como Goiás à época, é que as transformações iniciadas no agro nesse período e intensificadas nas décadas subsequentes, geraram um enorme aumento dos custos de produção, aspecto que passaria a exigir maiores somas de capitais para dar conta da incorporação de todo arsenal tecnológico de insumos modernos e ferramental mecânico disponível para a exploração das atividades agropecuárias.

Esse aspecto escancararia uma das mais contraditórias facetas do capitalismo agrário brasileiro, na medida em que foram as grandes propriedades rurais, em detrimento das pequenas e médias, que puderam dispor de capital suficiente para incorporar-se ao projeto de modernização em curso. O latifúndio consagrar-se-ia no decurso da década de 1960, como corolário de um modelo de *modernização conservadora* da agricultura brasileira capaz de converter-se de símbolo maior do atraso, em exemplo de lucrativa e eficiente empresa rural.

O que precisamos reter desde já é que, num plano geral, o ingresso da atividade agrícola no processo produtivo industrial, cujo padrão tecnológico adotado não só procurava seguir aquele empregado na indústria como dele dependeria progressivamente na medida em que recrudescia

⁵¹ As reflexões acerca do processo de *integração* da agricultura à industrial, bem como a adoção do termo partem das proposições expostas por GUIMARÃES, Alberto Passos. *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

a integração entre os dois setores, se deu, tanto nos países industriais centrais quanto em países de economia considerada *subdesenvolvida* como o Brasil, pela incorporação subordinada da agricultura à indústria. Note-se que todo esforço de integração promovido com o intuito de *industrializar* o processo produtivo agrícola ocorreria a despeito da permanência e reforço no campo de práticas e relações de trabalho consideradas *não-capitalistas* ou *pré-capitalistas*, fatores que associados à manutenção de uma estrutura fundiária concentradora de terras faziam parte das contradições que emergiam através de intensos conflitos e lutas pela terra no período.

Essa é a razão pela qual concordamos com a observação de Graziano da Silva, para quem, no Brasil, se pensarmos como se deu historicamente a relação capitalismo industrial urbano e agricultura tradicional, o processo de *racionalização* da agricultura não dá conta, sozinho, das mudanças ocorridas no campo rumo a uma transformação capitalista.⁵² É na subordinação à racionalização da indústria, relação quem mantém e se apropria de práticas agrárias *não-capitalistas*, que reside o aspecto fundamental do processo de transformação capitalista do campo.⁵³ No cerne dessa reflexão está a premissa de que quando pensamos em *capitalismo no campo* devemos estar cientes de que inelutavelmente estamos falando de *industrialização da agricultura*.

A maneira como o processo de industrialização da agricultura se deu no Brasil remete-nos à consolidação, na década de 1950, de um modelo de desenvolvimento pautado pela hegemonia da industrialização nos setores urbanos. Essa perspectiva pautou o próprio percurso de industrialização do agro, uma vez que esteve subordinado ao desenvolvimento de um capitalismo industrial e financeiro no Brasil cada vez mais dependente e associado ao capital multinacional. E aqui reside um outro elemento fundamental do processo histórico que estamos considerando: a presença de interesses capitalistas internacionais, leia-se norte-americanos, na economia brasileira, sobretudo quando pensamos na dita industrialização da agricultura. Reside nesse aspecto o traço definidor dos rumos que assumiria a modernização do agro no Brasil a partir da segunda metade do século XX. É pela ingerência de interesses empresariais norte-americanos no Brasil e pela conseqüente adoção de modelos de desenvolvimento agrícola preconizados por agências estadunidenses e convertidos em políticas públicas, tanto em nível nacional quanto em governos estaduais, que se dá a trajetória identitária da *modernização da agricultura* brasileira tal qual foi implementada no período.

⁵² Tal processo está sendo entendido, em linhas gerais, enquanto introdução no agro de técnicas industriais visando o aumento da produtividade rural.

⁵³ SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa. Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.67. O argumento do autor está apoiado no diálogo com a análise de Vergopoulos sobre as reflexões de Eugène Preobrazensky. Cf. AMIN, Samir & VERGOPOULOS, Kostas. *A Questão Agrária e o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. esp.cap.III, p.105.

Queremos com isso afirmar que os projetos visando industrializar o processo produtivo agrícola brasileiro a partir de meados da década de 1950 ocorrem em função e subordinados ao desenvolvimento industrial urbano. Como a industrialização brasileira do período esteve intrinsecamente vinculada ao capital multinacional, uma vez superado projetos anteriores de desenvolvimento industrial de viés nacionalista, merecem atenção as relações de cooperação técnica e financeira entre agências e agentes americanos estatais e privados e seus colaboradores brasileiros no desencadeamento do processo de industrialização do agro.

O ponto de partida de nossas reflexões reside justamente naquilo que está subjacente às palavras do governador goiano, publicadas na revista *Goiás* 62 e que foram mencionadas na abertura deste capítulo. A existência de acordos de cooperação técnica e financeira, tanto em nível federal quanto no âmbito dos executivos estaduais brasileiros, com agências norte-americanas estatais e privadas, constituem-se num aspecto fundamental do processo de ingerência dos interesses capitalistas americanos na consecução das políticas públicas de desenvolvimento no Brasil, inauguradas a partir da redefinição das relações internacionais estabelecida na conjuntura da Segunda Guerra Mundial e intensificadas no pós-guerra em plena *guerra fria*.

Nesse sentido, os acordos financeiros com a *Aliança para o Progresso*, pleiteados pelo governo goiano, bem como aqueles realizados com agências a ela vinculadas, como os *Corpos da Paz* e o *Alimentos para a Paz*, dentre outros firmados e postos em execução no estado de Goiás no início da década de 1960, para mencionarmos apenas uma região de agricultura predominantemente tradicional que estava longe de alcançar níveis de industrialização de áreas rurais como, p.ex., São Paulo, fazem parte de um complexo processo de consolidação de um modelo de desenvolvimento agrícola cujo percurso remonta à última década da primeira metade do século passado.

Recuperar essa trajetória em seus lances mais decisivos é tarefa primordial se pretendemos tratar o significado histórico do que se convencionou chamar de *reformulação agrária* do governo Mauro Borges. Noutras palavras, entendemos que, para compreender em profundidade a conjuntura político-ideológica que conformaria as políticas públicas direcionadas a modernizar o agro em Goiás nos anos iniciais da década de 1960, precisamos situá-la em relação ao processo em curso no Brasil.

2 – Desenvolvimentismo e planejamento no Brasil:

A segunda metade do século passado será lembrada, quando cotejada à luz das relações políticas externas e macroeconômicas, pela tentativa de divisão do globo em áreas de influência ditadas pelos interesses conflitantes entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Sob muitos aspectos, o término da Segunda Guerra Mundial e a vitória dos aliados sobre as forças nazi-fascistas em toda a Europa não implicaram num arrefecimento na beligerância entre as potências que consolidaram seu domínio e influência no globo durante a refrega militar. Passados os anos da Guerra, uma nova e mais profunda contenda iria redefinir os rumos da política internacional pelas décadas subseqüentes como um traço histórico indelével da segunda metade do século XX. Nesse sentido, a *guerra fria*, inaugurada pelas disputas entre os países capitalistas, capitaneados pela pujança econômica e militar da potência norte-americana, e os países socialistas, abarcados pela não menos presença militar soviética, pode ser compreendida como uma continuidade da Segunda Guerra a partir de renovados pressupostos que dotaram os enfrentamentos com novos contornos que punham em evidência a necessidade premente da conquista de áreas de influência por todo o mundo.

Uma das áreas mais estratégicas para a afirmação e consolidação da hegemonia que os Estados Unidos exerceriam no Ocidente no imediato pós-guerra era justamente a América Latina. Encarada pela condição de continente *subdesenvolvido*, conceito definidor do lugar subordinado que os países sul-americanos e da América Central ocupariam na conjuntura do pós-Guerra, a vasta porção latina do continente faria parte daquilo que se convencionou denominar de Terceiro Mundo, construção histórica oriunda da divisão do globo em áreas de permanente conflito entre as potências capitalistas e socialistas.

Uma das características da expansão do capitalismo no período de hegemonia norte-americana no pós-guerra seria a articulação de grandes empresários estadunidenses em organismos transnacionais criados com o intuito de disseminar seus interesses privados com base na construção de um discurso científico que convertia o modelo capitalista americano em única solução para o desenvolvimento de países considerados *subdesenvolvidos*. Os próprios conceitos de *desenvolvimento* e *subdesenvolvimento* derivavam dos esforços empreendidos por setores intelectuais norte-americanos e associados, responsáveis por dotar a expansão capitalista de uma legitimidade científica, prova da irreversível marcha rumo ao progresso e à democracia.

Ainda durante a Guerra, mais precisamente em princípios da década de 1940, foi criada uma agência estadunidense que desempenharia papel de ponta na defesa dos interesses

empresariais norte-americanos na América Latina, com conseqüências profundas no Brasil. O Escritório de Coordenação de Assuntos Interamericanos (*The Office of Coordinator of Inter-American Affairs*-CIAA), criado em 30 de julho de 1941 e tendo o magnata da Standard Oil, Nelson Rockefeller como coordenador, atuaria no sentido de promover uma verdadeira associação entre o capital privado norte-americano e o empresariado dos países latino-americanos.⁵⁴ A agência, que matinha interesses empresariais na América Latina, trabalhou para forjar o estreitamento de laços culturais e sobretudo comerciais com os países da região, de modo a garantir, no contexto de guerra, o desenvolvimento de uma matriz econômica capitaneada por grandes empresários americanos que viabilizasse programas de abastecimento de gêneros de alimentos e matérias-primas durante o conflito mundial.

O CIAA, que em feliz alusão de Antonio Tota poderia ser considerado uma “verdadeira ‘fábrica de ideologias’”⁵⁵, fora criado a partir de uma articulação entre o Estado e os interesses privados dos empresários americanos numa conjuntura de guerra em que a América Latina passaria a ser vista como prioridade da política externa dos Estados Unidos. Essa aproximação com os países do hemisfério pressupunha um intenso intercâmbio cultural e comercial entre a potência norte-americana e os países abaixo do rio Grande, estabelecendo acordos de cooperação e assistência nas áreas de comunicação, informação, cinema, música, educação, transportes e, sobretudo, na exploração de matérias-primas sob o argumento da necessidade de suprir o abastecimento afetado pelo estado de guerra. Apesar de as questões culturais estarem na linha de frente dos pronunciamentos e propagandas oriundos da agência em relação a sua efetiva presença, principalmente no Brasil, foram as questões econômicas que atingiram diretamente os interesses empresariais que se fizeram mais pertinentes aos olhos da coordenação da agência.

Podemos afirmar, portanto, que os objetivos políticos e econômicos contidos nas diretrizes da agência interamericana atuante no Brasil estavam em perfeito acordo com a política de reconhecimento e superação da miséria latino-americana via industrialização. Esta deveria ser promovida acima de tudo a partir da conjugação de: a) interesses empresariais, mediante a forte presença de capital norte-americano em setores estratégicos da economia; b) atuação na esfera dos interesses militares, tendo em perspectiva a dupla preocupação de marcar posição

⁵⁴ Antes de existir com a denominação de *Office Off The Coordinator Of Inter-American Affairs*, o CIAA se chamou *Office For Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Americas*, criado em 16 de agosto de 1940. Desde o início sob o comando do multimilionário Nelson Rockefeller, a mudança denotaria com clareza inequívoca, segunda análise de Antônio Tota, o “aumento da autoridade de Nelson: de escritório de coordenação passou a escritório de coordenador.” Cf. TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.50.

⁵⁵ *Ibidem*, capítulo 1, pp. 41-92.

continental contra as potências do Eixo e evitar a todo custo a influência de elementos socialistas que pudessem por em risco o ordenamento das relações capital-trabalho; e c) da difusão em massa do *modo de vida americano*, uma espécie de ‘fachada’ erguida por variadas atividades culturais que aprofundavam os laços entre os Estados Unidos e o Brasil ao passo que resguardava os interesses empresariais no novo país aliado.

Quando o tema era a agricultura dos países subdesenvolvidos, os projetos formulados no âmbito da CIAA destinavam-se, mediante a criação de agências derivadas⁵⁶ e sob estreita orientação do próprio Nelson Rockefeller, à difusão de um conjunto de iniciativas que buscavam promover a penetração dos interesses capitalistas no campo, seja através de investimentos diretos na aquisição de terras por particulares e por empresas americanas, com o intuito de criar, p.ex. frigoríficos e indústrias de processamento, seja por meio da venda de insumos e maquinários, tais como fertilizantes químicos, adubos, sementes, tratores, etc.

No Brasil, como veremos adiante, o objetivo claro da atuação da CIAA e demais agências vinculadas sob estreita orientação de Nelson, seria implantar “o modelo agrícola do Meio-Oeste americano”.⁵⁷ Para tanto, seria necessário forjar uma cultura de consumo de produtos industrializados no meio rural, estratégia que passava necessariamente pela difusão de práticas agrícolas mecanizadas e adequada educação técnica de uma parcela de lavradores aptos à aquisição de novos valores e pela criação de um mercado capaz de atender à demanda de insumos industriais.

Note-se, desde já, que se tratava de *fabricar necessidades* no meio rural, ou seja, criar demandas que, uma vez apresentadas como único caminho possível para a superação de uma agricultura tradicional tida como atrasada, atendessem aos interesses de grandes empresas norte-americanas. Importante assinalar, que o projeto de disseminação do modelo agrícola americano da CIAA e das agências derivadas mediava os interesses empresariais norte-americanos em duas frentes intimamente articuladas: na introdução de indústrias de insumos agrícolas e na preparação de um contingente rural capaz de assimilar a necessidade de adoção de tais insumos em prol de uma agricultura moderna. Para atingir este último objetivo e atender conseqüentemente o primeiro, foram viabilizados projetos de cooperação no âmbito da educação, através da disseminação do extensionismo, e do crédito rural.

⁵⁶ Para ficarmos apenas nas mais importantes, citemos a Associação Americana Internacional para o Desenvolvimento Social e Econômico(AIA), criada em 1946; e seu ‘filhote lucrativo’, a Corporação Internacional de Economia Básica(IBEC). Segundo criterioso estudo realizado pelos jornalistas americanos Gerard Colby e Charlotte Dennett, a maioria dos agentes que ocupavam postos-chave na direção das atividades do CIAA passaria a fazer parte dos quadros e diretorias da AIA e do IBEC. Ver, COLBY, Gerard & DENNETT, Charlotte. *Seja Feita a Vossa Vontade. A conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o evangelismo na idade do petróleo*. Rio de Janeiro: Record, 1998. p.248.

⁵⁷ *Ibidem*, p.250.

A criação da Associação de Crédito e Assistência Rural(ACAR), em 1948, bem como o Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano(ETA), agência binacional criada em 1953, jogariam um papel fundamental nesse processo. Tais agências constituir-se-iam num desdobramento das atividades de intervenção americana no Brasil na década de 1940, capitaneadas naquele momento pela atuação do grupo de influência dirigido por Nelson Rockefeller.

Voltando ao CIAA, Colby & Dennett nos dão uma interessante descrição da extensa rede de articulações e áreas de atuação, bem como da relevância política e econômica da agência americana no período, ao afirmarem que,

“De todos os órgãos americanos, o CIAA deve ter sido o mais preparado quando a guerra chegou. Por toda a América Latina, o CIAA tinha equipes comandadas por eficientes executivos empresariais que dominavam as engrenagens de poder locais e, portanto, estavam prontos a facilitar a transição do CIAA para operações de tempo de guerra. (...) À primeira vista, os programas pareciam apenas enfatizar a necessidade de manter laços culturais. Por trás desta preocupação, naturalmente, estavam os interesses empresariais, Nelson[Rockefeller], que recebeu um orçamento inicial de 3,5 milhões de dólares, tinha gasto 140 milhões até 1944. Ele nunca teria conseguido aprovação para estes gastos se suas atividades fossem meramente culturais, como a maioria pensava. Escorando estas atividades estava uma agenda econômica oculta: arrastar a América Latina para a matriz econômica dos programas de abastecimento de guerra executados por lideranças empresariais.”⁵⁸

Esse último aspecto é de extrema relevância. Embora tenha sido criado no contexto de guerra, precisamente para combater no hemisfério quaisquer pretensões comerciais e culturais das potências nazi-fascistas do eixo, a estrutura organizativa do CIAA, assim como seu *ethos* capitalista legariam diretrizes de atuação a outras agências norte-americanas criadas para atuar no continente nos anos subseqüentes. Calcado pela orientação científica das atividades empresariais, consubstanciando tanto a força e modelo do empreendedor individual quanto da institucionalização de seus interesses através da participação do Estado, num processo que desnudava as imbricações entre os interesses estatais norte-americanos e os negócios privados neles inscritos, a atuação do CIAA consolidaria as bases para o aprofundamento das relações entre os Estados Unidos e o Brasil, sobretudo quanto à exploração de recursos naturais e o estabelecimento de programas de cooperação técnica e financeira nas décadas seguintes.

⁵⁸ Id, p.143.

Outra iniciativa de significativa relevância para a consolidação da hegemonia norte-americana no pós-Guerra em vastas regiões do Terceiro Mundo, seria a criação, ainda em 1942, do *Committee for Economic Development*, o CED, idealizado por um grupo de empresários e acadêmicos comprometidos com a preparação da economia dos Estados Unidos e sua clara pretensão de expansão no cenário posterior ao conflito mundial. Tratava-se mais uma vez de dotar o capitalismo de uma excelência organizacional e científica capaz de evitar e/ou prever crises econômicas e financeiras, desenvolver estratégias industriais de desenvolvimento e, sobretudo, promover o modelo capitalista de base estadunidense pelo mundo.⁵⁹

Segundo análise realizada por Dreifuss, os membros do CED, em sua grade maioria composto por industriais dotados de formação intelectual acadêmica, empresários e ‘técno-empresários’, tinham como prioridade a solução de três questões centrais: 1) evitar uma crise econômica no imediato pós-Segunda Guerra, crise capaz de reeditar os anos de depressão compreendidos entre 1929-1934; 2) combater vigorosamente políticas reformistas oriundas de outros setores contrários aos interesses dos grandes conglomerados empresariais e financeiros, tarefa que porventura exigiria a formulação de projetos de reforma sob o controle do grande capital; e, a nosso ver, a mais relevante, 3) “*incorporar técnicas de planejamento reguladoras e alocadoras de âmbito nacional que viabilizassem o complexo capitalismo*”, questão que como assinala o autor, enfrentava resistência de parte significativa do empresariado nos Estados Unidos.⁶⁰

Para além do fato de o CED ter se constituído ao longo das décadas seguintes como uma das mais poderosas agências dos Estados Unidos, uma de suas características mais importantes residia justamente em sua capacidade de ‘exportar’ modelos de ingerência dos interesses transnacionais do empresariado norte-americano para amplos espaços do globo. Essa foi indubitavelmente a tarefa que obteve maior êxito na consolidação da hegemonia dos Estados Unidos no cenário subsequente a Segunda Guerra Mundial. Sua realização contou não apenas com práticas eminentemente econômicas que viabilizaram a expansão capitalista capitaneada por empresas multinacionais baseadas em território americano, mas pela difusão de um novo *modus operandi* capitalista que se pautava em torno de um consenso que fundia *capital* e *ciência* como aspectos complementares e necessários ao desenvolvimento e ao bem-estar geral.

⁵⁹ DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional*, (1918-1986). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

⁶⁰ *Ibidem*, p.41.(grifos CLE).

O aspecto mais evidente dessa estratégia residia na construção de um discurso pautado pela despolitização das relações econômicas e sociais, uma vez que o empreendimento capitalista ditado pelos interesses empresariais revestia-se de uma retórica científica capaz de utilizar-se do instrumental tecnológico disponível como forma de converter os conflitos sociais, de natureza política e econômica, em obstáculo, em manifestações marcadas pelo atraso e pela irracionalidade perante a chancela da ciência.

Essa lógica que associava desenvolvimento econômico (leia-se desenvolvimento capitalista) à racionalidade técnico-científica, condicionava o êxito das economias nacionais em países capitalistas periféricos (e também nos centrais em processo de recuperação no pós-Guerra) à adoção de modelos de desenvolvimento que incorporassem a logística organizacional e os pressupostos ideológicos forjados no centro irradiador do capitalismo internacional. A tarefa de elaboração e difusão ideológica de um aparato empresarial capaz de garantir que a periferia do capitalismo não corresse riscos ante uma possível ofensiva comunista, conduziria os países do chamado bloco capitalista a empreender variadas estratégias de ampliação do alcance e penetração dos interesses empresariais estadunidenses. Tais interesses eram apresentados como defesa incontestável da ordem civilizacional e verdadeira garantia contra os desvios ameaçadores da democracia Ocidental, consubstanciados não apenas no avanço das idéias comunistas, mas sobretudo em projetos autônomos de desenvolvimento nacional que feriam diretamente os objetivos do grande capital transnacional.

Agências como o CED e a CIAA, e outras tantas criadas no pós-Guerra e ao longo da década de 1950-60, atuariam no sentido de forjar mercados para a grande indústria norte-americana em países como o Brasil, ao passo que contribuía para a preparação de um arcabouço político-ideológico afeito à cooperação entre os interesses do capital transnacional atuante em variados setores e os governos de países do Terceiro Mundo. Setores considerados estratégicos por implicarem em investimentos destinados à infra-estrutura e à indústria de base, tais como a mineração, energia, transportes, agricultura e serviços públicos em geral, não escapariam à penetração do capital estrangeiro, gerando acirrados conflitos entre políticas nacionais de desenvolvimento industrial, que pressupunham a forte atuação do Estado nos referidos setores, e grupos privados nacionais defensores da presença de capital externo como única solução capaz de alavancar a industrialização no país.

Sobre esse amplo arco de influência dos Estados Unidos no continente sul-americano, e no Brasil em particular, como base da estratégia de garantia de expansão dos interesses capitalistas na conjuntura inaugurada nos anos posteriores à Segunda Guerra, o sociólogo

Octavio Ianni, interessado em dimensionar a atuação histórica do imperialismo norte-americano na América Latina, afirma que:

“A doutrina de segurança hemisférica implicava a interdependência econômica, política e militar. Ou melhor, o caráter da supremacia dos Estados Unidos na América Latina, assim como o caráter dos interesses dos governantes dos países do hemisfério, compreendiam a doutrina da segurança mútua. Implicavam o desenvolvimento político, econômico e militar das relações de dependência dessas nações, segundo as razões dos governantes dos Estados Unidos. Esse foi o ambiente no qual se elaborou e desenvolveu a doutrina da *harmonia de interesses* dos povos das Américas, na qual trabalhavam governantes, empresários, técnicos, políticos, embaixadores, cientistas sociais. Tratava-se de preservar os valores das sociedades desse hemisfério, tanto da subversão externa como da interna, em nome da segurança e estabilidade das instituições. Essa seria uma condição necessária indispensável para o funcionamento e a prosperidade da empresa privada, compreendida como empresa transnacional.”⁶¹

O Brasil seria palco privilegiado desse conflito, sobretudo em sua dimensão de políticas de defesa interna, substrato local da doutrina da segurança hemisférica, base das relações sob as quais repousava a supremacia dos EUA no continente. Essa relação pautava-se não apenas pelas diretrizes econômicas e militares ditadas pela potência capitalista norte-americana, mas inscrevia-se no amplo arco de aspectos políticos e culturais que engendrava a extensão das condições materiais e ideológicas para a expansão do capitalismo no continente.

A conjugação da doutrina de segurança hemisférica com as políticas de segurança interna, entendidas aqui, sobretudo enquanto práticas de viabilização da expansão dos interesses capitalistas norte-americanos em oposição à influência das idéias de revolução socialista no continente, em particular, no Brasil, lograria a formação de um *staff* especializado na construção de um quadro de agências transnacionais responsáveis pela formulação e difusão de um *ethos* capitalista que seria materializado no Brasil sob a idéia do *desenvolvimentismo*. Esse *staff* seria composto de conselheiros técnicos, economistas, engenheiros, agrônomos e todo um grupo de especialistas que passaria a ocupar importantes espaços no interior do aparelho de Estado, criados sob a lógica desenvolvimentista e de cooperação com agências interamericanas de desenvolvimento e assessoria técnica.

Esse aspecto é de extrema relevância para nossas reflexões na medida em que será no decurso do estreitamento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos nos anos posteriores à

⁶¹ IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.p.31.

Segunda Guerra Mundial que a agricultura brasileira passará a ser pensada nos marcos da industrialização, mediante sua crescente incorporação subordinada ao capital e ao crescente aparato técnico industrial. Noutros termos, tal incorporação se deu na esteira da consolidação de práticas de *tecnização* das políticas públicas, pensadas cada vez mais segundo as diretrizes do planejamento racional, apresentado pelos governos brasileiros a partir da década de 1950, como única solução capaz de promover o desenvolvimento capitalista que buscava superar o atraso do país. Seriam preocupações permanentes dos projetos de desenvolvimento do agro no Brasil não apenas a paulatina industrialização do seu processo produtivo, mas ainda, o extensionismo e a educação rural, políticas destinadas a formar no país uma *classe média* no campo, sobretudo um novo segmento consumidor de bens industriais e de insumos produzidos por empresas norte-americanas.

É importante destacar que o Estado desempenharia um papel primordial na condução dos pressupostos do desenvolvimento industrial conforme assinalamos acima. Ainda segundo Ianni, “...a criação de organizações e agências multilaterais, intergovernamentais ou multinacionais, nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, parece corresponder a desenvolvimentos novos nas condições políticas de funcionamento e expansão do imperialismo.”⁶²

Analisando o cenário balizado pela penetração dos interesses *imperialistas* no continente sul-americano, Ianni dedica seus esforços em destacar a importância dos aparelhos de Estado em países como o Brasil na viabilização a nível regional do processo de expansão da internacionalização do capital. Nesse sentido, inscrito na lógica de expansão capitalista do pós-Guerra, o Brasil, assim como os demais países denominados de subdesenvolvidos na América Latina, tornar-se-ia um componente fundamental tanto em relação aos aspectos que tocam mais diretamente a dimensão econômica do processo de expansão imperialista quanto de sua faceta política.

A dimensão econômica desse processo é mais comumente associada à crescente presença de capital internacional e empresas multinacionais – estas em crescente associação com as empresas nacionais – demarcando desse modo um traço característico das relações capitalistas nas quais o Brasil estava inserido a partir da década de 1950.

A participação estatal enquanto agente fundamental desse processo ocorreria, de um lado, pela viabilização da entrada de capitais e empresas multinacionais no país, sobretudo a partir da segunda metade dos anos cinqüenta quando ocorrera a inauguração de um novo modelo de

⁶² Idem, p.106.

acumulação capitalista, que promoveria, entre outras transformações, uma crítica profunda ao modelo de desenvolvimento *nacionalista* então adotado no início da década durante o governo de Getúlio Vargas(1951-1954); e por outro, através da atuação conjunta com agências de cooperação e assistência técnica e financeira, cuja origem e interesses precípuos residiam no capital e na defesa da hegemonia norte-americana em todo o continente.

Nesse cenário de estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos através da presença crescente de agências governamentais e privadas norte-americanas, o planejamento estatal surge não apenas como exigência de eficiência, mas, sobretudo, como pré-requisito para a viabilização dos acordos de cooperação e assistência técnica e financeira almejados pelos governos brasileiros no período.

Ainda que a década de 1950 tenha consolidado a *técnica do planejamento* como pré-condição para que o governo brasileiro pleiteasse projetos de cooperação e financiamentos junto a organismos multinacionais, a formação e estruturação de um arcabouço institucional capaz de dar respaldo a agências estatais destinadas a executar políticas públicas balizadas por algum nível de regulação e incipiente planejamento no Brasil, remonta à década de 1930. Essas agências foram pensadas e postas em funcionamento segundo modelo baseado na lógica corporativa que balizava os pressupostos autoritários do Estado Novo. Esse aspecto dotava sua composição de uma complexa correlação de agentes representantes de interesses-chave da sociedade brasileira e que desempenhavam tanto no interior do Estado restrito quanto na sociedade civil, papel de lideranças de órgãos privados de classe.

Durante a vigência do Estado Novo, ante a um cenário internacional de eminente deflagração de um conflito militar de proporções mundiais, houve iniciativas do governo brasileiro de criação de agências estatais de planejamento projetadas para ensejar o processo de industrialização substitutiva de importações como salvaguarda para os riscos provindos de uma crise internacional.⁶³ Dentre as agências criadas no período, merece destaque, pelo papel que desempenharia em anos subseqüentes, o Departamento Administrativo do Serviço Público(Dasp), criado em 1938, com a incumbência de dotar o serviço público, em todos os níveis, mas principalmente naqueles de caráter eminentemente administrativos, de procedimentos *racionais* segundo normas pautadas pela meritocracia na composição do

⁶³ São cinco os órgãos de planejamento criados no período pelo Governo Vargas: além do Dasp, sobre o qual falaremos a seguir, criado em 1938, houve o Conselho Técnico de Economia e Finanças(CTEF), criado em 1937, a Coordenação de Mobilização Econômica(CME), de 1942, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial(CNPIC), de 1944, e a Comissão do Planejamento Econômico(CPE), também de 1944. Sobre as atribuições e principais pressupostos que nortearam a criação e o funcionamento dessas agências, ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. pp.254-259.

funcionalismo, no que a organização de contratações de funcionários via concursos públicos seria a marca da racionalidade contra o clientelismo. O argumento que dava sustentação à pregação do Dasp residia na tentativa de superar a instrumentalização dos espaços de poder político no interior das agências estatais por agentes diretamente vinculados a lideranças políticas tradicionais, sobretudo aqueles que defendiam os interesses de oligarquias regionais.⁶⁴

Sobre o Dasp, Ricardo Bielschowsky afirma que a nova agência,

“... concentrou grande poder durante o Estado Novo, chegando inclusive a assessorar o presidente em matéria legislativa no nível federal e a ter autoridade para vetar atos e decretos dos interventores no nível estadual(o que fazia através de suas agências, os ‘daspinhos’). (...) Como resultado natural do caráter abrangente de suas atribuições, que incluíam a elaboração do orçamento federal – que o órgão não chegou a cumprir, embora se preparasse para tal –, e da própria prática de elaboração de planos – foi responsável pela elaboração do Plano Especial, de 1939, e do Plano de Obras e Equipamentos, de 1943 –, surgiu, em sua equipe técnica, o desejo de transformá-lo em órgão central de planejamento.”⁶⁵

Importante assinalar que o futuro presidente da Fundação Getúlio Vargas(FGV), Simões Lopes, bem como vários outros técnicos que formariam a base da Fundação saíram do Dasp, esvaziado de seu papel estratégico, tal qual apontado por Bielschowsky, após o fim do Estado Novo. Este seria, aliás, um dos traços mais visíveis da conjuntura pós-Vargas em meados da década de 1940. Vários órgãos de planejamento estatal perderiam importância ou seriam destituídos após a queda do ditador. Ainda assim, é importante ressaltar que toda uma cultura política marcada pela ideia do planejamento enquanto instrumento *racional* de atuação do Estado no desenvolvimento econômico brasileiro de base industrial tem sua gênese justamente durante os anos de autoritarismo do Estado Novo. O essencial nesse caso é atentarmos para a germinação e posterior difusão de um conjunto de reflexões sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, onde a questão do planejamento e da intervenção estatal na formulação e execução do processo estariam na ordem do dia.

⁶⁴ Importante observar, desde já, como essas questões estarão postas de maneira conflituosa em Goiás no início da década de 1960, durante a propalada tentativa do governo Mauro Borges de enfrentar o problema do clientelismo político no interior do Estado. A despeito de toda propaganda posterior de racionalização do aparato administrativo do Estado goiano mediante a introdução de procedimentos ditos racionais, como é o caso da ampliação da contratação de funcionários via concursos públicos e a adoção de testes psicotécnicos como garantia de seleção científica de agentes administrativos, foi inequivocamente limitado o alcance das medidas, como teremos oportunidade de discutir ao longo da tese.

⁶⁵ Idem, p.254.

O ‘clima de liberalismo’ que ganhou força no Brasil na vigência do Governo de Eurico Gaspar Dutra colocaria em cheque os princípios que conformavam as diretrizes do planejamento estatal da economia, porém seria insuficiente para demover o papel de protagonismo que o Estado assumiria a partir de então.⁶⁶ Apesar da crítica liberal e da inegável marginalização de um conjunto significativo de agências estatais de planejamento herdadas do governo Vargas, a ideologia *desenvolvimentista*, respaldada pelo discurso da eficácia das estratégias planejadoras, teria resistido ao confronto aberto com as campanhas de descrédito perpetradas pelas idéias liberais em voga.

A despeito de vigorosa crítica dirigida por setores liberais contrários à expansão das atividades econômicas estatais na conjuntura imediata do pós-II Guerra no Brasil, o planejamento estatal consolidar-se-ia nos anos subseqüentes ao fim do Estado Novo como fator essencial do processo de viabilização, difusão e adoção consensual a favor do desenvolvimento capitalista pautado pela industrialização do Centro-Sul. Se é correto afirmarmos que somente em meados da década de 1950, sobretudo nos anos JK(1956-1961), o planejamento estatal consubstancia a essência do desenvolvimentismo pensado a partir da ênfase massiva na industrialização do setor de bens duráveis, é nos anos anteriores, conforme afirmamos acima, que a idéia de planejamento adquire força frente ao confronto com os defensores mais ortodoxos do liberalismo, contrários a quaisquer intervenção pública na economia em defesa do livre jogo do mercado, aspecto que punha o planejamento estatal como uma ameaça às forças naturais do capitalismo.

Os debates acerca das concepções de planejamento e desenvolvimento foram realizados por variados grupos de agentes, atuantes tanto na esfera privada quanto no interior de agências estatais criadas como conseqüência da afirmação do discurso desenvolvimentista e ‘planejador’ adotado pelos governos brasileiros a partir dos anos 50. Esse período revela tanto o amadurecimento e consolidação dos discursos a favor do desenvolvimento industrial planejado, quanto a formação de um aparato estatal hipertrofiado orientado para a execução de planos e projetos de desenvolvimento. Os dois aspectos realçam a crescente importância e protagonismo dos especialistas, agentes possuidores de conhecimentos técnico-científicos, os chamados *técnicos*, verdadeiros intelectuais orgânicos em defesa da divulgação dos projetos de desenvolvimento capitalista. A tríade planejamento-racionalidade tecnocientífica-desenvolvimento, estará no cerne da atuação desses agentes bem como a reconfiguração do aparato estatal moldado para viabilizar tais projetos.

⁶⁶ Id, p.268.

Essa condição de agente protagonista do processo de planejamento esteve em grande medida calcada na afirmação de um discurso que reivindicava o princípio da neutralidade, condição primordial para dotar o planejamento de racionalidade e eficiência. No âmbito da organização do aparelho administrativo estatal, tratava-se, conforme pudemos verificar quanto aos objetivos propalados pelo Dasp, da desincompatibilização de questões políticas que remetessem a interesses clientelísticos tão abominados quanto relegados como símbolos de um Brasil atrasado.

Lúcio Flávio de Almeida entende a consolidação do discurso favorável à atuação do especialista técnico, sobretudo a partir de sua organização em conselhos oriundos da própria cúpula de agentes presentes no interior do Estado, como parte de um “processo mais amplo de alteração das relações entre Estado e dominação burguesa no Brasil”.⁶⁷ Segundo o autor, que está preocupado em recuperar o momento histórico em que a burguesia industrial brasileira empreende novas estratégias de dominação, a ‘sacralização ideológica do técnico’ constitui-se numa das heranças do pensamento autoritário brasileiro que emerge na década de 1920 e se materializa institucionalmente na década seguinte, o que fica mais evidente a partir de 1937 com a vigência da ditadura estadonovista. Essa ‘sacralização’ tornar-se-ia muito mais complexa no decurso da década de 1950, na medida em que passa a fazer parte do discurso de amplos setores empresariais e da própria burguesia liberal antinacionalista, uma das marcas da conjuntura de florescimento do desenvolvimentismo industrial planejado.

Em que pese os setores liberais mais ortodoxos terem sido críticos de primeira hora às idéias de planejamento perpetradas pelo Estado, por identificarem-na com dirigismo estatal e um atentado ao livre funcionamento da economia, a presença da *competência técnica* na figura dos especialistas no interior das agências estatais seria, no mínimo, uma garantia de *neutralidade* na tomada de decisões provenientes desses organismos.

Sintetizando sua visão acerca das transformações observadas na relação das estratégias e práticas de dominação burguesa e sua inserção na composição do aparelho de Estado, Almeida vê uma estreita ligação entre a afirmação social da competência técnica e a constituição do que denomina de ‘novo padrão de dominação de classe’ ancorada na criação do que poderíamos chamar de espaços de eficiência tecnocientífica que, ao revestir-se com um verniz de exacerbada neutralidade, se opunha aos espaços tradicionais de prática política no Estado. Nas palavras do autor,

⁶⁷ ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Uma Ilusão de Desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.p. 27.

“Desde suas origens, sempre apelando para a necessidade e a urgência da organização nacional, o que passaria pela montagem de um Estado mais centralizado e mais imune às pressões particularistas, as quais se expressariam sobretudo por meio dos partidos políticos, esta variante do discurso tecnocrático brasileiro e as práticas com as quais se imbricou relacionaram-se estreitamente com um novo padrão de dominação de classe que buscava sua legitimidade na desqualificação da burocracia tradicional e da representação diretamente política (especialmente a parlamentar) e na apologia de um executivo que, alardeando o objetivo de se estruturar segundo critérios técnicos, a começar pela qualidade de seu pessoal, empenhava-se ao máximo para organizar, no interior do próprio aparelho estatal, as relações entre os diversos interesses presentes na sociedade.”⁶⁸

Almeida entende a questão, não como mera semelhança entre conjunturas históricas distintas, mas como indefectível permanência e incorporação de valores, a supervalorização dos conselhos técnicos e da lógica da marginalização do parlamento dos centros de formulação e de tomada de decisão das políticas públicas planejadas empreendidas durante o governo de Juscelino Kubitschek. Dessa maneira, a criação das ‘ilhas de racionalidade’, responsáveis por viabilizar a implantação do Plano de Metas nos anos JK, demonstrariam a consolidação de uma nova estratégia de dominação de classe cujas raízes remontam ao pensamento autoritário das décadas de 1920-30.

Os autores que se debruçaram sobre as origens da incorporação pública das técnicas de planejamento pelo Estado com vistas a elaborar planos de desenvolvimento econômico concordam em apontar que o momento em que esta prática passa a ser adotada no Brasil remete à conjuntura da década de 1940 desencadeada no curso da Segunda Guerra Mundial. Segundo Ianni, foi no período de redefinições econômicas e políticas inaugurado na conjuntura do conflito mundial que propostas visando a formulação e implementação de iniciativas planejadas de intervenção estatal na economia passaram a ser incorporadas como pressuposto necessário de eficiência e *racionalidade*.⁶⁹ Nas palavras do autor, foi durante esse período que “a planificação passou a fazer parte do pensamento e da prática dos governantes, como técnica ‘mais racional’ de organização das informações, análise de problemas, tomada de decisões e controle da execução de políticas econômico-financeiras”.⁷⁰

A despeito de todo um conjunto de iniciativas mediante criação de agências estatais de planejamento realizadas no Brasil durante o Estado Novo terem sofrido, conforme apontamos

⁶⁸ *Ibidem*, Id.

⁶⁹ IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996;

⁷⁰ *Idem*, p. 54.

anteriormente, uma profunda crítica dos setores liberais durante o governo Dutra, uma série de iniciativas visando à coordenação e o planejamento de políticas econômicas é levada a cabo nos anos finais da década de 1940. Algumas merecem destaque pela importância que lograram tanto para a consolidação da prática e do ideário do planejamento no Brasil como para o aprofundamento das relações de reciprocidade entre o Brasil e o capital internacional de origem estadunidense.

É o caso da *Missão Abbink*(1948) e, principalmente, da *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos*(1951-1953). Ainda que se tratem menos de planos gerais articuladores de demandas de alcance global que de projetos setoriais e de diagnósticos visando à elaboração de estudos técnicos destinados a gerar a necessidade de investimentos num dado setor, na medida em que o aponta como prioritário, é correto afirmar que tais iniciativas contribuíram não apenas para refutar a primado liberal clássico da inviolabilidade das regras do mercado, mas, sobretudo, para imprimir a marca do *planejamento estatal* e da importância do Estado, enquanto *sociedade política*, na atuação junto ao sistema econômico.

No que diz respeito mais diretamente aos objetivos desse capítulo, convém assinalar que esses exemplos de práticas de planejamento lograram aos agentes que deles fizeram parte, um repertório crítico de procedimentos de racionalização administrativa que seria paulatinamente incorporado pelo discurso das agências estatais encarregadas da implementação de políticas públicas planejadas. Noutras palavras, procedimentos como: um esforço maciço na coleta de dados, na análise de problemas, na busca pela sincronicidade nas esferas de tomada de decisão, bem como na elaboração de soluções para problemas diagnosticados pelo próprio *staff* técnico.

Outro aspecto que devemos ter em vista é que a consolidação das técnicas de planejamento enquanto medidas racionais de promoção estatal do desenvolvimento industrial brasileiro a partir da década de 1950, ocorre na esteira do estreitamento das relações entre o Brasil e os EUA. Esta seria materializada na presença cada vez maior de empresas e capitais privados norte-americanos, processo que aprofundaria em meados dos anos cinquenta o desenvolvimento capitalista associado brasileiro. Nesse sentido, a criação, em 1951, da *Comissão Mista Brasil-EUA*(CMBEU), marcando uma inequívoca aproximação de interesses entre os dois países, superados os descompassos do imediato pós-Guerra, seria um passo paradigmático no estabelecimento de novas diretrizes para o desenvolvimento econômico aplicado no Brasil pelas classes dominantes.

A CMBEU, instalada oficialmente em julho de 1951, no início do segundo governo de Getúlio Vargas(1951-1954), resultou de conversações inauguradas em 1948, ainda no governo Dutra(1946-1950). A origem da *Comissão Mista Brasil-EUA para o Desenvolvimento*

Econômico está diretamente relacionada às diretrizes de assistência técnica norte-americana aos países tidos como *subdesenvolvidos* segundo os pressupostos anunciados pelo presidente americano Harry Truman no *Ponto IV* de seu discurso de posse, em janeiro de 1949. Entretanto, a implementação do *Ponto IV* dependeria de aprovação do Congresso Americano de lei que normatizasse a ação do governo estadunidense no âmbito das políticas de cooperação externa, sobretudo aquelas que demandassem assistência técnica. Aprovada em junho de 1950, o *Act for International Development* legalizava as determinações contidas na Mensagem de Truman e autorizava a criação de comissões mistas entre os EUA e outros países com a finalidade de materializar os pressupostos do já referido *Ponto IV*.

Em seu discurso o presidente eleito afirmava que a solução para o aumento da produção nos países *pobres* e *subdesenvolvidos* residia na “aplicação maior e mais vigorosa do conhecimento técnico e científico moderno”, missão para a qual os EUA demonstravam total disposição de cooperação através da díade capital e tecnologia. Mas, conforme observa a historiadora Sonia Mendonça ao analisar a importância da chamada *Doutrina Truman* para as transformações ocorridas no âmbito da assistência técnica e ensino agrícola no Brasil em fins da década de 1940, o discurso se pautava pela promoção de capital e tecnologia, “repousaria muito mais em **assistência técnica** do que em capital.”⁷¹

Vejamos a leitura que faz o sociólogo Arturo Escobar acerca da *Doutrina Truman* e sua relação com o desenvolvimento dos ditos países *subdesenvolvidos*:

‘La doctrina Truman inició una nueva era em la comprensión y El manejo de los asuntos mundiales, em particular de aquellos que se referían a los países económicamente menos avanzados. El propósito era bastante ambicioso: crear las condiciones necesarias para reproducir em todo el mundo los rasgos característicos de las sociedades avanzadas de la época: altos niveles de industrialización y urbanización, tecnificación de la agricultura, rápido crecimiento de la producción material y los niveles de vida, y adopción generalizada de la educación y los valores culturales modernos. Em concepto de Truman, el capital, la ciencia y la tecnología eran los principales componentes que harían posible tal revolución masiva. Solo así el sueño americano de paz y abundancia podría extenderse a todos los pueblos del planeta.’⁷²

⁷¹ MENDONÇA, Sonia Regina de. “‘ETA em Marcha’: Os Estados Unidos e o ‘Ensino’ Agrícola no Brasil(1945-60).” In.: *Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2007. p.89.

⁷² ESCOBAR, Arturo. . *La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007. p. 22. Esta obra é a versão em espanhol da publicação original em inglês, *Encountering Development – the Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press, 1995. p. 20.

A CMBEU, portanto, consubstanciou no Brasil os pressupostos presentes na *Doutrina Truman*. Representaria, sobretudo, ‘um novo estágio’ nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos, segundo avaliação de um importante agente do período.⁷³ Fizeram parte da equipe brasileira de técnicos que compunham a Comissão Mista, entre outros, o engenheiro Ari Frederico Torres, designado como chefe do lado brasileiro pelo então Ministro da Fazenda Horácio Lafer, o geólogo Glycon de Paiva e o engenheiro Lucas Lopes, membros do conselho técnico.

Urdida no processo de reconfiguração das relações entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, a CMBEU não receberia, de acordo com as críticas dos agentes brasileiros atuantes no período, a devida atenção e cumprimento dos acordos estabelecidos entre os dois países, sobretudo da parte dos norte-americanos. Inúmeros projetos elaborados pela Comissão não lograriam, no decurso de vigência da agência, entre 1951-53, o atendimento das solicitações de financiamento previstas quando da feitura dos projetos. Somente nos anos seguintes, já no governo de Juscelino Kubitschek, por ocasião da busca de recursos financeiros para a implantação do Plano de Metas, a equipe responsável pelo Plano, parte da qual havia participado da CMBEU, empreenderia uma retomada do financiamento requisitado ao governo americano no início da década. Dessa vez, ao que consta, o financiamento seria obtido.⁷⁴

Temos visto a questão do planejamento à luz do decurso de consolidação do discurso do desenvolvimentismo como meta de superação do *subdesenvolvimento* brasileiro na conjuntura do pós-Segunda Guerra. Esse processo se consolida ao longo da década de 1950 e chega aos anos sessenta, por um lado, marcado por um esgotamento de suas matrizes fundamentais, por outro, forte o suficiente para constituir-se em base matricial de planos setoriais em níveis regionais em áreas consideradas periféricas do ponto de vista da divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

Do mesmo modo, os pressupostos do planejamento estatal desfrutam de legitimidade suficiente entre acadêmicos e políticos cujas administrações estaduais buscam pautar-se pela lógica de governo planejado, calcado na execução de planos locais de desenvolvimento econômico, formulados por agências e agentes especializados. Competem para o recurso à elaboração de metas planejadas de ação, as exigências oriundas de organismos internacionais de cooperação e financiamento que, como aludimos no início deste capítulo, operam segundo a

⁷³ CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa. Memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. p.154.

⁷⁴ O depoimento que confirma a obtenção do financiamento para a execução do Plano de Metas outrora negado aos projetos da Comissão-Mista, está em CAMPOS, Idem, p.306, *passim*.

premissa da racionalidade do planejamento como condição para a eficiência da alocação de recursos na administração pública.

Projetos visando à elaboração de planos de desenvolvimento econômico em estados como Goiás, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, no início da década de 1960, mostram como a idéia do planejamento havia sido disseminada e passara a fazer parte dos procedimentos adotados por governantes em diferentes estados brasileiros no início dos anos sessenta. Diante desse quadro, em que se destacam a atuação de escritórios de consultoria técnico-jurídica na formulação de inúmeros planos de desenvolvimento regionais e estaduais, seria correto então falarmos num esgotamento do *desenvolvimentismo* em fins da década de cinquenta, sobretudo a partir dos anos iniciais da década seguinte, conforme defendem alguns autores?⁷⁵

Temos discutido até aqui como a noção de desenvolvimento, associada à prática de planejamento estatal visando à industrialização, constituiu-se em núcleo fundamental dos projetos econômicos adotados por governos brasileiros ao longo da década de 1950. Vejamos a partir de agora como a própria noção de *desenvolvimento*, entendida em sua dimensão discursiva e prática, não se efetiva como mero empreendimento neutro e solução eficaz para superação do atraso senão como discurso produzido historicamente e convertido em problema fundamental nos países do Terceiro Mundo.

Esse pressuposto de superação do *subdesenvolvimento* no Terceiro Mundo fundava-se em grande medida a partir da identificação desta imensidão territorial da economia mundial com outra noção construída no período, a idéia de *pobreza*. Dados os diagnósticos, não seria surpresa que o remédio para todos os males do *subdesenvolvimento* dos países do Terceiro Mundo estaria no crescimento econômico e no desenvolvimento industrial e agrário, convertidos em verdades universais inquestionáveis e racionalmente necessárias.

⁷⁵ Ricardo Bielschowsky fala de ‘crise do desenvolvimentismo’ no início da década de 1960, contrastando-o ao período anterior de ‘auge do desenvolvimento’ e da industrialização planejada, correspondente a meados dos anos cinquenta em plena vigência do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Segundo o autor, o projeto de industrialização planejada, corolário do desenvolvimentismo brasileiro, deixou de fazer parte do núcleo das propostas e análises econômicas empreendidas por estudiosos em distintos espaços governamentais e acadêmicos. O autor chega a essa conclusão a partir de exaustiva consulta realizada na leitura da literatura econômica da época. Contudo, Bielschowsky reconhece que a idéia do desenvolvimentismo não fora de toda abandonada, o que ocorrera era um distanciamento das premissas originais da década passada. Se a nível nacional, a perspectiva do autor pode ser considerada pertinente, ainda que não se possa descartar, p.ex., o Plano Trienal, elaborado durante o governo de João Goulart, o mesmo não se pode dizer em relação aos planos regionais e estaduais de desenvolvimento, projetos que reivindicavam o ideário desenvolvimentista e faziam largo uso das premissas de planejamento estatal. Um novo olhar que leve em conta esse aspecto pode contribuir para matizar a crise do desenvolvimentismo, este, via de regra vinculado ao Plano de Metas. BIELSCHOWSKY, Ricardo. op.cit.p.408, *passim*.

Vimos como no decorrer da década de 1950 o apelo a projetos cientificamente planejados de desenvolvimento tornam-se cada vez mais emblemas de uma administração pública racional e sua auto-proclamada eficiência técnica quanto aos pressupostos de formulação, viabilização e implementação de planos de desenvolvimento econômicos. Podemos dizer que a defesa do planejamento como instrumento técnico-científico capaz de tornar o desenvolvimento industrial uma prática de superação do atraso havia sido incorporado por amplos setores da sociedade civil, entidades e agremiações de classe, sobretudo industriais e políticos dominantes.

Como consequência de um acúmulo gradual de experiências pautadas pela idéia de planejamento, fato que, como destacamos, remete a décadas anteriores, passaram a proliferar agências estatais e mesmo privadas cujas diretrizes definidoras de projetos de crescimento econômico estavam balizadas pela técnica do planejamento enquanto solução racional para o desenvolvimento. Essa percepção de *universalização* e conquista de consenso calcado numa formulação conceitual que pressupunha o reconhecimento da neutralidade pelo discurso do planejamento na sociedade brasileira da primeira metade da década de 1950 é corroborada pela análise de Octavio Ianni, para quem:

“Em especial, a idéia e a prática do planejamento haviam sido suficientemente incorporadas pela opinião pública dos principais centros urbanos. Também os setores mais politizados da classe média e do proletariado haviam-se envolvido no debate dos mesmos problemas. Pouco a pouco, *planejamento* e *desenvolvimento econômico* passaram a ser conceitos associados, tanto para governantes, empresários e técnicos como para boa parte da opinião pública. Além disso, membros do governo, economistas, técnicos e administradores procuraram difundir a concepção de que o planejamento era uma técnica neutra; uma técnica que se aplicaria indiferentemente, em qualquer regime econômico, em diferentes fases do processo de desenvolvimento. (...) Assim, em suas diferentes acepções (planificação, planejamento, programação, plano, etc.) a técnica é definida como neutra ou é tomada como tal.”(*grifos do autor*).⁷⁶

Trata-se, no dizer de Escobar, de observar que nos países do chamado ‘Terceiro Mundo’ ao longo das décadas de 1950/60, ‘El desarrollo se había convertido en una certeza en el imaginario social’.⁷⁷ Ainda segundo o autor, ‘La realidad, en resumen, había sido colonizada por el discurso del desarrollo’,⁷⁸ situação da qual não escapariam nem mesmo os agentes e

⁷⁶ IANNI, op.cit. p. 156.

⁷⁷ ESCOBAR, op.cit.

⁷⁸ *Ibidem*, id.

grupos sociais contrários ao discurso do desenvolvimento. A solução, portanto, residia na busca pela eficiência da produção.

‘Produzir mais’ converteu-se em essência de projetos de desenvolvimento calcados em suportes técnico-científicos de conhecimento modernos de administração racional e planejamento, aplicável via planos de governo voltados para a industrialização a partir de uma conscientização crescente da necessidade de se promover em algum nível a reformulação do aparelho de Estado. Em se tratando do Brasil, como veremos a seguir, a idéia de tecnificação da agricultura como pré-condição para o aumento da produtividade no agro e para a conseqüente superação do atraso no setor, deu-se no bojo das discussões sobre o desenvolvimento industrial, ora como complemento essencial, ora como *obstáculo* a ser superado, ou para utilizarmos a linguagem desenvolvimentista do período, como ‘ponto de estrangulamento’ a ser combatido com vistas a industrialização integral. Em ambos os casos, contudo, a agricultura em geral era vista como sinônimo de atraso devido à ausência de tecnologia, fator que determinava sua condição de entrave ao desenvolvimento e forçava a urgência de mudanças.

É importante nos determos com mais vagar em algumas questões levantadas por Escobar acerca do desenvolvimento, pensado pelo autor enquanto resultado de uma formação discursiva historicamente produzida, aspecto que o leva a refletir sobre os mecanismos de manutenção e ampliação da dominação contidos nos discursos e práticas em defesa do modelo industrial de desenvolvimento capitalista norte-americano. Essa reflexão é de extrema relevância para nosso trabalho, na medida em que nos permite problematizar aspectos concernentes ao processo de desenvolvimento capitalista brasileiro da segunda metade do século passado, do qual as tentativas de desenvolver em Goiás uma moderna agricultura respaldada pela premissa do planejamento e da introdução de tecnologia é parte integrante e integrada desse mesmo processo. Nesse sentido, ajuda-nos a desmistificar o discurso do desenvolvimento econômico em Goiás durante o governo Mauro Borges como um empreendimento eminentemente neutro, associado estritamente à idéia de progresso e bem-estar da população goiana, assunto a ser abordado nos capítulos seguintes.

Convém observar que, num plano geral, a estratégia de empreender a qualquer custo o desenvolvimento capitalista e todo aparato de produção de conhecimento acerca dos problemas fundamentais dos países subdesenvolvidos operou-se, no dizer de Escobar, enquanto instrumento de dominação na medida em que contribuiu para gerar e consolidar novas práticas, teorias e estratégias de subordinação. Como conseqüência, de um lado garantiria a crença no fato de que o caminho para o progresso e crescimento econômicos seria pavimentado

pelas técnicas importadas do modelo de desenvolvimento capitalista norte-americano; de outro, combateria por meio de veementes desqualificações quaisquer projetos que contrariassem as diretrizes dominantes.

De acordo com Escobar, o crescimento econômico enquanto meta a ser alcançada pelos países subdesenvolvidos no pós-guerra, e, sobretudo, no decurso da década de 1950, pressupunha a existência de uma transferência maciça de tecnologia dos países industrializados, de modo que os países ditos pobres incorporassem o espírito de modernidade já atingido pelos países ricos. Dessa maneira, a incorporação dos pressupostos de desenvolvimento industrial dos países capitalistas centrais pelo Terceiro Mundo permitiria, segundo acreditavam os promotores do desenvolvimento, a reprodução das condições sobre as quais se erigiam a economia e o crescimento industrial dos países capitalistas centrais. Essas condições incluíam a própria industrialização, a urbanização – pensada tanto como vinculada diretamente à indústria quanto como ‘saneadora’ dos espaços rurais –, e a modernização do agro, através da viabilização da tecnificação e da promoção de um *habitus* urbano capaz de combater os signos do atraso rural, marca de uma vivência tradicional a ser superada em nome do progresso e da modernização.

Em suma, trata-se de reconhecer, como o faz Escobar, que o desenvolvimento passava a ser concebido como *processo de transição de uma situação a outra*. Guardemos essa reflexão, que será retomada quando estivermos analisando o planejamento e o desenvolvimento agrário em Goiás durante o governo Mauro Borges a luz dos debates acerca da ‘modernização’ no estado, tema dos capítulos subseqüentes.

Escobar observa que o processo de desenvolvimento e sua representação no nível discursivo operaram uma verdadeira ‘colonização da realidade’. Essa questão atravessa toda a reflexão do autor. Escobar chama a atenção para a necessidade de se compreender como as determinadas representações se tornam dominantes e dão forma consensual a maneiras de pensar a realidade e, sobretudo, forjam modos de se relacionar com essa mesma realidade. Essa perspectiva leva o autor a uma busca pelos mecanismos sociais mediante os quais tais modalidades discursivas produzem modos de ser e pensar, ao mesmo tempo em que trabalha para desqualificar e impossibilitar discursos de oposição.

Uma chave para a compreensão desses mecanismos, que funcionam como verdadeiros espaços de poder, reside no reconhecimento da existência de um aparato eficiente de produção de conhecimento, materializado em inúmeras agências estatais e privadas que vão sendo criadas no decurso de consolidação do desenvolvimentismo e que são responsáveis por engendrarem novas práticas e estratégias que contribuem para a disseminação da dominação de

uma classe ou frações de classe sobre outras. Trata-se aqui de considerarmos o desenvolvimento e o planejamento a partir da ‘profesionalización de su conocimiento y la institucionalización de sus prácticas’.⁷⁹

No caso do Brasil, o que se verifica no decorrer do processo de profissionalização e institucionalização das práticas que convergem para a promoção do desenvolvimento industrial como único caminho para o progresso é a cada vez mais imperante separação entre os agentes detentores do discurso do desenvolvimento capitalista e seus opositores. Essa separação consolida novos espaços no interior do aparelho de Estado, campos institucionais⁸⁰ ocupados por agentes que atuam no sentido de definir as ‘regras do jogo’ a serem seguidas pelo conjunto da população, inclusive aquelas frações organizadas que empreendem alguma oposição.

Serão esses agentes e agências que estabelecerão uma prática discursiva que define, citando novamente Escobar, ‘quién puede hablar, desde qué puntos de vista, con qué autoridad, y según qué calificaciones’⁸¹, premissas que constituem o cerne da identificação, análise e indicação de soluções para problemas sociais que perpassam a formulação das políticas públicas empreendidas pelo Estado.

A questão da *modernização* da agricultura, tal qual foi formulada e executada no Brasil a partir da década de 1950, problema que trataremos a seguir, será vista tendo como premissa básica as reflexões suscitadas pela leitura de Escobar. Dessa maneira, pretendemos tratar do tema da *modernização* do agro no período em sua estreita relação com o discurso de urgência do desenvolvimento industrial dos países tidos como *subdesenvolvidos*, solução engendrada de na tarefa de superação do atraso secular. Da mesma maneira, é preciso atentar para a formação de uma cultura política que reivindica cada vez mais a eficiência técnica na formulação de planos destinados ao desenvolvimento do agro a serem executados por agências estatais.

Essa cultura política materializa-se na atuação de agências privadas de consultoria e elaboração de projetos, espaços que evidenciam a preponderância e influência de seus técnicos junto ao Estado, seja ocupando diretamente postos-chave no interior de secretarias e órgãos estatais executores de políticas públicas, seja, como aventado acima, formulando projetos de interesses classistas a serem convertidos em políticas de intervenção no agro por agências estatais.

⁷⁹ ESCOBAR, A . op.cit.p. 42.

⁸⁰ Idem, p. 88.

⁸¹ Ibidem, p. 81.

3 – Modernização da agricultura no Brasil do pós-II guerra:

Iniciamos esse capítulo citando considerações feitas pelo governador de Goiás acerca da expectativa positiva que os trabalhos iniciais da *Aliança para o Progresso* anunciavam para os países latino-americanos. Tais países mantinham-se carentes de recursos para o desenvolvimento de suas economias segundo padrão de industrialização e combate à produção agrícola tradicional desprovida de tecnologia. Esse fator definia uma agricultura atrasada e impedida de dar sua contribuição vital ao crescimento econômico pretendido, segundo o modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista norte-americano.

O interesse do governo goiano na *Aliança* residia não apenas na perspectiva de obter empréstimos junto à agência para alavancar seu plano regional de modernização agrícola, mas continha ainda o objetivo de estabelecer uma relação de proximidade, sobretudo identidade de propósitos, com as diretrizes previstas no arcabouço ideológico disseminado pela criação da *Aliança*.

A entrada de Goiás na esfera da modernidade dependeria naquele momento da adoção de uma cultura política baseada na *racionalização* do percurso de tomada de decisão, processo que punha em evidência a articulação entre agências privadas encarregadas de formular projetos, e organismos estatais atuantes no sentido de converter tais projetos em políticas públicas. Desse modo, o estado pretendia apresentar-se como vanguarda da administração pública brasileira a partir de um conjunto de medidas voltadas para a promoção de um modelo de desenvolvimento econômico regional legitimado pelo reconhecimento obtido junto a agências interamericanas, o que já havia sido alcançado no plano interno.⁸² As medidas que seriam adotadas pelo governo goiano afinavam-se plenamente com o espírito que servira de base para a constituição da *Aliança*.

O Brasil despertava no início da década de 1960 as maiores preocupações dentre os países latino-americanos, segundo diagnósticos elaborados por agências dos Estados Unidos empenhadas na construção de uma vigorosa aliança ‘capitalista’ continental capaz de barrar qualquer possibilidade de avanço do comunismo na América do Sul após o surgimento da ameaça representada pela Revolução Cubana(1959).⁸³ A *Aliança para o Progresso*, criada em

⁸² Os dois principais estudos elaborados para o governo Mauro Borges provinham de renomadas agências de consultoria e planejamento econômico brasileiro. O Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, ou Plano MB, fora elaborado pela Fundação Getúlio Vargas(FGV) com colaboração de equipes de técnicos do Instituto Brasileiro de Economia(IBRE), enquanto que o Plano de Desenvolvimento Agrário de Goiás seria gestado no Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro(ETPAR) e agências congêneres. Trataremos do tema nos capítulos subsequentes.

⁸³ COLBY, Gerard. & DENNETT, Charlotte. Op.cit.

1961 pelo governo norte-americano sob a presidência de John F. Kennedy, pretendia, sob a rubrica da promoção do desenvolvimento econômico nos países latino-americanos, criar ‘ilhas de sanidade’ no continente, espaços plenamente desenvolvidos e irradiadores de um sentimento anticomunista capaz de barrar os ventos revolucionários soprados do Caribe.

A miséria de grande parte das populações dos países sul-americanos era vista como foco detonador de ações que punham em risco os interesses capitalistas no continente, ao passo que abriam a possibilidade de disseminação de idéias comunistas e de contestação da ordem ‘democrática’. O discurso contido na propaganda da *Aliança* consubstanciava um apelo ao *reformismo* das estruturas administrativas dos governos latino-americanos e a necessidade do desenvolvimento das estruturas econômicas em prol da superação do *atraso*, identificado principalmente a partir de diagnósticos que apontavam a agricultura como o mais vigoroso entrave à liberação das forças do progresso industrial.

Octavio Ianni sintetiza de maneira clara os interesses capitalistas da *Aliança* no que diz respeito aos aspectos reformistas e de dominação político-econômica perpetrado pelo governo americano através do programa, o que não excluía o recurso à militarização das ações no continente:

“A linguagem reformista que cerca a Carta[de Punta del Leste] e a Aliança teria sido apenas uma formulação hábil numa época de grande efervescência social e política. A prática foi outra, segundo a perspectiva das forças interessadas em mudar as estruturas de dominação(políticas) e apropriação(econômicas). Note-se, por exemplo, que o discurso do presidente John F. Kennedy, no qual lança a idéia de uma aliança para o progresso, foi realizado em março de 1961. E a invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, autorizada pelo governo norte-americano, ocorreu em abril, apenas um mês após. Ao mesmo tempo, prosseguiram os programas de militarização do poder político na América Latina, sob o pretexto de atendimento dos legítimos desejos de modernização das forças de segurança. Esses são alguns dos dados que nos permitem assegurar que a linguagem reformista e a prática anti-reformista foram os termos do paradoxo em que se desenvolveu a diplomacia da aliança para o progresso; ou da nova fronteira para as novas expansões do capitalismo norte-americano na América Latina.”⁸⁴

A retórica reformista, como aponta Ianni, cumpriria estrategicamente a função de escamotear os verdadeiros interesses capitalistas norte-americanos na América Latina, e as mudanças pretendidas pelos signatários da Carta de Punta del Leste e da *Aliança para o*

⁸⁴ IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. p.36.

Progresso não passariam de um esforço no sentido de aperfeiçoar o ‘*status quo* em face das forças que preconizavam reformas ou revoluções.’⁸⁵

Não discordamos inteiramente desta interpretação, notadamente naquilo que ela tem de crítica em relação à expansão dos interesses das frações do capital multinacional nos países sul-americanos, prática que historicamente esteve acompanhada de discursos em defesa do progresso e do bem-estar social de toda a população. Essa questão está intimamente relacionada a diretrizes que pregavam reformas no campo e sua realização mediante planos de governo e administrações *racionais*.

No nosso entender, entretanto, não é correto atribuir à ‘linguagem reformista’ da *Aliança* tão somente o objetivo de ‘ocultamento’ dos reais interesses em jogo, operando para tanto uma separação entre discurso e prática, de modo a considerá-los inequivocamente antagônicos. Decerto, o distanciamento entre os pressupostos reformistas contidos em nível discursivo e a ação histórica dos agentes envolvidos diretamente na consecução dos programas, passaria por alterações significativas, mas que devem ser buscadas na dinâmica das relações conflituosas entre os vários interesses em disputa no momento de sua execução⁸⁶.

Ademais, a suposição de um divórcio entre o conteúdo reformista e a prática da *Aliança* e agentes associados não corresponde à realidade da atuação daquela agência no Brasil. Isso porque é possível considerar que os pressupostos reformistas da *Aliança para o Progresso* consubstanciavam concretamente a percepção da necessidade de execução de mudanças nos aparelhos administrativos dos países sul-americanos, assim como em vários setores e infraestrutura de tais países, com vistas a alargar o âmbito de penetração dos interesses capitalista multinacionais no continente, tanto no campo econômico quanto em sua dimensão política, no que o Estado tinha um papel insubstituível a realizar. Tais movimentos não devem ser reduzidos à pura ‘retórica’, posto configurarem concretamente em projetos hegemônicos de dominação de classe.

Quanto à agricultura dos países tidos como *subdesenvolvidos*, o aumento da produtividade e o melhoramento dos serviços de armazenamento, transporte e distribuição, consistiam em

⁸⁵ *Ibidem*, id.

⁸⁶ COLBY & DENNETT apontam para inúmeros conflitos entre as diretrizes preconizadas pelo Governo Kennedy para a *Aliança* e os interesses de empresários americanos com negócios na América Latina. A pressão dos grandes empresários residia, principalmente, na tentativa de demover a estratégia de empréstimos e financiamentos realizados no âmbito da *Aliança* e que se pautava pela relação ‘Governo a Governo’, quando a defesa dos empresários era para que ficasse a cargo dos empreendimentos privados a tarefa de promover o desenvolvimento dos países sulamericanos. Essa demanda seria plenamente atendida no governo seguinte de Lyndon Johnson(1964), quando a *Aliança* deixaria de privilegiar as reformas políticas de curto prazo para encampar os interesses privados de grandes bancos e corporações norteamericanas. Op.cit. especialmente capítulos 25, 26, 27 e 28. pp. 419-495.

medidas de suma importância a serem realizadas como pré-requisitos para a modernização de sua produção e o conseqüente desenvolvimento industrial do país. Em princípio não havia oposição a esse conjunto de medidas entre as frações agrárias. O cerne de possíveis insatisfações residia, antes, na reivindicação pela ampliação do alcance das reformas, na maior parte subsumida, na prática, aos interesses de grandes fazendeiros, a despeito de serem elaboradas como medidas destinadas a formação setores rurais médios.

Pelo menos teoricamente, contudo, os pressupostos de ‘Reforma Agrária’ gestados no âmbito da *Aliança para o Progresso* reconheciam a necessidade de os governos desenvolverem planos de ação agrícolas que minassem o predomínio, tanto de latifúndios quanto de minifúndios, apontados como causas para a permanência do atraso no campo. A superação do cenário tradicional deveria se dar pela organização de ‘sistemas sociais mais justos’, o que seria complementado pela criação de um sistema de créditos para produtores rurais, assistência técnica e desenvolvimento de um eficaz sistema de comercialização e distribuição de gêneros produzidos. Fariam parte desse conjunto de medidas a propagação do uso de insumos químicos, a mecanização agrícola, projetos de criação de armazéns e silos, além do estímulo ao cooperativismo e ao associativismo entre produtores.⁸⁷

Não por acaso, estas seriam premissas contidas no projeto de elaboração do Estatuto da Terra, legislação agrária aprovada nos primeiros meses do governo Castello Branco e que fora gestada a partir da atuação de conceituado grupo de técnicos e intelectuais agremiados no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, o IPES, uma das agências organizadas mais destacadas no processo que levou ao golpe civil-militar em abril de 1964 e à derrubada de João Goulart.

Ainda de acordo com as premissas defendidas pela *Aliança para o Progresso*, as modificações pautadas pelo anseio de modernização industrial da produção agrícola deveriam fazer parte de um planejamento cientificamente elaborado, o que condicionava sua execução a transformações profundas em nível dos aparelhos de Estado e das relações destes com as esferas de influência política. A *Aliança para o Progresso* orientava os governos para a

“...formulação de planos gerais e no início de atitudes efetivas de planejamento. Planejar, em última análise, não significa mais que governar bem. Com recursos limitados e necessidades praticamente ilimitadas é indispensável estabelecer prioridades e adotar políticas, a fim de mobilizar e canalizar recursos para os objetivos desejados. Neste sentido, *planejar não significa meramente a formulação de planos mas sim, e principalmente, o*

⁸⁷ COCAP – Comissão de Coordenação da Aliança Para o Progresso. *Aliança Para o Progresso: conceitos, objetivos, estrutura, realizações no Brasil*. Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica. Brasil, agosto de 1966.(mimeo).

estabelecimentos de uma organização administrativa para sua execução, a fim de ajustar ou adaptar o plano, constantemente às necessidades e circunstâncias.” (grifos meus).⁸⁸

A idéia do planejamento, que não era nenhuma novidade para o Brasil, surgia no construto da *Aliança* como condição essencial para o sucesso do desenvolvimento do país em todas as áreas de atuação dos governos devidamente orientados por uma coerente política econômica e social afeita à superação de barreiras que impediam o pleno emprego do capital privado, constituindo-se em base ‘racional’ que determinaria, entre outros aspectos, a obtenção de ajuda externa. Esta era entendida como concessão de empréstimos junto a organismos financeiros interamericanos, atração de capital multinacional com vistas a promoção do desenvolvimento econômico local, assistência técnica e treinamento de pessoal por meio de agências transcontinentais. A novidade residia na defesa veemente do planejamento pelo governo americano sob a presidência de Kennedy, ainda que sob forte crítica de setores empresariais contrários à atuação do Estado na esfera econômica.

Um peso significativo era ressaltado relacionalmente, tanto na importância de modificações nas organizações administrativas estatais, responsáveis pela execução do planejamento, quanto na figura do *técnico*. No primeiro caso, a ênfase advinha da constatação de que as administrações públicas dos países dependentes de auxílios financeiros previstos na *Aliança* careciam de *know how* para o estabelecimento de um corpo de funcionários especializados capaz de programar adequadamente o planejamento sistemático.

Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil no governo Kennedy e um dos mais engajados defensores e divulgadores das doutrinas da *Aliança para o Progresso* corrobora essa visão, quando afirma enfaticamente que ‘o subdesenvolvimento econômico implica certo grau de subdesenvolvimento administrativo’, cabendo aos Estados Unidos, enquanto país-modelo de desenvolvimento econômico e social preconizado pela agência, ‘fornecer os necessários técnicos e programas de treinamento para a formação de quadros de pessoal técnico especializado’.⁸⁹

A consolidação da figura do técnico, detentor de um conhecimento especializado e, sobretudo, sua atuação ‘não-política’, como já tivemos a oportunidade de discutir, sobrepõe-se ao papel do político tradicional, na medida em que ele deixa de desempenhar apenas funções limitadas aos círculos acadêmicos e passa a ‘oferecer análise objetiva e competente orientações

⁸⁸ *Ibidem*, p.63.

⁸⁹ GORDON, Lincoln. *O Progresso pela Aliança*. Rio de Janeiro: Record, 1962. p.6.

técnicas àqueles que formulam a política.⁹⁰ Reside aqui um traço fundamental de todo processo de construção das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento agrário em Goiás durante o governo Mauro Borges.

Ainda no que dizia respeito diretamente à agricultura, a *Aliança para o Progresso* dispunha de um complexo de organizações associadas que prestavam auxílio técnico a agências e agentes dos governos de países signatários. A mais importante congregava-se na criação do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola(CIDA), organismo que contava com a participação da Organização dos Estados Americanos(OEA), do Banco Interamericano de Desenvolvimento(BID), da Organização para Alimentação e Agricultura(*Food and Agriculture Organization* – FAO), da Comissão Econômica Para a América Latina(CEPAL) e do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas(IICA), organismo, aliás, responsável pelo treinamento e qualificação de inúmeros agrônomos brasileiros, vinculados ao IPES, e que posteriormente teriam papel de destaque no pós-64.

No Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico participaria do programa da *Aliança* como uma das entidades brasileiras encarregadas de aplicar parte do montante gerado pelos acordos sobre produtos agrícolas, destinado pela Agência Internacional para o Desenvolvimento(AID/USAID) ao financiamento de projetos.⁹¹

Compreender o momento histórico de atuação da *Aliança para o Progresso* e sua relação com o estágio que os projetos de reformulação agrícola haviam alcançado no início da década de 1960 é de extrema relevância para os objetivos de nosso estudo. Expunha-se claramente que os pressupostos elaborados no âmbito da *Aliança* tinham como finalidade transformar as agriculturas tradicionais dos países *subdesenvolvidos* em modernas agriculturas industriais a partir do diagnóstico de que o *atraso* dos países se devia em larga medida a manutenção de um sistema produtivo rural impeditivo da industrialização pretendida, análise que não se constituía em si mesma numa novidade.

Convém considerar, portanto, que as diretrizes e pressupostos formulados por agentes norte-americanos em princípios da década de 1960 no âmbito da *Aliança para o Progresso* e destinados a promover a modernização das agriculturas dos países *atrasados* provinham de um longo percurso de acúmulo de experiências materializado em inúmeras práticas de ingerência de organismos americanos, em países como o Brasil, desde as décadas anteriores. Nesse sentido, a despeito de se tratarem de conjunturas políticas distintas, é possível afirmar que os preceitos que norteavam os projetos da *Aliança* para a agricultura, guardadas as suas

⁹⁰ *Ibidem*, p.20.

⁹¹ COCAP, *op.cit.* p.163, *passim*.

especificidades históricas, consubstanciavam a dianteira de um processo em curso no Brasil desde fins da década de quarenta.

As diretrizes da *Aliança para o Progresso* direcionadas para a transformação das economias agrárias tradicionais em modernos celeiros agrícolas seriam, portanto, a *ponta de lança* de um projeto maior de desenvolvimento capitalista da agricultura gestado em anos anteriores e que já vinham sendo postos em prática no Brasil, inicialmente como resultado de empreendimentos empresariais isolados e ao longo dos anos afirmando-se como política pública sob forte influência de interesses norte-americanos.

Tendo em vista a relevância dessa assertiva, antes de darmos continuidade à análise dos pressupostos político-ideológicos a partir dos quais se alicerçava a *Aliança para o Progresso* em relação ao desenvolvimento capitalista da agricultura, é importante que recuperemos as principais iniciativas perpetradas por agentes e agências de interesses norte-americanos com vistas a converter o agro dos países *subdesenvolvidos* em espaços de expansão capitalista. A prática advinda de tais iniciativas engendraria no decurso da década de 1950 um complexo arcabouço donde sobressairia a atuação de verdadeiros *intelectuais orgânicos* comprometidos com a defesa de práticas de intervenção no agro visando sua paulatina industrialização.

Importante observar, que é a partir da atuação desses agentes, técnicos norte-americanos e brasileiros formados pelo *staff* americano, que se enraizaria no Brasil uma cultura política de formulação e execução de políticas públicas destinadas à tecnização do processo produtivo agrícola e à formação, na outra ponta, de um lavrador de novo tipo, ordeiro colaborador e produtor afeito à adoção de novas tecnologias. O ensino rural e o extensionismo assumiriam papel primordial na preparação desse novo lavrador, convencido pela propaganda da eficiência técnica a abandonar seu modo de vida e práticas tradicionais de cultivo em favor do aumento da produtividade.

Embora seja pertinente assinalar que o que acabamos de afirmar seja válido para outros países da América Latina no mesmo período, nossa abordagem se restringirá às práticas adotadas no Brasil, seja em função da exigüidade inerente às intenções do capítulo, seja, sobretudo, em função do objetivo premente de compreender o cenário nacional com vistas a atingir o fulcro de nosso estudo que é o estado de Goiás durante o governo Mauro Borges Teixeira. Embora sucinta, cremos que a incursão dará maior consistência a nossas reflexões na medida em que pretende recuperar o enraizamento dos projetos de industrialização da agricultura brasileira à luz da ingerência dos interesses empresariais estadunidenses, caminho pelo qual escolhemos enveredar pela questão.

Quando nos referimos em nossa abordagem à questão da industrialização da agricultura brasileira a partir da década de 1950 à luz da incorporação pelo agro de *ciência e tecnologia* como pressuposto de uma racionalização do processo produtivo na esteira da industrialização urbana, deve ficar claro que estamos tratando de um momento histórico em que a agricultura no Brasil desenvolve-se de maneira subordinada à indústria. Vinculado ao êxito dos processos de industrialização e urbanização, o discurso de modernização do agro é forjado como projeto de superação do *subdesenvolvimento*, epíteto de extrema eficácia simbólica conferido a países que, como o Brasil, não dispunham de meios tecnológicos e de capital para cumprir tal tarefa. Na esteira da construção do dito *subdesenvolvimento* erigiam-se soluções cientificamente legitimadas por inúmeras agências de desenvolvimento, apontadas dentro da lógica de urgência da superação do atraso como contrapartidas racionais a serem formuladas e executadas por especialistas reconhecidamente laureados por instituições dotadas de ilibado teor científico.

Esses são traços característicos do período que o distingue de outros momentos históricos em que discursos de *modernização* da agricultura, mediante adoção de métodos modernos de cultivo, foram aventados. Dessa forma, não é a simples adoção de técnicas e insumos mecanizados visando ao aumento da produtividade no meio rural que configura a dita *modernização* da agricultura brasileira iniciada nos anos cinqüenta do século XX.

O que caracteriza o período em tela é justamente sua relação de subordinação com a indústria e a crescente disseminação de valores empresariais e hábitos urbanos no campo. Esse processo se deu no Brasil, ao longo das décadas de 1950 e 60, atingindo seu apogeu a partir da década seguinte, através da atuação conjunta de escritórios privados de consultoria e organismos estatais na formação e viabilização de um complexo sistema de assistência técnica e creditícia formado por inúmeras agências estatais e privadas. Entendemos, em acordo com Graziano,⁹² que é somente num quadro geral de consolidação da industrialização pesada e da adoção de um novo padrão de acumulação capitalista no Brasil, a partir da década de cinqüenta, que podemos considerar os projetos de *modernização* da agricultura tal qual nos referimos anteriormente.

É nesse momento que surgem no Brasil, não por acaso, indústrias de insumos agrícolas vinculadas ao próprio processo de industrialização associado ao capital multinacional. Trata-se, como vimos, dos avanços iniciais em direção a cada vez maior inter-relação entre agricultura e indústria que conduziria de fins da década de 1960 em diante à formação de verdadeiros *complexos agro-industriais* em várias regiões brasileiras. Analisando historicamente a questão,

⁹² GRAZIANO DA SILVA, José. op.cit.

Graziano da Silva afirma que é justamente “no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro do pós-guerra, [que] a agricultura se converteu gradativamente num setor subordinado à indústria e por ela transformada.”⁹³

Em linhas gerais, trata-se, segundo o autor, de um momento de consolidação das transformações ocorridas no Brasil a partir da década de 1930. Momento este detonador de significativa mudança que irá transferir para o setor industrial em progressiva ampliação o eixo de acumulação até então localizado num modelo de agricultura voltado para a exportação.

Vista por si só, enquanto reivindicação de melhorias a serem adotadas com vistas a implementação de uma agricultura dita moderna em relação àquela que se pratica predominantemente no momento, a adoção de insumos e a própria mecanização não se constituem em novidades no período. O mesmo pode ser dito em relação aos projetos visando à educação rural. Malgrado aqui a indiscutível quantidade e mesmo qualidade dos insumos mecanizados nos anos cinquenta se comparados ao período da República Velha, neste já estavam presentes, enquanto elemento fundamental para o desenvolvimento da agricultura, na tessitura dos discursos de expressivos representantes de setores rurais brasileiros.

Lutando contra frações rurais dominantes vinculadas ao setor exportador, esses grupos empenhavam-se na defesa de um modelo de produção rural pautado pela dinamização e diversificação de sua produção de modo a constituir-se como um vigoroso segmento rural voltado para a viabilização de um mercado interno urbano consumidor de produtos alimentícios e matérias-primas para a nascente indústria. O que estava em jogo nas disputas políticas intra-classe dominante rural no momento, era a capacidade dos segmentos rurais representantes de regiões agrícolas menos expressivas, de conquistar maior espaço frente ao modelo agrário-exportador fomentado pelas frações dominantes rurais.⁹⁴ Modernizar as lavouras e diversificar o cultivo se constituiriam em premissas fundamentais que compunham o quadro das propostas de racionalização e aumento da produção que unificava distintos segmentos das classes dominantes rurais no decurso da Velha República. Era esse, em síntese, o cenário em que a modernização da agricultura era reivindicada pelos setores dominantes rurais antes de a industrialização centrada no Centro-Sul tornar-se o pólo hegemônico de acumulação do capitalismo no Brasil.

⁹³ *Ibden*, p.46.

⁹⁴ Sobre essa questão é de valiosa contribuição o estudo realizado por Sonia Mendonça acerca dos projetos *ruralistas* perpetrados por segmentos agrários secundarizados no bloco de poder durante a República Velha. MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro(1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

A questão da mecanização da agricultura e da busca pela adoção de melhorias visando à transformação de práticas tradicionais de cultivo em favor do aumento da produtividade agrícola mediante a incorporação de insumos industriais, antecede, portanto, sua subordinação a um padrão consolidado de industrialização como eixo norteador da acumulação capitalista no Brasil verificado a partir da década de 1930 e intensificado na década de 1950.

Curioso observar que ao contrário da modernização da agricultura desencadeada na esteira da industrialização brasileira da segunda metade do século passado, donde sua subordinação a demandas provindas do capital industrial asseguraram um significativo desenvolvimento das forças produtivas no campo, os projetos de modernização do agro do período anterior (República Velha) foram propostos como projetos deliberados de enfrentamento à ameaça que representava a indústria nascente, num país cujas classes dominantes rurais propalavam como dotado de uma inequívoca *vocação agrícola*.⁹⁵

Essa mudança de perspectiva engendrada pela subordinação do agro à indústria se daria ainda que sob a égide de uma *modernização conservadora* que manteria intacta a estrutura fundiária, conservando muito do poder dos setores dominantes agrários, bem como recriaria antigas relações de trabalho *não-capitalistas*, contribuindo do mesmo modo para a reprodução das relações de dominação no campo.

Ao recuperar na seção anterior deste capítulo a consolidação do projeto desenvolvimentista brasileiro da década de cinquenta, pautado por um modelo de industrialização planejada em consonância com a maciça presença de capital estrangeiro, pudemos abordar seus lances iniciais nas décadas anteriores. Verificamos como a concepção de *planejamento* passou a fazer parte de distintas agências estatais e mesmo de reivindicações de agremiações empresariais privadas, ainda que seu percurso tenha sido caracterizado por iniciativas não articuladas, muitas das quais incipientes, e que tenham sido alvo de inúmeras críticas e inequívocos reveses no imediato pós-Segunda Guerra, sobretudo de setores liberais contrários a quaisquer idéias de planejamento estatal, associadas como foram ao Estado Novo e ao autoritarismo.

Um dos aspectos que destacamos como de fundamental importância para a compreensão desse processo foi a cada vez maior presença de interesses norte-americanos no Brasil, seja por meio de acordos de cooperação entre governos, seja através da entrada de capitais e empresas multinacionais. Falávamos então que uma das formas mais eficazes de penetração dos interesses empresariais americanos se deu mediante a criação de agências de cooperação técnica, ainda na década de 1940, em princípio estritamente vinculadas aos objetivos da guerra:

⁹⁵ *Ibidem*. Ver, sobretudo, cap. 4.

num primeiro momento como estratégia de aproximar os países do hemisfério em prol dos esforços bélicos dos Aliados, atendendo assim a interesses econômicos e militares; e, posteriormente, já numa conjuntura de pós-conflito, num mundo dividido sob a égide da *guerra fria*, como forma de garantir a expansão do capital empresarial americano em regiões de influência capitalista.

Nesse tabuleiro estratégico de conquistas políticas e econômicas, o Escritório de Coordenação de Assuntos Interamericanos, o CIAA, de Nelson Rockefeller, seria responsável pelos lances mais eficazes, sobretudo pelo legado de agências voltadas diretamente para intervenção nas políticas públicas destinadas a promover a industrialização de setores da agricultura brasileira que surgiriam na esteira dessa iniciativa. Em pouco mais de uma década, entre fins dos anos de 1940 e 60, vários projetos destinados à mecanização agrícola e à educação rural seriam postos em prática a partir de convênios entre o Ministério da Agricultura brasileiro, governos estaduais, agências privadas de desenvolvimento e empresas norte-americanas. Principal agente envolvido em projetos de mecanização e difusão de insumos agrícolas industriais do período, Nelson Rockefeller é até hoje louvado nos círculos do *agrobusiness* brasileiro como o pioneiro da industrialização e da modernização agrícola no Brasil, segundo lógica que concede loas ao empreendedorismo individual.

Empreendimentos iniciados no Brasil por Rockefeller e seu grupo, como a American Association For Economic and Social Development(AID), que deu origem a agência de crédito rural supervisionado, a ACAR, assim como o IBEC, a Sementes Agroceres, empresa dedicada à produção de sementes híbridas de milho, e a Empresa de Mecanização Agrícola(EMA), são lembradas como iniciativas que estão na gênese da formação da agroindústria no país. A maneira como o empresário norte-americano é visto pelo setor agro-empresarial brasileiro em década recente, fica evidente nas palavras do engenheiro agrônomo José Calil, coordenador de projetos extensionistas em São Paulo no início da década de 1950, para quem a presença de Nelson Rockefeller e seu *staff* de técnicos, empresas e agências filantrópicas, foram “a alavanca imprescindível para o desenvolvimento de nossa economia agrícola.”⁹⁶

Em linhas gerais, os objetivos traçados por tais empreendimentos de modernização da agricultura brasileira do período e adotados por agências públicas federais e secretarias estaduais partiam de um diagnóstico sobre a pobreza de vastas áreas do Brasil, país de imensas terras agricultáveis com um baixíssimo padrão de vida de uma população rural fadada ao êxodo para as grandes cidades. Diante desse quadro considerado alarmante, era urgente

⁹⁶ CALIL, José. “Rockefeller e o Desenvolvimento da Agricultura Brasileira.”In.: *Informações Agronômicas*. N^o 88, São Paulo: Potafos, dezembro de 1999.

modernizar a agricultura, o que significava, segundo o *evangelho* pregado por Rockefeller, a introdução da mecanização, o uso de fertilizantes químicos e de sementes híbridas, além da promoção de uma radical mudança na política de concessão de crédito rural.

O estado de Minas Gerais foi o laboratório inicial das atividades de Rockefeller no Brasil logo após a guerra, num cenário onde a queda de Vargas em 1945 e a eleição de Eurico Gaspar Dutra abriam perspectivas favoráveis aos interesses empresariais norte-americanos no país.⁹⁷ No decurso da década de 1940 e 50 se intensificariam os interesses e as atividades de agências e empresas ligadas a Rockefeller em áreas agrícolas brasileiras avalizadas como potencialmente capazes de gerar uma agricultura moderna e plenamente integrada ao capital industrial. Foi assim que os interesses voltaram-se para o norte do Paraná e oeste de São Paulo, num primeiro momento, e para estratégicas e férteis regiões do Centro-Oeste brasileiro, Goiás e Mato Grosso, já em meados da década de 1950. Contudo, será somente na segunda metade da década de 1960, sobretudo na conjuntura inaugurada com o golpe civil-militar de 1964, que o Centro-Oeste brasileiro se consolidará como a ‘plataforma central’ do projeto maior de conquista da Amazônia levado a cabo pelos interesses econômicos de empresas ligadas a Nelson Rockefeller e os governos militares do Brasil.⁹⁸

Um aspecto relevante desse processo, e que será determinante no início da década de 1960 na formulação de planos de desenvolvimento agrícola durante o governo Mauro Borges em Goiás, é que a penetração e ampliação de empreendimentos privados norte-americanos no agro brasileiro, bem como sua articulação com agências estatais, em nível federal e de governos de unidades federativas envolvidas, na promoção de políticas públicas destinadas a viabilizar a modernização capitalista da agricultura, contribuiria sobremaneira para criar uma *cultura política de intervenção pública no agro pautada por valores racionais associados à industrialização, à urbanização e ao desenvolvimentismo*. Paulatinamente, patrocinado pela forte presença de capital multinacional, passava-se a buscar no Brasil a integração, ainda que subordinada, da agricultura à indústria.

⁹⁷ Data do início da década de 1940 as primeiras incursões de grupos empresariais ligados aos interesses de Nelson Rockefeller no Brasil através da atuação da CIAA. Na ocasião, os objetivos estavam concentrados na exploração do extrativismo da borracha na Amazônia a partir da necessidade de suprir o mercado americano atingido pela Guerra, o que seria realizado mediante um acordo de exploração entre os Estados Unidos e o Brasil. Apesar da resistência do governo brasileiro em aceitar os pressupostos formulados por Nelson, que davam o controle das operações na Amazônia aos representantes norte-americanos, Rockefeller enviaria à região, em caráter secreto, o empresário J.C. King, vice-presidente da Johnson & Johnson e conhecedor da Amazônia, encarregando-o de elaborar um minucioso relatório a ser utilizado como fonte de pesquisa para futuras atividades da CIAA. Cf. “O Sonho Brilhante”. In.: COLBY & DENNETT, op.cit.pp.163-179.

⁹⁸ Ver COLBY & DENNETT, op.cit.p.924[anexo].

A escolha do Brasil como área prioritária de atuação de Nelson na América Latina naquele momento, provinha não só da experiência anterior do CIAA durante o governo Vargas e dos interesses empresariais por trás de inúmeros acordos pró-aliança durante a guerra e projetos culturais. A partir de uma série de estudos que apontavam o país, juntamente com a Venezuela, como potencial alvo de subversão comunista, o Brasil, considerado de enorme importância no continente sul-americano, passaria a receber atenção especial de Rockefeller e sua equipe de especialistas e empresários.

É nesse contexto que surge, em 1946, a Associação Americana Internacional para o Desenvolvimento Social e Econômico, a AIA, da qual, pouco tempo depois, sairia o IBEC, Corporação Internacional de Economia Básica. Seria justamente o IBEC, através de sua Companhia de Serviços Mecanizados de Agricultura(EMA), quem desempenharia importante papel na defesa e difusão dos interesses empresariais norte-americanos no setor de maquinários e insumos agrícolas. Com participação da família Rockefeller, a empresa americana International Harvester, conseguiria realizar inúmeras vendas de maquinaria agrícola no Brasil mediante a atuação do IBEC e seu braço empresarial, a EMA. Segundo Colby e Dennett, à época, o Brasil chegou a importar “mais de um milhão de dólares em maquinaria em quatro anos e a EMA foi contratada para limpar mias de 40 mil hectares de florestas”.⁹⁹

O esquema empresarial de Nelson, arquitetado para atuar na exploração capitalista da agricultura brasileira, funcionava a partir da articulação entre maciça propaganda dos benefícios tecnológicos da mecanização e insumos químicos e a venda de tais produtos aos agricultores por empresas norte-americanas.¹⁰⁰ A montagem desse ‘esquema’ exigia um grande esforço no sentido de criar demandas junto aos setores rurais brasileiros para a aquisição de modernos instrumentos e técnicas agrícolas cientificamente testadas. Para viabilizá-lo, no entanto, seria necessário ir além da eficácia da propaganda e da criação e funcionamento de um mercado à montante do agro: era indispensável forjar um novo tipo de lavrador, preparado e apto a adquirir o que as empresas de insumos agrícolas tinham a oferecer à modernização da agricultura. Para essa tarefa competiriam duas estratégias que passariam a fazer parte das estratégias de ingerência norte-americana junto ao agro brasileiro: a educação rural, via extensionismo, e a viabilização da concessão de crédito agrícola.

⁹⁹ *Ibidem*, p.251.

¹⁰⁰ “Enquanto equipes da AIA promoviam a criação de frangos, Nelson montava, através da IBEC, uma empresa para criação de aves. As equipes da AIA promoviam as virtudes dos fertilizantes químicos e a IBEC os vendia. A AIA encorajava o uso de sementes mais produtivas, a IBEC vendia sementes híbridas. A AIA pregou o evangelho dos pesticidas e herbicidas e a IBEC montou uma empresa de fumigação.” *Ibidem*, Id.

Foi com esse espírito que as atenções do magnata americano voltaram-se imediatamente para a agricultura do estado mineiro. Esta era vista como inequivocamente atrasada e incapaz de atender aos anseios de progresso dos agricultores, o que noutras palavras significava a inexistência de um mercado consumidor de insumos agrícolas produzidos por empresas norte-americanas. Ao mesmo tempo, segundo sua avaliação, a agricultura da região possuiria grande potencial de crescimento, desde que suas terras fossem exploradas adequadamente, o que significava não somente criar a respectiva demanda para empresas de insumos industriais de sua propriedade, como construir uma infra-estrutura no setor de transportes que desse conta de escoar a produção e reduzir os custos da entrega de fertilizantes pelas empresas interessadas.

Como resultado desses projetos iniciais, surgiu em 1948, a Associação de Crédito e Assistência Rural, a ACAR de Minas Gerais, após acordo entre Nelson Rockefeller e o governador mineiro Milton Campos. Segundo o acordo, a AIA ficaria encarregada de administrar a nova agência. Inspirado no modelo norte-americano de extensão rural, a ACAR, instituição civil, sem fins lucrativos, dedicada à elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito e prestação de serviços de extensão rural, diferia das agências congêneres estadunidenses justamente no que dizia respeito à questão da obtenção de crédito. A experiência brasileira optou pela concessão de crédito supervisionado mediante atuação da própria agência de assistência e crédito rural, enquanto que nos Estados Unidos a prática punha em contato direto os produtores e os bancos especializados em empréstimos.¹⁰¹

Ao longo das décadas de 1950 e 60, seguindo o modelo implantado em solo mineiro, foram criadas inúmeras ACARes nos estados brasileiros, que a partir de 1956 passariam à coordenação geral da ABCAR, Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. Até 1968, foram criadas vinte agências da ACAR¹⁰², surgindo mais três no início da década seguinte.

Mas foi sem dúvidas a criação do *Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano*, o ETA, em 1954, que daria verdadeiro impulso aos programas de assistência técnica presentes no projeto que deu origem a ACAR. Resultado de um acordo firmado entre Juscelino Kubitschek e o governo americano, o ETA visava aprofundar a cooperação técnico-financeira entre o Brasil e os Estados Unidos na área da agricultura a partir da implantação de projetos de desenvolvimento rural, no que ficava claro que o eixo prioritário de atuação deveria residir em programas de extensão rural, já desenvolvidos pela ACAR, que passariam a ser coordenados nacionalmente pelo escritório técnico.

¹⁰¹ PEIXOTO, Marcus. *Extensão Rural no Brasil. Uma Abordagem Histórica da Legislação*. Textos Para a Discussão 48. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, outubro de 2008.

¹⁰² Depois da ACAR-MG(1948), foram criadas agências da ACAR

O ETA, assim como a ACAR, fora criado sob os auspícios das diretrizes político-ideológicas contidas no Ponto IV do discurso de Truman, que balizariam os acordos de cooperação técnica na agricultura entre o Brasil e os Estados Unidos a partir de fins da década de 1940. Num sentido geral, ao dedicar-se a desenvolver a agricultura de países considerados *subdesenvolvidos*, como o Brasil, o ETA pretendia alavancar o crescimento econômico a partir de projetos de assessoramento e financiamento, consubstanciados nas práticas de extensionismo e concessão de crédito rural subsidiado.¹⁰³

Chamando a atenção para a importância de compreendermos o enraizamento das relações de ingerência norte-americana no processo de modernização da agricultura brasileira em curso no pós-guerra, a historiadora Sonia Mendonça afirma que, a despeito de toda sua importância, e por isso mesmo, o ETA

“não deve ser encarado como uma inovação em si mesmo, consistindo muito mais propriamente numa espécie de coroamento de uma dada modalidade de intervenção norte-americana junto às questões-chave latino-americanas e brasileiras, sobretudo aquelas atinentes à pobreza e sua superação, mediante ações tidas como ‘educativas’ e ‘pedagógicas’.”¹⁰⁴

Todo esse conjunto de iniciativas perpetradas pelo governo brasileiro em consonância com o modelo norte-americano de desenvolvimento capitalista da agricultura compunha o quadro de *modernização* sobre o qual se assentava as estratégias de superação do *subdesenvolvimento* nos países do chamado Terceiro Mundo. Nesse sentido, no decurso da década de 1950, no Brasil, a tecnificação da agricultura, sua mecanização e inserção no mercado de insumos e defensores agrícolas, pressupunham a atuação coordenada entre agências estatais e privadas, nacionais e multinacionais, resultando na formação de um aparato institucional eficiente, direcionado a dar conta do projeto de modernização do agro. Dessa forma, modernizar a agricultura era visto como única solução para o pleno desenvolvimento econômico, desde que atendessem às demandas da industrialização e da urbanização, conforme noção disseminada pelo discurso do desenvolvimento erigido na conjuntura histórica do pós-II Guerra.

O desenvolvimento, nesses termos, era pensado como um processo de transição de uma fase, ou etapa, onde o seu construto oposto, o *subdesenvolvimento*, poderia ser superado por meio da adoção de práticas empiricamente testadas e bem sucedidas no país-modelo do desenvolvimento capitalista ocidental, os Estados Unidos.

¹⁰³ MENDONÇA, Sonia. “ETA em Marcha...” op.cit.p.79.

¹⁰⁴ *Ibden*, p.80.

Essa noção de desenvolvimento conferia ao processo, conforma observa Escobar,¹⁰⁵ um caráter progressivo, ordenado e estável. Daí a importância cada vez maior do planejamento estatal, conforme vimos, como fator essencial para o funcionamento e difusão do desenvolvimento. É ainda Arturo Escobar quem observa que,

Finalmente, hubo outro factor que influyó em la formación de la nueva estrategia del desarrollo: la creciente experiencia de intervención pública em la economía. Aunque el carácter deseable de dicha intervención, en contraposición con un enfoque más de *laissez-faire* seguía siendo controvertido, cada vez se generalizaba más el reconocimiento de la necesidad de algún tipo de planeación o acción gubernamental.¹⁰⁶

Temos, portanto, que a estratégia de desenvolvimento econômico, em seu conjunto, tal qual era apontada por intelectuais orgânicos norte-americanos como solução eficaz na década de 1950, preconizava pela via do planejamento e da atuação estatal, esta ainda que restrita aos limites do capital privado, a disseminação da acumulação de capital, a industrialização urbana e rural, com a presença indelével de investimento estrangeiro.

A agricultura, segundo esse discurso de superação do *subdesenvolvimento*, deveria passar pelos mesmos mecanismos e relações que ditavam os caminhos do desenvolvimento urbano-industrial, o que implicava a adoção de um arcabouço discursivo formado pelas noções de *crescimento*, *capital*, *tecnologia* e *modernização*. Na tarefa histórica de consolidação e ampliação da hegemonia capitalista na segunda metade do século XX, caberia aos técnicos e instituições legitimadas pela eficácia técnica, agentes e agências comprometidos com o assessoramento de projetos de desenvolvimento para os países terceiro-mundistas, construir uma ‘imagem ordenada’ do mundo, capaz de dar estabilidade à acumulação capitalista.

No caso das políticas de desenvolvimento do agro nesses países, sobretudo no Brasil, o que se viu foi a consolidação cada vez maior nesse período de um *modus operandi* legado por formas de atuação que pressupunham uma estreita relação entre interesses capitalistas na agricultura e as políticas públicas destinadas à sua modernização.

O que verificamos em Goiás nos anos iniciais da década de 1960, constitui-se em traço definidor da maneira como interesses privados situados a montante e a jusante da produção agropecuária estiveram imbricados no processo de formulação e execução de políticas públicas destinadas a modernizar a agricultura brasileira. Na tarefa de conduzir esse processo, os

¹⁰⁵ ESCOBAR, op.cit.p.76.

¹⁰⁶ *Ibden*,id.

especialistas técnicos e suas agências privadas de cooperação técnica e consultoria, verdadeiros intelectuais orgânicos comprometidos com a divulgação de um novo *modus vivendi* rural padronizado pela tecnização da produção.

Esse percurso histórico iniciado no pós-guerra culminaria, cerca de uma década e meia após o término do conflito mundial, em ousados construtos teóricos destinados a sistematizar as estratégias de desenvolvimento a serem seguidas como doutrinas pelos países *subdesenvolvidos*. No centro do poder político e econômico mundial, promoveu-se em fins da década de 1950, a elaboração de uma teoria etapista do desenvolvimento econômico capitalista, que consistia na atualização das teorias do desenvolvimento e superação do atraso dos países do Terceiro Mundo. Essa teorização teria profunda influência sobre os projetos de modernização da agricultura inseridos no processo de desenvolvimento urbano-industrial. Tais questões, elaboradas principalmente pelo teórico norte-americano Walt Rostow¹⁰⁷, logo seriam adotadas pelo governo norte-americano como principal matriz teórica do pensamento contido no programa da *Aliança para o Progresso*.

Aqui retornamos ao ponto inicial dessa seção, segundo o qual a *Aliança para o Progresso* surgia em princípios da década de 1960, – guardado as suas especificidades determinadas por uma conjuntura histórica distinta – como o corolário dos pressupostos e fundamentos político-ideológicos preconizados pelos projetos de modernização capitalista norte-americanos para os países do Terceiro-Mundo.

Em sua mais influente obra, *The Stages of Economic Growth (A non-Communist Manifesto)*, lançado em 1959 nos Estados Unidos, e em 1961 no Brasil com o título de *Etapas do Desenvolvimento Econômico (Um Manifesto Não-Comunista)*¹⁰⁸, Walt Rostow preconizava que a plena realização econômica e social de um país passava pela progressiva superação de *cinco etapas de desenvolvimento*. Estas eram especificamente descritas como estágios necessários para a consolidação de uma pujante sociedade moderna capaz de assegurar tanto o alto nível de investimento tecnológico industrial quanto a elevação satisfatória do consumo pela população. De acordo com Rostow, as etapas pelas quais as sociedades percorriam até

¹⁰⁷ Walt Whitman Rostow(1916-2003) foi um destacado economista americano, tendo ocupado ao longo de sua vida importantes cargos em administrações governamentais norte-americanas. Conhecido pelo enfrentamento radical ao comunismo, tanto no plano acadêmico quanto em sua atuação política, Rostow foi membro do Conselho de Estado, entre 1961-1966, acumulando cargos estratégicos no Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca e no Conselho de Planejamento Político. Entre 1964-66 foi membro do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso. Em 1966, no governo do presidente Lyndon Johnson, foi designado como Conselheiro de Segurança Nacional, onde permaneceria até 1969.

¹⁰⁸ ROSTOW, W.W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não-comunista)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

alcançar seu pleno desenvolvimento seriam: a *Sociedade Tradicional*, as *Precondições para o Arranco*, o *Arranco*, a *Marcha para a Maturidade* e a *Era do Consumo em Massa*.

Interessa-nos aqui destacar o papel a ser desempenhado pela agricultura na teoria de Rostow, o que decerto limita nossa análise da obra. Desse modo, atendendo aos objetivos da tese, buscaremos relacionar as reflexões de Rostow para a agricultura aos pressupostos da *Aliança para o Progresso*, para enfim concluirmos esse primeiro capítulo com algumas considerações sobre o projeto de ‘Reforma Agrária’ defendida pelo IPES, largamente inspirado nos pressupostos da *Aliança* e base das políticas de desenvolvimento agrário perpetradas em Goiás durante o governo Mauro Borges, questão que será tema dos capítulos seguintes.

Segundo Walt Rostow, uma das principais características das sociedades que praticavam a agricultura tradicional residia na elevada soma de recursos que os governos eram levados a dedicar ao setor agrícola. Esse fator era causado pela limitação da produtividade, o que não apenas contribuía para perpetuação de uma ‘estrutura social hierarquizada’ no campo, como impedia quaisquer processos de industrialização da produção agrícola, uma vez que os grupos que monopolizavam o domínio sobre a propriedade da terra compunham-se de fazendeiros apegados a valores obsoletos e antagônicos ao desenvolvimento tecnológico da agricultura.

A difusão de novas técnicas agrícolas em consonância com o desenvolvimento industrial, processo que abarcava também a produção no agro, dependia para tanto de uma mudança no próprio ‘estilo de vida’ dos grandes produtores rurais, que passariam de obstáculos à disseminação das inovações técnicas a modelos individuais de empreendedores. Essa nova postura deveria dotar os fazendeiros-empreendedores de funções especializadas, convencendo-os a inverter capital de práticas absenteístas para obras de infra-estrutura que viessem beneficiar a produção agropecuária, como a construção de estradas de rodagem, linhas férreas, pontes, escolas, etc.

Tratava-se, portanto, de acordo com Rostow, de promover a conversão de uma sociedade tradicional para uma outra, moderna e em desenvolvimento, o que implicava no despertar de uma classe rural disposta a aplicar parte do seu capital em empreendimentos que promoveriam as condições materiais para o progresso da economia como um todo.

Num sentido geral, os países da América do Sul, de acordo com as *etapas* estabelecidas na teoria de Rostow, estariam passando por um período de *transição*, nesse caso podendo ser compreendidas no estágio de desenvolvimento das *precondições para o arranco*, onde a tarefa primordial residiria na luta das forças compelidas pela ‘modernização’ da sociedade contra instituições e setores apegados a valores tradicionais e impeditivos do ‘desenvolvimento

sistemático'. Não fica difícil deduzir dessa premissa o papel primordial das empresas multinacionais e do capital estrangeiro nesse processo de modernização.

Frente à constatação de que na etapa de transição de uma sociedade tradicional em sociedade moderna ocorre significativa expansão demográfica, principalmente nas cidades que passam a concentrar pólos industriais, surge justamente o problema da produção agrícola, que para atender à nova demanda necessita promover um significativo aumento de sua produtividade. Soma-se à produção de gêneros alimentícios aquela produzida pelas indústrias extrativas, responsáveis pelo fornecimento de 'recursos naturais mais acessíveis', matérias-primas para o setor industrial de transformação. Dessa maneira, seriam três as principais funções a serem desempenhadas pela agricultura na tarefa de contribuir para o sucesso do processo de transição: 1) num sentido global, aumento da produtividade de gêneros alimentícios face ao aumento demográfico; 2) num sentido especial, suprir de alimentos a população urbanas direta ou indiretamente vinculadas ao sistema industrial; e, 3) aumentar a produtividade agrícola para exportação com vistas a gerar divisas para a aquisição de bens de capital fixo externo.¹⁰⁹

A atuação desses fatores em conjunto contribuiria no sentido de pressionar por uma maior produtividade na agricultura, podendo, em consonância com a dinâmica desse quadro, estabelecer-se uma relação orgânica entre o nível de crescimento produtivo da agricultura e o ritmo da transição rumo à modernização industrial, objetivo prioritário dessa etapa de desenvolvimento.

Segundo Colby & Dennett, toda a estratégia preconizada por tais pressupostos e posteriormente sistematizadas nos programas da *Aliança para o Progresso* dependia da 'vontade do governo anfitrião de iniciar as reformas sociais'.¹¹⁰ Tais reformas concentravam-se, sobretudo, na execução de medidas destinadas a modernizar o aparelho administrativo dos governos de modo a dotá-los de mecanismos racionais de planejamento e de projetos de desenvolvimento agrícola. Os autores chamam a atenção para o fato de que era no campo que a teoria de desenvolvimento econômico de Rostow preconizava maior viabilidade para a promoção de um crescimento capitalista mediante a adoção de uma fórmula que priorizava o uso de incrementos tecnológicos que garantiriam um aumento significativa da produtividade, ao passo que contribuiria para 'baixar os preços dos alimentos nas áreas urbanas'.¹¹¹

¹⁰⁹ Ibidem, p.37, passim.

¹¹⁰ COLBY & DENNETT, op.cit. p.424.

¹¹¹ Ibidem, Id.

A doutrina da *Aliança para o Progresso* faria largo uso da concepção linear de desenvolvimento econômico, teorizada na obra de Rostow. Estabelecendo o modelo capitalista americano como ideal de sociedade industrial e de consumo de massa, caberia aos países subdesenvolvidos associados à agência transcontinental tomar as medidas adequadas para superarem suas estruturas tradicionais e entrarem par o rol dos países desenvolvidos do Ocidente.

A retórica liberal faria parte do repertório da *Aliança*, revestida muitas vezes de certo sentido ‘paternalista’ quanto a necessidade da atuação dos governos na promoção do desenvolvimento. Nada que devesse ser confundido com quaisquer propósitos estatizantes, ainda que a atuação do Estado fosse, em princípio, considerada essencial. Se num primeiro momento a ênfase no investimento estatal, via planejamento, marcava a intervenção, esta deveria caracterizar-se somente como necessária para criar as condições para a expansão industrial, uma vez que exigia somas vultosas incapazes de serem financiadas pelos setores empresariais ainda desprovidos de acumulação suficiente como traço característico do processo de transição. Sobre esse aspecto, Rostow teorizava:

“Consideradas em seu conjunto, essas três características do capital social fixo – os longos períodos de gestação e de remuneração, o volume e as vias indiretas de remuneração – fazem com que os governos devam geralmente exercer papel extremamente importante no processo de formação desse capital, o que quer dizer no período das precondições. Por outras palavras, o capital social fixo não poder ser formado – em algumas de suas formas mais essenciais – por meio de um fluxo crescente de lucros reinvestidos provindos de uma base inicialmente diminuta. Não é possível dar-se uma boa arrancada sem que se possam antes mobilizar somas de capital inicial assaz consideráveis.”¹¹²

Essa pressuposição está de pleno acordo com aquelas presentes nas diretrizes da *Aliança para o Progresso*. Adotando a concepção das *etapas do desenvolvimento* de Rostow o embaixador estadunidense, Lincoln Gordon, concluía que o Brasil encontrava-se concomitantemente nas quatro primeiras *etapas* devido ao desequilíbrio de suas regiões. Nesse quadro, São Paulo e outros poucos centros mais adiantados, eram considerados no caminho do *arranco*, enquanto a maioria das outras regiões conservava-se perigosamente na retaguarda, constituindo-se assim como verdadeiros entraves ao desenvolvimento global do país.¹¹³ Nas palavras do embaixador, seria preciso que as áreas mais adiantadas do Brasil recebessem

¹¹² ROSTOW, op.cit. p.40.

¹¹³ GORDON, Lincoln. Op.cit. p.61.

significativas somas de capital estrangeiro, o que justificava com base nas *etapas* preconizadas por Rostow:

“Mas, se todo o Brasil se achasse no nível econômico já alcançado por São Paulo e se desenvolvesse com a celeridade com que São Paulo continua a desenvolver-se, por acaso haveria alguma dúvida quanto à capacidade deste país de conquistar um brilhante futuro econômico e social?

Isto em nenhum momento significa que São Paulo e as outras áreas mais adiantadas não necessitem de capital estrangeiro. Ao contrário, a análise Rostow mostra que é precisamente na fase entre o ‘arranco’ e a maturidade econômica que as nações apresentam o máximo de capacidade para absorver capital importado e estão em condições de fazer dele uso mais produtivo.”¹¹⁴

A principal preocupação do Brasil, de acordo com o porta-voz da *Aliança*, no entanto, deveria ser a de integrar as regiões menos desenvolvidas economicamente aos centros dinâmicos. Tratando-se de regiões predominantemente dedicadas a atividades agropecuárias, seria necessário impulsionar a produtividade agrícola em consonância com a aplicação de investimento público em infra-estrutura, iniciativa estatal essencial na criação de condições estruturais para a atração de capitais privados nacionais e internacionais.¹¹⁵ Tratava-se, acima de tudo, de modernizar a agricultura dessas regiões mediante a introdução de capital e tecnologia, além da sempre reivindicada necessidade de *educar* os lavradores para que pudessem operar com eficácia as mudanças promovidas.

Como discutimos anteriormente, estas eram premissas definidoras da atuação das agências norte-americanas, estatais e privadas, quando o assunto era o da dita modernização da agricultura brasileira em fins da década de 1940. O que a *Aliança para o Progresso* promoveria no início da década de 1960 seria a sistematização de todo um construto de intervenção capitalista no agro, encoberto por um plano bem definido de cooperação hemisférica mútuo, popularizado sob a fachada do progresso e do bem-estar social de todos.

¹¹⁴ *Ibden*, Id.

¹¹⁵ *Id.*, p.62.

4 – ‘Agrarismo’¹¹⁶ ipesiano: ‘reforma agrária’ como problema técnico.

A perspectiva agrária cultivada no âmbito das intervenções ideológicas do IPÊS situa-se, em grande medida, num plano de contraproposta política às leituras interpretativas da esquerda que serviram de mote para o conteúdo ideológico de formação de um campesinato no Brasil sob a ótica nem sempre convergente de publicistas do Partido Comunista Brasileiro. Marca dessa visão pecebista, seria a existência de um *agrarismo* engajado na construção de uma visão de país que propunha a superação do atraso pela via do fortalecimento de um capitalismo nacional, conduzido por uma burguesia progressista, como etapa primordial rumo à implantação do socialismo. A idéia de superação dos entraves rurais apoiava-se numa ampla gama de aspectos componentes do mundo rural brasileiro, mediante a promoção de modificações substantivas nas forças produtivas existentes no campo bem como da superação das arcaicas relações sociais que impunham a subordinação do trabalhador rural à força antagonica consubstanciada no latifúndio.

Num outro espectro político, mas sem excluí-las de possíveis alianças estratégicas, poderíamos afirmar que as diretrizes de reformulação agrária preconizadas nos círculos político-ideológicos ipesianos, ainda combatiam preceitos caros às frações dominantes agrárias tradicionais, contrárias a quaisquer propostas que aventasse modificações no agro. Essas frações, ligadas às atividades monocultoras de agro-exportação e mantenedoras de significativo poder político e influência parlamentar, apareceriam no plano teórico ipesiano como representantes de um tipo de produção agropecuária obsoleto, segundo o que se entendia então como comportamento produtivo adequado ao desenvolvimento industrial da agricultura.

¹¹⁶ O termo *agrarismo* é comumente utilizado para designar mobilizações pró-mudanças das estruturas agrárias no âmbito das manifestações à esquerda nas sociedades capitalistas modernas. Nesse sentido, segundo aponta Raimundo Santos, haveria dois tipos de agrarismos no Brasil ao longo do século XX: um, o *agrarismo campesinista*, identificado aos movimentos camponeses, notadamente àqueles sob a égide das Ligas Camponesas de Francisco Julião, atuantes entre meados da década de 1950 e 60; outro, seria o *agrarismo de partido*, representado por setores heterogêneos do PCB identificados pela formulação de diretrizes de intervenção e mobilização no campo, bem como de interpretações acerca do papel da agricultura e do campesinato na ‘revolução brasileira’ e no desenvolvimento socioeconômico do país. Há ainda uma leitura anterior, elaborada pelo comunista Otávio Brandão na década de 1920, que associa o termo às oligarquias agrárias do sul e do nordeste. Nesse sentido, o *agrarismo* seria associado a setores dominantes, tidos como feudais segundo interpretação pecebista da época e que seria adotada em larga medida pelo partido em décadas posteriores. Tomamos aqui o termo emprestado para designar o conjunto de diretrizes e ações perpetrado pelos intelectuais orgânicos dos círculos ipesianos acerca de uma ‘reforma agrária’ para o Brasil no início da década de 1960. Sobre o dois tipos de *agrarismos* aludidos, ver, SANTOS, Raimundo. ‘O Agrarismo Brasileiro na Interpelação de Caio Prado Jr.’ In.: *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, vol. 20/21, 1997-1998. pp. 95-119. _____. ‘Agrarismo’. In.: MOTTA, Márcia Maria Menendes.. *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp.16-19. Sobre a acepção de Otávio Brandão, cf. BRANDÃO, Otavio. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a Revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2006.

Seriam, por isso, apontados como latifundiários improdutivos, alvos das críticas dirigidas pelos ipesianos à estrutura agrária brasileira.

Todavia, na prática, como aponta Dreifuss, à medida que precisou ampliar seu arco de alianças visando à desestabilização das forças políticas nacional-reformistas, bem como o bloco de poder que dava suporte ao Executivo janguista, as frações da burguesia industrial associadas ao capital multinacional, não puderam deixar de agregar as frações tradicionais rurais, embora tal processo denunciasses importantes contradições entre os projetos de intervenção na agricultura preconizados pelos IPES e os interesses conservadores dos setores agrários tradicionais.¹¹⁷ Se no momento das articulações políticas que deflagraram o golpe em abril de 1964 essas contradições puderam ser contornadas em benefício do inimigo em comum, nos meses seguintes, por ocasião do processo de elaboração e aprovação do Estatuto da Terra, não seria mais possível esconder os conflitos.

Enquanto proposta que se contrapunha ao construto agrário dos setores da esquerda, as diretrizes formadoras do pensamento rural ipesiano buscavam (des)converter a *questão agrária* em problema cuja solução dependeria da montagem de um eficiente aparato técnico que envolvia a realização de um planejamento coerente. Essa postura implicaria em procedimentos administrativos racionais e pautados por resoluções que levassem em conta, sobretudo, os aspectos imbricados à eficiência das agências estatais no cumprimento de sua tarefa ‘facilitadora’ do processo de desenvolvimento. Questões que passavam pela discussão das conseqüências sociais de uma estrutura fundiária concentradora, opondo classes e frações de classe quanto ao questionamento do estatuto da propriedade, ganhavam – no conjunto de diretrizes sistematizado pelos agentes ipesianos – o qualificativo de recurso ao planejamento técnico na condução do equacionamento pelo Estado das disparidades verificadas no campo. O campo, dessa maneira, era pensado tanto em relação aos aspectos que lhe eram inerentes quanto às inter-relações com a sociedade urbano-industrial.

O que aqui chamamos de *agrarismo ipesiano* constituía-se a partir de um ponto de vista antagônico quanto aos encaminhamentos propostos pelos *agrarismos* à esquerda. Empenhava-se numa condução despolitizadora dos embates travados no âmbito dos projetos concorrentes para a solução dos problemas sociais oriundos de um rural apontado como causador das deficiências do desenvolvimento econômico brasileiro. A solução do problema, como outrora, residia na tecnização e *racionalização* do agro, única forma de intervenção capaz de promover

¹¹⁷ Essa questão foi analisada por René Dreifuss a partir de um enfoque geral sobre a atuação do IPES em nível nacional. Ver DREIFUSS, op.cit. Para um estudo de caso em termos regionais, ela está presente, p.ex., na atuação do IPES em Minas Gerais. Cf.: STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os Senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o Golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986. Especialmente o capítulo VI.

o desenvolvimento da industrialização da agricultura. Não obstante essa diferença fundamental, o pensamento rural dos agentes ipesianos¹¹⁸ aproximava-se dos vários diagnósticos formulados por setores da esquerda brasileira quanto ao atraso da agricultura como causador de um real obstáculo ao pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Senão vejamos um enunciado do IPES, publicado em seu Boletim Mensal, datado de julho de 1963, num editorial que comentava o anteprojeto de Lei de reforma Agrária preparado por equipe de técnicos vinculados a própria agência:

“Acreditamos, por exemplo, que a estrutura agrária atual bloqueie o desenvolvimento social-econômico do País e constitua um dos pontos de estrangulamento de sua economia. Cremos que essa estrutura baseada no latifúndio, alimenta a rotina e o pauperismo nas zonas rurais brasileiras. Julgamos ainda que o futuro da democracia no Brasil, o aperfeiçoamento de nossas precárias instituições políticas, depende mais que de outro qualquer fator, da formação de uma classe média rural.”¹¹⁹

Excetuando a necessidade imperiosa para o ‘futuro da democracia no Brasil’ da ‘formação de uma classe média rural’, o diagnóstico do IPES bem que poderia fazer parte de uma coletânea de artigos da esquerda brasileira do período sobre propostas de reforma agrária no Brasil.

Mas não nos deixemos seduzir pela aparência. Embora seja correto identificarmos numa primeira leitura a matriz comum do pensamento *dualista* presente na formulação do IPES se comparado à leitura crítica dos *agrarismos* de setores da esquerda, ao aprofundarmos a discussão veremos que, a despeito da utilização de uma linguagem comum, o sentido histórico apreendido pelo vocabulário se distancia. Façamos algumas considerações com o objetivo de situar melhor o entendimento da posição do IPES em relação ao tema.

Em seu *Decálogo da Reforma Agrária*¹²⁰, publicado como parte do estudo Reformas de Base-Posição do IPES(1963), o instituto propunha como objetivo fundamental de sua proposta

¹¹⁸ Chamamos aqui de ‘agentes ipesianos’ os técnicos e tecnoempresários(membros efetivos do IPES) que atuaram na elaboração de um conjunto de diretrizes voltado para a reformulação do agro brasileiro no âmbito dos círculos intelectuais do ‘complexo IPES/IBAD através da formação de grupos de estudo e de trabalho desde o início da década de 1960. Nesse sentido, dentre os principais agentes ipesianos, podemos apontar para Paulo de Assis Ribeiro e sua equipe do ETPAR, seu irmão Carlos José de Assis Ribeiro, José Garrido Torres(Conselho Nacional de Economia-CNE, CONSULTTEC), Dênio Chagas Nogueira(Sumoc/FGV), Edgard Teixeira Leite(Confederação Nacional de Agricultura-CNA), Julien Chacel(FGV), José Arthur Rios, Wanderbilt Duarte de Barros, entre outros. DREIFUSS, op.cit. pp. 259-260; LOUREIRO, op.cit. pp. 57-59.

¹¹⁹ IPES – Boletim Mensal, n.º 12, ano II. Rio de Janeiro, julho de 1963.

¹²⁰ IPES. “Decálogo da Reforma Agrária”. In.: *Reformas de Bases-Posição do IPES*. Rio de Janeiro, 1963.

de reforma agrária a ‘criação de uma classe média rural’, o que seria alcançado mediante um conjunto de medidas orientadas pelo respeito à propriedade privada e do ‘adequado apoio à grande empresa agrícola, capaz, por sua vez, de assegurar alto nível de produtividade e condições de trabalho convenientes’.¹²¹

Portanto, trata-se da proposição de uma ‘reforma agrária’ que, a despeito de reconhecer a existência de ‘desequilíbrios sociais’ fundamentalmente ocasionados por conta de um crescente desenvolvimento tecnológico no setor industrial, pressupunha o desenvolvimento de um modelo de agricultura produtiva alicerçada na formação de um moderno agro empresarial, cuja dinâmica de funcionamento contribuiria para tornar mais equilibrada as apontadas disparidades de nível tecnológico entre as atividades industriais urbanas e as do setor agropecuário.

Dessa maneira, a realização de uma ‘reforma agrária’ no entendimento do pensamento ipesiano declinava da necessidade premente defendida por movimentos camponeses e setores da esquerda quanto a execução de medidas de distribuição e redistribuição de terras, muito menos a subdivisão de propriedades, iniciativas incapazes, segundo apreendemos das propostas contidas no *Decálogo*, de assegurar o aumento da produtividade no campo e conseqüentemente do nível de vida das comunidades rurais.

A crítica partia, da mesma forma como havia se configurado em seu Boletim Mensal acima citado, da identificação de uma estrutura agrária baseada no ‘latifúndio improdutivo’, causadora de entraves ao desenvolvimento econômico do país, ao mesmo tempo em que suas bases tradicionais de produção impediam um ajustamento às diretrizes preconizadas por agências multilaterais atuantes no continente, a partir da elaboração de programas de reformas nos países latino-americanos, como aqueles consubstanciados na *Carta de Punta del Leste*, base das instruções inscritas na *Aliança para o Progresso*.

Dois aspectos contribuintes para a edificação da estrutura agrária brasileira tal qual diagnosticada pelo pensamento ipesiano compeliavam para a manutenção de uma produção agropecuária aquém das necessidades da expansão industrial brasileira de princípios da década de 1960: a) o ‘monopólio da terra’, atrelado à figura odiosa do latifundiário absenteísta, encarnando o protótipo do fazendeiro improdutivo, proprietário de extensas terras das quais vivia da obtenção da renda por meio de trabalho alheio ou da prática de monopolização do sistema de comercialização e das fontes financiadoras, controles que concorriam para o rebaixamento das possibilidades de aumento da produtividade no campo; e, b) a existência de imensas áreas de terras devolutas, o que fazia do Estado brasileiro, segundo os técnicos

¹²¹ *Ibidem*, p.43.

ipesianos, o maior latifundiário improdutivo do país. O ‘latifúndio improdutivo’ surgia, pois, como duplo impedimento para o desencadeamento do processo de desenvolvimento agrícola conforme o projeto de ‘reforma agrária’ formulado no âmbito do IPES.

Tais concepções remetiam diretamente à construção histórica de uma concepção de ‘latifúndio’ afeita aos interesses da industrialização do agro e concorriam para a defesa da grande propriedade, na medida em que, adjetivar de ‘improdutivo’ o conceito de latifúndio, criava uma situação na qual o problema deslocava-se da crítica à estrutura fundiária baseada nas imensas extensões de terras, para a necessidade de torná-las produtivas do ponto de vista empresarial.

Ao atrelar o termo ‘improdutivo’ à noção de ‘latifúndio’, portanto, o pensamento ipesiano forjava uma concepção político-ideológica de esvaziamento do conteúdo de crítica à estrutura agrária baseada no sistema latifundiário, tão caro às esquerdas e ao movimento camponês organizado, a despeito das críticas que formularia a essa mesma estrutura fundiária. Dessa forma, a condenação da estrutura agrária brasileira realizada pelo IPES dirigia-se menos a existência do latifúndio, enquanto extensa propriedade fundiária nas mãos de poucos donos, do que sua má utilização, devida ao não aproveitamento produtivo das terras. Podemos concluir, portanto, que o latifúndio em si mesmo não era o problema. Ao contrário, desde que se realizasse sua ‘reestruturação’, qual seja, sua conversão em terras produtivas, o conceito de latifúndio perderia seu efeito nocivo, posto que a superação de sua adjectivação tornaria inválida a necessidade de sua eliminação.

O objetivo de modernizar a agricultura de modo que pudesse desenvolver-se de acordo com pressupostos empresariais cuja finalidade seria o aumento da produtividade voltava-se, não apenas para o combate ao ‘latifúndio improdutivo’, mas também para os minifúndios e as terras devolutas pertencentes ao Estado. Sobre esse aspecto o item 4 do *Decálogo* sintetizava da seguinte forma: “A Reforma Agrária abrangerá tanto o aproveitamento de terras devolutas quanto o reagrupamento de minifúndios e a eliminação progressiva de latifúndios improdutivos, a começar pelas áreas mais próximas dos centros de consumo.”¹²²

Podemos inferir que o tratamento dado às terras devolutas e aos minifúndios obedecia à mesma lógica atribuída aos latifúndios identificados como ‘improdutivos’, qual seja sua conversão em terras produtivas. Assim como os ‘latifúndios improdutivos’, as terras devolutas eram apontadas como não aproveitadas, ou, o que tornava mais nítido o caráter anti-distributivista da proposta, em áreas indevidamente aproveitadas, posto não estarem

¹²² Id.

submetidas a quaisquer atividades produtivas de cunho moderno, servindo ainda como *locus* de tensão ao converterem-se em áreas de apossamento e desenvolvimento de cultivos tradicionais por pequenos posseiros.

Quanto aos minifúndios, o seu ‘reagrupamento’ inseria-se na visão de que não se constituíam como áreas capazes de desenvolver uma agricultura moderna, devido tanto ao seu tamanho, quanto à improvável acumulação de capital necessária ao desenvolvimento industrial desejado, posto tratar-se de propriedades apontadas como assentadas em solos exauridos, de cultivo ‘ralo’ e desprovido de nível técnico adequado. Em suma, o minifúndio não se adequava ao modelo ipesiano de moderna agricultura consubstanciado na grande empresa agrícola, para a qual necessitava, para além de grandes extensões de terras e de capital, da conversão do tradicional latifundiário em agente empreendedor, consciente do seu papel no desenvolvimento capitalista da agricultura.

Pelo que foi dito acima, se torna mais clara a compreensão da crítica direcionada às propostas de Reforma Agrária pautadas pelo parcelamento do latifúndio e a distribuição das terras aos camponeses (item 2 do *Decálogo*).

Caberia ao Estado promover, em parceria com a iniciativa privada, mas sem sobrepor-se a ela, a ‘reestruturação’ da estrutura agrária, conforme diagnóstico do IPES. Para tanto, seria necessário tomar uma série de medidas destinadas ao aumento de produtividade e desenvolvimento da ‘grande empresa agrícola’, ao resguardo da propriedade privada e da organização das relações de produção no meio rural, além da criação de instituições adequadas para o planejamento e execução de planos de ação para a agricultura. A importância da atuação estatal provinha da interpretação compartilhada pelos ipesianos de que esta era essencial na execução de uma ‘reforma agrária’ em países subdesenvolvidos, como era o caso do Brasil. Articulada à efetivação do conjunto de reformas de base propaladas pelo IPES,

“...o êxito da Reforma Agrária dependerá da ampliação da assistência educacional e sanitária, e da melhoria da rede creditícia nos meios rurais; da justa tributação da terra; do grau em que sejam melhoradas as condições de eletrificação e industrialização regionais-rurais; das facilidades de meios de transportes econômicos e oportunos; e, ainda, das organizações para a comercialização e ampliação dos métodos de produção agrícola, em função das características regionais.”¹²³

¹²³ IPES. *A Reforma Agrária: problemas, bases e soluções*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1985. p.XXI. Essa publicação, cuja 1ª edição é de janeiro de 1964, resultou da reunião de estudos de renomados técnicos sob a coordenação de Paulo de Assis Ribeiro. Para alcançar seus objetivos num prazo curto de tempo, o IPES apontava como medidas imediatas a execução por meio de órgãos criados para tal finalidade das seguintes iniciativas: a)divulgação dos objetivos da Reforma Agrária; b)levantamento dos meios de ação; c)preparação de pessoal

Como se pode notar, o âmbito de atuação estatal na execução de uma ‘reforma agrária’ promotora da industrialização e do conseqüente aumento da produtividade agrícola perpassava diversos aspectos dependentes do incremento de ‘capital social fixo’, no que contaria com o posterior desenvolvimento do capital privado. Afirmando o caráter incontestado do *subdesenvolvimento* brasileiro e de sua estrutura agrária obstaculizante, ao contrário de países tidos como desenvolvidos, onde a presença estatal restringia-se a práticas de assistência técnica e subsídios financeiros, o projeto ipesiano declarava como indispensável a intervenção do Estado no processo necessário de modificação das relações de propriedade e na reorganização das classes sociais rurais. Sobre esse último aspecto, a ênfase recaía no fortalecimento de uma ‘classe média rural’ consumidora de bens de consumo duráveis, não por acaso produzidos pelas frações do capital industrial associados ao capital multinacional, e com poder aquisitivo elevado e potencial para acumular capital suficiente para industrializar o processo produtivo agrícola.

A propósito da formação dessa ‘classe média rural’, grupo social que consubstanciava o modelo mais eficiente de produtor agropecuário desejado pelos ipesianos, ficam em aberto questões como tamanho ideal da propriedade, embora possamos inferir a partir do discurso implícito, presente nos vários escritos da agência, que tal formação não implica na disseminação de pequenas propriedades, em oposição ao combatido ‘latifúndio’, ainda que por vezes o conceito de propriedade familiar acompanhe e pareça complementar à noção de ‘classe média’.

Quando, aliás, os ipesianos opõem a propriedade produtiva e seus produtores representados pela tal ‘classe média rural’ ao latifúndio e aos latifundiários, refere-se invariavelmente, como já comentamos anteriormente, à postura absentista do ‘latifundiário improdutivo’, a não utilização produtiva da terra por este, e não ao fato de que a concentração de terras competia para a reprodução de uma estrutura fundiária geradora de tensões sociais. A propriedade familiar apresenta-se como solução no âmbito das diretrizes ipesianas, desde que associada ao cooperativismo e aos planejamentos de ocupação, o que nos remete às áreas de terras devolutas. Não se tratava, portanto, de questionar o tamanho da propriedade em favor de um

técnico e de liderança para a execução progressiva da Reforma; d) levantamento das regiões por onde se iniciaria a implantação da Reforma e extensão do levantamento às demais áreas; e) reestruturação de órgãos administrativos; f) reformulação de programas de crédito rural, de armazéns e silos, de seguro agrário e de preços mínimos; g) execução de planos-pilotos.

parcelamento de terras que viesse beneficiar a formação de famílias de pequenos agricultores, o que, ao contrário, era rechaçado pelo IPES como proposta inócua e própria de ‘esquerdistas radicais’.

Podemos aferir do projeto de construção de um grupo social moderno para o campo que a mencionada ‘classe média rural’ assentava-se sob a égide da propriedade produtiva, independentemente da extensão das terras em seu domínio. Essa operação se tornava possível justamente porque o conceito de ‘latifúndio’ na acepção dos técnicos ipesianos não poderia ser entendido apartado da idéia de ausência de produtividade. Desprovido, ou melhor dizendo, re-significado seu conteúdo político, o ‘latifúndio’ deixava de ser considerado quando se tratava da grande propriedade capitalista, produtiva e capaz de operar um verdadeiro milagre: reorganizar a estrutura agrária, principal motivo para o atraso no campo, segundo o IPES, sem modificar a estrutura fundiária.

A despeito do que foi dito até aqui, a proposta de ‘desapropriação por interesse social’ fazia parte do repertório de medidas apontadas pelo IPES, desde que fosse realizada ‘com inteiro respeito ao direito de propriedade’, para o qual seria oferecido aos reconhecidos proprietários o pagamento em títulos públicos com garantia contra as possíveis desvalorizações da moeda. A proposta de desapropriação destinava-se exatamente aos ‘latifúndios improdutivos’, como parte da lógica que identificava nessas propriedades os males que impediam o desenvolvimento da empresa capitalista no campo. Não por acaso, como teremos oportunidade de abordar em capítulo que tratará do Estatuto da Terra(1964), a questão da desapropriação por interesse social provocaria, dentre outras, a ferrenha oposição de frações dominantes agrárias conservadoras, composta em grande parte de grandes proprietários de terras que não se enquadravam no perfil de empresários agrícolas conforme designação do IPES.

A questão da ‘desapropriação’ surgia no discurso ipesiano também sob um ponto de vista muito particular que condicionava a implantação de uma ‘reforma agrária’ no Brasil às especificidades regionais do país. Essa perspectiva constituir-se-ia em marca de uma flexibilidade oposta a quaisquer outras propostas que propalavam mudanças na estrutura agrária brasileira a partir da identificação da existência de uma estrutura fundiária homogênea.

Ao contrário de tais propostas, o IPES insistia na necessidade de elaborar soluções distintas para cada região do país, tendo como base o desenvolvimento de critérios técnicos formulados a partir de parâmetros que levassem em consideração a diversidade regional do Brasil e a função que cada espaço produtivo regional deveria cumprir no processo de desenvolvimento capitalista da economia brasileira. Tratava-se, sem embargo, de promover modificações no espaço agrário brasileiro em sintonia com a pressão que o centro hegemônico do capitalismo

no Brasil, em seu processo de expansão, exercia sobre outras regiões na conformação da divisão regional do trabalho nacional.

Dessa forma, o conceito de propriedade estava condicionado à sua localização, o que permitia ao estudo técnico do IPES, p.ex., afirmar que não havia necessidade de uma reforma agrária pautada pela desapropriação de terras em regiões como a Amazônia e Goiás, áreas com vastas terras ainda por ocupar e que por conta disso deveriam ser alvo de projetos de colonização em terras devolutas. Vejamos mais de perto esta questão que é de suma importância para compreendermos melhor as diretrizes político-ideológicas sobre as quais se baseiam os projetos de 'revisão agrária' formulados pelo ETPAR-IPES para Goiás. O quadro a seguir ajuda-nos na compreensão do problema:

IP	% do território brasileiro	Regiões brasileiras	Características da Zona e projetos prioritários
De 0 a 7,5	72	Amazônia Mato Grosso Goiás Piauí Maranhão(Sul) Minas(Oeste) Bahia	Regiões com baixa densidade demográfica Medidas destinadas ao povoamento e ocupação dirigida. Projeto: planejamento da ocupação com criação de colônias agrícolas.
De 7,5 a 15	23	Norte de MG São Paulo Piauí Ceará	Regiões com ocupação equilibrada. Medidas de assistência agrícola visando aumento de produtividade e padrão de vida da comunidade rural. Projeto: Revisão Agrária e Assistência técnica.
De 15 a 25 e Mas de 25	5	Zona da Mata de Minas, Agreste e Zona do Açúcar do Nordeste, Vale do Paraíba e litoral do RJ	Zonas que precisam de planejamento global com vistas a execução de um loteamento. Regiões 'problema' por serem escassas de terra para agricultura. Projeto: Planos intensivos de Reforma Com desapropriação por interesse social.

Fonte: IPES. Zonas Prioritárias para Reforma Fundiária, 1963.

Os dados resultantes de estudos técnicos elaborados pelos agentes ipesianos trazem algumas conclusões interessantes se pensarmos que foram realizados num momento histórico em que a luta pela reforma agrária fazia parte do repertório de reivindicações de amplos setores populares e estava presente em inúmeras discussões no Parlamento e nos projetos reformistas do Executivo janguista. A constatação que mais chama a atenção por suas conseqüências políticas mais significativas reside sem dúvidas na assertiva de que somente em 5% do território brasileiro, compreendendo áreas especificamente localizadas no litoral nordestino, regiões de cultivo da cana-de-açúcar, nas regiões do Vale do Paraíba, nas áreas próximas ao litoral do Rio de Janeiro, na Zona da Mata mineira, e áreas de fronteira entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, haveria graves ‘problemas fundiários’, necessitando, portanto, de um imediato planejamento estatal visando solucionar a questão.

Os ‘problemas fundiários’ apontados como características das áreas correspondentes a 5% do território referiam-se unicamente a problemas relativos ao esgotamento do solo, erodido por uma utilização predatória secular. O que o documento não aponta explicitamente, mas que podemos aventar, é a possibilidade de entendermos a redução à área tão limitada do território brasileiro para projetos de ‘reforma’ da estrutura fundiária como uma resposta do IPES a pressões oriundas de movimentos camponeses organizados exatamente nessas regiões. Se atentarmos para as áreas indicadas pelo estudo ipesiano – principalmente as zonas canavieiras no litoral nordestino e as áreas de fronteira no sul do país – podemos notar que foi justamente nessas áreas que os movimentos sociais rurais conseguiram maior visibilidade frente às lutas empreendidas.

Por essa perspectiva de análise, poderíamos inferir que, convertida em questão meramente técnica no discurso ipesiano, as pressões e contrapressões dos movimentos sociais rurais teriam influenciado, em alguma medida, as diretrizes formuladas pelos estudiosos do IPES. Noutras palavras, essa chave de leitura permite-nos supor que no intuito de arrefecer as tensões provenientes das lutas camponesas organizadas nessas regiões e deter o avanço dos movimentos sociais rurais, o IPES, na impossibilidade de negá-lo, mas sem reconhecê-lo explicitamente, converteu-o em problema técnico.

O significado de uma ‘reforma agrária’ pautada pela desapropriação de terras só teria fundamento, portanto, se estivesse voltada para essas regiões. As demais, ou seja, 95% do território, segundo cálculos desenvolvidos pelo IPES, não necessitariam de uma ‘reforma agrária’ que alterasse a estrutura fundiária, ficando a cargo de projetos de assistência técnica, planos de colonização e medidas de políticas agrícolas, as ações destinadas a promover o desenvolvimento agropecuário das vastas regiões brasileiras. Reside nessa visão uma das mais

inequívocas expressões do modelo de modernização da agricultura brasileira iniciado na década anterior e levado ao extremo nas décadas seguintes: a combinação entre medidas de aprofundamento do uso de capital e tecnologia no processo produtivo rural e a inviolabilidade da estrutura concentradora sobre a qual se assentava a propriedade fundiária no Brasil.

Portanto, para quase todo o território brasileiro não haveria a necessidade de uma reforma agrária no sentido histórico que o termo adquirira e como tal era reivindicada por setores que comungavam da inadiável desestruturação do latifúndio e da conseqüente distribuição de terras. As conclusões a que chegavam os técnicos ipesianos era de que o país precisava de medidas que dessem conta de promover planos de ocupação em áreas de baixa e baixíssima densidade demográfica.

Para os objetivos de nossa reflexão, interessa-nos aqui discutir sob que índice de prioridades de intervenção na agricultura, de acordo com as diretrizes traçadas pelo IPES, encontrava-se a região onde está localizado o estado de Goiás. Ora, de acordo com os dados expostos na tabela, os projetos de ‘reforma agrária’ destinados a Goiás teriam de ser formulados levando-se em consideração a baixa densidade demográfica da região, donde a conclusão de que cerca de 90% do estado necessitava de programas planejados de ocupação da terra, traduzidos em projetos de colonização e recolonização. Uma pequena parte, não por acaso compreendendo áreas próximas ao núcleo mais dinâmico da agricultura goiana – sudoeste do estado – deveria passar por um processo de ‘revisão agrária’ e assistência técnica capaz de dinamizar sua produção agropecuária.

Não havia, portanto, segundo análise dos técnicos ipesianos, a necessidade de uma ‘reforma agrária’ por desapropriação de terras em Goiás, diretriz que será plenamente adotada e fará parte dos planos e projetos de intervenção na agricultura formulados pelo ETPAR-IPES para Goiás durante o Governo Mauro Borges. Esse aspecto estará presente como eixo principal das ações do complexo de agências e órgãos estatais associados atuantes em Goiás, assim como refletirá nas declarações de agentes envolvidos, sobretudo o próprio governador, que em inúmeras oportunidades irá reiterar o equívoco de projetos distributivistas, destinados irremediavelmente ao aprofundamento da pauperização da população rural goiana.

Outra questão que merece destaque entre as medidas de reformulação agrária propostas pelo IPES reside na chamada ‘Justiça Agrária’. O estudo elaborado pelos ipesianos¹²⁴ reivindicava como condição primordial para a execução de um plano eficaz de ‘reforma

¹²⁴ Coube a José Carlos Assis Ribeiro, irmão e colaborador de Paulo de Assis Ribeiro, a elaboração de um projeto para o IPES de emenda constitucional que versava sobre a questão da Justiça Agrária. Essa proposta seria encampada pelo ETPAR e incluída no Plano de Ação para o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO).

agrária' a criação de uma *justiça*, destinada a solucionar demandas específicas das relações sociais oriundas do mundo rural. Esse estudo baseava-se no pressuposto de que as relações sociais de produção no agro diferiam em complexidade se comparadas aos marcos jurídicos que regulavam as relações trabalhistas nas cidades. Estas, vistas como mais simples, posto que adequadas a mediar a negociação entre empregados e empregadores, não cumpririam com a mesma eficácia a mediação no campo, muito mais complexa devido às várias formas de contrato de trabalho e relações de interdependência entre trabalhadores rurais e proprietários de terras. Dessa forma, tanto a Justiça Comum quanto a Justiça no âmbito dos Tribunais de Trabalho, não dariam conta de exercer satisfatoriamente a mediação das relações sociais no agro.

Calculada na necessidade da ampliação do processo de especialização do Direito, muito mais ágil e eficiente quanto maior for sua capacidade de especializar-se, delimitando sua ação, segundo os ipesianos, em função da modernização das sociedades, a 'Justiça Agrária' autônoma cuidaria, entre outras, de questões relativas a 'contratos de arrendamento ou parceria; os contratos de empreitadas, em que o empreiteiro seja trabalhador rural'¹²⁵, concentrando seu foco de atuação no âmbito da organização das relações do trabalho rural. Note-se que pelo viés arbitral das relações de produção no agro a proposta da 'Justiça Agrária' acercava-se da regulação de segmentos de trabalhadores rurais não proprietários e dependentes da grande propriedade. A crítica a relações de trabalho consideradas *arcaicas* evidenciava o caráter *dualista* da proposta, uma vez que se assentava na crença de que a ausência de regulamentação racional do trabalho na agricultura brasileira constituía-se num componente do atraso a que estava relegado o agro e no entrave que tal atraso impunha ao desenvolvimento econômico do país como um todo.

Como veremos, a proposta ipesiana de criação de uma 'Justiça Agrária' autônoma, sistematizada posteriormente no Estatuto da Terra, seria materializada em Goiás durante o governo Mauro Borges através da formulação do ETPAR por meio da criação das AVT's, as Agências Volantes de Terras, encarregadas de resolver *in loco* questões relativas a disputas entre trabalhadores rurais e proprietários de terras. No caso de Goiás, a importância social conquistada pelos posseiros, a partir das lutas pela terra e do associativismo que se intensificaram ao longo da década de 1950 e início da década seguinte, donde Trombas e Formoso é o exemplo maior, impôs especificidades à constituição de uma intervenção jurídica

¹²⁵ *Ibidem*, p.92.

nas relações sociais rurais que foram além de questões restritas ao âmbito da organização das relações de trabalho propriamente ditas.

Essas, dentre outras diretrizes de ação, como veremos ao longo deste estudo, comporiam o eixo das atividades de consultoria e preparação de plano de desenvolvimento para agricultura a serem desempenhadas pelo Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro junto ao Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás durante o governo Mauro Borges Teixeira, no início da década de 1960. Nesse sentido é que compreendemos que Goiás seria um importante ‘laboratório’ para a execução das teorias de desenvolvimento e modernização da agricultura preconizadas pelo IPES e sistematizadas no âmbito de escritórios de consultoria a ele vinculados, como o ETPAR.

Marcado por ser um estado predominante rural e desprovido de uma agricultura moderna, tal como era aquela praticada em São Paulo, Goiás seria chamado a inserir-se no quadro de desenvolvimento econômico nacional pela via da modernização da agricultura. Parte do processo de modernização conservadora da sociedade brasileira ao longo do século XX, o estado de Goiás unia-se ao desenvolvimento capitalista em curso escancarando as contradições de um discurso que pregava o desenvolvimento industrial da agricultura, mas que manteria intocável sua estrutura fundiária.

CAPÍTULO II

Sob o signo do planejamento e da reforma agrária: o Governo Mauro Borges e o ETPAR-IPÊS em Goiás.

Os agentes atuantes no período propalam; o próprio governador o toma como sinônimo de administração ‘moderna’ e ‘eficiente’; a imprensa ora exalta, ora critica, ora debocha; a historiografia escrita nos anos subsequentes, reitera. Ao que parece, não há como escapar: falar do governo Mauro Borges tem sido falar de ‘planejamento’, ‘reformas’ e *modernidade* em Goiás. No decorrer das décadas seguintes à sua interrompida experiência¹²⁶, os anos Mauro Borges Teixeira(1961-1964) assim ficariam registrados, sobretudo como exemplo de administração pública racional e modelar, posto erigir-se, antes mesmo de o novo governador assumir o Palácio das Esmeraldas, como um governo construído sob o signo do planejamento.

A consolidação de uma visão geral que atribui ao período a marca da primeira experiência de governo planejado em Goiás se deve em grande medida a esforços empreendidos pelo próprio governador em erigir-se publicamente envolto em tal rótulo. Não se trata aqui de negar a veracidade das iniciativas perpetradas no período em que o estado de Goiás adotou o planejamento estatal como medida prioritária com o intuito de converter uma sociedade

¹²⁶ Mauro Borges não terminaria seu mandato por conta das conseqüências em Goiás do golpe de abril de 1964. Apesar de ter participado da manobras dos militares na deposição de João Goulart, o governador seria deposto como resultado da disputa entre os militares reformistas alinhados a Castello Branco e a chamada ‘linha dura’ do Exército, facção militar que conquistaria a hegemonia no interior das forças golpistas, notadamente a partir do processo que levou Costa e Silva à presidência. Segundo Dalva Borges de Souza, essa disputa teria seus primeiros e decisivos lances em Goiás, exatamente no processo que levou a deposição de Mauro Borges em novembro de 1964. Ver: SOUZA, Dalva Borges de. 1964 em Goiás: *o ovo da serpente(militares e proprietários de terras na gestação da ditadura*. Goiânia: Departamento de Historia –UFG, 1990.(Dissertação de Mestrado).

predominantemente agrária numa sociedade que, sem abandonar seu papel na divisão regional do trabalho no Brasil, fosse capaz de ampliá-lo mediante promoção de uma agricultura *moderna* e disciplinada que servisse de modelo para o restante do país. Era esse, ao menos, o objetivo contido nas propostas de desenvolvimento do agro goiano e que pautarão os discursos do governador a partir dos subsídios teóricos que conformam os planos direcionados para o setor.

1 – Goiás: confrontações entre a tradição do *atraso* e da *modernidade*.

Um rápido olhar sobre os embates históricos acerca da construção de uma imagem social capaz de representar para si mesmo, e para os *outros*, os significados de pertencer a uma sociedade erigida no século XVIII sob a égide da mineração e que precisou se reinventar ao longo dos dois séculos seguintes com vistas a integrar-se no quadro de desenvolvimento sócio-econômico brasileiro, revela toda complexidade de uma região historicamente marcada pelo conflito entre o fardo ideológico da tríade *decadência/abandono/atraso* e seu contraponto redentor assentado nas luzes do progresso e da *modernidade*.

As representações acerca da construção do discurso de formação da sociedade goiana, sua importância e função histórica a ser desempenhada na consolidação do espaço econômico e social brasileiros, esteve marcada num primeiro momento de seu processo, como elemento identitário de consolidação da sociedade colonial na região, pelo embate entre a aceitação e instrumentalização do discurso de *decadência*. Nesse quadro, que será forjado no decurso dos séculos XVIII e, sobretudo em meados do século XIX, a oposição se dava entre a exaltação de um tempo áureo de abundância, próprio das primeiras décadas de colonização assentada na extração do ouro da recém criada Província de Goiás e o abandono e deteriorização da região, legada pelo esgotamento de suas riquezas.¹²⁷

Já num segundo momento, em fins do XIX, marcado por uma mudança estrutural decorrente da transição da dita *decadência* pós-mineradora para a consolidação da sociedade predominantemente agropecuária, o discurso assentado na idéia da *decadência* da região é atualizado e passa a dar lugar ao discurso do *atraso*. O *atraso*, par sinónimo atualizado da *decadência*, assenta-se como corolário de uma região econômica e culturalmente *isolada*, e dominada por uma oligarquia rural em tudo contrária ao progresso, esta que será uma das características atribuídas à Goiás mais recorrentes durante a Primeira República.

¹²⁷ PALACIN, Luiz & MORAES, Maria Augusta de Sant'anna. *História de Goiás(1722-1972)*. Goiânia: UFG, 1975.

É a partir de uma crítica austera e silenciadora imposta pelos grupos políticos liderados por Pedro Ludovico Teixeira, vitoriosos em 1930, às frações dominantes rurais caiadistas, representadas na figura do então senador Antonio Ramos Caiado, o Totó Caiado, que se irá forjar paulatinamente a idéia da re-fundação de Goiás sob a égide do ludoviquismo.¹²⁸ Claro deve estar que a construção do discurso do *atraso* da região em relação ao Brasil desenvolvido é apropriada como munição política em mãos de uma oposição local que, uma vez conduzida ao poder em consequência do golpe de 1930, edifica seu programa dominante tendo como arma legitimadora de seu poder a idéia da *modernidade*.

O historiador Nasr Fayad Chaul,¹²⁹ revendo a historiografia goiana, se empenha justamente em elaborar uma profunda crítica aos discursos de autores que, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, construíram imagens acerca de Goiás que forjaram a idéia da *decadência* e do *atraso* da região, constructos que contribuíram para a consolidação de uma história perpassada pelo ideário da vitimização da sociedade goiana perante o poder central. Dessa maneira, as idéias de *decadência*, *atraso* e a própria *modernidade*, podem ser lidas tanto do ponto de vista da formação de um arcabouço político-ideológico que municiou os embates intra-classe dominante no estado, como também podem ser entendidas como elementos-chave de formação de uma identidade regional marcada pela oposição entre o *nós* e os *outros*, ditada pelas premissas do *abandono* e do *isolamento* da região como traços de uma vitimização em larga medida imposta *de fora*.

Chaul analisa os escritos de viajantes, presidentes de província, lideranças políticas republicanas e historiadores dos séculos XIX e XX, com o intuito de demonstrar o quanto tais obras estiveram comprometidas, em diferentes momentos, com a elaboração de visões interpretativas acerca da sociedade goiana assentadas em dicotomias que não se coadunavam com o referencial empírico. A experiência forjada a partir do contato com a sociedade goiana e seu entorno era, ora negligenciado e reordenado em nome de interesses políticos, ora lido a partir de olhares eivados por valores outros que desde o início se indispunham com a experiência encontrada. Assim o autor se expressa:

Sobre o discurso da *decadência*, nos diz:

¹²⁸ O termo é utilizado para determinar o período de hegemonia política de Pedro Ludovico Teixeira em Goiás, que vai de 1930 a 1964. O poder político em Goiás durante toda a Primeira República esteve nas mãos das oligarquias dos Bulhões, liderados por Leopoldo de Bulhões, e dos Caiado, cujo maior chefe político era Antonio Ramos Caiado. Entre 1889 e 1912, Goiás seria governado por representantes do grupo dos Bulhões. Os Caiado governariam o estado a partir de então e até 1930. A hegemonia dos Caiado seria derrubada em 1930 com a vitória dos grupos políticos ligados a Pedro Ludovico Teixeira, dominantes em Goiás até 1964. Os caiado retornariam ao governo do estado em 1971 com a eleição de Leonino de Ramos Caiado.

¹²⁹ CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás. Da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiania: Editora da UFG, 2001.

“Em torno da imagem de decadência, vai gerar todo o universo interpretativo acerca da sociedade goiana que transitou da mineração para a agropecuária. A partir da idéia de um pretensão desenvolvimento da sociedade mineradora criou-se o posterior espectro de decadência que passa a rondar a sociedade estruturada após a mineração[...].

Para os autores que à época descreveram, viram e/ou registraram aspectos da Província de Goiás no período pós-mineratório, decadência significava, fundamentalmente, um lugar totalmente desprovido de desenvolvimento urbano, alheio ao mundo do capital e do trabalho, carente de progresso.”¹³⁰

Sobre a representação do *atraso*, assevera:

“[...] na passagem da Colônia/Império para a Primeira República, a representação do atraso assumiu o lugar da decadência nas interpretações sobre Goiás, incorporando, nessa passagem, os mesmos valores negativos de antes.

Ao longo da Primeira República a representação do atraso substituiu a da decadência e deu a tônica aos estudos sobre o coronelismo no período. Sob o argumento de que a região era atrasada economicamente e desprezível politicamente, muitos estudos passaram a afirmar que a ‘manutenção do atraso’, pelas oligarquias, significava uma forma de continuidade no poder.”¹³¹

Contra-pondo-se ao primeiro caso, Chaul dirá que são equivocadas as interpretações que competem para forjar uma imagem de decadência da sociedade goiana e de Goiás no período pós-mineração. Ao contrário, segundo o autor, a sociedade goiana, sobretudo durante o Império, conhece um dinamismo na constituição de uma agropecuária e de uma agricultura de subsistência que, mesmo não tendo passado despercebido aos olhos dos viajantes e historiadores, foram entendidas como práticas decadentes posto serem identificadas à carência de traços civilizacionais associados aos valores urbano-industriais.¹³²

A obra de Nasr Chaul insere-se num movimento revisionista da historiografia goiana, assentada sob inspiração dos novos estudos culturais a partir da década de 1970, e caminha no sentido de problematizar questões consagradas pela produção historiográfica predominante até então, dentre as quais a visão de um Goiás decadente e atrasado desde fins do século XVIII até a década de trinta do século passado é a marca de uma historiografia regional que anseia pela

¹³⁰ *Ibidem*, p.22-23.

¹³¹ *Id.*, p.27.

¹³² Subjacente a essa representação, conforme identificará o autor dialogando com as reflexões de Raymond Williams, há a construção de “pares antitéticos que se associam à representação mais abrangente e tradicional da relação campo x cidade.” *Id.*, p.23. Sobre as concepções do campo como lugar do *atraso* e da *ignorância*, ver WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

entrada da região na modernidade. Esse seria o motivo pelo que teria, dentre outras coisas, reforçado o discurso político-ideológico dos grupos vitoriosos no pós-1930.

Assim é que toda uma tradição historiográfica nascida a partir de 1930 estará marcada pela idéia de uma ruptura com o passado promovida pelo ludoviquismo, projeto que será materializado na mudança da capital do estado, da velha Cidade de Goiás, reduto dos Caiado e das oposições a Pedro Ludovico durante a República Velha, para Goiânia, cidade planejada, símbolo da racionalidade e do moderno, sobretudo, elo de ligação entre a região e o Brasil.¹³³

Um fator importante dessa corrente revisionista é que tem propiciado a estudos recentes questionar o sentido do atraso e das representações acerca da Primeira República em Goiás. Pode-se perceber a partir de tais iniciativas uma tentativa da historiografia em problematizar a noção de ruptura rumo ao progresso e à modernidade, supostamente inaugurada em 1930. Segundo esses novos estudos, não só é incorreta a visão do atraso antes de 30, como é possível deslocar a edificação de uma sociedade moderna mesmo durante as primeiras décadas do século XX, o que seria comprovado, entre outros exemplos, pela chegada da estrada de ferro em Goiás e pela inserção da economia goiana no circuito econômico da expansão cafeeira, ainda que o café não tenha entrado na relação de produtos exportados pelo estado e nem mesmo figure entre as principais culturas da região.

Analisando o estudo de Chaul, Noé Sandes dirá sobre essa questão que o autor de *Caminhos de Goiás*, a despeito do inegável mérito de ter realizado uma crítica demolidora da construção de uma leitura interpretativa da decadência como sinônimo da sociedade goiana e ‘modelo de conhecimento da região’, ao criticar a *decadência* enquanto constructo histórico, contribui para a construção de uma nova noção de modernidade, positivada não apenas pela edificação da nova capital como outrora, mas pela chegada dos trilhos e pelo progresso contido no ritmo da locomotiva. Subjacente a esse deslocamento dos sentidos da modernidade, residiria então, para além de uma crítica à construção histórica da modernidade enquanto parte do discurso político-ideológico dos vencedores em 1930, uma busca pelo resgate de uma identidade goiana contraposta à representação do *atraso* e próxima de um modo de vida próprio, onde as idiosincrasias seriam antes marcas de uma sociedade com ritmos e costumes próprios que uma região em desvantagem e retardatária em relação ao crescimento nacional.

¹³³ Em artigo dedicado a refletir sobre as representações construídas sobre a região, o historiador Noé Freire Sandes dirá que Goiânia representaria uma “frente de atração para os projetos de ocupação do Centro-Oeste: das colônias agrícolas à construção de Brasília formou-se um novo espaço que reuniu as condições para romper com a obscuridade que marcou o espaço regional desde o século passado.” SANDES, Noé Freire. op.cit.p.25.

Nas palavras de Sandes, Chaul “quer construir uma outra história em que a modernização refaz o sentido regional”¹³⁴, outrora forjado pela *decadência* e pelo *atraso*. Ao rever a idéia do *atraso* como característica definidora de Goiás na Primeira República para apontar marcos de progresso ocorridos na região, Chaul teria deslocado o sentido da modernidade, entendida agora não mais como projeto construído em oposição às oligarquias dominantes no pré-1930.

Ainda mais explícita na tentativa de demonstrar o prestígio de Goiás e a importância das transformações operadas pelas classes dominantes na Primeira República, sobretudo os políticos caiadistas, é a análise realizada pela historiadora Lena Castello Branco.¹³⁵ Em sua obra a autora empenha seu esforço reflexivo no sentido de desconstruir uma tradição historiográfica que interpreta a história republicana em Goiás partindo da premissa de que a República Velha, mais precisamente o caiadismo, representa, ao lado e como sinônimo do coronelismo, todo um conjunto de práticas arcaicas marcadas pela corrupção política, desmandos oligárquicos e permanente uso da violência contra opositores. Essa representação, presente tanto no discurso dos grupos políticos vitoriosos em 1930 quanto na historiografia, seria em tudo contrária à modernização da sociedade goiana inaugurada através da atuação de Pedro Ludovico.

Nas quase novecentas páginas, divididas em dois volumes que cobrem a história goiana desde os tempos da mineração até a construção de Brasília, no que faz através da reconstituição da trajetória da família Caiado, Lena Castello Branco esforça-se por desmistificar a imagem violenta e retrógada dos Caiado na Primeira República, atribuindo-a ao resultado da ascendência ao poder políticos dos grupos opositores liderados por Pedro Ludovico. Nas páginas escritas pela historiadora é a interventoria de Ludovico quem pratica atos violentos e de perseguição à oposição caiadista, operando dessa maneira para reescrever a história do estado e afastar dela, segundo a autora, a contribuição dos Caiado, sobretudo de sua liderança maior, o senador Antonio Ramos Caiado.

Aqui, em que pese as dificuldades vividas no início do século XX por uma região desprovida de quase tudo que poderia ser associado à moderna civilização urbano-industrial, traços de progresso são identificados em Goiás, como a construção da Estrada de Ferro e o florescimento de uma pujante agropecuária. No quadro interpretativo traçado pela autora, a modernidade representada por Goiânia cede espaço em importância para a construção de

¹³⁴ *Ibidem*, p.29.

¹³⁵ FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Poder e Paixão – a saga dos Caiado*. Goiânia: Cênone Editorial, 2009. 2 vols.

Brasília, obra que teve na atuação vigorosa de um Caiado o fator determinante para a nova Capital ser edificada em solo goiano.¹³⁶

Em diferentes períodos a questão da decadência e de sua superação foi retomada e atualizada ao sabor das disputas políticas do momento, aspecto para o qual a historiografia esteve sempre atenta reverberando os embates e consagrando visões políticas em disputa. Herdeiro do ludoviquismo e representante dos grupos anticaiadistas agremiados então nas fileiras da UDN, o governador pessedista Mauro Borges Teixeira reforçou a noção de que a modernidade adentrara em Goiás a partir da Revolução de 1930. Enquanto certidão de nascimento da integração da região ao projeto de desenvolvimento nacional, a ascensão do ludoviquismo em Goiás seria retomada no início da década de 1960 como obra inacabada mas solidamente alicerçada para promover uma nova etapa da modernização do estado. Essa nova etapa viria com o desenvolvimento industrial da agropecuária goiana por um governo empenhado em realizar uma reformulação agrária que servisse de modelo para todo o país. Aqui como outrora, a despeito do discurso e das medidas que competiam para o florescimento do que era tido como uma agricultura moderna e racional, foram mantidos e reproduzidos traços conservadores que contribuíram para a manutenção de práticas há muito contestadas como violentas, tais como a concentração fundiária e a repressão aos movimentos camponeses organizados, numa prova de que o projeto de moderno não estava dissociado daquilo que se supunha como signo do atraso. Durante o governo Mauro Borges em Goiás, como o restante do Brasil, intentou-se levar adiante um projeto de *modernização conservadora* cujo discurso da racionalidade administrativa e desenvolvimento planejado encobriram com o verniz do moderno sua substantiva contraparte conservadora.

2 – Governo Mauro Borges: sob o signo do planejamento e da modernização.

Conforme aludimos no início deste capítulo, a atuação de Mauro Borges à frente do governo de Goiás no princípio da década de 1960 tem sido interpretada pela historiografia como símbolo de racionalidade administrativa em prol da modernização do aparato público estadual. Mauro Borges é considerado herdeiro político direto de Pedro Ludovico, não somente por ser filho do cacique pessedista, mas sobretudo por representar a continuidade e

¹³⁶ Trata-se de Emival Caiado, então deputado federal por Goiás. O filho de Totó Caiado foi o relator do substitutivo ao projeto de Lei sobre a mudança da Capital, aprovado e convertido em lei pela Câmara e pelo Senado em 1956. Lei n. 2.874, de 16 de setembro de 1956. Cf.: FREITAS, op.cit.p.426, *passim*. A data de transferência da Capital, prevista na ‘Lei Emival Caiado’ para 21 de abril de 1960 foi sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek em outubro de 1957. *Lei Emival Caiado*, apud. *Ibidem*, (Anexo XV),p.527.

consolidação do projeto *modernizante-conservador* que pressupunha a efetiva integração da região no quadro econômico nacional. São ressaltados o ineditismo de um governo planejado em Goiás e as medidas de reforma da administração pública, bem como a reforma agrária em bases racionais, o que teria implicado numa forte presença do Estado na organização da produção e das relações de trabalho no campo.

Nesse sentido, seu governo é caracterizado como uma tentativa, ainda que interrompida em função dos rumos que o golpe de abril de 1964 tomariam em Goiás, de inserir definitivamente o estado nos quadros do desenvolvimento econômico brasileiro ao promover reformas que contribuiriam para modernizar a agricultura goiana, capítulo mais recente de um processo iniciado na década de 1930 e que teve na construção de Goiânia, na Marcha para o Oeste e na construção de Brasília, seus lances mais significativos.

Ainda como expressão desse percurso, poderíamos acrescentar a consolidação do ludoviquismo calcado num discurso de inauguração da era da modernidade em ruptura com o atraso da oligarquia caiadista, hegemônica na República Velha; a ideologia de povoamento dos imensos ‘espaços vazios’ do Centro-Oeste, consubstanciado em empreendimentos estatais, como a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás(Cang), na década de quarenta; e a construção, na década seguinte, da Rodovia Belém-Brasília, ambas iniciativas em consonância com o renovado espírito de *bandeirantismo* que animava a conquista do Brasil profundo.

A meio caminho de um processo que atingiria nas décadas subseqüentes aos anos sessenta o apogeu da agroindústria do Centro-Oeste como o símbolo maior de uma concepção de progresso e de desenvolvimento tecnológico aplicado à produção, os anos Mauro Borges seriam identificados menos com o passado, cuja herança associada a valores tradicionais típicos de uma sociedade rural era justamente o epíteto que deveria ser superado, do que com um horizonte de expectativas consagrado pelo predomínio do capitalismo agrário das grandes empresas rurais e do processo de urbanização da sociedade goiana em oposição a sua ruralidade.

É possível mesmo falarmos no desejo dos grupos dirigentes de construir uma nova ruralidade permeada por hábitos e valores urbanos, indícios de um projeto que, ao pretender urbanizar vivências tradicionalmente identificadas ao mundo rural goiano, pensava a modernidade à luz da conversão de uma sociedade agrária tida como isolada e distante do progresso e desenvolvimento econômico nacionais, em uma sociedade plenamente incorporada ao processo produtivo brasileiro.

Convém recuperarmos adiante algumas passagens da bibliografia que remetem ao período Mauro Borges a fim de exemplificarmos como os autores em diferentes oportunidades

consagraram os significados de seu governo e assim contribuíram para a construção de uma leitura histórica marcada pela visão do progresso e do desenvolvimento, um acontecimento histórico inexorável, fruto do empreendedorismo e das idéias progressistas do jovem governador. Ao contrário, entendemos que as políticas adotadas em Goiás nos anos Mauro Borges resultam em larga medida, pelas razões que já mencionamos e que ainda iremos deslindar, de projetos engendrados por grupos dominantes em nível nacional e adotados pelos setores dirigentes locais como projetos de modernização da sociedade goiana.

Situando o governo Mauro Borges no percurso das transformações ocorridas desde a década de 1930, a partir da necessidade de uma reorganização da economia regional em função de sua relação com o Sudeste, sobretudo São Paulo, Noé Sandes conclui que,

“O novo papel da região Centro-Oeste afirmou-se nos anos 60 na administração do governador Mauro Borges. A perspectiva de planejamento fez-se presente e ganhou repercussão nacional: *a proposta de reforma agrária, por meio dos combinados agrourbanos, apresentava-se como uma iniciativa moderna com potencial para ultrapassar os impasses que impediram a solução do problema agrário brasileiro. Mas o golpe de 1964 interrompeu a marcha das reformas sociais.*”¹³⁷

Subjacente à análise de Sandes está a ideia de que as tentativas de reformas promovidas nos anos de governo Mauro Borges indicavam um caminho de mudanças progressistas, ancoradas numa relação de apoio de amplos setores da população goiana ao projeto de modernização da agricultura, consubstanciado aqui nas propostas de realização de uma reforma agrária de cunho social e identificada à resolução dos conflitos por terra em âmbito local, mas com potencial para servir de exemplo para outras regiões do país. O golpe de 1964, no entanto, pôs fim ao curso dos acontecimentos em direção ao reformismo social e impediu-nos de avaliar com exatidão o alcance que a reforma agrária maurista teria para Goiás, e mesmo para o Brasil.

Prefaciando o livro de Maria Dulce Loyola Teixeira sobre a atuação de Mauro Borges em 1961 durante a crise política nacional desencadeada pela renúncia de Janio Quadros e pela oposição militar e de setores dominantes à posse do vice-presidente João Goulart, Leoni Teixeira de Vasconcelos sintetiza de maneira clara, e num tom demasiadamente áulico, algumas das referências mais utilizadas quando se trata de abordar o período em Goiás, em particular a postura de Mauro Borges. Para ela,

¹³⁷ SANDES, Noé Freire. Op.cit.p.30.(grifos CLSE).

“(...) sua ação administrativa foi marcada pelo espírito revolucionário, antecipando-se em décadas ao seu tempo. Foi exemplo, e fez escola. Sem ser estatizante, criou instrumentos de ação governamental que permanecem como modelos[...] À frente do Executivo, arrancou o poder das clientelas partidárias e manteve o Estado em íntima conjugação com as necessidades e aspirações do povo.[...] Seu Estado foi o primeiro a valorizar e adotar o planejamento e a coordenação das múltiplas ações públicas. Por tudo isso, e porque não fazia promessas impossíveis e eleitoreiras, nem ascendia esperanças vãs, sofreu – no curso de seu mandato como governador – as mais insidiosas reações dos tradicionais setores que sempre praticaram a política do ‘é dando que se recebe’.”¹³⁸

Duas questões utilizadas como argumentos no trecho acima são recorrentes nos estudos sobre o período em Goiás: a idéia de que o governo Mauro Borges se caracterizou pelo combate ao clientelismo na composição da administração pública e o pioneirismo na adoção de técnicas de planejamento, via plano de governo e reforma administrativa que teria articulado as ações das diferentes instâncias governamentais, dando assim agilidade e eficiência na execução das políticas públicas previstas nas metas planejadas.

Dentre aqueles que se dedicaram a analisar a nova configuração estatal promovida pela reforma administrativa maurista, Gil Mendes Luz dedica-se com mais vagar sobre as implicações que a adoção do planejamento tiveram sobre um estado acostumado a práticas de políticas públicas espontâneas, o que teria gerado forte oposição aos princípios planejadores do governo Mauro Borges. O autor entende a adoção do planejamento estatal em Goiás como uma necessidade histórica advinda das pressões mais imediatas que a construção de Brasília exerceu sobre a região, provocando “mudanças significativas no panorama sociopolítico e econômico do estado”.¹³⁹

Outro aspecto ressaltado por Luz remete às conseqüências geradas pelo Plano de Metas de JK, que teriam, ao consolidar a ideia do planejamento estatal como veículo de desenvolvimento, suscitado a adoção de planos de desenvolvimento regional por governos estaduais identificados ao ideário desenvolvimentista. Assim, de acordo com Luz:

“O Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás incorporava o mesmo desenvolvimentismo do Plano de Metas do Governo JK, portanto o seu sucesso dependeria, sobremaneira, da continuidade dos propósitos do Plano, pelo Governo Federal. Com

¹³⁸ VASCONCELOS, Leoni Teixeira de. “Apresentação.” In.: TEIXEIRA, Maria Dulce Loyola. *Mauro Borges e a crise político-militar de 1961 em Goiás: movimento da legalidade*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1994. (grifos CLSE).

¹³⁹ LUZ, Gil Mendes.op.cit.p.36.

isso, necessitava-se de um Estado forte, planejador, organizador e atrelado, ao mesmo tempo, à iniciativa das empresas privadas.

[...]

A intervenção do Estado ocorria no sentido de racionalizar a ação do setor público, no que concerne aos assuntos econômico-administrativos, superando os entraves burocráticos e dando cobertura aos investimentos que estivessem de acordo com a programação do desenvolvimento do estado. Para isso, precisava-se de uma verdadeira reforma administrativa em Goiás, a fim de agilizar a implantação do Plano.”¹⁴⁰

No que podemos inferir da análise realizada por Luz, a execução do Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás dependia da realização de uma ampla reforma administrativa, calcada pela racionalização do funcionamento do aparelho estatal, capaz de viabilizar o alcance das metas previstas no projeto. Para obter êxito em sua empreitada desenvolvimentista o governador teria investido todo seu capital político na formação de um ‘pacto social’ em Goiás, onde todos os setores da sociedade goiana estariam imbuídos do propósito de levar adiante o projeto maurista, cujo sucesso dependia justamente de uma participação consensual dos goianos, tanto as classes trabalhadoras, estudantes e setores médios, quanto os grandes proprietários rurais.

A idéia de ‘pacto social’ atribuída ao Plano permite ao autor interpretá-lo, num primeiro momento, para além de seus aspectos estritamente econômicos, passando então a considerá-lo como um projeto social que abarcaria todos os goianos como beneficiários. Esta perspectiva está em pleno acordo, aliás, com os discursos proferidos por Mauro Borges em defesa de sua política de desenvolvimento para Goiás. Mas o autor não leva mais adiante essa posição, optando, diante do reconhecimento de uma indefinição em relação aos verdadeiros setores sociais beneficiados pelo Plano, a considerar a meta do planejamento perpetrado pelo governo Mauro Borges como destinada, de modo generalizado e indistinto, ao desenvolvimento econômico. Ainda que reconheça a estrutura de divisão de classes na sociedade goiana, própria de uma sociedade capitalista, Luz, ao desconsiderar o caráter de classe do Plano, devolve-o ao ‘povo’ goiano, consolidando assim sua reivindicada neutralidade em prol do progresso de todos os goianos.

Façamos uma pausa nos trabalhos de caráter acadêmico para registrar uma curiosa observação feita pelo médico, advogado e escritor Wilson Romano Calil sobre a relação entre a ‘reforma agrária’ de Mauro Borges e as diretrizes preconizadas pela *Aliança para o Progresso*. Longe de apontar, como nós o fazemos, para a adoção dos pressupostos da *Aliança* pelo

¹⁴⁰ *Ibidem*, p.58.

governo Mauro Borges, o que se deu pelo fato de as políticas públicas de desenvolvimento do agro goiano terem sido gestadas no âmbito do Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro (ETPAR), agência afinada com as perspectivas reformistas para a agricultura que seriam posteriormente defendidas pela agência hemisférica, Calil sugere que a suposta antecedência das medidas mauristas atestavam uma antecipação do governador em relação ao discurso reformista de Kennedy consagrado na *Aliança*. Na inusitada assertiva do autor,

“Por essa época[a do governo MB], o presidente Kennedy trabalhou a Carta da Aliança para o Progresso. Estivéssemos falando em música ou obra de arte, o presidente John Kennedy teria que pagar direitos autorais, pois, a Carta trazia até vocábulos usados no programa de governo de Mauro Borges.”¹⁴¹

A despeito de se tratar de um texto declaradamente empenhado em recuperar favoravelmente a memória do ex-governador de Goiás, escrito, conforme relata o autor, quarenta anos após ter encontrado com Mauro Borges pela última vez, é importante citá-lo aqui, ainda que perpassado por inúmeras imprecisões históricas, pelo fato de que se constitui em peça significativa do conjunto de referências bibliográficas que voluntária ou involuntariamente contribuem para consagrar uma imagem personalista do governo na figura de Mauro Borges. A construção dessa imagem está inextricavelmente identificada ao reformismo progressista e à racionalidade administrativa ditada pelo planejamento, este invariavelmente entendido meramente como uma técnica neutra e eficiente de intervenção estatal.

É contudo na análise pioneira acerca das disputas políticas vivenciadas pelas forças sociais goianas no início da década de sessenta, realizada pelo cientista político Francisco Chagas Rabelo, que podemos reunir elementos interessantes sobre o quadro de referências que compõem a experiência maurista. Nas palavras de Rabelo:

“Mauro Borges, ao se eleger deputado federal em 1958 e Governador em 1960, sem nenhuma militância partidária anterior, herdava do pai um eleitorado significativo, mas cuja fidelidade dependia de uma obediência às regras da política tradicional, para a qual não estava preparado, seja por ter ficado ausente do estado durante sua formação, seja por ter tido uma formação militar. É esta formação militar que havia moldado a sua personalidade de administrador, fornecendo-lhe os princípios de racionalidade administrativa e a capacidade de execução, que iriam colocá-lo

¹⁴¹ CALIL, Wilson Romano. *Mauro Borges: a intolerável decência de um político*. Goiânia: Editora Kelps, 2000.p.57.

frontalmente contra a política tradicional. Além disso, esta formação militar influenciaria toda sua ação governamental, tanto na disciplina, na austeridade que exigia do quadro administrativo, quanto na lisura exigida nos gastos públicos. Nesse sentido, pode-se dizer que ele foi muito mais um hábil administrador de um plano, que um político hábil.”¹⁴²

Temos aqui uma questão relevante. A menção à origem militar do governador é importante não apenas naquilo que ela revela quanto à formação da personalidade austera e disciplinada de Mauro Borges, única preocupação de Rabelo, mas pela rede de relações estabelecidas pela administração maurista com setores do Exército ao longo de seu governo, questão que permanece ausente nas análises. Essas relações não somente conduziram militares a postos-chave de direção e tomada de decisão em agências estatais goianas, e a presidência do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) por um militar é o maior exemplo,¹⁴³ como também permitiram a construção difundida pelo próprio Mauro Borges na conjuntura da tomada do poder pelos militares em 1964, da idéia de que a política agrária perpetrada em Goiás fazia-se em estreita harmonia com o ideário estratégico da segurança nacional e do combate à subversão no campo.

Acerca desse último aspecto vale citar carta do governador Mauro Borges Teixeira ao então Ministro da Guerra Arthur da Costa e Silva, datada de 2 de maio de 1964. O motivo da missiva residia na tentativa do governador em solicitar a permanência do Cel. Petrônio Maia Vieira do Nascimento e Sá na presidência do IDAGO, cargo que ocupava desde sua criação em 1962, diante da requisição de sua reincorporação ao Exército. Após enumerar algumas das realizações e da importância do Cel. Petrônio a frente da principal agência do governo para o desenvolvimento do agro goiano, Mauro Borges procura estabelecer inúmeras relações entre a atuação de sua política agrária e aspectos pertinentes aos interesses estratégicos do Exército brasileiro no que dizia respeito a aspectos socioeconômicos relevantes para o país e para a segurança nacional. Segundo texto da carta, a importância do IDAGO poderia ser media pelo:

“[...] estudo e o planejamento regional do desenvolvimento do agro goiano nele incluída a área problema ao N do paralelo 13, considerado de valorização amazônica e sob a jurisdição do SPVA; a colonização e recolonização, no Estado de Goiás, englobando a área de maior segmento da Rodovia BR/29 (Belém-Brasília) entregue à orientação e coordenação do Ministério da Guerra, por Decreto Nr. 45771, de 9 de abril de 1959; o complexo

¹⁴² RABELO, Francisco Chagas Evangelista. “Mobilização Social e Tradicionalismo Político em Goiás (Governo Mauro Borges, 1961-1964).” In.: SOUZA, Dalva Borges de(org).op.cit.p.73.

¹⁴³ O militar em questão é o Cel. do Exército Petrônio Maia Vieira do Nascimento e Sá.

de terras do Estado desde o cadastro à normalização da situação dos posseiros – como no caso de TROMBAS E FORMOSO - até a expedição de títulos dominiais, atendendo as necessidades do zoneamento agrário;[...].

Os recentes acontecimentos político-militares que tiveram seu coroamento no movimento revolucionário de 1º de abril, ensejaram um melhor conhecimento por parte do Comando da 11ª.RM e da Guarnição Militar de Brasília das possibilidades e atuação do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás – em que pese sua recente criação – nos problemas que interessar à segurança nacional, notadamente quanto ao fator militar,[...].”¹⁴⁴

Sobre o IDAGO e a conjuntura do golpe de 1964 em Goiás falaremos nos capítulos seguintes. Entretanto, convém aqui mencionar que a citação extraída da carta redigida por Mauro Borges indica-nos a possibilidade de inquirir sobre as imbricações da atuação do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás e interesses militares na região Centro-Oeste como parte da estratégia gestada no Exército brasileiro de domínio da Amazônia. Entendida por esse ângulo, a execução de políticas de modernização da agricultura em Goiás competiria para viabilizar um plano maior de expansão capitalista em direção ao norte do país.

Mesmo que devamos ter em conta que os argumentos utilizados por Mauro Borges, ele próprio Major do Exército, possam ter sido influenciados por contingências políticas de momento,¹⁴⁵ o que significava aproximar as ações empreendidas pelo seu governo dos projetos aventados por setores dominantes militares, não seria inconcebível supor que o IDAGO, presidido por um militar, numa administração cujo governador também provinha da caserna, cumpria um papel estratégico nos planos de desenvolvimento gestados nos círculos militares.

Diante do acabamos de tratar, cabe uma indagação: até que ponto a perspectiva adotada pelo governador em procurar vincular o projeto de desenvolvimento agrário de seu governo com interesses militares possui um lastro referencial externo ao texto da missiva? Noutras palavras, haveria razões empíricas suficientes, para além da concretude intencional que sustenta a construção dos argumentos do governador?

¹⁴⁴ Ofício P. 103/64: Carta do governador Mauro Borges Teixeira ao Ministro da Guerra, General Arthur da Costa e Silva. Goiânia, 2 de maio de 1964.(mimeo).

¹⁴⁵ Essa questão fica evidente no conteúdo das inúmeras cartas que Mauro Borges escreve ao então Presidente da República, Mal. Castello Branco. Fazia parte da estratégia do governador goiano, na iminência de sua deposição por dentre outras acusações a de colaborar com a disseminação do comunismo no interior do aparelho de Estado, tentar angariar o apoio de setores militares contrários ao radicalismo dos grupos da ‘linha dura’ através da exposição de ações e medidas tomadas durante seu governo no sentido de combater a subversão no campo e de disciplinar o trabalhador rural goiano. As ações do IDAGO e demais agências eram frequentemente utilizadas como exemplos de que a política agrária do governo estava afinada com os interesses reformistas propalados pela política agrícola brasileira defendida pelo governo Castello Branco. Seu livro *O Golpe em Goiás: história de uma grande traição*, publicado no ano seguinte à sua deposição, pode ser entendido como um documento histórico que sintetiza de maneira clara esses argumentos.

Na tentativa de responder a essas questões decerto não encontraremos nenhum documento que exponha explicitamente vínculos entre as políticas do IDAGO e os planos do Exército para a região com vistas a atingir o objetivo amazônico. Cabe-nos, entretanto, inferir a partir das evidências que possuímos se de fato as ações do IDAGO e das políticas públicas de intervenção no agro em geral, ainda que sem um prévio planejamento, contribuíram para a consecução de interesses militares na região. Essa questão, a nosso ver, deve ser pensada num plano global à luz da conjugação de interesses entre os projetos de expansão capitalista rumo à conquista da Amazônia, capitaneados tanto por negócios estrangeiros quanto pelos projetos de colonização da região no decurso dos governos militares. Apoiamo-nos aqui na perspicaz observação de Colby & Dennett, para quem,

“As atividades econômicas de Rockefeller no Centro-Oeste brasileiro estimularam a colonização de Goiás e do sul do Mato Grosso com migrantes dos estados pobres do Nordeste, criando aquilo que um dos líderes do golpe militar de 1964, General Golbery do Couto e Silva, definiu como ‘plataforma central’ para a conquista da Amazônia. Golbery explicou que essa colonização ‘partia de uma base no Centro-Oeste, seguindo uma progressão leste-oeste seguindo o curso do grande rio[Amazonas], de modo a proteger certos pontos da fronteira e inundar a floresta amazônica com civilização.’”¹⁴⁶

Pelo volume de estudos técnicos que a atuação do IDAGO gerou sobre Goiás durante o governo Mauro Borges não é difícil imaginar que boa parte dele tenha sido utilizada posteriormente em planos de alcance nacional visando projetos de colonização. Dessa maneira, o material produzido pelo IDAGO bem como as ações desencadeadas pelas políticas de intervenção no agro erigidas pela agência, teriam exercido papel fundamental acerca da construção de um conhecimento sistematizado da região capaz de fornecer informações relevantes sobre a estrutura fundiária, sobre o mapeamento sócio-econômico, tipos de solo, quantidade de terras devolutas, áreas mais apropriadas a receber núcleos coloniais, etc.; sobretudo o modelo de reformulação agrícola necessário à região.

Não devemos perder de vista que a gênese das formulações que deram corpo às ações da agência goiana assentavam-se sobre projetos elaborados no âmbito do IPES por Paulo de Assis Ribeiro, primeiro presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), criado no governo Castello Branco, e um dos principais mentores do projeto ipesiano que deu origem ao Estatuto da Terra. Como abordamos na introdução deste trabalho, os grupos de estudiosos do

¹⁴⁶ “Nelson Rockefeller e o avanço do Brasil para o Norte.” In.: COLBY & DENNETT. op.cit.p.924(anexo).

IPES responsáveis pela elaboração de um plano de reforma agrária para o Brasil fizeram largo uso dos estudos realizados por escritórios técnicos de consultoria junto a governos estaduais brasileiros, da mesma forma que os planos de desenvolvimento regionais pautaram-se pelos trabalhos técnicos feitos pelos escritórios de consultoria.

Outra questão que a prática do planejamento estatal em Goiás a partir da experiência do Plano MB tem suscitado, como já observamos, é sua identificação como sinônimo de anti-clientelismo. Essa perspectiva, largamente propalada em documentos do próprio governo, opõe o método científico de hierarquização de prioridades e proposição de projetos ao atendimento de demandas corporativas oriundas de interesses políticos tradicionais, entendidas como marcas indeléveis dos governos estaduais goianos durante toda a história republicana. Esse aspecto, quando visto sob o prisma das relações e dominações políticas em Goiás, ganha um significado conflituoso, principalmente no que tange aos imperativos do exercício de poder político dos partidos tradicionais.

A primeira reação ao discurso político de Mauro Borges ocorreu antes mesmo de o governador assumir a cadeira no Palácio das Esmeraldas. Setores da oposição, chefes políticos e deputados da UDN e do PSP, alardeavam que se o novo governador levasse adiante o projeto anunciado durante a campanha de minar a prática das nomeações partidárias em prol da formação de um governo com perfil técnico, seria o fim da carreira política de muitos militantes goianos. Por outro lado, as propostas de Mauro Borges contavam com a simpatia e o apoio, sobretudo expectativas positivas em relação ao Plano MB, de parte dos trabalhadores e de estudantes.¹⁴⁷

Até mesmo políticos do PTB, mas pertencentes a grupos contrários à coligação PSD-PTB que elegera Mauro Borges, manifestavam receio ante à mudanças na relação entre governo e partidos governistas tal qual anunciada. O petebista José de Barros Souza, ex-secretário do Trabalho e Assistência Social no governo José Feliciano, alertava para um aspecto importante ao denunciar que, “Embora o Sr. Mauro Borges esteja fazendo uma remodelação geral, a verdade é que alguns elementos do atual governo estão fomentando entidades de classe para que lutem pela sua permanência no próximo governo.”¹⁴⁸

Confrontado com os interesses governistas aspirados pelo PSD, o método do planejamento e as conseqüências de sua aplicação no âmbito da reforma administrativa e da formação do secretariado criaram vários desentendimentos no interior do partido. Os ‘pessedistas

¹⁴⁷ *Folha de Goiaz*, 11 de janeiro de 1961.

¹⁴⁸ *Folha de Goiaz*, 27 de janeiro de 1961.

históricos’,¹⁴⁹ ala majoritária e tradicionalmente arraigada nas estruturas de poder das máquinas municipais, empreenderiam uma verdadeira oposição ao governador, considerado um ‘neo-pessedista’,¹⁵⁰ acusado de romper com certos princípios básicos das administrações estaduais do PSD. Uma delas, e a que nos interessa mais de perto, residia no método utilizado por Mauro Borges para nomeação de cargos-chave em seu governo. A presença de técnicos oriundos de outros estados e até de nomes da UDN, partido de oposição secular ao PSD, abriria uma crise de desconfiança do partido em relação ao governador, fato que marcaria todo o período.

A reação do PSD não estava nem tão associada à ausência ou pouca representatividade do partido no governo, mas, a nosso ver, naquilo que ela não atendia de imediato às aspirações dos setores tradicionais pessedistas em relação tanto a nomes de políticos históricos quanto aos cargos ocupados. Se olharmos a primeira composição do secretariado estadual veremos que predominavam nomes de políticos do PSD: além do próprio governador, havia José Peixoto da Silveira,¹⁵¹ na Secretaria da Educação; Walteno Cunha,¹⁵² na Secretaria do Interior e Justiça; Rivadávia Xavier, advogado, na Secretaria de Segurança Pública; Dercício Meireles, na Secretaria da Administração; e Irineu Borges do Nascimento,¹⁵³ na Secretaria do Planejamento e Coordenação.

Poderíamos afirmar, com base na análise das prioridades das políticas públicas perpetradas em Goiás no período, que as secretarias ocupadas por políticos pessedistas faziam parte de uma espécie de ‘segundo escalão’ na hierarquia das agências governamentais. A Secretaria da Fazenda, cujo secretário detinha a chave do ‘cofre’ das finanças estaduais, era ocupada pelo economista José de Almeida, da Fundação Getulio Vargas(FGV), um dos responsáveis pela

¹⁴⁹ O termo é utilizado por Reginaldo Aquino para designar os políticos tradicionais do PSD em Goiás. Tratam-se em sua maioria de fundadores do partido ou daqueles que atuavam nos círculos de dependência das máquinas partidárias ligadas aos ‘caciques’ pessedistas. FERNANDES, Clever Luiz & AQUINO, Reginaldo de Lima. *A UDN e o PSD goianos. Ensaio de História Política (1945-1966)*. Goiânia: Editora Kelps, 2005. p.294.

¹⁵⁰ *Ibden*, Id.

¹⁵¹ José Peixoto da Silveira era médico e industrial. Político pessedista de longa carreira, fora Secretário de Saúde do governo Pedro Ludovico(1951-1955); Secretário da Fazenda do governo José(Juca) Ludovico(1956-1959); e novamente Secretário de Saúde no governo José Feliciano(1959-1960) antes de assumir a Secretaria da Educação no início do governo Mauro Borges. CAMPOS, Itamir & DUARTE, Arédio Teixeira. *O Legislativo em Goiás. Vol. 3 – Perfil Parlamentar II*. Goiânia: Assembléia Legislativa de Goiás, 2002.p.274.

¹⁵² Walteno Cunha Barbosa era advogado formado pela Faculdade de Direito de Goiás. Eleito deputado estadual(1963-1967), licenciou-se para assumir a Secretaria do Interior e Justiça. No início do governo Mauro Borges ocupou o cargo de Secretário da Administração. *Ibden*.p.446.

¹⁵³ Irineu Borges do Nascimento, engenheiro de formação, foi um dos principais nomes do governo Mauro Borges. Além da Secretaria do Planejamento e Coordenação, foi o responsável pela reestruturação do Departamento de Terras do Estado, trabalho que possibilitaria a posterior substituição do velho departamento pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás(IDAGO). Foi ainda Presidente da Superintendência das Obras do Plano de Governo Mauro Borges e criador e diretor, em 1963, da Companhia Agroindustrial de Goiás(CAGIGO). NASCIMENTO, Irineu Borges do. *Vim de Longe... muito longe. 80 anos de história*. Goiânia: UCG, 2006.

equipe técnica que elaborou o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás; a Secretaria da Agricultura, sob o comando de Archimedes Pereira Lima, e a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, com o Érides Guimarães, importantes espaços de decisão política e mobilização social durante todo o governo, estavam nas mãos de políticos do PTB.

Com o PTB ficaria ainda a Secretaria de Viação e Obras Públicas, órgão de destaque ao longo da administração maurista, sob a direção de Geraldo dos Santos.¹⁵⁴ E Até mesmo a UDN, partido historicamente oposicionista em Goiás, tinha seu nome na administração de Mauro Borges: Ary Demóstenes¹⁵⁵ era o Secretário de Governo. A UDN, partido de oposição acirrada ao pessedismo, tanto em Goiás quanto noutros estados da federação, *penetraria* ainda no governo Mauro Borges através de um mecanismo que, em nome do combate ao clientelismo das indicações dos diretórios, propunha racionalizar os critérios de formação do funcionalismo público no estado: a nomeação para cargos em outros escalões da administração estadual mediante a aprovação em concursos públicos.¹⁵⁶

Mesmo a presença de um nome do PSD na Secretaria do Planejamento e Coordenação, agência de extrema importância pelo papel que desempenharia como responsável pela execução do Plano MB, contava menos pela importância de um nome do partido para a pasta do que pela prioridade dada a alguém com um perfil *técnico*: Irineu Borges do Nascimento, longe de representar os ‘pessedistas históricos’, era mais um *técnico* que um agente com perfil político-partidário. Dessa forma, entendemos que o descontentamento dos caciques do PSD com relação à nomeação de políticos do partido deve ser pensada sob esse prisma.¹⁵⁷

O cerne dessa questão estava na mudança de postura de Mauro Borges em relação à prática tradicional de preenchimento de cargos no governo. Segundo rezava a cartilha pessedista, o chefe do Executivo deveria acatar as indicações dos nomes feitas pelos diretórios municipais do partido, condição necessária, segundo a lógica de funcionamento partidário, para o

¹⁵⁴ No decorrer dos anos, até 1964, vários políticos do PSD assumiriam o lugar de políticos de outros partidos na direção de várias das secretarias, principalmente após o rompimento da aliança entre o PSD e o PTB, com destaque para a substituição de Érides Guimarães, acusado de ‘comunista’ durante toda sua administração, e que depois assumiria a diretoria da SUPRA em Goiás, por Wilson da Paixão. Da mesma forma podemos citar a substituição de Archimedes Pereira Lima por Silvio de Mello Filho, pessedista e digno representante da fração agrária dominante em Goiás.

¹⁵⁵ Advogado e empresário, Ary Demóstenes de Almeida foi deputado estadual pela UDN entre 1955-1959. Ocupou a Secretaria de Estado até a deposição do governador Mauro Borges, em novembro de 1964. CAMPOS & DUARTE.op.cit.p.84.

¹⁵⁶ Ver: RABELO, op.cit, p.91.

¹⁵⁷ Encontramos pistas importantes acerca dos critérios adotados para a montagem do secretariado de governo em documento manuscrito pelo próprio Mauro Borges. Pela leitura do rascunho, intitulado ‘Estudo de Nomes’, ficamos sabendo que para a Secretaria de Agricultura o nome a ser escolhido deveria ser “de preferência um técnico eficiente ou um político capaz e eficiente”, o mesmo sendo apontado para a Secretaria de Educação; para a Secretaria da Fazenda, a preferência era por um “técnico enérgico e esclarecido”; para a Secretaria do Trabalho “um elemento ativo e capaz do PTB”; um “elemento ativo e capaz – técnico (engenheiro), PTB?”.

equilíbrio de poder e representatividade dos chefes políticos locais. Qual não foi o descontentamento quando, contrariando essa prática, Mauro Borges ignorou as pressões por indicações escolhidas pelo seu partido e montou o seu *staff* administrativo obedecendo à lógica da ‘administração eficiente’, o que exigia dos nomes atributos que se opunham inteiramente ao modo pessedista de governar.

Os autores concordam que o que teria impedido uma reação mais radical da oposição interna do PSD a Mauro Borges seria o fato nada insignificante de o governador ser filho de Pedro Ludovico Teixeira, fundador do PSD, de Goiânia, maior nome do partido e mais importante político de Goiás desde a década de 1930. Em larga medida, o velho cacique pessedista atuava nos bastidores para apaziguar os descontentamentos no interior do partido com o desempenho do filho na condução das escolhas de seu secretariado.

“Por um lado, Mauro Borges era filho de Pedro Ludovico Teixeira, que manipulava a agremiação partidária, o PSD, a seu bel-prazer e, com ela, os chefes políticos locais o apoiavam. Por outro lado, a força política hegemônica de então, composta de elementos congregados em torno do PSD, já não podia ser definida como progressista. Assim, Mauro Borges, porque foi eleito com o apoio dessa força e, principalmente, porque era filho de Pedro Ludovico Teixeira, ao tentar implantar uma administração planejada e estabelecer relações políticas de tipo racional, entraria fatalmente em choque com os representantes mais tradicionais daquele partido.”¹⁵⁸

A situação se agrava ainda mais se estendemos a questão para as agências estatais, as autarquias e empresas de economia-mista reorganizadas e criadas no período.¹⁵⁹ Responsáveis pela execução da política de desenvolvimento da agricultura no estado, principal setor de atuação das políticas públicas no período de governo Mauro Borges, a presença de agentes técnicos em postos-chaves de direção e tomada de decisão deslocaria a influência do PSD no governo, confinando a atuação dos pessedistas ao âmbito do Legislativo.

Ademais, se como afirma a historiografia, o Plano MB foi capaz de, num primeiro momento, funcionar como uma ‘força unificadora’ das várias correntes políticas em disputa no

¹⁵⁸ RABELO, op. cit. p. 51.

¹⁵⁹ Nos referimos principalmente ao complexo de agências e órgãos estatais que ficaram responsáveis de executar as políticas de desenvolvimento do agro durante o governo Mauro Borges. Dentre as mais representativas: O Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), a Companhia de Armazéns e Silos de Goiás (CASEGO), e a Companhia Agrícola do Estado de Goiás (CAESGO). Todas elas tiveram seus estatutos e normas de atuação organizados pelo Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro (ETPAR). A agência de consultoria técnica de Assis Ribeiro, que no início da década de 1960 atuava como uma espécie de braço operacional dos projetos de reforma agrária do IPES nos estados, também seria responsável pela formulação das políticas de intervenção no agro postas em práticas pelo IDAGO, CASEGO e CAESGO, assunto do qual trataremos no capítulo III da tese.

estado, arrefecendo a oposição tanto no âmbito parlamentar quanto nas agremiações da sociedade civil representativas dos interesses de classe, o mesmo não pode ser dito a respeito da formação e funcionamento das agências estatais. Estas seriam sistematicamente combatidas como inoperantes, partes de um plano de estatização em curso, salvaguardadas aquelas cuja direção estava nas mãos de agentes que se opunham ao modelo excessivamente invasivo do estado na economia.

Seria então correta a visão de que a atuação de Mauro Borges no governo goiano teria significado uma ruptura com as práticas de nomeações partidárias e clientelistas, tão criticadas como símbolos do atraso e avessas ao caráter de administração moderna e racional que se queria imprimir como marca de seu governo?

É inegável que medidas nesse sentido foram tomadas. Mas não devemos nos deixar conduzir em nossa análise pela amplificação que tais iniciativas tiveram tanto nos discursos de autopromoção do governo quanto nas reclamações de políticos contrariados. Decerto estas manifestações revelam a existência de certo grau de conflito oriundo de mudanças ocorridas na forma como o governo compunha seus quadros, aspecto que sustenta a visão consagrada do combate ao clientelismo. Mas essa perspectiva precisa ser matizada sob o risco de cedermos em caráter absoluto às declarações do governador e agentes de seu governo na defesa de um dos pilares que marcaram a imagem de sua administração.

Trata-se, portanto, de reconhecer que houve, de fato, tentativas de submeter ao critério da 'eficiência técnica' a escolha dos nomes que configurariam nos postos de primeiro escalão da administração estadual ao mesmo tempo em que as nomeações ditas clientelistas continuaram a ser praticadas. Essa observação também é válida e ainda mais significativa em relação à presença de representantes diretos de interesses dos grandes proprietários rurais ocupando espaços de direção e tomada de decisão no interior do Estado estrito.

Adiantando assunto que será tratado no capítulo seguinte, suficiente dizer que a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás(CASEGO), tinha entre seus principais diretores, o pecuarista Clovis Fleury, primeiro-secretário da Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás(FAREG), entidade eminentemente patronal, e membro da diretoria da Sociedade Goiana de Pecuária(SGP), principal agremiação dos setores dominantes rurais no estado de Goiás.

Dentre os documentos encontrados no Fundo Mauro Borges do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central(IPEHBC), há um que ajuda-nos a problematizar a questão da relação entre os critérios de nomeação para cargos no governo e o partido do governador, contribuindo assim para a tarefa proposta de relativizarmos as pregações anticlientelistas. Em carta ao presidente do PSD goiano, Mauro Borges detalha os procedimentos que devem

orientar a relação do partido com o seu governo quanto a questão da participação de correligionários em todo o estado.

O cotejamento do conteúdo desse documento nos permite sustentar o que acabamos de afirmar ao passo que o posicionamento do próprio governador relativiza a consagrada premissa que atribui a sua administração a prática impoluta da formação do aparelho estatal. Dada a relevância da fonte, reproduzimo-la na íntegra.

“Na qualidade de membro do Diretório Regional do Partido Social Democrata, em Goiás, eleito pelos meus correligionários por expressiva maioria dos votos, entendo que é do meu dever contribuir para o fortalecimento de meu partido.

Entendo igualmente que esse objetivo pode ser conseguido, sem ferir ao de leve as normas administrativas, traçadas pelo meu governo e postas em execução através do Primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás.

Assim sendo e no louvável intuito de fortalecer as bases partidárias, solicito-lhe que os pedidos de nomeação, remoção e demissão de funcionários estaduais, com exercício no seu município, sejam endereçados diretamente a mim, através de pedido ou ata do diretório pessedista local, cuja presidência compete ao ilustre Amigo e Correligionário.

Para melhor entrosamento do Governo com as bases partidárias, a providencia, ora sugerida, deveria, a meu ver, ampliar-se para um encaminhamento, diretamente a mim, de quaisquer outros pedidos de natureza administrativa, pois considero que um entendimento de alto nível facilitaria a pronta solução dos pedidos.”¹⁶⁰

Pelo que foi acima exposto fica evidente a preocupação do governador em conciliar o que chama de ‘normas administrativas traçadas pelo meu governo’ e as pressões por ocupação de espaços no novo governo, oriundas de reivindicações de lideranças pessedistas locais. Essa será uma das marcas de seu governo, tal qual o será os conflitos intra-estatais verificados ao longo de sua governança. Um dos traços mais expressivos desses conflitos residirá exatamente entre agências cujas direções estarão em mãos de agentes políticos representantes de agremiações de classe locais e agentes oriundos de outros espaços, notadamente de *fora* de Goiás.

O Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), principal agência criada durante o governo Mauro Borges não ficou incólume à presença de nomeações que contradiziam as diretrizes para ocupação de cargos traçadas pelo governo estadual. Lembremos que a regra para preenchimento de cargos nas agências estatais previa a realização de concurso

¹⁶⁰ Carta de Mauro Borges Teixeira ao Presidente do PSD-Goiás. (mimeo).

público, o que de fato foi feito em diversas ocasiões. Entretanto, tudo leva a crer que ocupações de cargos por indicação de titulares das agências estatais ocorriam mesmo com o conhecimento do governador que, alertado sobre o assunto, nada teria feito para impedir a prática.

Essa questão surge em carta dirigida ao governador por um membro da Governadoria do Estado, identificado apenas como Mario, que denuncia nove casos em que o preenchimento de cargos no IDAGO foi realizado por indicação, contrariando as normas previstas pelo governo.¹⁶¹ Segundo o autor da carta, o IDAGO não cumpria as determinações traçadas para a ocupação dos cargos disponíveis, no que negava sistematicamente a orientação definida previamente como norma a ser seguida em todos os órgãos públicos do Estado. O alerta é categórico:

“Entendo que é o IDAGO o órgão que mais admite pessoal nesse Governo. Entendo também que é o único órgão que não consulta o governador sobre a oportunidade ou não de se nomear.[...] E o pior é que somente depois que o funcionário já está trabalhando que o IDAGO pede a autorização para nomear. Criando assim, uma situação de fato. Com a qual não concordo.[...] As regras que V.Excia. determinou a todos os órgãos – a respeito de admissão de pessoal – JAMAIS FORAM CUMPRIDAS PELO IDAGO.”¹⁶²

Nosso intuito em trazer a tona essa discussão não implica numa tentativa de negar que o governo Mauro Borges tenha buscado implantar em Goiás novas diretrizes de preenchimento de cargos nas agências estatais, muito mesmo ignorar as dificuldades encontradas na perseguição a esse intento. Nossa suposição é a de que o entendimento de tais dificuldades, deve ser buscado menos como exemplos de exceção que confirmariam a regra maior da ruptura com as métodos clientelistas e de nomeações partidárias condenadas como marcas de administrações passadas, do que a recorrência de práticas profundamente enraizadas na cultura política goiana e que não foram dissipadas, mesmo por um governo que dizia combatê-las.

Acreditamos que o exemplo do IDAGO, somado àqueles acima citados no primeiro escalão do governo, propiciam uma reflexão cuja análise contribui para matizar as imagens construídas sobre a propalada *racionalização* da montagem e funcionamento do aparelho de Estado goiano na vigência do governo Mauro Borges. Nesse sentido, as próprias concepções de *racionalização* administrativa em oposição às práticas tidas como clientelistas precisam passar pelo crivo da crítica, uma vez que estão balizadas por noções que opõem agentes

¹⁶¹ Carta de Mário(?) ao governador Mauro Borges Teixeira, Goiânia, 1964(mímeo). Não foi possível averiguar o posto ocupado pelo autor da carta, que no texto refere-se a uma sub-chefia por ele ocupada, ao que parece responsável pelo trabalho de fiscalização.

¹⁶² Ibidem. (grifos no original).

eminentemente políticos, comprometidos com interesses partidários, a agentes *técnicos* desprovidos de tais interesses. Essa premissa dissocia equivocadamente o conteúdo político da atuação dos ditos técnicos uma vez que adota uma concepção de *política* circunscrita ao âmbito político-partidário.

A própria idéia disseminada em Goiás de inovação administrativa oriunda de um governo estadual pautado pelo planejamento deve ser problematizada. Sobre essa questão algumas linhas já foram escritas. A experiência de implementação de um governo planejado em Goiás não nascera com Mauro Borges. De acordo com José de Almeida, economista da FGV e um dos responsáveis pela elaboração do *I Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás* para o quinquênio de 1961-1965, sendo depois, como dissemos, nomeado para a Secretaria da Fazenda, a primeira tentativa de elaboração de um plano de desenvolvimento no estado ocorrera no ano de 1955, durante o governo de José Ludovico de Almeida(1955-1958). Segundo o autor, o plano resultara de iniciativas das ‘classes produtoras’ do estado, preocupadas com a posição subordinada que a economia goiana assumira desde sempre perante as regiões mais desenvolvidas do país.

O argumento principal dos setores dominantes rurais goianos residia na alegação de que regiões ‘subdesenvolvidas’, como Goiás, sofriam, ‘no plano nacional, as influências do prestígio político e do poder econômico das regiões mais prósperas.’¹⁶³ A esta iniciativa, seguiu-se, em 1956, a criação do Conselho Superior de Planejamento e Coordenação, composto por membros do Executivo, por parlamentares, por políticos de vários partidos e por representantes das classes dominantes rurais.

Comentando a criação do Conselho Superior de Planejamento e Coordenação, Francisco Chagas Rabelo¹⁶⁴ afirma que foram frustradas as suas atividades ‘pelas condições concretas de então’ – o que significava dizer, segundo o autor, que não havia condição adequada de funcionamento do aparelho administrativo, nem um corpo de funcionários qualificados para realizar a tal tarefa – ainda que, como observa o próprio Rabelo, a importância do conselho

¹⁶³ ALMEIDA, José. “Uma Experiência de Planejamento Regional em Goiás.” In.: *Revista Brasileira de Economia*, n° 18, ano 3, setembro de 1964. pp. 47-74, p.47. Há que se mencionar, no entanto, que o texto de José de Almeida, eivado por um inequívoco ressentimento, é produzido num momento político em que Mauro Borges está sendo acusado por setores da direita radical do Exército, apoiados pela oposição udenista goiana, de ter colaborado com a disseminação do comunismo em Goiás. Dessa maneira, o artigo de Almeida está perpassado por críticas ferrenhas à administração maurista. O eixo norteador da análise empreendida pelo economista da FGV é a tentativa de demonstrar como um governo racionalmente planejado com a colaboração de agências de reconhecida legitimidade perdeu-se por equívocos cometidos pelo governador ao longo de seu governo. A corrupção, presença de comunistas na administração e gastos excessivos são citados como exemplos de uma experiência malfadada.

¹⁶⁴ RABELO, Francisco Chagas Evangelista. “Mobilização Social e Tradicionalismo Político em Goiás(Governo Mauro Borges, 1961-1964).” In.: SOUZA, Dalva Borges de(org.). *Goiás: sociedade e estado*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004. p.59.

tenha se revelado posteriormente, já em 1959, quando da elaboração do *I Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás*.

Há em Goiás, conforme aludimos anteriormente, uma tradição, que vai muito além de uma perspectiva calcada apenas numa construção historiográfica, que costuma atribuir ao governo Mauro Borges a ‘fundação’ no estado do primeiro governo a fazer uso de um planejamento sistemático de desenvolvimento. Problematizando a questão, Francisco Itami Campos observa, sem, no entanto, negar a premissa, a necessidade de reconhecermos que mesmo adotando a perspectiva de se considerar a experiência maurista como ‘inovadora’ no âmbito da busca por uma ‘racionalidade administrativa’, não podemos ‘ignorar que as condições necessárias à implantação das mudanças por ele introduzidas foram construídas nos governos que o antecederam.’¹⁶⁵ O autor se refere às tentativas anteriores, buscando o *DNA* do Plano de Desenvolvimento do governo Mauro Borges nas administrações iniciadas a partir de 1930.

O esforço demonstrado pela retórica de apresentação das necessidades de efetivação de um plano sistemático de governo estava perpassado por um desejo de superação de uma condição de *atraso* e *subordinação* de Goiás em relação ao desenvolvimento industrial de outras regiões brasileiras. A solução perpetrada pelo governo Mauro Borges passava pela execução de uma política de desenvolvimento agrário sob bases tecnocientíficas que promovesse a industrialização do agro em Goiás.

Por tudo o que foi dito até o presente momento o governo Mauro Borges tem sido interpretado pela historiografia a partir de um conjunto de características que concorrem para a construção de um modelo de administração moderno e planejado, preocupado com a racionalização dos gastos e da execução de políticas públicas que pudessem atingir e beneficiar a sociedade goiana em sua plenitude mediante a idéia subjacente de um ‘pacto social’. Uma ênfase demasiada é dada à figura do governador, revelando uma postura teórica que acaba por obscurecer, quando não ignorar, a atuação de outros atores e interesses coletivos na consecução das políticas de desenvolvimento agrícola e modernização capitalista da região.

Como não poderia ser diferente, essa via interpretativa realça os aspectos inovadores da experiência maurista, negligenciando, em nome da novidade do planejamento e do suposto combate a práticas cartorialistas arraigadas, uma série de outros elementos que, uma vez trazidos à luz da crítica, contribuem no sentido de problematizar a visão que consagra univocamente o governo Mauro Borges sob o signo da *modernidade*.¹⁶⁶ Nossa hipótese é a de

¹⁶⁵ CAMPOS, Francisco Itami. “A Política Tradicional em Goiás: 1930 a 1960.” In.: *Ibden*, p. 44.

¹⁶⁶ O que aqui estamos considerando como traços de *modernidade* reivindicada pelos agentes atuantes no governo Mauro Borges, sobretudo os elementos contidos no discurso do próprio governador, e posteriormente citados pela

que a administração de Mauro Borges combinou sob o verniz de um discurso de modernização do Estado e da economia agropecuária da região um conjunto de práticas herdadas de experiências de dominação política antecedentes, sobretudo aquelas originadas no decurso da hegemonia ludoviquista, da qual, aliás, era representante.

Dessa maneira, como parte de um processo de urbanização crescente de Goiás a partir da década de 1950, as políticas públicas perpetradas nos anos de governo Mauro Borges não só contribuíram para a disseminação da necessidade histórica de superação da ruralidade predominante da sociedade goiana, feita em nome da modernização agrícola e do desenvolvimentismo, como atualizou práticas tradicionais de dominação política na região, como a centralização e personificação política na figura do governador, mediante a montagem de um aparato estatal de propaganda e divulgação dos feitos do governo, o uso da violência direta contra movimentos camponeses em salvaguarda da propriedade e em colaboração com a coerção de caráter privado dos grandes proprietários de terras.

O que precisa ser buscado, portanto, a despeito dos inegáveis traços inovadores é que essa pretensa modernidade em construção estava inteiramente perpassada por marcas de um tradicionalismo enraizado na cultura política goiana e que se manifestaram ao longo do governo Mauro Borges como partes constituintes de sua administração. Não se trata, contudo, de opor as noções historicamente construídas de *modernidade* e *atraso*, mas de compreender que os traços que caracterizam ambas as expressões estão, na prática, amalgamados num todo social que, a despeito de reivindicar a construção daquilo que entende como moderno, atualiza e se utiliza de elementos tidos como tradicionais.

Sobre essa questão, faz-se necessário aqui mencionarmos alguns aspectos que concorrem para demonstrarmos nossa assertiva de que o governo Mauro Borges, para além das práticas reivindicadas como modernas e mesmo como parte delas, empregou métodos de ação tidos como tradicionais, revelando menos outra face contraditória que uma faceta complementar do projeto de modernização conservadora em curso.

historiografia, dizem respeito a um conjunto de fatores que conformam a noção historicamente construída de *modernidade* em relação ao período em foco. Aplicado aos projetos de desenvolvimento da sociedade goiana perpetrados pelo governo Mauro Borges, tal conceito conforma, em linhas gerais, a reformulação do aparelho de Estado, mediante a promoção de uma reforma administrativa, a adoção de técnicas de planejamento e de planos de governo cientificamente elaborados e a defesa de medidas de desenvolvimento técnico da agricultura, aspectos intimamente relacionados com a reprodução de um modo de vida urbano-industrial cujos valores se contrapõem a um *habitus* rural associado ao atraso. A experiência de governo Mauro Borges tem sido apropriada como 'marco da reforma do Estado' por governos recentes do PSDB no estado. O caso mais evidente é o governo Marconi Perillo, eleito governador de Goiás em 1998 e reeleito em 2002. O governador empreendeu uma linha evolutiva entre o início dos anos de 1960, com o governo Mauro Borges, e o seu governo, entendo-os como projetos contínuos em prol de uma administração racional pautada pela gestão eficiente. Cf. GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. *Reforma Administrativa: 4 Décadas de Transformações no Poder Executivo*. Goiânia: 2005.

Já tivemos oportunidade de abordar acima o esforço de conciliação empreendido pelo governador no sentido de equilibrar suas normas racionais de governo, consubstanciadas nas propaladas nomeações pelo critério da competência técnica, com os interesses do PSD, partido governista e principal agremiação das classes dominantes rurais goianas. Esse episódio é revelador dos conflitos políticos verificados em Goiás no período, ao mesmo tempo em que pode ser interpretado à luz das contradições que contribuem para a caracterização do governo Mauro Borges como um governo perpassado por valores aparentemente conflitantes, mas que na prática mostrar-se-iam combinados. Vejamos então outros exemplos significativos e de igual relevância.

Nenhum dos autores cotejados abordou a questão do aparato de propaganda construído pelo governo Mauro Borges em Goiás. Concentrada no âmbito do Consórcio de Empresas de Radiofusão e Notícias do Estado de Goiás (CERNE), jornais, revistas, informes produzidos para serem divulgados em programas de rádios, Tvs e na imprensa de alcance nacional, a propaganda acerca dos feitos e, sobretudo, das concepções político-ideológicas que balizavam o governo Mauro Borges, foi amplamente disseminada contribuindo dessa forma para a construção da imagem de um governo moderno, ágil, de espírito jovem e empreendedor, comprometido internamente com o desenvolvimento e o bem-estar do povo goiano e, externamente, com a construção de um modelo de administração e reforma agrária a serem seguidos pelo restante do país.

O CERNE foi criado em julho de 1962 e regulamentado em abril do ano seguinte.¹⁶⁷ O CERNE tinha como finalidade mediante a utilização de jornal, rádio e TV, exercer atividades de divulgação e promoção publicitária das realizações do governo em geral, bem como das políticas de cada agência estatal em particular. O principal argumento para a criação da agência de propaganda residia na defesa empreendida pelo governo no sentido de promover a divulgação de notícias de interesse comum à população goiana, aspecto diagnosticado como deficitário quando comparado a governos anteriores. Assim, a agência buscava preencher um espaço noticioso dominado pela imprensa de oposição, sobretudo os setores ligados ao grupo dos Diários Associados, que em Goiás operavam por meio do jornal *Folha de Goiaz*, da *Rádio Clube de Goiânia* e *TV rádio Clube*. O objetivo premente era, portanto, através de um aparato estatal noticioso produzir um conjunto de informações sobre as realizações do governo, aspecto considerado ausente e, não raro, deturpado pela imprensa goiana.

¹⁶⁷ O CERNE, cuja direção coube a Irineu Borges do Nascimento, foi criado pela Lei nº 4.034 de 6 de julho de 1962 e regulamentado pelo Decreto nº 51 de 22 de abril de 1963.

No âmbito do CERNE funcionaram: o jornal *Diário de Goiás*, página noticiosa publicada anexa ao Diário Oficial do Estado¹⁶⁸, a *Revista Goiaz*, essa em colaboração com o Escritório de Representação de Goiás, a *Radio Brasil Central*, adquirida pelo governo, e a gráfica da agência, setor responsável, p.ex., pela publicação de livretos com a política de MB para a reformulação do agro e de cartilhas pedagógicas destinadas aos lavradores goianos.

O CERNE seria violentamente atacado pelo Grupo Diários Associados em Goiás, principalmente através do jornal *Folha de Goiaz*, que publicaria, desde a criação da agência, inúmeros editoriais acusando o governo de atentar contra a liberdade de imprensa e a livre iniciativa privada ao investir somas vultosas de dinheiro público na montagem de uma estrutura de propaganda oficial. Num desses Editoriais, intitulado “O Monstro do CERNE”, a *Folha* deixava bem claro a forma como entendia a ação do governo no setor:

“A aquisição da Rádio Brasil Central continua colocando o Estado de Goiás em situação difícil. (...) Temos, desde o primeiro dia, combatido tenazmente a organização do dispositivo de publicidade do governo, que paga, a velas libra, seus inúmeros funcionários para quase nada fazerem – conforme depoimentos que temos colhido – criando uma casta nos meios profissionais radiofônicos de nababos que, apoiados pelos seus chefes, procuram ainda por cima, menosprezar as dificuldades da iniciativa privada.

(...) Que se imponha mais sacrifício ao funcionalismo, mas que mantenha a emissora que integrará o CERNE, organização destinada a tentar, com o dinheiro do povo, esmagar a iniciativa privada...”¹⁶⁹

A manifestação da *Folha de Goiaz* deve ser entendida menos como a expressão de uma verdadeira ameaça à dita liberdade de imprensa e/ou à iniciativa privada do que a percepção de um real prenúncio de um abalo no monopólio da informação em Goiás. Por outro lado, não seria equivocado inferirmos que o mesmo movimento que motivava a necessidade de criação de um canal de divulgação das ações governamentais, por via impressa, radiodifusora e televisiva, também estava permeado pela argúcia do governo em perceber que não poderia contar com o espaço da imprensa goiana para verem difundidas suas concepções reformistas e realizações estatais, sobretudo no campo do desenvolvimento agrícola.¹⁷⁰

¹⁶⁸ O ‘Novo Diário Oficial’ passou a circular em 6 de setembro de 1962 acrescido de quatro páginas de notícias do governo, regularmente publicadas na primeira e na última página do DO.

¹⁶⁹ *Folha de Goiaz*, 28 de abril de 1963.

¹⁷⁰ Essa assertiva, no entanto, precisa ser matizada diante do tratamento distinto dado pela imprensa goiana, sobretudo o jornal *Folha de Goiaz*, às agências estatais durante o governo Mauro Borges. Agências como o IDAGO, o CERNE, e iniciativas destinadas à criação de colônias agrícolas, como os Combinados Agro-Urbanos, eram sistematicamente criticadas em editoriais e matérias contrárias, com denúncias de gastos públicos excessivos, ineficácia administrativa, corrupção e infiltração comunista. Tratamento distinto era dado pelo mesmo jornal a agências como a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás (CASEGO) e a Companhia Agrícola do

Passemos agora a tratar a questão da violência no período.

Poucas linhas foram dedicadas a comentar o uso da violência no campo durante o governo Mauro Borges. Os conflitos por terra no estado são associados à crescente mobilização e organização camponesas contra as constantes práticas de expulsão sofridas por posseiros e promovidas por fazendeiros e grileiros. Nesse cenário, o governo Mauro Borges é lembrado quase unicamente pelo episódio de concessão dos títulos de posse aos lavradores das regiões de Trombas e Formoso e pela acusação de leniência com a deflagração de guerrilhas em áreas conflituosas no estado.

Em suma, em nome de um ‘pacto populista’ estabelecido pelo governador, teria ocorrido durante seu governo um arrefecimento dos conflitos de terras e, sobretudo, uma postura menos ostensiva das forças policiais estaduais, fatores que teriam gerado por um lado, o apoio e compromisso do campesinato com o governo, e por outro, a crítica dos setores dominantes rurais a uma suposta colaboração de Mauro Borges com a propagação do comunismo em Goiás.

Contrariando essa visão hegemônica, a documentação por nós pesquisada dá conta de inúmeras ações de agrupamentos de soldados da polícia militar em conflitos de terras no período e não deixam dúvidas acerca do uso da violência física como prática adotada pelo governo. Trataremos desses conflitos empiricamente e de suas implicações no cômputo geral da política agrária do governo Mauro Borges no capítulo IV desta tese, quando pretendemos abordar a prática da violência exercida pelo Estado em Goiás à luz das modalidades de coerção física e simbólica.

O que nos interessa agora é pensar a questão do uso da violência física como parte do projeto de *modernização conservadora* perpetrado pelo Estado nos anos iniciais da década de sessenta, num estado como Goiás que, a despeito de todo arcabouço institucional direcionado para tratar dos conflitos rurais a partir de preceitos ditos racionais, não abriu mão de recursos coercitivos diretos em sua intervenção junto às mobilizações camponesas.

Dalva Borges de Souza, em estudo sobre a prática da violência em Goiás,¹⁷¹ afirma que a intensificação do processo de modernização industrial do Brasil, historicamente verificado a partir da década de 1930, e que alcançaria a sociedade goiana, ainda que timidamente, no decurso dos anos de 1950, não foi capaz de extirpar modalidades de violência típicas de uma sociedade tradicionalmente rural. Nas palavras da autora, “Trata-se, nesse caso, de uma cultura

Estado de Goiás(CAESGO), empresas de economia-mista dirigidas por representantes dos grupos dominantes rurais no estado e cujas políticas públicas destinavam-se a atender em larga medida aos anseios de industrialização do agro goiano, sobretudo no sudeste e sul do estado.

¹⁷¹ SOUZA, Dalva Borges de. *Violência, poder e autoridade em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 2006.

da violência que tem origem na sociedade rural e que é atualizada na sociedade urbana, atualização esta proporcionada pela qualidade do processo de modernização da sociedade brasileira.”¹⁷²

Nesse percurso poderíamos considerar, concordando com Souza, que haveria ‘pontos de interseção’ entre a herança de uma violência tradicional, prática enraizada no processo de formação da sociedade brasileira, e o ‘crescimento da violência instrumental dos novos tempos’,¹⁷³ entendidos aqui, para efeito de análise, a segunda metade do século XX. O que sustenta a reflexão da autora é a idéia de que a violência se constitui num traço *estrutural* e *estruturante* da sociedade brasileira, aspecto que será utilizado para pensar equivalentemente a especificidade histórica do estado Goiás.

Sobre a formação histórica da sociedade goiana, a autora se preocupa em traçar um panorama de longa duração da história da região com o intuito de demonstrar que a violência esteve presente como elemento fundamental do ‘ato fundador’ do processo de colonização da região no século XVIII. Segundo Dalva Borges, a violência tornou-se ao longo do século seguinte o próprio ‘princípio ordenador da realidade’ social colonial, reivindicada pelas autoridades enquanto monopólio legítimo da força pelo Estado, ainda que seja possível afirmar, como o faz a autora, que a rejeição à legitimidade do monopólio do exercício da coerção pelo Estado tenha sido uma constante frente à afirmação dos mandonismos locais, materializados no arbítrio do poder privado por parte de autoridades que num certo sentido renunciavam o poder oligárquico exercido pelos *coronéis* goianos da Primeira República.¹⁷⁴

A preponderância do monopólio da força coercitiva pelo Estado, marca do processo civilizacional ocidental ditado pelos Estados capitalistas burgueses como modelo de ordem e racionalidade do mundo moderno, seria no decurso da Primeira República em Goiás, como noutros estados do país, sobrepujado pelo domínio dos grandes proprietários rurais, aspecto que se revelava, aliás, como um traço definidor da organização da correlação de forças das classes sociais goianas e a forma como a região adentrara, juntamente com o restante do Brasil, no mundo dito moderno e industrializado.¹⁷⁵

¹⁷² Ibidem, p.16.

¹⁷³ Ibidem, Id.

¹⁷⁴ Id, p.66 *passim*.

¹⁷⁵ Dalva Borges de Souza parte das reflexões teóricas de Barrington Moore Jr. acerca da formação de sociedades que, afastando-se de concepções próprias às democracias ocidentais dos países industrializados, seguiram o modelo de *modernização conservadora*, onde, a despeito do vigoroso processo de industrialização (como p.ex. a Alemanha), não viram surgir em proporção igual o crescimento de uma burguesia capaz de exercer a hegemonia política frente ao poder das classes proprietárias rurais. Pensando essa questão para o caso do Brasil e especialmente para a Goiás das primeiras décadas do século XX, a autora dirá que houve uma perversa combinação entre a adoção de um sistema repressivo da mão-de-obra e a consolidação da superioridade social

O Estado Novo e sua extensão em Goiás sob a Interventoria de Pedro Ludovico Teixeira contribuiriam para arrefecer, ainda que não desestruturar, o poder político e o exercício da violência privada. Sobre essa questão, Souza afirma que: “(...) a maior centralização política contribuiu para o aumento do monopólio da força pelo Estado. Ainda assim, a violência privada que os novos governantes atribuíam ao período anterior prossegue(...), numa prova de que permanecia a ‘velha prática’ de violência perpetrada a mando de grupos dominantes locais, a despeito da perseguição política aos antigos oligarcas, agora opositores do *status quo* estadonovista em Goiás.

O que podemos reter da análise realizada por Dalva de Souza é que a prática da violência, tanto a coerção física quanto sua expressão simbólica, enquanto fator estrutural enraizado na sociedade goiana, nunca esteve inteiramente nas mãos das forças institucionais, mesmo em períodos em que a centralização política e o monopólio das forças repressivas estiveram evidentemente sob o controle ordenador do Estado em sentido restrito. Daí entendermos que seja possível aventarmos a perspectiva de que a prática da violência contra camponeses e trabalhadores rurais goianos no início da década de 1960, questão que nos interessa mais de perto, efetivou-se tanto a partir da permanência do exercício de mandonismos locais, proporcionado pela manutenção da legitimidade da ação repressiva privada, quanto por parte do aparelho de Estado, o que significava que, não raro, a polícia estadual atuava de maneira a salvaguardar os interesses dos grandes proprietários rurais em detrimento das demandas camponesas por terra.

Seguindo a trilha aberta por Souza, diríamos, portanto, que o exercício da violência estatal durante o governo Mauro Borges longe de significar um contra-senso ao seu discurso de modernização, era, ao contrário, por tudo que afirmamos acima, a contraparte coercitiva do projeto de disciplinarização da força de trabalho. Tal violência era destinada àqueles que, uma vez mobilizados para o enfrentamento direto em defesa de concepções costumeiras de direito e justiça associados ao apossamento de terras, recorriam às armas tanto na luta pela permanência na posse quanto nas ações motivadas por novas ocupações de áreas devolutas e/ou improdutivas. Sua faceta coercitiva direta atrelava-o ao passado de *irracionalidade* anti-civilizacional que pretendia superar através do projeto modernizador do Estado. Contudo, ao contrário de implicar em seu oposto, tal violência era parte constituinte do projeto modernizante conservador em curso.

conquistada pelas frações rurais proprietárias de terras. Cf.: MOORE JR. Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. Lisboa: Editora Cosmos, 1967.

3 – Escritórios de Consultoria em ação: o ETPAR-IPÊS em Goiás durante o governo MB.

Da mesma forma que o planejamento e a reforma administrativa são tidos pela historiografia, em consonância com o discurso dos dirigentes goianos no início da década de sessenta, como inovações racionais promovidas em Goiás por Mauro Borges, também sua política de revisão agrária é considerada como resultado da visão progressista do jovem governador. Mais uma vez, contribuem para essa assertiva a ênfase dada pelo próprio Mauro Borges aos projetos e feitos de seu governo em prol de uma agricultura moderna e socialmente justa, que contemplasse tanto medidas de mecanização e aquisição de insumos agrícolas como o atendimento aos anseios do lavrador goiano por terra, lidos na ótica de Mauro Borges através da prática do extensionismo rural e do cooperativismo.

Não se pode questionar, contudo, o impacto inovador que as medidas socioeconômicas adotadas pelo governo Mauro Borges para a agricultura trouxe para Goiás. De fato, as políticas públicas destinadas a implementar um agro cujo funcionamento se aproximasse do circuito industrial, tais como o estímulo ao uso de maquinários, a utilização de sementes resultantes de estudos científicos e industriais, a implementação de uma rede armazenadora e de ensilagem, bem como o largo recurso à educação do homem do campo com vistas a torná-lo apto ao manejo de incrementos racionais no trato do solo e no planejamento da colheita, elevariam Goiás em médio prazo à condição de destaque no processo de modernização capitalista da agricultura brasileira. Esse aspecto nem sempre é considerado nos estudos que buscam analisar a trajetória da industrialização rural no país. O protagonismo nesse processo é dado, sem sombra de dúvidas, a regiões de agricultura já em estágio adiantado segundo a lógica do desenvolvimento rural pelo processo industrial, caso de São Paulo e Paraná, restando a Goiás o papel menor de área *periférica* quando comparada aos estados mencionados.

Não se trata de enxergar no início da década de sessenta, mediante exercício de antecipação, um nível de desenvolvimento capitalista do agro goiano que seria alcançado tão somente nas décadas seguintes com o florescimento da agroindústria na região Centro-Oeste. Tampouco, o desenvolvimento agroindustrial das décadas de setenta e oitenta podem ser compreendidos sem que se considerem os projetos empreendidos desde os anos cinquenta com vistas a desenvolver a agricultura brasileira tendo como parâmetro o desenvolvimento industrial.

Diante desse quadro é possível propor uma análise que compreenda as políticas públicas destinadas ao agro em Goiás durante o governo Mauro Borges como sendo parte de um processo de modernização capitalista da agricultura no Brasil, de caráter eminentemente

conservador, que, uma vez iniciado na década anterior, teve pleno crescimento no decurso dos governos militares no pós-1964.

De acordo com a análise que estamos empreendendo, um papel estratégico deve ser atribuído à atuação política dos escritórios técnicos de consultoria, tanto através da atuação direta de seus agentes na formulação de planos e projetos de industrialização do agro, como pela difusão de uma cultura política de tecnização do processo produtivo agrícola que incluía não só a mecanização, mas, sobretudo, a defesa da idéia de uma reforma agrária que atentasse para a diversidade das regiões socioeconômicas brasileiras, o que, na prática, forjava intervenções distintas na resolução do problema agrário no país. Foram justamente as diretrizes elaboradas no âmbito de tais agências privadas de consultoria, adotadas inicialmente por governos estaduais, que serviram de base para o Estatuto da Terra, legislação agrícola que passaria a vigorar a partir de 1964.

Claro está que diante da consolidação da necessidade de uma reforma agrária, melhor definida segundo tal lógica como *revisão agrária*, termo que retirava o conteúdo explosivamente político das reivindicações por mudanças na estrutura fundiária, deixava de ser considerada a existência de uma *questão agrária* no Brasil. Não haveria, portanto, *uma questão* a ser resolvida como problema unívoco conforme apontavam os defensores da reforma agrária, cuja *questão* residia justamente na estrutura fundiária desigual. Esse movimento ideológico que balizaria a construção conceitual dos estudos empreendidos pelas agências de consultoria deslocava o problema da distribuição equitativa de terras num país marcado pelo latifúndio, para o problema da falta de técnica e planejamento, verdadeira razão para o atraso e baixa produtividade do agro se comparado ao potencial de crescimento que o país poderia atingir.

Façamos agora uma análise das implicações político-ideológicas concernentes à atuação do ETPAR-IPES em Goiás, bem como de outras agências similares no mesmo período, como é o caso da ORGAMEC S/A, na elaboração de um conjunto de diretrizes que abarcaria uma ampla gama de medidas visando a reestruturação de agências estatais voltadas para a agricultura e as políticas públicas a serem por elas adotadas. Ao dar esse passo em nosso estudo, estaremos nos preparando para adentrar com mais vagar no âmbito da atuação das agências estatais goianas criadas e reformuladas durante o governo Mauro Borges para dar conta da execução das políticas públicas destinadas a promover a *revisão* do agro no estado, tema dos próximos capítulos desta tese.

Nosso intuito nesse primeiro momento é o de trazer para o debate acerca da política agrária perpetrada em Goiás durante o governo Mauro Borges Teixeira que as políticas globais e setoriais de intervenção na agricultura, enquanto políticas públicas, resultam inequivocamente

de projetos gestados no âmbito da sociedade civil através da sistematização de interesses de classes historicamente organizadas em agências privadas criadas para aglutinar, organizar e difundir demandas comuns. Posicionamo-nos criticamente, portanto, em relação às análises que privilegiam as ações do executivo estadual personificando na figura emblemática de seu governador todas as medidas e projetos destinados à modernização da agricultura, análises que irão desembocar numa concepção de Estado tido como ‘sujeito’¹⁷⁶ descarnado de relações e conflitos sociais.

Assim, do que se dirá a seguir e ao longo de toda a tese, duas preocupações direcionam nossas reflexões: primeiramente, como já nos referimos, trata-se de problematizar a atuação do Estado em Goiás na elaboração e execução de políticas públicas para o agro, tendo como exercício primordial o cotejamento das correlações entre agências privadas de consultoria tecnopolítica, como o ETPAR, e organismos estatais, notadamente a Secretaria da Agricultura, além de autarquias e empresas de economia mista. Essa tarefa é inegavelmente necessária se quisermos superar as perspectivas simplificadoras que atribuem todas as medidas de *revisão agrária* em Goiás ao seu governador.

Enfim, ao inserir a atuação de escritórios privados de consultoria e agentes técnicos vinculados ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) no processo de feitura de medidas voltadas para o reordenamento das relações sociais de produção na agricultura em Goiás, pensamos operar no sentido de compreender a história política goiana para além de suas ‘fronteiras’ regionais, como o já demonstramos no capítulo anterior. Significa dizer que nossa abordagem transcende em grande medida às organizações dos setores dominantes e dominados rurais e a institucionalização dos interesses das frações agrárias locais, aspecto que, não menos relevante, também será contemplado no devido momento.

Ao seguirmos esse percurso interpretativo pretendemos reiterar a perspectiva assumida anteriormente de compreender as políticas públicas de intervenção na agricultura em Goiás durante o governo Mauro Borges como a realização de projetos exógenos à região, formulados previamente em agências de interesses privados organizadas no âmbito da sociedade civil por intelectuais orgânicos comprometidos com uma dada visão de desenvolvimento agrícola assentada na lógica da tecnização do processo produtivo rural.

¹⁷⁶ A crítica feita tanto ao ‘Estado Sujeito’, dotado para tanto de uma vontade própria e absoluta exterior à luta de classes, quanto ao ‘Estado Coisa’, controlado por uma classe ou fração que unifica as ações estatais em seu único benefício, foi realizado por Poulantzas, que contrapõe a estas uma visão que entende o Estado enquanto ‘condensação material de uma relação de forças’, o que significa considerar as ‘fissuras’ presentes na ‘ossatura material’ do Estado, visto agora como atravessado por relações sociais e não como entidade que mantém as contradições entre classes e frações de classe como algo ‘externo’. POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

Trata-se, portanto, de deslindar as implicações político-ideológicas da adoção, por um executivo estadual brasileiro localizado em uma região marcadamente rural, de projetos de desenvolvimento agrícola elaborados em agências localizadas noutros estados e atuando como verdadeiros centros de formulação e difusão de políticas comprometidas com projetos hegemônicos de reformulação agrária pensados para todo o país.

Nossa abordagem far-se-á tendo como principal preocupação recuperar as relações entre o ETPAR e o governo de Goiás, bem como as diretrizes teóricas contidas no planos e projetos de intervenção no agro desenvolvidos pela agência. Tanto o funcionamento das agências encarregadas de executar as políticas públicas para a agricultura, quanto os agentes nelas inscritos serão tratados em capítulo específico.

Antes, porém, de tratarmos do Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro e de suas relações com o governo de Goiás através do IDAGO, convém dedicarmos algumas linhas a outra agência de consultoria que desempenhou papel significativo no início da década de sessenta no trabalho tecnopolítico de formulação e planejamento de políticas públicas a serem executadas por Executivos e secretarias estaduais contratantes. Trata-se da Organização Mecanização-Engenharia S/A, a ORGAMEC, agência que também prestou serviços de consultoria em Goiás e na qual também atuava Paulo de Assis Ribeiro.

Na apreciação que faz acerca do que denomina como *escritórios de consultoria tecnoempresarial*, René Dreifuss assim define as implicações políticas e a ideologia que permeia seu funcionamento:

“Esses escritórios de consultoria tecnoempresarial (...) surgiram como conseqüência lógica da consciência empresarial da necessidade de planejamento, perícia técnica e administração eficiente, o que parecia poder ser obtido através dessas agências especializadas. A sua função ostensiva era providenciar a perícia técnica e orientação necessárias, executar os estudos de viabilidades e dar consultoria legal. Os escritórios técnicos serviam também como firmas de consultoria para os interesses multinacionais e associados (...).”¹⁷⁷

Tomemos como ponto de partida essas considerações. Adotá-las implica reconhecer a extensa rede de relações na qual estão inseridos os escritórios técnicos e seus agentes especializados em serviços de consultoria.

Elaborar um ‘Documento Preliminar Básico’, objetivando a apresentação das características socioeconômicas do Estado consistia no passo inicial dado pelos escritórios

¹⁷⁷ DREIFUSS, op.cit. p. 91.

especializados de consultoria quando da contratação de seus serviços técnicos por governos e agências estaduais. A análise do material coletado buscava fixar um conjunto de procedimentos prioritários a serem adotados com vistas à identificação e proposição de soluções técnicas para os problemas de base do estado, sistematizados em planos de ação de desenvolvimento que contemplavam aspectos como o regime predominante de propriedade da terra, o abastecimento dos principais pólos urbanos do estado, sua população, os transportes, sugestões de reforma administrativa para adequação das agências estatais a novas diretrizes de desenvolvimento e, invariavelmente, um diagnóstico das condições eleitorais da respectiva unidade federativa.

Interessante notar que os vários escritórios de consultoria por nós analisados atuavam numa rede de cooperação que incluía colaborações entre agências, indicações de especialistas por parte de um dado escritório ou técnico para a realização de trabalhos, e a presença de agentes atuantes em inúmeras agências técnicas e acumulação de cargos de direção e coordenação num mesmo momento. Esse é o caso da Organização Mecanização-Engenharia, a ORGAMEC S/A, e o Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro, o ETPAR.

Por ocasião da contratação dos serviços técnicos da ORGAMEC pelo governo de Pernambuco, em 1962, para realização de um ‘levantamento geo-sócio-econômico’ visando à elaboração de um “Plano de Ação” para o estado, seu diretor-presidente Alfredo Goulart de Castro Filho informa em carta ao engenheiro Armando Monteiro Filho que, diante da impossibilidade de concretização dos estudos pelo Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro (ETPAR), visto que “sua equipe de assessores está parcialmente absorvida em outros compromissos congêneres, de caráter urgente, sendo assim necessário contar com o reforço de outro grupo de especialistas para a realização do trabalho”¹⁷⁸, a ORGAMEC assumiria o compromisso sem quaisquer perdas de eficiência, uma vez que contava com uma “numerosa equipe de assessores altamente qualificados” para a realização do serviço.

Ainda que não pudesse obter os serviços do contratante diretamente através de seu escritório técnico, Assis Ribeiro faria parte da equipe de especialistas envolvidos na feitura do estudo já que chefiava, enquanto diretor-técnico, o Departamento de Planejamento da ORGAMEC, o DEPLAN, ficando, portanto, encarregado da supervisão do trabalho. Por sua vez, o ETPAR havia sido indicado ao governo pernambucano pelo engenheiro Lucas Lopes¹⁷⁹,

¹⁷⁸ Carta-Proposta de Alfredo Goulart de Castro Filho a Armando Monteiro Filho. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1962. Fundo PAR-AN/RJ, cx.46.

¹⁷⁹ *Ibden*. Além de membro da CONSULTEC, o mineiro Lucas Lopes atuou em diversas agências estatais e privadas ao longo das décadas de 1940-1960. Dentre os cargos mais significativos destacam-se os exercidos na Comissão Mista Brasil-EUA(1951), no Conselho Administrativo do BNDE(1952), antes de ser ministro da Viação e Obras Públicas(1954-56), presidente do BNDE(1956) e ministro da Fazenda(1958/59). Lucas Lopes foi

membro de outro escritório técnico de grande importância no período, a Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda, CONSULTEC.¹⁸⁰

Trata-se da colaboração de um círculo de tecnoempresários e agências tecnoempresariais das mais significativas e atuantes no período. Os motivos alegados pelo diretor-presidente da ORGAMEC para a impossibilidade do ETPAR realizar os trabalhos de consultoria revelam o grande trânsito de projetos similares – ‘compromissos congêneres’ – nos quais os assessores técnicos vinculados a Assis Ribeiro estavam envolvidos naquele momento, o que nos permite, em boa medida, avaliar o grau de ocupação desse tipo de agência em atividades de consultoria junto a inúmeros órgãos públicos estaduais no período em tela.

As bases argumentativas que sustentavam o discurso de defesa da submissão das instâncias administrativas à lógica consagrada da eficiência técnica residiam na necessidade da intervenção do planejamento cientificamente elaborado para a consecução de políticas públicas racionais, como solução para o problema do funcionamento do aparelho estatal. Ao submeter mediante prévia requisição sua proposta de prestação de serviços técnicos especializados ao governo de Pernambuco com vistas à elaboração de um plano de desenvolvimento para o estado, a ORGAMEC argumentava a necessidade premente da utilização de todo instrumental técnico-científico disponível como contraposição racional e lógica aos ‘velhos métodos de simples improvisação’, marcas de administrações públicas desprovidas de planejamento e caracterizadas pela execução de ‘idéias sem disciplina e sem métodos’.¹⁸¹

De acordo com o argumento defendido em sua carta de apresentação pelo então diretor-presidente da ORGAMEC, o engenheiro Alfredo Goulart de Castro Filho, a ausência de uma administração planejada e tecnicamente construída com o intuito de traçar diretrizes operacionais para a execução de políticas de desenvolvimento econômico punham em risco o próprio funcionamento do Estado, uma vez que o condenava à mercê do arranjo irresponsável. Na visão do tecnoempresário, era preciso combater o recurso a soluções elaboradas ‘à base de um empirismo que responde por muitos de nossos insucessos nos empreendimentos de maior importância para a coletividade brasileira’.¹⁸²

O uso de procedimentos técnicos como divisa de um levantamento científico formulador de um projeto de desenvolvimento econômico regional era apresentado como portador de uma

ainda presidente do Conselho administrativo de Furnas(1961-64) e diretor da Hanna Mining Co. no Brasil. Ver: LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no Governo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.pp.53.

¹⁸⁰ A CONSULTEC, também chamada de Companhia Sul-americana de Administração e Estudos Técnicos era, segundo René Dreifuss, “o mais importante e bem-sucedido escritório técnico” atuante no período. DREIFFUS, op.cit. p. 94.

¹⁸¹ Carta-Proposta... op.cit.

¹⁸² *Ibden*.

capacidade inerente de prover a administração pública de condições necessárias à transformação de espaços sociais marcados pelo subdesenvolvimento em ‘núcleos econômicos e socialmente poderosos e respeitáveis’. Podemos empreender que o conjunto de medidas formulado pelos escritórios de consultoria e agências congêneres na tarefa de reformulação dos aparatos administrativos estaduais, de modo a adequá-los corretamente à eficácia de uma racional execução de políticas públicas setoriais e globais compunha vigoroso esforço no sentido de homogeneizar as ações estatais, dotando-lhes de um ordenamento capaz de permitir a concretização de projetos de desenvolvimento econômico afeitos aos interesses das frações de classe que compunham o capital *multinacional e associado* no Brasil.¹⁸³

Tais interesses apareciam muitas vezes nas propostas de elaboração de planos de desenvolvimento e reformulação administrativa como ‘exigência’ de agências transnacionais para a concessão de financiamentos e investimentos nas regiões brasileiras carentes de capital industrial. Dessa forma, para candidatar-se ao posto de prováveis beneficiários dos concorridos contratos de financiamento junto a agências transnacionais, os governos estaduais deveriam, não apenas adotar o planejamento racional recomendado como pré-requisito para obtenção de recursos, mas assegurar-se de que as agências de consultoria responsáveis pela elaboração dos planos de reformulação e desenvolvimento econômico fossem reconhecidas como aptas pelos organismos internacionais para a realização de tal tarefa. Sobre esse aspecto a ORGAMEC assim se pronunciava:

“Tem ainda a ORGAMEC S/A o seu registro no Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – como reconhecimento de sua capacidade para promover levantamentos e formular a planificação de alta profundidade que aquele estabelecimento internacional de crédito exige para conceder seus financiamentos, o que a credencia também para elaborar trabalhos da mesma natureza dentro das normas requeridas pelos organismos técnicos da ‘Aliança para o Progresso’.”¹⁸⁴

A ORGAMEC S.A, sediada no Rio de Janeiro e com escritórios de representação em vários estados brasileiros, constituía-se numa empresa de consultoria técnica especializada em engenharia aplicada ao planejamento de empresas privadas e estatais, fazendo uso, segundo consta em seus documentos, de ‘métodos modernos’ no trato da organização do trabalho. No

¹⁸³ DREIFUSS, op.cit., especialmente capítulos 2 e 3.

¹⁸⁴ Proposta apresentada pela ORAGAMEC S/A ao Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, em 16 de novembro de 1962. p.5.

documento apresentado ao Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás por ocasião da apresentação de propostas de serviços técnicos especializados junto à agência goiana, do qual destacamos o trecho acima citado, Alfredo Goulart de Castro Filho define a ORGAMEC, através de seu Departamento de Planejamento, como uma empresa detentora de recursos ‘como nenhuma outra entidade congênere em toda a América do Sul’, posto que,

“... além de sólido patrimônio, do corpo de orientação técnica de alta categoria e os mais modernos equipamentos, possui um numeroso quadro de auxiliares técnicos, assessores e colaboradores, que se eleva a mais de 2000 distribuídos em vários Estados, onde vem constantemente realizando grandes trabalhos, como sejam: Brasília, Guanabara, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco.”¹⁸⁵

A ORGAMEC S/A integrava – juntamente com outros escritórios de consultoria tecnoempresarial, inclusive do ETPAR – o Conselho Brasileiro de Produtividade (CBP), escritório técnico que funcionava, segundo Dreifuss, como uma ‘organização guarda-chuva’¹⁸⁶, o que significava dizer que o CBP constituía-se numa espécie de organismo central, ao qual estavam vinculados vários escritórios congêneres. Definido por Dreifuss como ‘um dos escritórios técnicos mais interessantes e politicamente importantes do período’¹⁸⁷, o CBP atuaria diretamente e/ou através de escritórios de consultoria vinculados junto aos executivos estaduais de Pernambuco, como vimos através da ORGAMEC, da Bahia, de São Paulo, de Minas Gerais e, como veremos neste e noutros capítulos desta tese, no de Goiás.

Voltemos a atuação do ETPAR em Goiás.

De acordo com carta enviada em 16 de julho de 1962¹⁸⁸ ao então secretário de agricultura de Goiás, o Sr.º Archimedes Pereira Lima, na ocasião também presidente do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), em resposta a solicitação da Secretaria de Agricultura para que o ETPAR fizesse uma apreciação preliminar do anteprojeto de Lei de criação do IDAGO, Paulo de Assis Ribeiro através de seu escritório de consultoria ficaria responsável pelos seguintes ‘serviços técnicos’:

¹⁸⁵ *Ibden*, p.4.

¹⁸⁶ A expressão é uma tradução do termo inglês *umbrella-organization* que como informa Dreifuss remete analogamente à estrutura de armação do guarda-chuva. DREIFUSS, op.cit. p.93.

¹⁸⁷ *Ibden*, p.92.

¹⁸⁸ Carta de Paulo de Assis Ribeiro a Archimedes Pereira Lima, 16 de julho de 1962. Fundo PAR – AN/RJ, 4 fls.

- Elaboração de um anteprojeto de Lei que estabelecesse os preceitos jurídicos de vinculação de outras agências estatais – autarquias e empresas de economia mista – voltadas para a agricultura ao IDAGO, e a reelaboração dos estatutos de funcionamento dessas agências visando dar-lhes unidade administrativa como parte do processo de vinculação ao IDAGO;
- Elaboração do ‘Regulamento do IDAGO’, documento donde constariam as normas jurídicas da autarquia, os preceitos relativos aos planos e projetos gerais, planos de colonização e recolonização, além da política a ser adotada pelos órgãos vinculados ao IDAGO;
- Elaboração das normas de funcionamento e de Regimento Interno para cada uma das agências criadas e reorganizadas, de modo a adequarem-se e seu pessoal aos preceitos estabelecidos pelo ordenamento da política agrária a ser implementada.¹⁸⁹

Os entendimentos entre o Secretário de Agricultura Archimedes Pereira Lima e Paulo de Assis Ribeiro ocorriam, pelo menos, desde o mês anterior, dado que podemos auferir em carta enviada pelo secretário ao técnico, datada de 2 de julho, na qual se refere a contato anterior por telefone, onde teriam iniciado as conversações para a realização dos trabalhos.¹⁹⁰ Archimedes Pereira Lima enfatizava a Assis Ribeiro a “grande urgência que temos na elaboração dessa estrutura, que deverá ser a mais simples possível, para um funcionamento racional e barato”¹⁹¹, cujos trabalhos seriam devidamente iniciados após ida do técnico a Goiânia, o que deveria ocorrer no dia 10 de julho. Portanto, podemos supor que a decisão da Secretaria de Agricultura de Goiás de contratar os serviços técnicos especializados do Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro data de meados de 1962, momento em que a própria secretaria passava por uma reestruturação, visando maior agilidade na consecução de um projeto de intervenção no agro como parte do plano geral de desenvolvimento econômico estadual.

Em despacho de 19 de julho, dando prosseguimento às negociações dos termos do convênio o governador Mauro Borges aprovaria o contrato entre o ETPAR e a Secretaria da Agricultura para estruturação e implantação do IDAGO em total acordo com as bases propostas anteriormente por Assis Ribeiro, ficando o ETPAR autorizado desde então a dar prosseguimento aos estudos já iniciados enquanto aguardava a oficialização do referido

¹⁸⁹ *Ibden.*

¹⁹⁰ Carta de Archimedes Pereira Lima a Paulo de Assis Ribeiro. Goiânia, 2 de julho de 1962. Fundo PAR – AN/RJ.

¹⁹¹ *Ibden.*

contrato mediante publicação no Diário Oficial do Estado e das assinaturas das respectivas partes, o que somente seria efetivado no mês de março do ano seguinte.¹⁹²

Segundo depoimento do engenheiro Irineu Borges do Nascimento, então secretário da recém criada Secretaria de Planejamento e Coordenação, agência responsável por coordenar e fiscalizar a execução do Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, teria sido ele, enquanto titular da referida pasta quem contratou os serviços técnicos de Assis Ribeiro. Em sua autobiografia o ex-secretário afirma:

“As medidas foram tomadas com urgência. Já como secretário do Planejamento e Coordenação do Plano de Governo, ou Plano Mauro Borges, contratei o economista Paulo Assis Ribeiro para o Projeto Técnico-Econômico que levasse a implantação do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás (Idago), devidamente estruturado para a sadia condução dos negócios de terras devolutas(...) Este órgão foi convenientemente instalado, servindo de imagem da criação do Incra, em âmbito Federal, o que também se fez com a colaboração do economista Paulo Assis Ribeiro. O Idago, no governo Mauro Borges, funcionou, mas o Incra parece-me que nasceu morto.”¹⁹³

Não temos razão para duvidar do testemunho do engenheiro, embora não tenhamos encontrado documentação que possa comprovar o contato inicial entre o secretário e o ETPAR. O que importa reter nesse momento é que a presença de Paulo de Assis Ribeiro na assessoria da reestruturação das agências estatais goianas voltadas para a implementação de políticas públicas para a agricultura se deu desde o momento inicial da criação da nova agência, estendendo-se até o final do governo Mauro Borges, em novembro de 1964.

Disto resulta que tanto a montagem do complexo de agências e órgãos estatais e associados destinados a implantação de projetos de *revisão* agrária em Goiás, bem como as diretrizes político-ideológicas que orientaram a atuação institucional na execução das políticas públicas para o agro derivaram da ingerência desse escritório de consultoria técnica e similares a ele vinculados. Todo esse processo deve sempre ser pensado levando-se em conta que tais agências privadas de formulação e sistematização de projetos atuavam organicamente associadas aos interesses modernizante-conservadores, capitaneados naquele momento pelos círculos ipesianos, ao qual Paulo de Assis Ribeiro e sua equipe técnica lotada no ETPAR estavam vinculados.

¹⁹² SECRETARIA DE AGRICULTURA – ESTADO DE GOIÁS. Goiânia, 6 de agosto de 1962. Fundo PAR – AN/RJ.

¹⁹³ NASCIMENTO, Irineu Borges. *Vim de Longe... Muito Longe: 80 anos de historia*. Goiânia, Editora da UFG, 2006. p. 228.

Feita a primeira proposta de prestação de serviços técnicos pelo ETPAR e obtida sua aprovação junto ao executivo goiano, o ‘Contrato’ entre as partes seria realizado em cartório no dia 4 de abril de 1963, oficializando decisão do governo do estado contida no Decreto Governamental n° 472, de 25 de março do mesmo ano.¹⁹⁴ O Contrato, assinado por um representante do ETPAR, o próprio Assis Ribeiro, e pelo presidente do IDAGO, o Coronel do Exército Petrônio Maia Vieira e Sá, trazia, além das já referidas propostas contidas nos entendimentos iniciais entre o ETPAR e a Secretaria da Agricultura, cláusula referente à elaboração pelo escritório contratado de um ‘Plano de Emergência’ que servisse de orientador das atividades do IDAGO.

Essa orientação destinava-se a implementar um plano de ações de colonização e recolonização, financiamento e compra de gêneros alimentícios, bem como medidas previstas para o armazenamento e ensilagem das safras, e sua distribuição, pensada para atender principalmente as novas demandas surgidas com a mudança da Capital Federal para o Planalto Central, além de medidas impulsionadoras para o uso e aproveitamento de equipamentos agrícolas mecanizados, dentre outras.

A importância que o IDAGO adquiriria nos anos seguintes como principal agência na execução da política agrária do Governo Mauro Borges pode ser constatada, já no início de suas atividades através do protagonismo que assume perante outras agências governamentais. Em grande medida, o IDAGO suplantaria em importância política e estratégica a própria Secretaria da Agricultura, embora estatutariamente a ela estivesse subordinado. Essa questão se acentuaria ao longo dos anos. Da mesma forma, o processo de consolidação estratégica do instituto enquanto ‘carro-chefe’ do programa de ‘reforma agrária’ do Governo, acabaria por suscitar conflitos com outras autarquias e empresas de economia mista atuantes no agro, na medida em que pretendia subordiná-las às suas diretrizes. Assim, não nos surpreende que o IDAGO tenha assumido diretamente o compromisso com o ETPAR, substituindo os contatos iniciais realizados entre a Secretaria da Agricultura e Assis Ribeiro. Como veremos em capítulo dedicado à questão, os agentes ocupantes de postos-chave no interior do IDAGO diferiam – pelo perfil técnico-militar – daqueles que chefiavam outras agências, marcadamente loteadas por representantes das frações dominantes rurais do estado.

Num sentido geral, os serviços especializados de consultoria técnica a serem prestados pelo ETPAR para o IDAGO estavam norteados pela perspectiva de se erigir em Goiás um setor econômico pujante na agricultura pautado pela ‘elevação dos índices de produtividade agrícola

¹⁹⁴ INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DE GOIÁS. *Termo de Contrato*. Goiânia, 4 de abril de 1963. Fundo PAR – AN/RJ. 9 fls.

e a industrialização rural'. A própria concepção estrutural de funcionamento e alcance do IDAGO em relação às atividades que deveriam fazer parte de seu plano de ação seria pautada pela organização sistemática de um modelo de atuação baseado nos princípios que permeiam as diretrizes de funcionamento de uma agência autárquica, dotada de relativa autonomia no âmbito administrativo e de execução de políticas, o que conferia à sua prática, significativa capacidade de contornar pressões originadas dos setores dominantes rurais no estado.

O modelo matricial – e ‘ideal’ – de agência estatal encarregada de desempenhar com eficiência técnica as tarefas de modernização e ‘reforma da estrutura agrária’, no sentido a ela conferido pelos ideólogos ipesianos, dentre eles Assis Ribeiro, encontrava-se materializado na experiência do próprio Paulo de Assis Ribeiro, antes mesmo da organização dos técnicos no IPES, junto ao Governo de Minas Gerais na criação da Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG), criada em fins de 1958,

“... cuja estruturação e funcionamento foram desde o início subordinados aos mais modernos princípios de planejamento e organização, e cujos métodos e normas de trabalho constituem hoje um dos mais perfeitos conjuntos de atos normativos já elaborados e postos em execução nos meios técnicos administrativos brasileiros.

(...). Nos setores de assistência educacional, técnica e financeira aos lavradores e criadores; na prestação de serviços por meio de levantamentos, estudos e planejamentos de fazendas e exploração agrícolas em geral; na execução de loteamentos de propriedades agrícolas devidamente nucleadas e aglutinadas, visando, sobretudo, à colonização das terras devolutas do Estado; na distribuição e revenda de tratores, implementos agrícolas, utensílios rurais, fertilizantes, rações para animais, etc.”¹⁹⁵

O trecho acima foi escrito pelo próprio Paulo de Assis Ribeiro em artigo publicado na revista *Brasil News*, publicação da ORGAMEC S.A, em junho de 1960. O apelo ao planejamento e a solução técnica para o aumento da produtividade rural norteiam todo o artigo, bem como as diretrizes da agência mineira, tal qual podemos verificar em relação ao IDAGO. Mais do que uma mera ‘filosofia’ de ação comum a ambas as agências, o que podemos verificar é que por meio da ingerência de escritórios técnicos junto a agências e secretarias estaduais na formulação de diretrizes político-ideológicas e sistematização de um aparato técnico-administrativo eficaz e adequado do ponto de vista da execução de políticas públicas favorecedoras dos interesses coletivos das frações do capital nacional associado, operou-se um

¹⁹⁵ ASSIS RIBEIRO, Paulo de. “Planejamento Regional e Produtividade Agrícola”. In.: *Brasil News*. Ano I, n.º 3, junho de 1960.

conjunto de ações políticas conscientemente organizadas, com o intuito de obter o consenso entre as classes em prol de uma agricultura industrializada pautada pela alta produtividade.

No que talvez fosse o trabalho mais importante a ser realizado pelo ETPAR, para além, é claro, da reestruturação, harmonização e adequação técnica do aparato de agências que passariam a atuar associadas ao IDAGO, condição, aliás, primordial à consecução de todo o processo do planejamento agrário estadual, a ‘Clausula Quarta’ do Contrato definia que, “Os trabalhos (...) consubstanciarão um ‘Plano de Emergência’ previsto para a ação do IDAGO durante um período dentro do qual seja possível um planejamento regional e setorial mais completo para o Desenvolvimento Agrário do Estado”.¹⁹⁶

O ‘Plano de Emergência do IDAGO’ elaborado pelo ETPAR consistia num vigoroso estudo acerca da estrutura agrária do estado de Goiás, abordando aspectos relativos a formação sócio-econômica regional, as formas de apropriação da terra, os segmentos sociais rurais mais representativos, suas organizações associativas e a regulamentação do trabalho rural, além de vasta apreciação sobre as principais culturas cultivadas no estado, o nível de mecanização das lavouras em comparação com o grau elevado de práticas agrícolas tradicionais, complementados por um estudo detalhado sobre os municípios goianos, suas atividades produtivas e formação social. Escrito em dois volumes, o ‘Plano’ iniciava com uma exposição sistemática sobre a importância do planejamento nas sociedades modernas e de sua vinculação ao desenvolvimento técnico-industrial como condição primordial para o bem-estar das comunidades rurais, em sentido estrito, e de todos os segmentos sociais em sentido global.

A atuação do Estado como financiador primordial do desenvolvimento e como responsável pela execução do planejamento não implicava, entretanto, em sobrepujar a ação da ‘iniciativa privada’, cuja expansão consistiria no objetivo último do progresso econômico e social previsto no ‘Plano’. Da mesma forma, ao ocupar-se da necessidade de se promover alterações na estrutura agrária, cuja solução apontada residia em projetos de colonização em terras devolutas, o ‘Plano’ condicionava toda e qualquer modificação ao pleno respeito à propriedade privada da terra, o que se fazia em consonância com os pressupostos orientadores das diretrizes que compunham o projeto de ‘Reforma Agrária’ dos círculos ipesianos, conforme vimos anteriormente.

Podemos afirmar que o ‘Plano de Emergência do IDAGO’, elaborado pela equipe de especialistas técnicos chefiada por Paulo de Assis Ribeiro, fez-se em total sintonia com as diretrizes de reformulação agrária que compunham a base do pensamento agrário do IPES,

¹⁹⁶ INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO DE GOIAS. op.cit. fl. 2.

constituindo-se, dessa maneira, numa tentativa de implementar, em âmbito regional, pressupostos formulados para servir de base para uma ‘Reforma Agrária’ brasileira.

O conteúdo político-ideológico do ‘Plano’ trazia as mesmas interpretações presentes no estudo do IPES, conforme vimos acerca da conceituação do ‘latifúndio improdutivo’, da crítica à produção rural voltada para o sistema agro-mercantil de exportação, tido como obsoleto, em detrimento de uma moderna agricultura desenvolvida para o abastecimento interno, da necessidade de se estimular a formação de uma ‘classe média rural’ consumidora de bens industriais, da criação de uma ‘Justiça Agrária autônoma’ capaz de resolver *in loco* questões relativas ao ‘mundo rural’, além de preocupações com as formas de organização dos trabalhadores rurais, chamados a participar, através de cooperativas, do desenvolvimento da agricultura.

Essas e outras questões contidas no ‘Plano de Emergência do IDAGO’, não obstante dialogarem intimamente com os pressupostos ipesianos, foram em diversas passagens redigidas fielmente conforme o texto presente no estudo do IPES, como p. ex. o capítulo referente à ‘Justiça Agrária’, que possui a mesma redação em ambos os projetos. Atribuímos a essa constatação, não apenas ao fato de serem as mesmas mãos que subscreveram os referidos estudos, mas, sobretudo, à relação orgânica entre os agentes e os projetos hegemônicos de intervenção no agro.

Se permanece válida a afirmação de que o IPES não construiu nenhuma organização em Goiás nos moldes daquelas obtidas noutros estados da federação,¹⁹⁷ como as do Rio de Janeiro, de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, não é possível mais negar que para além das formas organizativas reconhecidas e tão bem estudadas, o IPES e agências vinculadas criaram outros canais de atuação político-ideológica, através da influência direta nas políticas públicas estaduais. O estudo dos componentes gerais e particulares da política agrária posta em prática em Goiás durante o Governo Mauro Borges Teixeira nos permite avançar nessa hipótese. É o que veremos no próximo capítulo.

¹⁹⁷ Essa é a posição assumida, p.ex., por Dalva Borges de Souza, estudiosa do governo Mauro Borges. A autora afirma não ter encontrado em Goiás ‘traços da presença do IPES’, ao que atribui à ‘estrutura econômica pouco significativa[de Goiás] para a fração de classe que se organizava nacionalmente’. Se pensarmos na presença do IPES apenas do ponto de vista da estruturação de organismos empresariais nos estados, essa afirmação é correta. Porém, como demonstramos, os escritórios de consultoria tecnopresarial vinculados ao IPES e ativamente presentes em Goiás abrem nova possibilidade para aventarmos a presença da agência no estado. Ademais, nossa perspectiva de se estudar a atuação dos círculos ipesianos via projetos de reformulação do agro amplia não apenas a ingerência do IPES como outras formas de atuação da agência, principalmente em Goiás. Cf.: SOUZA, Dalva Borges de. “O Golpe em Goiás.” In.: *Goiás: Sociedade & Estado*. op.cit. pp. 85-130.

CAPÍTULO III

‘Revisão Agrária’ em Goiás: formação de um complexo de agências e órgãos associados.

1 – A ‘revisão agrária’ do governo Mauro Borges:

Em estudo realizado pelo ETPAR à pedido do IDAGO, Paulo de Assis Ribeiro é taxativo quanto à solução que precisa ser dada ao problema do desenvolvimento agrícola de Goiás: diante da concentração de terras e da pobreza dos trabalhadores rurais em plena vigência de um “sistema pré-capitalista nas relações produtivas com acentuado cunho semi-feudal nas relações sociais”, era urgente a promoção, por um lado, do desenvolvimento técnico da produção agropecuária em larga escala, e de outro, da ‘preparação profissional’ do lavrador goiano.¹⁹⁸

Para atingir tais objetivos o estado precisaria organizar sob direção geral do IDAGO um conjunto de agências, autarquias e empresas de economia-mista, criadas e reordenadas no início do governo Mauro Borges com o intuito de harmonizar as atividades destinadas a promover o desenvolvimento agrícola na região. Segundo documentação produzida pelo ETPAR, a tarefa primordial consistia em sistematizar um plano de ação a ser “elaborado pelo ETPAR com o objetivo de estabelecer e fundamentar as normas de ação do conjunto de órgãos e entidades subordinadas ou vinculadas ao IDAGO, as quais deverão constituir um Plano de Emergência para o desenvolvimento agropecuário-industrial do Estado de Goiás”.¹⁹⁹ Segundo Assis Ribeiro,

¹⁹⁸ *Política de Ação Agrária do IDAGO*. ETPAR, 1962.(mimeo).

¹⁹⁹ *Boneca do Plano de Emergência do IDAGO*. ETPAR, 1963.(mimeo).

o Plano de Emergência do IDAGO elaborado pelo seu escritório de consultoria estaria em perfeita articulação com as linhas gerais traçadas pelo Plano MB, devendo ser executado até o término da administração do governador, servindo de base para a programação de um plano sistemático para um período mais longo. Seguindo em seu diagnóstico e exposição de objetivos, Assis Ribeiro asseverava que,

O Plano tem, primordialmente, o objetivo de combater uma estrutura agromercantil obsoleta através da expansão do mercado interno e do poder aquisitivo das massas rurais pela criação de uma classe média rural apoiada na propriedade familiar, ou na média e grande empresa rural, funcionando com práticas e processos de alta rentabilidade, sempre, pela organização cooperativa.²⁰⁰

Principal campo de atuação do conjunto de políticas públicas executadas em Goiás durante o governo Mauro Borges Teixeira, o setor agrícola mereceu amplo destaque durante os quatro anos em que o governador esteve a frente do Executivo goiano. Conjugando diretrizes formuladas em âmbitos que extrapolavam os interesses meramente locais com pressões advindas dos setores dominantes regionais, mas também dos trabalhadores rurais organizados em associações de classe, as políticas de intervenção no agro perpetradas em Goiás formaram um complexo de medidas que procurava articular vários aspectos pertinentes ao desenvolvimento da produção agrícola, sua distribuição, comercialização, apropriação da terra, formas de relação e organização do trabalho.

A ‘política agrária’ do governo Mauro Borges tem sido vista pelos estudiosos a partir de duas perspectivas: a experiência de criação de núcleos coloniais inspirados no modelo de cooperativismo agrícola dos *moshavs* israelenses e a política de sindicalização dos trabalhadores rurais, realizada sob a ótica de alianças entre o então governador e os setores camponeses organizados em Goiás. No primeiro caso, trata-se dos Combinados Agro-Urbanos, iniciativa de colonização rural em áreas de terras devolutas com o intuito de se criar núcleos de ocupação para lavradores sem-terra em áreas estratégicas do território goiano. No segundo caso, evidencia-se a atuação do governo junto aos trabalhadores rurais através da atuação do PTB, via Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETAS), tendo a frente o trabalhista Érides Guimarães como secretário. A campanha de sindicalização rural empreendida pela SETAS e defendida como parte das ações prioritárias do Governo logrou converter várias associações de lavradores – entidades civis – em sindicatos de trabalhadores rurais, cujo

²⁰⁰ Ibidem.

modelo de sindicalização atendia aos interesses de uma vinculação maior entre a organização dos trabalhadores e o Estado.

Portanto, o governo Mauro Borges, no âmbito da questão das políticas para o agro, tem sido visto sob a ótica tripartite do cooperativismo-colonização-sindicaliação. Entendemos que esta visão não é de todo equivocada. Porém, parece-nos limitada por reduzi-la unicamente aos imperativos de duas iniciativas. Ademais, como já mencionamos anteriormente, as políticas públicas de intervenção no agro perpetradas em Goiás durante o governo Mauro Borges não podem ser consideradas adequadamente se dissociadas da discussão das diretrizes e planejamento formulados no âmbito dos interesses *tecnoempresariais*, mais precisamente daqueles sistematizados em escritórios técnicos a partir de orientação geral para a ‘Reforma Agrária’ idealizada nos círculos ipesianos.

Mais do que simplesmente uma transferência direta dos princípios de ‘reforma’ preconizados por intelectuais orgânicos dedicados à formulação de planos de tecnização da produção agrícola, seria mais apropriado falarmos em uma adequação de interesses e objetivos compartilhados entre o Executivo goiano e os pressupostos constituintes da visão agrária do IPES e agências vinculadas, os escritórios de consultoria tecnoempresarial. O que queremos dizer é que, se houve a possibilidade de o Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro e escritórios congêneres atuarem diretamente junto às agências estatais goianas, tanto na reestruturação do aparelho administrativo designado a atuar no agro, quanto no delineamento de um conjunto de medidas a serem executadas, foi devido à existência de condições apropriadas e receptivas para a penetração de tais idéias.

Não creio que possamos buscar a resposta para a receptividade em Goiás dos projetos de desenvolvimento tecnoindustrial da agricultura nos setores dominantes rurais goianos. É correto afirmar que houve relativa adesão desses setores no decurso do governo Mauro Borges às propostas de políticas agrícolas encetadas, principalmente daqueles grupos que tinham seus interesses representados no Estado através da presença de seus agentes no interior de organismo governamentais. No entanto, acreditamos que não se pode atribuir às classes dominantes rurais goianas o projeto de modernização agro-industrial perpetrado pelo *complexo de agências* criado para a execução de uma ‘revisão agrária’ em Goiás.

Partimos do princípio de que a configuração ideológica das políticas públicas de intervenção na agricultura adotadas em Goiás no início da década de 1960 resultou de uma conjunção de princípios que articulou os objetivos promovidos pelo *staff* administrativo montado pelo governador e os interesses dos círculos *tecnoempresariais* atuantes junto aos executivos estaduais brasileiros. Nesse sentido, os pressupostos político-ideológicos que

conformavam as idéias acerca das medidas a serem propostas para a ‘modernização’ do agro encontrariam *eco* em Goiás devido à nova conformação das atividades a serem desempenhadas pelo setor rural e a participação do Estado nesse processo.

A eleição de Mauro Borges para o Executivo goiano foi fundamental, determinante diríamos, com sua formação militar calcada na visão estratégica de funcionamento racional e planejado das políticas públicas, para a consecução dos projetos de reformulação agrária advindos dos círculos técnicos vinculados ao IPES. É nesse, e somente nesse sentido, que podemos convocar a presença da figura do chefe do Executivo goiano como elemento essencial para a análise da política agrária de seu governo. Esta perspectiva é inteiramente distinta daquelas que não estabelecem quaisquer relações entre a ‘revisão agrária’ do governo Mauro Borges e interesses sistematizados de grupos organizados na *sociedade civil*. Distanciamo-nos, portanto, das leituras preponderantes que insistem em atribuir apenas ao governador toda e qualquer ação e, principalmente, formulação das políticas para o agro em Goiás no período.

Com isso queremos afirmar que uma análise que leve em conta esses elementos pode deslindar aspectos pouco elucidados até o momento acerca da real importância de se estudar a experiência de intervenção estatal no agro em um estado que ocupava posição subordinada na divisão inter-regional do trabalho no Brasil, em princípios da década de 1960. Se partirmos, p.ex., dos escritos do próprio Mauro Borges, geralmente tomados como expressão absoluta e fonte exclusiva do período, podemos apreender diversos pontos que se aproximam, quando não identificam-se diretamente, dos pressupostos orientadores das diretrizes de modernização do agro preconizadas pelos agentes atuantes nos escritórios de consultoria vinculados ao IPES.

Muito pouco se disse, nos estudos consagrados ao período, acerca das agências que compunham o aparelho de Estado formado no decurso da administração maurista para a execução da política agrária de seu governo. As autarquias e empresas de economia mista são geralmente citadas a reboque da reformulação do aparelho estatal goiano, municiando tão somente o objetivo de ilustrar as inovações promovidas pelo jovem governador, representante da ‘ala moça’ do PSD, fração que tantos problemas causaria às ‘velhas raposas pessedistas’ em Goiás.

Entendemos que a melhor maneira de apreciarmos os fundamentos da política de intervenção no agro em Goiás durante o governo Mauro Borges é através da análise da atuação dos órgãos estatais criados para a execução do desenvolvimento agro-industrial no estado, aspecto que – nunca é demais ressaltar – ainda não foi contemplado pelos estudos do período. Através de uma leitura analítica da documentação produzida por tais órgãos podemos adiantar algumas conclusões a que chegamos e que serão contempladas neste e nos capítulos seguintes.

A mais importante e que servirá de eixo norteador de nossa abordagem diz respeito à combinação de duas estratégias de intervenção política estatal com vistas a promover o desenvolvimento do agro em Goiás no período.

Uma primeira estratégia estaria vinculada à promoção da industrialização do agro goiano, através de um conjunto de políticas agrícolas a cargo da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás(CASEGO), da Companhia Agrícola do Estado de Goiás(CAESGO), e da Companhia de Abastecimento do Estado de Goiás(CIAGO), e de iniciativas estatais e privadas associadas, como a criação da Escola de Formação de Operadores de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias de Goiás(EFOMARGO), e da Companhia Agro-Industrial de Goiás(CAGIGO).

Esta *frente* de agências concentraria seu foco de atuação prioritariamente no desenvolvimento dos setores agropecuários mais dinâmicos do estado, o que faria com que privilegiasse regiões goianas marcadas por uma agricultura com imediato potencial de produtividade, sintonizadas à implementação da agroindústria capitalista. Pelo que podemos verificar, esse recorte é também geográfico, e quando falamos em regiões de agricultura mais desenvolvida em Goiás, reportamos a áreas que compreendem o centro-sul, o sudeste e o sudoeste do estado.

A segunda estratégia estaria a cargo do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás(IDAGO) e de toda estrutura capilar montada pela autarquia, que abrangia, tanto os diversos conselhos e departamentos da agência – principal órgão na hierarquia da direção das políticas públicas para o agro –, como as Agências Volantes de Terras(AVTs), e a iniciativa de implantação da ‘Justiça Agrária’, além dos Combinados Agro-Urbanos(CAUs). Nesse caso, o eixo operacional do IDAGO concentrar-se-ia nas regiões marcadas pela quantidade de terras presumivelmente devolutas, não por acaso áreas de acirradas disputas de terras entre posseiros, grileiros e grandes proprietários. Dessa forma, o IDAGO através de seus organismos vinculados concentraria suas ações na norte do estado, nas regiões que compreendiam o centro-norte e o extremo-norte de Goiás no início da década de 1960.²⁰¹

Apesar de constituírem-se enquanto estratégias distintas, a atuação das agências estatais só pode ser compreendida adequadamente em seu conjunto, o que significa dizer que as políticas de desenvolvimento agrícolas e aqueles que propunham medidas de reformulação agrária são partes combinadas de um mesmo processo de desenvolvimento capitalista do agro em Goiás, cuja criação de condições fez parte dos planos de ação estatal no período. Essa ação em

²⁰¹ Com a criação do estado do Tocantins, em 1988, a área que até então compreendia o norte e extremo-norte de Goiás deixou de fazer parte do estado.

conjunto das agências acima citadas, bem como a tentativa de formarem uma empreitada harmônica, é o que chamamos aqui de *complexo de agências e órgãos estatais e associados*.

Vejamos a seguir as principais agências diretoras que compunham o *complexo* estatal destinadas a intervir no agro, seus agentes e as principais diretrizes de atuação.

2.1 – A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás(CASEGO):

A CASEGO – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás –, sociedade de economia mista, foi criada ainda no governo de José Feliciano(1959-1960), conforme Lei Estadual n.º 2.521, de 11 de agosto de 1959, com a finalidade de construir e administrar no estado uma rede de armazéns e silos destinados à guarda e conservação de gêneros provindos da colheita de agricultores goianos. Seu funcionamento pressupunha uma harmonização com as ações do plano geral da Rede Nacional de Armazéns e Silos e do Plano de Abastecimento, iniciativas federais, atuando dessa maneira como um empreendimento regional destinado a cuidar de um problema apontado como uma das principais causas da crise de gêneros vivida pelo país em fins da década de 1950.

A Assembléia Preliminar de constituição da CASEG²⁰², realizada no dia 17 de junho de 1960, designava o Estado de Goiás, representado pelo sr.º Galeno Paranhos, incorporador da agência²⁰³, como subscritor de 198. 350 ações, de um capital total de Cr\$ 200.000.000(duzentos milhões de Cruzeiros). Na ocasião foram designados peritos para realizar, num prazo de 5 dias, uma avaliação cujo objetivo era o de preparar um laudo que desse escopo a constituição definitiva da sociedade de economia mista. A Assembléia Geral de Constituição da CASEG seria realizada somente um ano depois, em 10 de julho de 1961, na qual seriam eleitos para a direção da agência: Múcio Teixeira, Diretor-Presidente; Clovis Fleury, Diretor-Financeiro; e José Luiz de Campos Curado, Diretor-Administrativo.

A composição da diretoria da CASEGO revela o quanto a agência nasceu sob os auspícios de setores dominantes goianos agremiados em associações patronais rurais. Essa questão é de suma importância para demarcarmos as linhas políticas de atuação da agência. Senão vejamos os principais quadros que compunham a diretoria da companhia.

²⁰² A agência foi chamada inicialmente de CASEG. A mudança para CASEGO ocorreria a partir de 1962, já no governo Mauro Borges.

²⁰³ Galeno Paranhos foi designado Incorporador da CASEG por Decreto Estadual de 5 de novembro de 1959.

Múcio Teixeira, advogado, era naquele momento diretor da Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás (FAREG)²⁰⁴, presidente da Associação de Crédito e Assistência Rural em Goiás(ACAR-GO), agência vinculada ao ‘Sistema ABCAR’, e membro do Centro Sul-Americano de Extensão Rural, criado na Venezuela. Múcio Teixeira desempenharia ainda nos anos posteriores o cargo de diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil(CREAI) no Centro-Oeste. O goiano seria eleito, em 1963, para vice-presidência (3º vice-presidente) da Confederação Rural Brasileira(CRB).²⁰⁵

Clovis Fleury era primeiro-secretário da FAREG e diretor da Sociedade Goiana de Pecuária(SGP)²⁰⁶, mais importante entidade patronal rural de Goiás no período. Clovis Fleury fora fundador e membro, em 1956, do Conselho Consultivo da União das Cooperativas no Estado de Goiás(UCEG).²⁰⁷

A presença desses agentes na diretoria da CASEGO, além de apontar-nos a possibilidade de pensar na agência como um canal institucional de materialização na *sociedade política* dos embates intra-classes dominantes rurais em Goiás, revela-nos ainda o exemplo de como um organismo estatal em nível regional abrigou demandas provenientes de agências privadas e associações de classe atuantes em âmbito nacional. Ao longo do período de governo Mauro Borges, a atuação da CASEGO seria marcada pelas disputas entre frações da classe dominante rural, representadas na FAREG e na SGP.

Em linhas gerais, caberia à CASEGO, segundo as propostas contidas nos motivos de sua criação, além do armazenamento, estocagem, ensilagem e conservação dos produtos agrícolas a ela confiados, promover a orientação e dar assistência aos produtores rurais goianos, no sentido de facilitar o escoamento de sua produção, protegendo-a e valorizando-a nos períodos de entressafas. Desde sua implementação – o que ficaria mais evidente no governo Mauro Borges – a CASEGO responsabiliza-se também pela comercialização dos gêneros armazenados, buscando manter sob seu controle todo o circuito ao qual correspondem as etapas de produção agrícola. Ao intervir diretamente junto ao produtor rural, oferecendo-lhe armazéns e silos para a estocagem dos produtos de sua colheita, além de comprometer-se com a comercialização do mesmo, a

²⁰⁴ A presidência da FAREG em 1961 era exercida por Ezequiel Fernandez Dantas.

²⁰⁵ *Gleba*, ano IX, dezembro de 1962.

²⁰⁶ Clovis Fleury seria eleito para a diretoria da SGP, ocupando o cargo de 1º tesoureiro, em janeiro de 1961, juntamente com Carlos Machado de Araújo para a presidência, José Carlos Nascimento para a vice-presidência e Ademar Andrade Câmara para a secretaria geral. *Folha de Goiás*, 5 de janeiro de 1961.

²⁰⁷ Primeira associação de cooperativas criada no estado e que faria parte na década de 1970 da Organização das Cooperativas Brasileiras(OCB), passando a ser designada como OCEG e posteriormente OCG.

CASEGO procurava eliminar, entre outras coisas, a figura do intermediário, o negociante, assumindo ela própria esta função.

Em geral, o sistema combatido pela CASEGO era o seguinte: o produtor rural era obrigado, por falta de alternativas, a vender o resultado de sua colheita a um comprador, que a revendia ao atacadista; este, por sua vez, repassava ao maquinista, que vendia ao varejista para finalmente chegar ao consumidor. Esse era, segundo expressão da própria agência, o ‘roteiro’ da produção agrícola, do cultivador ao consumidor onde ‘imperava uma estrutura arcaica que espoliava o produtor’ rural goiano e encarecia os gêneros de primeira necessidade destinados ao consumo.²⁰⁸ Barsanufó Borges analisou a situação, acrescentando que, “Os cerealistas compravam o arroz do agricultor, a preço baixo, no período da safra e o vendiam na entressafra, de forma que os aumentos de preço do produto não chegavam ao lavrador, beneficiando apenas o intermediário.”²⁰⁹

Do ponto de vista da retórica propalada pela CASEGO é inegável que suas propostas tenham alcançado uma recepção positiva, principalmente nos núcleos urbanos, principal meta do programa de atuação da companhia. Seu discurso, no entanto, estava voltado, tanto para a população das cidades, quanto para os produtores. Para os primeiros, importava demonstrar a importância de se eliminar a figura do ‘intermediário’ – denominação que abarcava o comprador, o atacadista e o maquinista²¹⁰ – para o barateamento dos alimentos, enquanto que para os segundos, todo o esforço de propaganda da CASEGO estava voltado para o convencimento das condições vantajosas para o agricultor que optasse pelo armazenamento de sua colheita na rede de armazéns e silos da empresa de economia-mista. Sobre esse aspecto a agência afirmava que “Não há mais barreiras entre produtor e consumidor, entre camponês e operário. É a razão por que a CASEG é um empreendimento eminentemente popular que conta com o respeito e a simpatia das massas rurais e das massas urbanas.”²¹¹

Por conseguinte, o ‘intermediário’ era apontado como o grande ‘vilão’ do encarecimento dos custos de comercialização dos gêneros de primeira necessidade, contribuindo de várias maneiras para a elevação do preço final dos alimentos. Interferindo em toda a cadeia, da produção até a comercialização, os intermediários, os negociantes e comerciantes ‘especuladores’, promoviam, segundo a CASEGO, ‘situações artificiais de escassez’, ao controlar e regular as oscilações de

²⁰⁸ *Folha de Goiás*, 15 de abril de 1962.

²⁰⁹ BORGES, Barsanufó Gomides. *Goiás nos Quadros da Economia Nacional: 1930-1960*. Goiânia: Editora da UFG, 2000. p.96.

²¹⁰ Os ‘varejistas’ ou ‘pequenos comerciantes’ não recebiam as mesmas críticas da CASEGO, uma vez que faziam parte do programa da agência desde que colaborassem comprando os alimentos diretamente nos armazéns estatais.

²¹¹ *Folha de Goiás*, *Ibden*.

preços conforme interesses particulares que punham em segundo plano os objetivos da produção de alimentos destinados a abastecer os centros urbano-industriais. A situação era assim relatada:

“Não constitui novidade o fato de que, no seu fluxo para os centros consumidores a produção alimentar incorpora uma sucessão de encargos financeiros e ônus, sofrendo, com isso, impostos nos preços finais de venda. Os comissários, maquinistas, compradores atacadistas e semi-atacadistas, os especuladores de todo o tipo, enfim, são na verdade, frequentemente, os responsáveis pelas anormalidades e pelo sobre-preço com que a produção alimentar chega à mão do consumidor.”²¹²

A transferência da Capital Federal para o Planalto Goiano era apontada como outro motivo determinante que justificava a criação de uma agência que cuidasse da estocagem e ensilagem do resultado das colheitas, sem prejuízo para o produtor e o para o próprio produto, visando o abastecimento de Brasília, assim como de outros centros consumidores da região.²¹³ A criação de Brasília e o conseqüente aumento da população na região demandavam que o governo estadual, juntamente com agências federais criadas para tratar da questão do abastecimento, empreendesse esforços no sentido de promover e controlar adequadamente a construção de uma rede de armazéns e silos em todo o estado. O diagnóstico era de que a iniciativa privada, embora fosse ela a maior beneficiária das medidas pleiteadas pela CASEGO, não era capaz de levar a cabo projeto que exigiria altas somas de capital, ficando a cargo do Estado conseguir junto a organismos federais financiamento para compra de terrenos e construção de armazéns.

Na base dos pressupostos de atuação da nova agência havia uma clara ênfase na necessidade de o poder público promover medidas que dessem conta de sanar a grave crise de abastecimento, vivenciada pela sociedade brasileira no período. Da mesma forma, críticas contundentes eram feitas ao ‘empresário rural’ dedicado a agro-exportação, acusado frequentemente de ser o principal responsável pela ‘alienação da produção agrícola’. A CASEGO surgia, portanto, como medida estatal inserida no debate acerca da crise de abastecimento e do papel a ser desempenhado pelas economias agrárias regionais, no processo articulado de desenvolvimento econômico brasileiro.

²¹² CASEGO. Goiânia, s/d. Fundo PAR, AN/RJ.

²¹³ A estimativa era de que em 1960 a colheita dos principais gêneros produzidos em solo goiano atingisse aproximadamente aos seguintes números: 8 milhões de sacas de arroz, 5 milhões de sacas de milho, mais de 1 milhão de sacas de feijão. Os dados são da Comissão Executiva de Armazéns e Silos (CEAS) para o ano de 1960. O CEAS era um órgão da União, ligado diretamente à Presidência da República, criado em 1959 e responsável pela fiscalização e operação da Rede Nacional de Armazéns e Silos. COMISSAO EXECUTIVA DE ARMAZENS E SILOS, Brasília, junho de 1960. Fundo MB, IPEHBC/GO.

Dois aspectos, vistos em conjunto, eram apontados como causadores, tanto do aumento da demanda de gêneros de subsistência, quanto da incapacidade desse setor suprir tal demanda. A necessidade de se aumentar significativamente a produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, aquele que supriria as necessidades de reprodução da força de trabalho urbano-industrial, residia justamente na constatação de que o país passava por um processo de industrialização desde o princípio da década de 1950. O ‘desnivelamento’ existente entre a demanda por gêneros que compunham a cesta básica da mão-de-obra urbano-industrial e a baixa elasticidade da oferta de alimentos seria apontado como o a condição principal para os “desequilíbrios que afetam com crescente agudeza o abastecimento de gêneros alimentícios nas grandes aglomerações humanas brasileiras.”²¹⁴

O modelo dependente de industrialização brasileiro, destinado a suprir as demandas para o mercado interno com bens de consumo, não poderia ser pensado em sua dinâmica de expansão, dissociado do abastecimento de gêneros agrícolas. Portanto, era necessário dinamizar o setor primário produtor de gêneros de subsistência, de modo a dar conta do abastecimento alimentício dos grandes centros industriais brasileiros. Estados como Goiás tinham uma função primordial a desempenhar nesse processo, na medida em que cumpriam, em consonância com a divisão inter-regional do trabalho, o papel de fornecedor de gêneros, peça importante do processo de acumulação capitalista centrado na indústria.

Por outro lado, chamar a atenção para a importância de se desenvolver o setor de produção de gêneros de primeira necessidade implicava a formulação de uma crítica às políticas de beneficiamento da produção agrícola voltada para a exportação, demarcando assim a dependência da agropecuária brasileira em relação ao mercado externo. O café, principal ‘cultura comercial’ destinada à exportação, e um dos itens que mais havia recebido tratamento de políticas estatais ao longo do século, não obstante apropriar-se das parcelas de terras mais férteis nas regiões onde era cultivado, constituía-se no exemplo de que o setor agro-exportador consumia a quase totalidade dos esforços das políticas públicas e dos empreendimentos privados, assumindo claramente, em função de seus objetivos de exportação, a liderança das atividades agrárias no Brasil.

Se no Centro-Sul o café predominava enquanto cultura de exportação, no Nordeste o mesmo poderia ser dito em relação à cana-de-açúcar e ao algodão, tanto quanto ao seu destino comercial, quanto ao fato de também ocuparem as melhores terras destinadas à agricultura na região. A guerra declarada à lavoura de exportação em prol do desenvolvimento de uma cultura

²¹⁴ SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS – *Desenvolvimento entre a oferta e a demanda de gêneros alimentícios*. Goiás, s/d. Fundo PAR, AN/RJ.

de gêneros destinados a suprir o mercado interno, notadamente aquele localizado no pólo urbano-industrial, atualizava os embates entre as frações da classe dominante rural brasileira e as disputas pelo controle das políticas públicas destinadas ao agro no país.

A dominância das culturas destinadas à exportação, segundo os pressupostos orientadores das políticas de abastecimento que compunham as diretrizes da CASEGO, contribuía em grande parte para a marginalização da produção dos bens de subsistência, deixada a cargo de agricultores desprovidos de capacidade técnica, impossibilitados, portanto, de mobilizar recursos para o aprimoramento tecnológico da produção e o conseqüente aumento da produtividade. Esse processo seria agravado, pelo que podemos acrescentar, em função da condição subordinada das frações dominantes agrárias produtoras de gêneros para o consumo interno.

O problema do abastecimento de gêneros para os grandes centros de consumo passaria cada vez mais a fazer parte das prioridades da CASEGO, ficando claro que a questão exigiria um empenho maior por parte das agências estatais destinadas ao equacionamento do problema em Goiás. Dessa maneira, numa prova de que o tema merecia um aprofundamento quanto a suas efetivas ações, foi criada a Companhia de Abastecimento do Estado de Goiás S/A. A CIAGO, segundo a Lei nº 4205, de 6 de novembro de 1962, tinha como principal intuito a formulação de programas governamentais objetivando sanar os problemas concernentes ao abastecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Nesse, como em outros aspectos das políticas públicas para o agro em Goiás, o Estado pretendia assumir um protagonismo incontestado no exercício de regulamentação das atividades agropecuárias.

A defesa da intervenção estatal no equacionamento dos problemas relativos ao abastecimento, notadamente identificados aos mecanismos de distribuição e comercialização dos produtos, estava na base das propostas de criação da CIAGO, conforme nos permite entrever trecho do documento preparado pelo engenheiro Moacyr Paixão através do Consórcio de Planejamento e Empreendimentos(COPE), e que consubstancia a proposta:

“O balanço da experiência nos ensina que o ‘equilíbrio espontâneo’ em questões de abastecimento, salvo exceções modestas, é uma autêntica burla. Não será com o Estado alheio aos fenômenos dos circuitos da mercadoria da sua origem ao consumidor, indiferente e contemplativo às fases supérfluas nos canais do escoamento da produção agro-pecuária, fechando os olhos à acumulação de sobre-preços nos diversos elos da cadeia de intermediários comerciais, que se chegará à solução do problema, normalizando o mercado de gêneros alimentícios e pondo um freio na ascensão dos preços.

(...)

O Estado deve intervir decididamente nos processos de comércio, ao invés de deixa-los ao sabor de leis naturais, espontâneas, que na verdade conduzem ao desequilíbrio do mercado, à formação de monopólios, à ganância e espoliação das mais amplas camadas da população.²¹⁵

A proposta de criação da CIAGO deixa claro que, num primeiro momento, a finalidade primordial de suas atividades visa criar uma rede de abastecimento com o objetivo de suprir de alimentos os maiores centros urbanos de Goiás, como Goiânia e Anápolis, e Brasília. Uma vez que fosse consolidada enquanto agência capaz de dar conta do abastecimento interno, aventava-se a possibilidade da CIAGO atuar, objetivando abastecer outros centros, notadamente pólos urbano-industriais da região Sudeste, como a Guanabara, São Paulo e Minas Gerais.

Para suprimir a figura do intermediário, o projeto de criação da nova agência propunha atuar diretamente junto ao produtor, comprando e posteriormente comercializando sua safra, no que faria utilizando da rede de armazéns e silos da CASEGO. A CIAGO pretendia, portanto, constituir-se em ‘instrumento estatal de luta contra a especulação e as manipulações’ de preços por comerciantes e atacadistas, comumente identificados por práticas que desequilibravam o mercado, como a retenção de estoque e o aumento artificial de preços.²¹⁶

Embora a CIAGO ficasse subordinada à Secretaria de Indústria e Comércio, a idéia proposta pelo COPE para a criação de uma empresa estatal de abastecimento em Goiás pressupunha uma relação de cooperação intrínseca com a CASEGO, mediante o aproveitamento físico da estrutura de armazenagem e ensilagem em construção. De acordo com o escritório de consultoria, as atividades da CIAGO deveriam concentrar-se inicialmente na compra de cereais – arroz, feijão, milho – e só num momento posterior a hortigranjeiros. Não por acaso os itens mencionados como prioritários na cesta de cereais consistiam nas principais culturas cultivadas em Goiás.

Os esforços de entrosamento da CIAGO com a CASEGO, bem como as próprias áreas de atuação das duas agências, provocariam intensos embates entre políticos opositoristas, contrários à idéia de o governo criar e tornar funcional duas agências que a princípio lidavam com o mesmo problema, e aliados do governo Mauro Borges. O argumento principal apontava para a contradição do exercício de duas autarquias destinadas a resolver o problema do

²¹⁵ PAIXÃO, Moacyr. *Proposta de Prestação de Serviços Técnicos para Organização da Companhia de Abastecimento do Estado de Goiás*. COPE – Consórcio de Planejamento e Empreendimento, s/d. Fundo PAR, AN/RJ.

²¹⁶ Não se trata, como deixa claro o documento, de incluir os ‘comerciantes varejistas tradicionais’ na lista de especuladores combatidos pelo projeto. São os ‘açambarcadores’ e grandes atacadistas o alvo principal da CIAGO, acusados, inclusive de explorar o comércio varejista tradicional.

abastecimento dos centros urbanos em Goiás, quando no entendimento dos opositores bastava que a CASEGO estendesse seu raio de ação, o que de fato já estava previsto nas discussões que moldaram sua política. Em defesa do Plano MB e das políticas de intervenção no agro goiano perpetrados pelas agências estatais, os aliados do governo, bem como os agentes representantes das ditas entidades, constantemente convocados ao plenário da Assembléia Legislativa para prestar esclarecimentos quanto ao funcionamento das companhias, defendiam as duas agências. Segundo este ponto de vista, suas atuações seriam complementares, e não haveria quaisquer conflitos que pusessem em risco suas ações.²¹⁷

Em abril de 1962, a CASEGO publicaria nos jornais goianos uma nota de seu diretor Clovis Fleury, endereçada às ‘classes produtoras’ de Goiás, informando que a agência já estaria apta a receber ‘milhares de sacas de arroz’.²¹⁸ Ao receber o arroz para o armazenamento, a CASEGO emitiria títulos de garantia, títulos de fundo (*warrant*) que poderiam ser resgatados na modalidade de empréstimo em quaisquer bancos, num prazo de 180 dias. O montante dos empréstimos era calculado de modo a cobrir o valor da mercadoria depositada pelo produtor rural nos armazéns da CASEGO. Os primeiros títulos de garantia de depósito de mercadorias foram expedidos pela CASEGO em junho de 1962, para um total de 623 sacas de arroz, de 60 quilos cada, referente a dois depósitos realizados por produtores rurais em armazém localizado em Goiânia.²¹⁹

Eram constantes as críticas da CASEGO aos bancos por se recusarem ou dificultarem a concessão de créditos aos lavradores goianos. A mensagem enfatizava o papel dinâmico que as instituições financeiras deveriam desempenhar para a promoção do desenvolvimento agrícola, processo no qual os bancos contribuiriam mediante a abertura de créditos visando promover a ‘capitalização do campo’ e uma maior remuneração do produtor rural.²²⁰ Em Goiás, somente o Banco do Estado, o BEG, operou inicialmente com os *warrants* emitidos pela CASEGO. O problema verificado em Goiás acerca da escassez de estímulo à concessão de crédito agrícola ganha maior dimensão e insere-se numa problemática atinente ao próprio processo de desenvolvimento econômico brasileiro, sobretudo naquilo que concerne à incorporação do setor agrícola à dinâmica do desenvolvimento industrial.

²¹⁷ A mesma crítica seria feita em relação a duas outras agências, a Companhia Agrícola do Estado de Goiás (CAESGO) e a Companhia Agro-Industrial do Estado de Goiás (CAGIGO), como veremos no próximo item deste capítulo.

²¹⁸ CASEGO – Nota às Classes Produtoras de Goiás. *Folha de Goiás*, 3 de abril de 1962.

²¹⁹ Os depósitos foram realizados pelos agricultores Clodomiro R. Cunha (279 sacas de arroz), e Aduvaldo Caixeta(344 sacas de arroz). *Folha de Goiás*, 8 de junho de 1962.

²²⁰ “Goiás Conclama os Bancos para a Grande Batalha de Produção e Abastecimento.” *Folha de Goiás*, 12 de abril de 1962.

Wenceslau Gonçalves Neto²²¹ observa, referindo-se ao Plano Trienal(1963-1965) elaborado por Celso Furtado, que a questão do crédito agrícola está presente como um dos principais mecanismos governamentais de estímulo ao incremento da agricultura. O autor chama a atenção para o fato de o Plano denunciar a ‘quase inexistente participação dos bancos privados’ na concessão de crédito subsidiado para o agro, ficando a cargo dos bancos estatais, mormente as instituições estaduais, geralmente menos providas de recursos, atuarem em consonância com as políticas públicas direcionadas para o setor.²²²

A propósito do crédito rural como política pública de estímulo ao desenvolvimento agropecuário, Gonçalves Neto ressalta um aspecto importante que delinea o perfil dos beneficiários dos subsídios financeiros via concessão de créditos: a tendência verificada a partir da segunda metade do século XX de se privilegiar cada vez mais os grandes produtores na distribuição de recursos através do crédito rural, sobretudo em detrimento dos pequenos agricultores, tendo ocorrido proporcionalmente como parte da mesma tendência, uma diminuição paulatina da participação desse setor na distribuição do crédito rural. Outros elementos que contribuem para demarcar a tendência a concentração dos recursos nas mãos de poucos produtores rurais residem no privilégio dado às regiões mais desenvolvidas, notadamente aquelas localizadas no Centro-Sul do país, além, é claro, da convergência de interesses que tendem a privilegiar as agriculturas ditas mais dinâmicas, posto que voltadas para mercado externo.²²³

A criação da rede de armazéns da CASEGO seria elogiada pelo Banco do Brasil como uma iniciativa que viria auxiliar a política de créditos realizada pela instituição. O Banco do Brasil concedia empréstimo aos agricultores pelo prazo de um ano, condicionando o subsídio aos produtores que operavam pelo sistema de armazenamento de seus produtos. Essa era uma primeira barreira que limitava em muito a participação dos pequenos produtores na obtenção do crédito. A aproximação do Banco do Brasil com a CASEGO se deveu em muito à ida de Múcio Teixeira para o CREAM.

A CASEGO sofreria diversas críticas por conta do predomínio que a agência adquiria enquanto organismo estatal. Grande parte das queixas vinha da oposição udenista e de setores petebistas na Assembléia Legislativa, através de inflamados discursos de deputados contrários às políticas postas em prática pela companhia. O deputado Luiz Fernando (PTB-Anápolis), p.ex., reivindicava para a iniciativa privada os mesmos privilégios concedidos à rede de

²²¹ NETO, Wenceslau Gonçalves. *Estado e Agricultura no Brasil. Política Agrícola e Modernização Economia Brasileira 1960-1980*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

²²² *Ibidem*, p. 156.

²²³ *Id.*, p. 179.

armazéns da CASEGO. Acusada de protecionista, a agência estatal concorria de maneira desleal com os armazéns particulares, segundo denúncia do referido deputado. Isso se dava pelo fato de a CASEGO não cobrar quaisquer taxas de impostos, no instante em que o produtor confiava à companhia o armazenamento de sua colheita. Na CASEGO, o produto armazenado estava isento de impostos de venda e consignação, ficando para o momento da venda da colheita armazenada para o mercado a cobrança do imposto junto ao produtor.²²⁴ De modo diverso, operavam os cerealistas proprietários de armazéns particulares, efetuando a cobrança do imposto antes da venda, no momento mesmo da armazenagem.

As disputas entre a CASEGO e os proprietários de armazéns particulares pelo privilégio do armazenamento das safras dos agricultores goianos perpassaria todo o período em tela. Como vimos, as críticas provinham de ambos os lados. Os cerealistas, ‘intermediários especuladores’ na ótica da CASEGO, eram apontados como um dos principais obstáculos a ser superado, posto serem responsáveis por uma série de práticas que culminavam no aumento dos preços dos produtos agrícolas ao consumidor. As campanhas da CASEGO, visando atrair o depósito da colheita dos produtores goianos, incluíam de modo explícito o desestímulo à alternativa de procura a armazéns particulares. Essa tática se intensificaria, na medida em que, não obstante a massiva campanha e os benefícios e isenções tributárias criados para atrair o agricultor, os produtores ainda preferiam em grande parte, seja por desconhecimento da rede armazenadora estatal, seja por pressão dos donos de armazéns, recorrerem ao armazenamento particular.

Já o Estado, através de sua agência de armazéns e silos, era visto como ‘concorrente desleal’ e inibidor da iniciativa privada. As tentativas de controlar todas as etapas de circulação da colheita desagradavam imensamente os proprietários de armazéns que se viam assim ameaçados em suas atividades lucrativas de intermediação entre o produtor, os comerciantes e os consumidores. Nessa como em outras ações estatais verificadas, esperava-se do Estado apenas atuar no sentido de promover infra-estrutura necessária para melhoramentos das atividades privadas. As ações da CASEGO se propunham a ir além. A propósito, serão recorrentes as críticas veiculadas na imprensa sobre as medidas adotadas em Goiás a respeito de um vasto campo de atuação que incluía, tanto as ações destinadas a intervir no agro, a criação de inúmeras agências estatais, e tentativas do governo de erigir uma imprensa oficial de divulgação das atividades governamentais.

²²⁴ Na verdade a CASEGO fornecia um ‘guia de isenção provisória de imposto, sacaria e frete para o primeiro carregamento de cada agricultor depositante.’ A estimativa era de que o agricultor depositante nos armazéns da CASEGO economizava cerca de Cr\$270,00 por volume. NOTA DA CASEGO. Publicada em *Folha de Goiás*, 14 de abril de 1963.

Mesmo projetando a construção imediata de uma rede de armazéns que desse conta de abarcar todo o estado, no que dependia da obtenção de empréstimos junto a agências de financiamento federais, CASEGO se viu obrigada, diante da necessidade de ampliar suas atividades num curto prazo, a alugar vários armazéns particulares para atender a demanda mínima dos agricultores que recorriam ao armazenamento estatal. Foram alugados armazéns em Goiânia, nos municípios de Jaraguá, St^a Helena, Rio Verde e Itumbiara, não por acaso municípios localizados na principal região produtora de grãos do estado.²²⁵ Essa medida contribuiria, em larga medida, para arrefecer parte da crítica dirigida à agência pelos grupos privados proprietários de armazéns.

Havia, entretanto, no âmbito da agência o reconhecimento de que parte das dificuldades enfrentadas quanto à preferência dos agricultores por armazéns privados provinha da própria forma como a CASEGO vinha atuando, em consequência da dependência das políticas de concessão de créditos agrícolas do Banco do Brasil. Segundo informa um documento da CASEGO de 1963, o Banco do Brasil financiava o arroz na base de Cr\$1.479,00 por cada saco, ao passo que os cerealistas compravam a mesma quantidade de arroz por valores que podiam chegar até Cr\$5.000,00 o saco. O valor pago pelo banco não corresponderia nem mesmo à terça parte do preço do arroz no mercado. Essa diferença estaria afastando os agricultores dos armazéns da CASEGO e obrigando-os a venderem seus produtos aos cerealistas.

A dependência da CASEGO em relação às instituições financeiras também ocorria através da necessidade imperiosa da agência de obter recursos para a construção e conseqüente ampliação de sua rede de armazenamento. A companhia obteve um empréstimo junto ao BNDE para as obras que seriam realizadas sob a orientação da Superintendência de Planejamento e Coordenação do Governo de Goiás, então presidida por Irineu Borges do Nascimento. Após mais de um ano pleiteando junto ao BNDE o empréstimo, a CASEGO conseguiria enfim, em janeiro de 1963, a quantia de 320 milhões de Cruzeiros a ser paga em cinco parcelas semestrais.²²⁶ A soma deveria ser empregada imediatamente na expansão da rede de armazenamento em todo o estado, somando-se assim aos já existentes. Meses antes à época em que anunciara a obtenção do dinheiro do BNDE a companhia estava construindo dois armazéns metálicos nas cidades de Anápolis e Itumbiara, capazes de receber centenas de milhares de quilos de milho, como informa nota publicada na imprensa.²²⁷ Além do

²²⁵ “CASEGO tem novos planos: aumentar sua área de atuação.” *Folha de Goiás*, 30 de agosto de 1962.

²²⁶ A primeira parcela de 64 milhões de Cruzeiros foi sacada pela CASEGO em abril de 1963.

²²⁷ “CASEGO Vai Receber 420 milhões do BNDE”. *Folha de Goiás*, 26 de outubro de 1962.

empréstimo do BNDE, a CASEGO receberia ainda 30 milhões de Cruzeiros provenientes de convênio assinado com o Ministério da Agricultura para ‘obras de proteção ao agricultor goiano’. Os investimentos obtidos junto ao Ministério da Agricultura seriam destinados à construção de uma rede de armazenamento nas regiões de Ceres e Jaraguá, localidades do Médio-Norte goiano, cujos terrenos seriam doados pelas prefeituras à CASEGO através da Superintendência de Armazéns e Silos da agência.



Figura: Modelo de armazém metálico da CASEGO. Fonte: Acervo IBGE.

Uma questão se coloca como imperante a esta altura da exposição: quem eram os agricultores-alvo da CASEGO? Noutras palavras, para qual setor da produção agrícola de Goiás estavam voltadas as atividades da CASEGO? Não possuímos dados suficientes para afirmarmos com exatidão a qual fração agrária goiana se destinava a propaganda da CASEGO. Acreditamos poder responder à indagação proposta, a partir das regiões onde a agência concentrou suas ações. Essa seria uma primeira investida. Se observarmos as áreas privilegiadas pela agência, veremos tratar-se de áreas onde estavam localizados os grandes produtores do estado, notadamente as regiões centro-sul, sudeste e sudoeste.

Vejamos no mapa do estado de Goiás as regiões onde estavam previstas a construção pela CASEGO da rede armazenadora e de ensilagem:



Figura: Mapa de implantação da rede armazenadora da CASEGO. Fonte: Fundo PAR/BN-RJ.

É possível notarmos de imediato a concentração da rede nas regiões sudeste e sul do estado e no entorno de Brasília. Apenas dois armazéns estariam localizados no norte, na região de Gurupi. Se considerarmos também o centro-norte do estado, a região de Amaro Leite, o número de armazéns subiria para três e mais um silo. Estes números estavam bem distantes dos dezoito armazéns e quinze silos previstos para serem construídos em primeira e segunda etapas

nas regiões próximas a Brasília e em cidades do sudeste e sul do estado. A análise do programa de implantação da rede armazenadora e de ensilagem da CASEGO revela-nos inequivocamente o privilégio dado pela agência aos grandes produtores rurais das regiões de agricultura mais desenvolvida, notadamente aquelas próximas a centros consumidores que se beneficiavam da produção goiana, como São Paulo e Minas Gerais.

Para além da questão do abastecimento dos grandes centros urbanos, ao qual a partir de então deveriam crescer-se a nova Capital, podemos aventar a hipótese de a concentração da estrutura armazenadora da CASEGO ter sido planejada justamente para funcionar numa região com forte presença de propriedades pertencentes a grandes fazendeiros paulistas.

Uma outra possibilidade seria especularmos acerca das condições materiais necessárias para adequar-se ao sistema proposto pela CASEGO. Dessa maneira, quem seriam os médios produtores, identificados como uma crescente burguesia agrária no estado, seriam os alvos da agência, uma vez que os grandes produtores rurais, a fração oligárquica rural, além de possuírem sua própria rede de armazenamento já dominavam a exportação de sua produção para outros estados? Não cremos ser possível aventar a hipótese de que a CASEGO atendia aos reclamos dos pequenos agricultores, aqueles dedicados á culturas de subsistência, vendedores de excedentes em mercados e feiras próximos a suas lavouras. Mesmo porque, esses eram em sua grande maioria formada de posseiros, em situação nem sempre segura, e ademais não produzia o suficiente para recorrer ao sistema de armazenagem da agência estatal. Para esses o governo direcionaria outras medidas.

Uma outra agência estatal, autarquia regulamentada no governo Mauro Borges, a Companhia Agrícola do Estado de Goiás(CAESGO), viria somar-se aos esforços da CASEGO no sentido de atuar junto a um segmento agrário considerado como potencialmente ‘moderno’. Nesse sentido, nenhuma outra agência atuante no período representaria tão enfaticamente a necessidade de industrialização do agro goiano quanto a CAESGO. Vejamos, portanto, a participação da CAESGO no complexo de agências estatais e associadas em funcionamento durante o governo Mauro Borges.

2.2 – A Companhia Agrícola do Estado de Goiás (CAESGO):

A Companhia Agrícola do Estado de Goiás, a CAESGO²²⁸, assim como a CASEGO, foi criada ainda no governo de José Feliciano, mas seria regulamentada e daria início efetivamente

²²⁸ Lei n.º 2.752 de 11 de novembro de 1959.

às suas atividades somente nos anos de governo Mauro Borges. A CAESGO, presidida pelo Sr.º Jerônimo Pinheiro de Abreu, tinha como principal finalidade promover o desenvolvimento técnico da agropecuária no estado de Goiás, para a qual se propunha a disseminar o uso de máquinas e insumos agrícolas, e prestar assistência técnica ao agricultor. Caberia a CAESGO promover a comercialização de todo tipo de material e instrumento agrícola, tarefa para a qual contaria com a crescente instalação em Goiás de empreendimentos particulares voltados para a venda de maquinários em geral. Enfim, operar, mediante a perpetração de políticas públicas para o agro, a ‘industrialização’ do processo produtivo rural, com vistas a transformá-lo segundo a lógica da incorporação subordinada da agricultura à indústria, o que na prática se dava pela posição ocupada pela agricultura goiana na divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

A CAESGO funcionaria, portanto, como uma espécie de laboratório de desenvolvimento tecnocientífico para o agro goiano, ao mesmo tempo em que disseminava novas formas de cultivo e a necessidade de alterar substancialmente os métodos tradicionais de produção agropecuária no estado. Tal política trouxe para o primeiro plano das medidas necessárias para a modernização da agricultura dois elementos, que combinados consubstanciam a essência da racionalidade requerida como primordial para o desenvolvimento do agro goiano: a importância do técnico, principalmente o agrônomo,²²⁹ pronto a contribuir com todo o seu saber no trabalho de auxílio aos agricultores bem como na hierarquização de prioridades; e a mecanização do processo produtivo, mediante o uso de máquinas e insumos apropriados, destacando-se dentre eles o estímulo ao uso de sementes selecionadas, fertilizantes, adubos e a aquisição de tratores para a lavoura.

A difusão de uma nova tecnologia adequada à promoção da ‘modernização’ da agricultura goiana cuidava para forjar necessidades, criando o imperativo da conversão de métodos tidos como rudimentares em tratamento científico de todo o processo produtivo. A correta escolha do solo, o que exigia estudo prévio de análise das condições e qualidade da terra, a seleção adequada de sementes, o uso de insumos, a mecanização no momento do plantio e da colheita, pressupunha o estabelecimento de uma base técnica de operações. Exigia-se do agricultor o reconhecimento do atraso ao qual permanecera relegado em prol do êxito do processo tecnológico, apto a transformar a agricultura tradicional em moderna agricultura científica. Ao criar e difundir no meio rural a necessidade imperativa de aquisição do ‘pacote tecnológico’

²²⁹ Para uma análise aprofundada da importância do agrônomo a partir do estudo de dois centros estratégicos de formação, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ – SP) e a Escola Superior de Medicina Veterinária (ESAMV – RJ), ver MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

como via de acesso ao desenvolvimento industrial do agro, o modelo de política agrícola perpetrado pela CAESGO evidenciaria um problema comumente verificado em tentativas similares de modernização da agricultura em regiões desprovidas de condições técnicas, tal qual aponta Gonçalves Neto, que é o equívoco de supor que a ‘própria criação da nova tecnologia gera sua demanda.’²³⁰

O papel estratégico de difusão do imperativo da nova base tecnológica para o agro desempenhado pela CAESGO só poderá ser devidamente mensurado, se levarmos em conta as relações entre as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento agrícola em Goiás com o aumento da presença de indústrias de transformação de gêneros agrícolas, de insumo tecnológico e maquinarias que afluem para o estado no início da década de 1960, durante o governo Mauro Borges. Nesse aspecto reside um ponto importante para o transcorrer de nossa exposição e que independe, a nosso ver, do êxito a curto prazo das atividades da companhia. Trata-se de sugerir a hipótese de se entender as políticas públicas de intervenção no agro perpetradas em Goiás no período como um esforço que cria condições para o desenvolvimento de um modelo de produção agro-industrial no estado.

Ainda que seja forçoso reconhecer o alcance restrito de tais transformações, se ficarmos apenas nos anos que compreendem o recorte de nosso estudo – época de sua implementação –, estamos convencidos de que é nesse momento, a partir das opções que compõem a consecução da política agrícola formulada para Goiás, onde podemos buscar a pedra de toque do desenvolvimento de um complexo agro-industrial para a região. Tal processo se consolida e adquire *status* modelar no transcurso das décadas seguintes.

Um exemplo modelar do que acabamos de afirmar pode ser visto através da iniciativa de criação de uma empresa particular, com forte apoio do estado, para desempenhar atividades muito próximas daquelas previstas para a CAESGO. Falamos da Companhia Agro-Industrial de Goiás, a CAGIGO. A empresa constituía-se em sociedade anônima incorporada pelo engenheiro Irineu Borges do Nascimento, nome forte do governo Mauro Borges, escalado para reestruturar o antigo Departamento de Terras do Estado e um dos principais responsáveis pela sua substituição pelo IDAGO, além de assumir direção preponderante na execução do Plano MB, estando ele a frente da SUPLAN.

A CAGIGO, criada em abril de 1962,²³¹ estava localizada no município de Itumbiara. Segundo anúncio de seu programa veiculado na imprensa,²³² a nova empresa se propunha a

²³⁰ GONÇALVES NETO, op.cit, p.193.

²³¹ A CAGIGO foi criada com um capital inicial de C\$ 150.000.000,00. Sua inauguração ocorreria, entretanto, somente em agosto de 1963. A primeira diretoria da CAGIGO, eleita em 24 de novembro de 1962, era composta

atuar na transformação industrial do arroz, milho, mandioca e outros gêneros de lavoura para a obtenção de produtos como amido industrial e modificado, farinhas alimentícias, glicose, óleos e rações balanceadas. A criação de uma empresa de transformação industrial de gêneros atendia perfeitamente aos interesses das políticas agrícolas previstas pelo governo Mauro Borges através da CAESGO e posteriormente assumidas também pelo IDAGO. Não por acaso, a CAGIGO seria apresentada como ‘peça vital da política de desenvolvimento econômico posta em prática pelo governo.’²³³

A lógica que permeava as iniciativas estatais partia do pressuposto de que Goiás carecia inadiavelmente passar por um processo de industrialização das atividades agrícolas e agropecuárias. Havia uma percepção clara de que, para além do fato de o estado esforçar-se mediante as ações das agências estatais para aumentar a produção de gêneros com vistas à exportação interestadual, principalmente para os estados do Sudeste, era preciso dar um passo adiante. Esse passo significava promover a industrialização do produto das lavouras da região no próprio território goiano, beneficiando assim os grandes produtores locais, goianos e/ou paulistas com plantações na região. Idéias materializadas na CAGIGO iam nessa direção. A nova empresa surgia então como uma espécie de indústria complementar de transformação industrial de matérias-primas básicas produzidas no próprio estado, principalmente na região onde estava localizada.

A Federação das Indústrias do Estado de Goiás, através de manifestação de seu presidente, o sr.º Antonio Ferreira Pacheco, louvaria a criação da CAGIGO, vista pela entidade de classe como uma ‘promissora iniciativa’, capaz de ‘acelerar o processo de industrialização’ promovido pelo Estado.²³⁴ A entidade patronal conclamava as demais agremiações das ‘classes produtoras’ de Goiás a atentar para a importância para o estado de uma empresa como a CAGIGO, não apenas pela estímulo industrial que daria às atividades econômicas da região como pela possibilidade de obtenção de lucros para aqueles que estivessem dispostos a investir seu capital. Segundo a entidade,

“É evidente a influência benéfica que tal indústria terá sobre a lavoura em termos de aumento sobre a renda industrial da região,

por Irineu Borges na presidência; Helvécio Alves Carneiro, de Uberlândia-MG, na diretoria de finanças; Luiz Albino Barbosa de Oliveira, de São Paulo, na diretoria comercial; Luiz Barreto Correa de Menezes, de Itumbiara-GO, na diretoria industrial. Fonte: *Folha de Goiás*, 27 de novembro de 1962.

²³² “CAGIGO?”, In.: *Folha de Goiás*, 16 de maio de 1962.

²³³ Anúncio de criação da Companhia Agro-Industrial de Goiás(CAGIGO). Publicado em *Folha de Goiás*, 27 de maio de 1962.

²³⁴ “CAGIGO – Uma Iniciativa de Grande Envergadura.” Nota da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, publicada em *Folha de Goiás*, 27 de maio de 1962.

sendo que, pelos estudos feitos em bases de pesquisas, como resulta do projeto, é previsto um faturamento anual de seiscentos e seis milhões, o que assegura um lucro líquido de 32% sobre o investimento.”

É nosso dever, neste pranto, afirmar que o projeto é alicerçado nos ditames da boa técnica e que não obstante a álea que sempre acompanha toda e qualquer iniciativa no setor de produção, os riscos são reduzidos ao mínimo, e temos consciência de que, iniciativas que partem de estudos tão bem elaborados só podem fracassar pela deficiência dos homens, e não por falta de previsão. Também sobre este ponto de vista, devemos reduzir a margem de riscos, quando estamos cientes de que figuram como empreendedor principal o Dr. Irineu Borges do Nascimento, cuja atuação à frente da Secretaria de Planejamento e Coordenação tem demonstrado capacidade realizadora, sensibilidade patriótica e honestidade de propósitos.

Recomendamos, portanto, o exame do projeto de tão promissora iniciativa, a todos os companheiros das classes produtoras.”²³⁵

Não seria essa a única vez em que as classes dominantes rurais em Goiás manifestar-se-iam publicamente em apoio às iniciativas vinculadas ao governo Mauro Borges. Embora a CAGIGO fosse uma empresa privada, o Estado participava como acionista, ainda que minoritário, de sua composição; fato, aliás, ressaltado na nota da Federação das Indústrias como prova de que ficaria a cargo da iniciativa privada levar adiante o projeto, cabendo ao Estado agir apenas como facilitador do empreendimento e garantidor de estímulos, através de políticas públicas adequadas ao benefício das atividades da indústria.

Assim como mencionamos anteriormente, as críticas direcionadas a CASEGO e a CIAGO pela suposta similaridade de suas atividades, o que gerava contestações quanto a necessidade da existência de ambas, ocorreria algo parecido em relação a CAESGO e a CAGIGO. O curioso é que, nesse caso, trata-se de duas iniciativas completamente distintas quanto à natureza de seus empreendimentos, muito embora estivessem voltadas para a mesma esfera de promoção de desenvolvimento industrial das atividades agrícolas. Tal confusão se deveu em maior medida pela clara presença do Estado em todo o processo de constituição da CAGIGO, não obstante tratar-se de um empreendimento particular. A presença do principal nome do governo na criação da empresa, bem como o fato de o Estado atuar como acionista, contribuíram para gerar a impressão de que a Companhia Agro-Industrial de Goiás era mais um empreendimento estatal com a chancela do Plano MB.

²³⁵ Ibidem.

Falávamos no item anterior que as políticas de armazenamento e comercialização da CASEGO, tanto em função dos requisitos para o uso de sua rede quanto pela sua distribuição geográfica, privilegiariam os setores rurais de médios e grandes proprietários, não se constituindo, portanto, enquanto iniciativa voltada a auxiliar os pequenos lavradores e posseiros goianos, identificados por seu cultivo de subsistência e comercialização de excedentes. Do mesmo modo, a CAESGO direcionava suas atividades de fomento ao desenvolvimento tecnológico da produção agrícola para os setores rurais considerados potenciais núcleos agro-industriais no estado.

Esse foi o caso, p. ex., do incentivo aos cotonicultores. Em 1963, a agência estatal possuía 32 campos de cooperação no setor de cultivo e produção de algodão, conseguindo vender cerca de 30 mil sacos de sementes selecionadas e devidamente certificadas aos cotonicultores do estado.²³⁶ O trabalho da CAESGO junto aos cultivadores de algodão não se limitava ao fornecimento de sementes selecionadas e expurgadas. Havia como parte do pacote de fomento ao desenvolvimento técnico da produção do algodão uma preocupação com todo o processo necessário para a prática de um cultivo moderno do produto, fazendo uso de técnicas avançadas que deveriam ser difundidas entre os cultivadores através do ensino técnico realizado pelo atendimento de agentes especializados. Tal difusão ocorria com a presença de técnicos da agência nas lavouras, convênios com organismos privados de extensionismo rural, o que não raro era complementado com a exibição de filmes educativos sobre a cultura em questão, abordando aspectos que procuravam ressaltar as melhores técnicas de cultivo que iam desde o plantio até a colheita e a industrialização. Voltaremos à atuação das agências extensionistas e de assistência rural junto aos trabalhadores rurais goianos no capítulo seguinte.

Importante ressaltar que a despeito de o programa da CAESGO pressupor um amplo alcance de suas atividades junto a todos os espaços agrícolas do estado, no que era dirigido à figura genérica do lavrador, do produtor, enfim, do agricultor goiano, fica evidente ao analisarmos os pontos cruciais das práticas da agência que sua política agrícola de fomento à elevação das técnicas científicas de cultivo estava voltada, assim como na rede de armazéns e silos da CASEGO, quase que inteiramente para a criação de uma agricultura moderna e dinâmica nas regiões do centro-sul, sudeste e sudoeste goianos, o que contemplava os interesses dos médios e grandes proprietários rurais dessas regiões.

²³⁶ A CAESGO assinaria convênios com algumas empresas privadas para aquisição da produção algodoeira em Goiás. Dentre elas destacam-se a Pedrinhas Agro-Pecuária, localizada no município de Inhumas, e a Estamparia e Indústria Têxtil, de Anápolis. *O Popular*, 1 de setembro de 1964.

Em contrapartida, para as regiões do centro-norte e extremo norte do estado, áreas predominantemente ocupadas por posseiros e com extensas áreas de terras devolutas, as diretrizes que pautavam as políticas de intervenção no agro apontavam para a criação de núcleos coloniais, como veremos em capítulo posterior, quando tratarmos das políticas de colonização do governo.

Esse traço das políticas agrícolas perpetradas em Goiás durante o governo Mauro Borges estava em total consonância com as diretrizes contidas nos estudos de ‘reforma agrária’ dos técnicos ipesianos, como vimos no primeiro capítulo, quando analisamos as ‘zonas prioritárias para reforma agrária’. O estudo do IPES preconizava para as áreas de densidade demográfica baixa e disponibilidade ampla de terras públicas, como era o caso da parte norte de Goiás, a criação de núcleos coloniais como parte de um sistemático planejamento de ocupação. Para áreas como a do sudoeste goiano e entorno, as políticas deveriam focalizar especialmente a assistência técnica e a dinamização do aparato técnico da produção agropecuária.

Essa questão revela muito da natureza desigual, porém combinada, das políticas destinadas ao agro em Goiás durante do governo Mauro Borges: desenvolvimento técnico com empreendimentos de mecanização da agricultura e fomento à produção capitalista na porção sul do estado, em áreas próximas às fronteiras com estados do Sudeste do país; e, colonização e cooperativismo, mediante a disciplinarização da força de trabalho rural na imensa porção de terras devolutas no norte do estado, região que estava historicamente em maior contato com o Nordeste e o Norte do Brasil, do que com o próprio estado de Goiás.

Outra dimensão importante presente no período como componente da seara de atuação da CAESGO dizia respeito à prioridade dada pelas diretrizes da agência em relação à criação de empresas privadas e empreendimentos voltados para a produção e comercialização de insumos e máquinas agrícolas. Chama a atenção, menos pela quantidade do que pela ênfase com que são noticiadas com significativa frequência, a criação de algumas iniciativas particulares que vão ao encontro do programa de desenvolvimento tecnológico da agricultura em Goiás. Tratam-se de empreendimentos comerciais com as quais o governo Mauro Borges, especialmente a CAESGO e posteriormente o IDAGO, procurarão estabelecer uma aproximação em função dos interesses claros que o ramo da mecanização possibilitaria para o êxito das políticas de desenvolvimento industrial do agro em Goiás. Vejamos alguns exemplos que corroboram com a questão que ora ressaltamos.

À guisa de exemplo, dividiremos em dois os campos de atuação dos empreendimentos privados associados de fomento à transformação das práticas tradicionais da agricultura goiana, em consonância com os esforços da CAESGO, com vistas a proporcionar a dinamização

industrial de parte do setor agrário do estado: a criação de empresas de transformação industrial de gêneros agrícolas, dentre as quais já mencionamos a CAGIGO; e a atração para Goiás de uma rede comercial de máquinas e insumos industriais destinados à modernização das atividades agropecuárias.

No primeiro grupo poderíamos citar, ainda no ramo cotonicultor, a criação de fábricas de beneficiamento do produto, instaladas no estado a partir da atração promovida pelas políticas de fomento ao desenvolvimento tecnológico do agro levadas adiante pela CAESGO. Nesse sentido, seriam criadas em Goiás duas fábricas de beneficiamento do algodão, a Pedrinhas Agro-Industrial S/A, instalada no município de Inhumas, dedicada a atividades de beneficiamento, fiação e tecelagem do algodão, e a Companhia Nacional de Estamparia, localizada próximo a Goiânia, atuante no ramo de descaroçamento do algodão e refinamento do óleo. Um dos objetivos dessas indústrias direcionava-se para a exportação do algodão para outros estados. A associação entre tais empreendimentos e a CAESGO se fazia através da transformação industrial dos gêneros tecnicamente cultivados a partir da intervenção da agência estatal e processados industrialmente pelas empresas particulares.

Poderíamos citar ainda aqueles empreendimentos voltados para a industrialização de produtos originados das atividades pecuárias, como a Turvânia S/A Indústria de Laticínios, instalada no Mato Grosso de Goiás em 1962; a Companhia de Laticínios Nossa Senhora da Guia, no município de Itauçu; a Laticínios St.^a Lúcia, no município de Inhumas.

A relação entre os empreendimentos privados de transformação e industrialização de produtos agropecuários e o governo do estado se dava também pela presença, através da intermediação deste último, de técnicos laticinistas do Escritório Técnico de Agricultura, o ETA, no trabalho de orientação técnica às indústrias de laticínios de Goiás, parte do plano de assistência técnica elaborado em parceria com a Associação de Crédito e Assistência Rural, a ACAR-GO.

No segundo grupo temos as iniciativas de comercialização de máquinas e insumos agrícolas. Este setor representaria significativo crescimento em Goiás, estimulado pela criação da demanda de tratores criada pelas intervenções da CAESGO e outras iniciativas estatais, como a criação da Escola de Formação de Operadores de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias de Goiás, a EFOMARGO, da qual falaremos adiante. Dessa maneira, são exemplos de empresas destinadas à comercialização de maquinários agrícolas a Agrimac S/A Brasileira de Máquinas e Equipamentos Agrícolas, inaugurada em maio de 1962, que contou com a presença do

secretário de agricultura, Archimedes Pereira Lima,²³⁷ a Açucareira Goiana S/A, no município de Catalão, iniciativa da Companhia Goiana de Industrialização(CGI), em fevereiro de 1963.²³⁸

No dia 5 de abril do mesmo ano, seria inaugurada em Goiânia, filial da Casa Foster, empresa paulista apontada como a ‘mais bem montada loja de máquinas e implementos agrícolas’ a operar no estado de Goiás.²³⁹ A loja colocaria à disposição de ‘fazendeiros, sitiantes e agricultores em geral’, conforme veiculava em seu anúncio, arados, debulhadores de milho, manuais e a motor, descascadores de arroz, moinhos, martelos, cortadores de forragens e verduras, plantadeiras, semeadeiras, e várias outras máquinas próprias para uso nas atividades agrícolas. Ainda em 1963, seria criada a S/A Máquinas Agrícolas Rio Verde, a SAMAR, destinada a operar no comércio de importação e exportação de quaisquer materiais, mercadorias, máquinas nacionais e estrangeiras, equipamentos, instalações, veículos e peças em geral.²⁴⁰ Além de oferecer todo esse material para a mecanização do agro, a SAMAR ainda disponibilizava aos agricultores serviços técnicos de assistência necessários a utilização do maquinário adquirido.

Outro empreendimento que merece destaque é a implantação em Goiás da Agro-Indústria Daimon, indústria de amiagem. Assim como a Casa Foster e outras, a Agro-Indústria Daimon representava a presença no estado de capital proveniente de São Paulo, mais especificamente do grupo Magalhães Gouveia, atraídos para Goiás por conta dos incentivos concedidos pelo governo para a implantação de indústrias e empreendimentos comerciais que de certa forma atuassem em consonância com os objetivos da política agrícola em desenvolvimento.

Parecia consenso entre os representantes dos empreendimentos privados voltados à industrialização do agro, tanto as indústrias de transformação e processamento de matérias-primas quanto às lojas que comercializavam máquinas e equipamentos agrícolas, que Goiás vivia de fato um momento de transfiguração de sua economia de base rural. A propaganda governamental encampada pela CAESGO e demais agências, cada qual concernente a sua área de atuação, propalava que as atividades produtivas na agricultura goiana estavam em vias de superar uma longa fase calcada num ramo tradicional essencialmente agrícola. Tal setor era visto como separado do setor industrial, para transformar-se em agroindústria, uma vez que não apenas a agricultura passava a utilizar-se de máquinas e insumos modernos como também operava o processamento industrial de sua produção no próprio estado.

²³⁷ *Folha de Goiaz*, 26 de maio de 1962.

²³⁸ *Folha de Goiaz*, 13 de fevereiro de 1963.

²³⁹ “COMUNICADO – CASA FOSTER”. Anúncio publicitário publicado em *Folha de Goiás*, 4 de abril de 1963.

²⁴⁰ *Folha de Goiaz*, 31 de julho de 1963.

A transformação no próprio estado dos produtos cultivados em Goiás promoveria, portanto, a industrialização das atividades agrícolas e concorreria para impedir a evasão de matérias-primas para outros estados através da exportação de gêneros. A ‘colaboração’ entre os empreendimentos privados de fomento à agroindústria e as políticas públicas destinadas à industrialização do agro goiano estavam fundamentadas no reconhecimento de que o Estado não dispunha de todos os recursos para empregar no desenvolvimento econômico regional, cabendo ao setor privado mobilizar seu capital.

A CAESGO importaria, no início de 1963, 15 tratores dos Estados Unidos por meio de empréstimo conseguido junto ao Banco do Brasil. Os tratores importados comporiam as Patrulhas Motomecanizadas da CAESGO, espécie de frente técnica, onde atuavam em conjunto operadores de máquinas agrícolas e técnicos especializados na execução de serviços de destoca, aração, gradeação e colheita em propriedades rurais cujos donos propusessem os serviços de mecanização das lavouras fomentados pela CAESGO. Os operadores das máquinas da CAESGO atuantes nas Patrulhas Motomecanizadas eram formados em outra agência estatal criada em novembro de 1962, a Escola de Formação de Operadores de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias de Goiás, a EFOMARGO.²⁴¹

A EFOMARGO, autarquia vinculada diretamente ao Governo do Estado, foi criada pela Lei n.º 4.044, de 6 de julho de 1962 e regulamentada pelo Decreto n.º 2, de 8 de janeiro de 1963. A escola, para cuja direção fora nomeado pelo governador o Capitão do Exército Sebastião Antonio Tavares, destinava-se à preparação de técnicos de nível médio, medida necessária, segundo motivos apregoados pela agência, a partir da constatação de que em Goiás não havia mão de obra especializada disponível em função dos profissionais gabaritados já estarem a serviço dos empreendimentos privados.²⁴²

Além de oferecer cursos de preparação e aperfeiçoamento para técnicos operadores de máquinas agrícolas e rodoviárias, a agência se dispunha a instalar e manter as Patrulhas Motomecanizadas para atuar em propriedades privadas, bem como nos núcleos de colonização criados pelo Estado. A EFOMARGO também se dispunha a prestar assistência técnica a agricultores que, por iniciativa própria, viessem a adquirir máquinas e equipamentos com as quais a agência operava. Para tanto, oferecia os serviços de operação e de recuperação de máquinas. É possível afirmarmos que tanto a estrutura de funcionamento, quanto a própria concepção da escola foram inspiradas nas Escolas de Motomecanização do Exército. A

²⁴¹ A agência foi constituída inicialmente com um investimento de cerca de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Cruzeiros). “Efomargo, Entidade Pioneira da Moderna Técnica Mecânica.” In.: *Goiás 64*. Órgão do Escritório de Representação do Governo de Goiás. Ano III, n.º 7, julho de 1964.

²⁴² *Ibden*, pp. 8-9.

influência do *modus operandi* militar e, principalmente, de militares do Exército brasileiro no aparelho estatal em Goiás é, aliás, um traço marcante e de plena significação da administração Mauro Borges, como já tivemos oportunidade de mencionar e veremos mais adiante nesse capítulo.

Pelo que temos afirmado até aqui, ficam claras as intenções contidas nas diretrizes políticas do governo goiano através da CAESGO e agências associadas e reforçadas pelos apelos aos empreendimentos industriais privados, no sentido de estreitar as relações entre a agricultura e a indústria. Tivemos oportunidade de discutir no primeiro capítulo o quanto tal movimento é parte do processo de incorporação subordinada do agro ao desenvolvimento industrial, materializando assim o avanço das relações capitalistas na agricultura. O aumento da produtividade agrícola, finalidade última de toda empresa estatal verificada em Goiás durante o governo Mauro Borges, passaria a depender cada vez mais tanto das indústrias fornecedoras de insumos para as atividades agrícolas, quanto daquelas destinadas a transformação dos gêneros cultivados.

Característica importante da política agrícola perpetrada em Goiás no período reside, entretanto, no fato de que houve um significativo esforço em traduzir essas demandas em necessidades que viessem suprir deficiências estruturais de desenvolvimento próprias do estado. Dessa forma, fomentar o estímulo ao crescimento industrial do estado significaria criar condições para o estabelecimento de uma organicidade entre as atividades tipicamente rurais e aquelas que se pautavam pela racionalidade técnica, posto que dedicadas à dinâmica da indústria.

Note-se que as atuações da CASEGO e da CAESGO, bem como das agências associadas, a CIAGO e a EFOMARGO, cuidavam de produzir soluções para dois problemas cujas características mais notáveis foram criadas no exercício das diretrizes que emolduravam a prática das agências, no sentido de promover o desenvolvimento de um setor dinâmico na agricultura do estado. Dessa forma, a produção no agro oriunda de centros dinâmicos da agricultura goiana, destinar-se-ia tanto para o comércio, pensado agora como um círculo de atividades que, sob direção e controle estatal, deveria alijar os intermediários, quanto para a indústria, setor que deveria receber parte significativa da produção agrícola, destinada agora ao processamento industrial.

Promover a integração orgânica entre a agricultura e a indústria; esta seria a base das políticas públicas para o agro destinadas ao desenvolvimento técnico-científico das atividades agrícolas perpetradas pelas agências estatais goianas acima citadas no período. Noutras palavras, promover a integração agroindustrial. Promover a integração entre as atividades da

Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás e da Companhia Agrícola do Estado de Goiás, esta seria, dentre outras, uma das principais finalidades do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, o IDAGO, que passaremos a considerar adiante.

2.3 O Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás:

Criado pela Lei n.º 4.039 de 6 de julho de 1962, o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás²⁴³ assumiria desde o início o protagonismo na condução das políticas de intervenção do agro formuladas durante o governo Mauro Borges. A agência fora pensada para atuar como um órgão coordenador de todas as atividades estatais destinadas ao agro, materializando assim as ações do governo voltadas para o campo, previstas pelo Plano MB.

Ao IDAGO caberia, portanto, coordenar, sistematizar e executar as políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento agrário no estado, evitando a dispersão e a falta de ordenamento das medidas governamentais previstas. Para tanto, o funcionamento estratégico do IDAGO pressupunha uma verdadeira centralização, sob sua direção, das atividades administrativas e operacionais de outras agências atuantes na esfera das políticas agrícolas, notadamente a CASEGO e a CAESGO, que com a criação do IDAGO passariam a atuar em sintonia com as diretrizes previstas pelo Instituto. É que além do controle acionário da CAESGO e da CASEGO, transferidas do Governo de Goiás para o IDAGO, a agência diretora assumiria o ‘controle administrativo’, conforme previa a Lei e caberia ao governo regulamentar.²⁴⁴ O termo utilizado era o de ‘subordinação de entidades’ ao IDAGO.

A questão da subordinação de outras agências atuantes na esfera das políticas agrícolas ao IDAGO não se daria de maneira pacífica como pressupunha a legislação do IDAGO. Para além dos aspectos concernentes à harmonização administrativa das autarquias e sua adequação ao funcionamento do Instituto, questões que revelaram conflitos de interesses entre os grupos que ocupavam os espaços de direção nas agências subordinadas, a transferência para o IDAGO das ações e da coordenação dos programas e projetos das outras autarquias coadjuvaram iniciativas e pleitos elaborados sob a perspectiva de uma realização direta, sem o controle da agência diretora.

O IDAGO passaria a canalizar todas as realizações do governo Mauro Borges para o agro, protagonizando assim a função de órgão executor das diretrizes de ‘reforma agrária’ elaboradas para Goiás. O próprio processo de criação da nova agência já se dera envolto em conflitos, uma

²⁴³ O IDAGO era uma autarquia, com sede em Goiânia, que estava vinculada à Secretaria da Agricultura.

²⁴⁴ Lei n.º 4.039 de 6 julho de 1962, Art. 7º, §1º e 2º. In.: GOIÁS, *Legislação Estadual Diversa*. Plano MB, 1962.

vez que a autarquia substituiu o antigo Departamento de Terras e Colonização do Estado(DTC), órgão vinculado a Secretaria da Agricultura e controlado segundo interesses dos setores dominantes rurais tradicionais. Tratemos, portanto, do processo de criação do IDAGO.

Coube a Irineu Borges do Nascimento a tarefa inicial determinada pelo Governo Mauro Borges de findar as atividades do Departamento de Terra e Colonização, criado ainda na interventoria de Pedro Ludovico(1930-1945). As motivações para a criação do Departamento de Terras e Colonização residiam principalmente na promoção da ocupação da nova capital do estado. O Departamento fora criado com o intuito de vender lotes urbanos em Goiânia, de modo a favorecer o afluxo de populações para o novo centro dinâmico e administrativo de Goiás. Caberia também ao Departamento de Terras e Colonização a venda de terras devolutas no estado, o que, segundo seu último diretor-geral, era feito com a intenção de ‘angariar recursos financeiros tão necessários à implantação de obras imprescindíveis a consolidação de Goiânia.’²⁴⁵ Borges do Nascimento aponta ainda para a presença de diversos interesses escusos quando o assunto era aquisição de terras públicas em Goiás no período de funcionamento do Departamento de Terras e Colonização. A grilagem de terras no estado era um dos principais problemas que demandava medidas imediatas.

Não duvidamos das críticas feitas pelo diretor-geral do órgão definhado. Entretanto, é correto destacarmos que o discurso que atribuía ao antigo órgão uma atividade caótica e profundamente corrompida assentava-se perfeitamente às justificativas para a criação de uma nova agência, assim como sintonizava com a construção do perfil inovador e racional propalado pela administração maurista.

O IDAGO viria, nessa ótica, racionalizar a administração das terras públicas em Goiás, acabar com os privilégios na concessão de terras, o que deveria ser obtido primeiramente pela suspensão por prazo indeterminado da venda de terras devolutas em todo o estado, medida duramente criticada pelos grandes proprietários de terras. Somente os processos anteriores à determinação de encerramento de venda de terras devolutas, portanto já homologados, é que seriam concluídos, dependendo a entrega dos lotes rurais e urbanos e a expedição dos respectivos títulos definitivos, da verificação da legalidade dos processos.²⁴⁶ A ordem expressa pelo governador obstava quaisquer possibilidades de vendas de títulos novos.²⁴⁷ Não obstante

²⁴⁵ BORGES DO NASCIMENTO, op.cit. p.214.

²⁴⁶ Exceção seria feita em relação ao loteamento de terras para os posseiros de Trombas e Formoso.

²⁴⁷ ORDEM DE SERVIÇO, N.º 206-A. Goiânia, 27 de novembro de 1961. IPEHBC – Fundo MB.

essa determinação, o DTC era frequentemente acusado na imprensa de conceder terras públicas a parentes de Mauro Borges, o que sempre foi veementemente negado pelo governador.²⁴⁸

Ao todo, foram encontrados no DTC 1.346 títulos expedidos num período de seis meses. Destes, apenas 233, cerca de 10%, foram expedidos a partir de processos homologados pelo Governo Mauro Borges. O restante, 1.113 títulos, originava-se de processos antigos, homologados em governos anteriores, num período que remontava à década de 1940, ainda no Governo do udenista Jerônimo Coimbra Bueno(1947-1950).²⁴⁹

Em relatório de encerramento de suas atividades como diretor-geral do DTC,²⁵⁰ o diretor-geral elencaria as principais realizações da agência enquanto passou por período de reorganização. O documento revela, entretanto, muito mais as dificuldades encontradas do que êxitos no trabalho de ‘saneamento’ das atividades administrativas do órgão estatal. De acordo com o relatório, as principais ações desempenhadas na gestão do sr.º Irineu Borges se concentrarão nas seguintes medidas:

- 1) Saneamento da administração interna do DTC;
- 2) Revisão dos processos de concessão de títulos de propriedade e combate à grilagem de lotes urbanos e rurais;
- 3) Nomeação de agrimensor para iniciar demarcação de lotes para posseiros de Formoso e Trombas;
- 4) Seleção de áreas úteis para criação de núcleos coloniais agrícolas.

A primeira medida consistiu em tentativa da nova direção de pôr em ordem o funcionamento da agência e afastar os funcionários identificados por atos de corrupção, o que parecia ser o caso da grande maioria, segundo deixa entrever o depoimento incisivo de Irineu Borges: “Podemos afirmar, com toda a certeza, que os funcionários do Departamento de Terras e Colonização, salvo honrosas exceções, são corrompidos a um ponto de não mais inspirarem confiança a ninguém de boa intenção.”²⁵¹ Essa tem sido, aliás, a razão apontada para o inadequado funcionamento da agência, a despeito de ter sido muito bem utilizada, ao que parece e faz crer os depoimentos, quando se tratava de facilitar a aquisição de lotes rurais e

²⁴⁸ Essa questão atravessaria todo o mandato do governador e voltaria mesmo na campanha ao governo do estado em 1986. Ver *Tempo de Luta. Boletim Informativo*. Goiânia, novembro de 1986.

²⁴⁹ Ofício do IDAGO ao Presidente da Assembléia Legislativa de Goiás, Dep. Clotário de Freitas, em 28 de dezembro de 1962.

²⁵⁰ BORGES DO NASCIMENTO, Irineu. *Relatório de Atividades do Departamento de Terras e Colonização*. Goiânia, 1961. IPEHBC – Fundo MB. (mimeo).

²⁵¹ *Ibden*.

urbanos provenientes de ações de grilagem. Somente um estudo verdadeiramente aprofundado sobre a grilagem em Goiás, que recuperasse os documentos de concessão de títulos de propriedade expedidos pelo DTC em seu período de funcionamento poderia oferecer-nos condições para elucidar satisfatoriamente a questão.

A segunda ação investida pelos trabalhos de Irineu Borges a frente do DTC teve como preocupação primordial a questão das grilagens de terras no estado. Irineu Borges do Nascimento comunicaria ao governador a impossibilidade de levar adiante a punição a qualquer ação de grilagem de terras no estado.

A terceira medida proposta pelo Departamento de Terras e Colonização dizia respeito ao equacionamento dos conflitos de terras que opunham pequenos posseiros e fazendeiros-grileiros, supostos proprietários da Fazenda 'Onça', área em disputa, com cerca de 15.000 ha.. As primeiras ações visando a demarcação das terras das regiões de Trombas e Formoso e a concessão dos títulos de posse aos posseiros buscavam solucionar um problema que persistia desde o início da década de 1950. O processo iniciado no âmbito do DTC somente seria efetivado pelo IDAGO. A iniciativa, entretanto, pode ser apontada como uma das mais importantes do curto período de funcionamento da agência no governo Mauro Borges. Irineu Borges promoveria reuniões com os posseiros, representados por José Porfírio, João Salvador e Geraldo Borges, com o intuito de delimitar a área a ser demarcada em compromisso assumido pelo Governo com a Associação de Lavradores de Formoso e Trombas.²⁵²

A última iniciativa importante empreendida pelo DTC consistia na seleção de regiões em Goiás para o estabelecimento de colônias agrícolas a serem criadas como parte do plano de desenvolvimento agrário do governo Mauro Borges. A seleção foi realizada após o trabalho de agrônomos designados para avaliar as terras devolutas do estado. O desconhecimento da extensão das terras públicas em Goiás, decorrência da inexistência de um cadastro de terras devolutas, dificultariam o trabalho dos agrônomos. Ainda assim foi possível, mesmo que em condições precárias de trabalho, apontar as possíveis regiões aptas a receber colônias agrícolas a serem criadas pelo governo. As áreas apontadas pela agência como as mais apropriadas para receberem o empreendimento estatal, por se tratarem de parcelas de terras devolutas e livres de disputas judiciais, estariam nos municípios de Araguacema, Cristalândia, Gurupi e Araguaçu, bastando ao governo indeferir, se fosse necessário, os requerimentos das mesmas. Irineu

²⁵² Sobre a experiência histórica de resistência e luta pela terra em Formoso e Trombas ver dissertação por mim defendida em 2007: ESTEVES, Carlos L.S. *Nas Trincheiras: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas(1948-1964) – uma resistência ampliada*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Uff, Niterói, 2007. Ver também CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu Longe Demais: A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira(1950-1964)*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

Borges chama a atenção para a importância de medidas imediatas sob risco de o governo ter de enfrentar problemas de ‘invasão’ das áreas apontadas.

O tratamento da questão da criação de núcleos coloniais antes do surgimento do IDAGO nos revela aspectos importantes da política agrária do governo Mauro Borges. Uma primeira aponta para o fato de que a idéia de criação de colônias agrícolas esteve desde o princípio entre as principais medidas a serem empreendidas pelo governo. O ápice dessa política será a implementação dos Combinados Agro-Urbanos, processo que veremos no próximo capítulo. Um segundo aspecto trata dos trabalhadores-colonos a serem recrutados para as áreas selecionadas. Se os Combinados seriam pensados para receber colonos goianos, as colônias agrícolas propostas inicialmente pelo governador deveriam abrigar ‘colonos estrangeiros’.

Em Ordem de Serviço expedida em agosto de 14 de agosto de 1961 e endereçada ao diretor do Departamento de Terras e Colonização, o sr.º Irineu Borges do Nascimento, o governador Mauro Borges solicitava – ‘com a maior urgência’ – que a agência conseguisse uma área localizada a cerca de 200km entre Goiânia e Anápolis, área que estivesse próxima a vias de comunicações, ‘isto é, em condições favoráveis, uma gleba de, pelo menos, mil alqueires, onde se possa realmente projetar um núcleo colonial que possa realmente habitado por maioria de estrangeiros.’²⁵³ Os colonos estrangeiros seriam, em princípio, provenientes de países europeus, embora chegou-se mesmo noutra ocasião em se falar de colonos japoneses. O documento termina com a afirmação de que o governo de Goiás ‘tem o maior empenho na execução deste projeto, porque seria para Goiás uma espécie de escola.’²⁵⁴

Ao que se sabe, o projeto de trazer colonos europeus para ocupar colônias agrícolas criadas durante o governo Mauro Borges não foi adiante. Mas é interessante que ela tenha existido como parte de um esboço inicial de plano de colonização, o que nos permite aventar a hipótese de que o projeto inicial de colonização em Goiás estava ancorado ainda numa visão positiva do colono europeu, entendido como exemplo e verdadeiro propulsor de uma lavoura moderna e racional, o que competia para reiterar a imagem negativa do lavrador goiano tradicional.

Quanto ao Departamento de Terras e Colonização, a constatação de que os interesses que permeavam sua prática chocavam-se com as novas diretrizes impetradas pela administração maurista, consubstanciada em seu Plano de Desenvolvimento Econômico, foi o mote de fechamento da agência e sua conseqüente substituição pelo novo instituto a ser criado, o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, o IDAGO. O Plano MB previa que,

²⁵³ ORDEM DE SERVIÇO N.º 86-A, de 14 de agosto de 1961. IPEHBC – Fundo MB.

²⁵⁴ *Ibden*.

“O Governo do Estado sente-se no dever de orientar a ocupação de terras devolutas ou efetivamente não ocupadas, estimulando aqueles que efetivamente as trabalham e que delas vivem. Torna-se cada vez mais evidente que, para imediata solução legal e social do problema das terras devolutas deve-se atentar para o problema da ‘grilagem’ com seriedade e energia. O elemento alcance social desse Plano é obviamente incompatível com a transigência com quaisquer modalidades de grilagem que, como típica manifestação de egoísmo e cupidez, visa exclusivamente o enriquecimento fácil e rápido dos que a praticam e se apoderam das terras devolutas, não para cultivá-las e fazê-las produzir, mas, ao contrário, para impedir-lhes o cultivo imediato. A condição essencial para venda imediata é que nas terras não existam posseiros ou ocupantes.”²⁵⁵ (grifo original).

O IDAGO surgiria, portanto, com a missão de dar conta da regularização da venda de terras devolutas e de combater as práticas de grilagem de terras no estado. A extinção do Departamento de Terras e Colonização e sua substituição pelo IDAGO foram previstas no artigo 6º da Lei de criação do instituto.²⁵⁶ O artigo 2º da referida Lei de criação do IDAGO previa que agência deveria:

- “I – colaborar ativamente na formulação da política de desenvolvimento agrário do Governo;
- II – elaborar planos e programas de desenvolvimento agrário e promover sua execução;
- III – promover o aproveitamento racional das terras do Estado que se prestarem à exploração agrícola ou pecuária e não estejam sendo utilizadas para outros fins de interesse público;
- IV – promover ou sugerir medidas de incentivo à produção agropecuária e agroindustrial;
- V – administrar os recursos do Fundo Agrário Estadual criado por esta Lei.”²⁵⁷

Nota-se pelo trecho da referida Lei que as atividades do IDAGO abarcariam um amplo campo de intervenções, desde políticas eminentemente agrícolas a incursões no âmbito da promoção de modificações agrárias. Ao instituto foi atribuído desde o momento de sua criação um protagonismo que transcendia aos limites do próprio estado de Goiás. Não raro

²⁵⁵ GOVERNO DE GOIÁS. *Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás*. 1961. pp. 48-49.

²⁵⁶ “Art. 6º - Fica extinto o Departamento de Terras e Colonização, da Secretaria da Agricultura, transferindo-se para o IDAGO seus encargos, atribuições, recursos, bens, haveres e direitos, exceto os terrenos urbanos de propriedade do Estado alienáveis e particulares e que ficam incorporados ao patrimônio do Departamento Estadual de Saneamento – DES –.” In.: GOIÁS – *Legislação Estadual Diversa*. op.cit. p. 128.

²⁵⁷ *Ibden*. p.127.

encontramos nos documentos produzidos pela agência²⁵⁸ ou em depoimentos de seus agentes à imprensa, expressões que afirmavam que o IDAGO converter-se-ia em modelo goiano de solução para outros estados brasileiros, inclusive para o Governo Federal, no âmbito das políticas de desenvolvimento agrário.

O IDAGO foi elaborado para ser a principal agência do governo Mauro Borges para a execução de sua política de ‘revisão agrária’. Como vimos até aqui, o que chamamos de ‘revisão agrária’ em Goiás condensa um conjunto de medidas que punham lado a lado projetos de intervenção estatal no agro pautados, tanto pela promoção de políticas agrícolas visando a modernização e aumento da produção e da produtividade, quanto tentativas menos sistemáticas de provocar alterações, ainda que limitadas, na estrutura fundiária do estado. Esta última, no entanto, esbarraria frente às pressões da fração agrária goiana e dos grupos dominantes atuantes no interior das agências estatais, a despeito de constituírem-se em bandeira dos movimentos sociais rurais camponeses e de partidos de esquerda.

Ao IDAGO caberia, em linhas gerais, assumir o protagonismo na condução de um elenco de modificações pretendidas pelo governo frente à adesão as diretrizes e projetos formulados pelos círculos tecnoempresariais. Dessa maneira, o IDAGO seria responsável pela implementação de transformações técnicas, orientação da colonização e recolonização através da criação de colônias agrícolas, e mediação dos conflitos oriundos de disputas de terras por meio das Agências Volantes de Terras (AVTs). O *modus operandi* da agência inscrevia-se nas diretrizes de racionalização e eficácia atribuídas ao modelo de administração pública propalado pelo Executivo em prol da efetivação de um governo que se pretendia inaugurador de uma nova forma de condução política, posto que amparado pela eficiência da técnica e do planejamento.

Em tudo o IDAGO deveria opor-se ao Departamento de Terras e Colonização, símbolo da ineficiência de um órgão inócuo, porque perpassado por morosidade, corrupção e ausência de diretrizes claras e planejadas. O instituto nasce, portanto, sob o signo da racionalização e eficácia da formulação e execução de políticas de desenvolvimento agrícola e agrária, materializando em Goiás os pressupostos teóricos disseminados nos círculos tecnoempresariais, tanto no que dizia respeito aos métodos de execução adotados e a ‘filosofia’ que permeava a formação do quadro técnico de agentes, quanto a eleição das prioridades e a hierarquização das necessidades de intervenção da política estatal de desenvolvimento da produção agro-pecuária.

²⁵⁸ Ver *Telegrama de Mauro Borges ao Presidente Castello Branco*, em 25/04/64;

Um aspecto que difere o IDAGO das outras agências goianas formadoras do *complexo de agências estatais* reside inequivocamente nos agentes ocupantes de postos de direção e tomadas de decisão na condução das políticas do instituto. Enquanto os cargos-chave de direção da CASEGO e CAESGO, dois dos principais organismos do Estado voltados para a implementação de políticas públicas para o campo, estavam ocupados por agentes organicamente vinculados a entidades patronais rurais goianas, como a Sociedade Goiana de Pecuária e a Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás, ambas as agremiações conectadas a Confederação Rural Brasileira (CRB),²⁵⁹ o IDAGO seria dirigido durante o governo Mauro Borges, pelo menos até o golpe de 1964, por um corpo de técnicos e militares do Exército, via de regra oriundos de outros estados da federação. Essa especificidade conferida à agência, demarcaria um significativo ponto de atrito no interior do aparelho administrativo maurista, pondo em risco a harmonização das atividades do complexo de agências estatais voltadas para a implementação da política de desenvolvimento do agro em Goiás no período. Menos pelo fato de os agentes dirigentes do IDAGO serem em grande parte oriundos ‘de fora’ do estado do que em função do perfil de cada um.

Lembremos que mesmo incorporando e reformulando as agências criadas no governo anterior, embora só tenham de fato iniciado suas atividades no seu governo, Mauro Borges manteve a mesma estrutura organizativa das entidades estatais, conservando os mesmos quadros dirigentes eleitos pela diretoria da CASEGO e da CAESGO, fator que sustentou tais organismos como espaços de atuação da fração dominante agrária goiana no interior do Estado. No caso do IDAGO, entidade pensada e criada no governo Mauro Borges, não havia nenhum representante direto dos interesses dos setores dominantes rurais de Goiás ocupando cargos de direção, embora muitas das políticas perpetradas pela agência viessem ao longo do período beneficiar tais grupos.

Vejamos então os principais agentes inscritos nos postos de direção do IDAGO para expormos melhor seus perfis e compreendermos suas diferenças e as conseqüências que tiveram na delimitação das ações estatais em jogo.

Archimedes Pereira Lima, secretário de agricultura do governo, foi designado como primeiro presidente do IDAGO, permanecendo no cargo apenas no início das atividades da

²⁵⁹ A Confederação Rural Brasileira, entidade associativa patronal vinculada ao Ministério da Agricultura, foi criada em 1951 e funcionou até fevereiro de 1964, quando foi substituída pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que manteve os quadros dirigentes da CRB. Ver: ESTEVES, Benedita Maria. *Confederação Rural Brasileira; Origens e Propostas*. Rio de Janeiro, UFRRJ/Dissertação de Mestrado, 1991. RAMOS, Carolina. *A Confederação Nacional da Agricultura e o Estatuto da Terra*. Anais da Associação Nacional de História, Rio de Janeiro, 2004.

agência, quando de sua formulação e regulamentação. Jornalista nascido em Campo Grande(MT), Archimedes Pereira Lima, antes de ocupar cargos no governo Mauro Borges, havido sido presidente da Fundação Brasil Central, agência criada ainda no Estado Novo com o intuito de promover a ocupação populacional em regiões consideradas ‘despovoadas’ no Centro-Oeste brasileiro. Foi essa experiência a frente da FBC, cuja principal diretriz estava na criação de núcleos coloniais como parte da política varguista da chamada ‘Marcha para Oeste’, e por ser um profundo conhecedor da região e de suas necessidades, que Archimedes Pereira Lima foi escolhido para o Secretaria de Agricultura e, quando da criação do IDAGO, indicado pelo governador para presidir a nova agência.²⁶⁰

A presença de Pereira Lima, tanto a frente da Secretaria da Agricultura quanto da principal agência do governo – ambas estratégicas em relação ao êxito da ‘revisão agrária’ defendida –, agente cuja visão acerca de questões como, p.ex., o nucleamento agrícola e o cooperativismo, fora forjada na experiência estadonovista, confirma o que dissemos inicialmente acerca do Governo Mauro Borges: uma das marcas do período em Goiás está no amálgama entre o imperativo da *modernidade*, traduzido nas políticas de estímulo ao desenvolvimento agro-industrial, e o recurso ao *tradicional*, presente tanto na interpretação acerca das necessidades que geram o próprio anseio de urbanizar-se quanto nas soluções sobrepostas. Assim como estará na gênese dos *Combinados Agro-Urbanos* e dos *Bandeirantes Agrários*, experiências que abordaremos no próximo capítulo, a presença de um nome credenciado pela atmosfera simbólica da ‘Marcha para Oeste’, conferia forte apelo ao referencial estadonovista adotado pelo governador, contribuindo dessa maneira para a reprodução do amálgama acima citado.

Dentre as primeiras medidas adotadas por Archimedes Pereira Lima na Secretaria de Agricultura, podemos destacar justamente aquela que remete diretamente a questão do nucleamento agrícola. Em 1962 foi criada por meio de Portaria n.º 14-018/62, baixada em 30 de março pela Secretaria de Agricultura, a Frente de Colonização do Norte do Estado, instalada em 1º de maio no município de Tocantinópolis, evento que contou com a presença do secretário Archimedes Pereira Lima, acompanhado de agrônomos, veterinários, médicos, engenheiros e técnicos em cooperativismo. Segundo jornalista da Folha de Goiás que cobriu o evento,

“Essa Frente é uma primeira experiência que faz o governador MB, sob a inspiração e planos dos seus secretários Archimedes Pereira Lima e Irineu Borges do Nascimento. Outras regiões de nosso Estado já sendo estudadas para instalação de outras frentes,

²⁶⁰ Os dados biográficos foram tirados de “Archimedes Pereira Lima: um exemplo de humildade e profissionalismo.” In.: <http://www.cuiaba.mt.gov.br/noticia.jsp?id=8580>.

cujo escopo principal é dar condições humanas de trabalho ao homem do campo e dar-lhes meios de criar riquezas. Essa política, se coroada de êxito, o rurícola goiano deixará de viver na pobreza em meio a terras que podem criar riquezas.”²⁶¹

A prioridade na política de criação de colônias agrícolas no Norte do estado erigia-se nos discursos das agências estatais, compartilhados tanto pelo próprio Mauro Borges como pelos principais agentes que se destacavam nos primeiros anos a frente de seu governo, de promover o acesso, por meio dos núcleos coloniais, a um maior número de proprietários em áreas de terras devolutas. O que tal postura revela é a crescente preocupação com o acirramento das lutas de posseiros na região, traço que merecerá inúmeras manifestações do governo com vistas a equacionar a questão.

A criação de núcleos de colonização agrícola no Norte do estado foi a primeira de outras investidas do governo, na tentativa de solução de problema que punha em risco o equilíbrio entre as classes no campo, condição primordial para a efetivação do desenvolvimento do agro pretendido pelas políticas públicas propostas. Esse aspecto, presente durante todo o período e disseminado em diversas medidas, ganharia força com a criação do IDAGO.

Archimedes Pereira Lima permaneceu no IDAGO entre julho e novembro de 1962, sendo substituído na presidência da autarquia pelo Tenente-Coronel Petrônio Maia Vieira do Nascimento e Sá. O Cel. Petrônio Maia era formado pela Escola do Estado Maior do Exército(EEM), antigo nome da ECEME,²⁶² com passagens pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais(EAO) e pela Academia Militar das Agulhas Negras(AMAN), onde fora sub-diretor de ensino militar. Petrônio tinha sido colega de Mauro Borges na EEM, onde ambos foram alunos do então Cel. Castello Branco,²⁶³ futuro Chefe do Estado-Maior do Exército e primeiro Presidente militar no pós-golpe de 1964.

A escolha de um militar com a formação de Petrônio Maia para a presidência do IDAGO indicava os rumos que a agência tomaria em acordo com as novas diretrizes pretendidas pela organização de sua estrutura e planos de ação, elaboradas em sintonia com o planejamento técnico-científico dos círculos tecnopolíticos, no qual o Escritório Técnico Paulo de Assis

²⁶¹ “Frente de Colonização Vai Instalar-se Dia Primeiro no Município de Tocantinópolis.” *Folha de Goiás*, 27 de abril de 1962.

²⁶² A EEM, localizada na Praia Vermelha-RJ, passou a ser chamada de ECEME, Escola de Comando do Estado Maior do Exército, a partir de 1955, denominação adotada até hoje. Fonte: <http://www.eceme.ensino.eb.br/internet/> . Consulta realizada em 25 de setembro de 2009.

²⁶³ No antigo EEM, Castello Branco desempenharia as funções de Diretor de Ensino(1946-1949), e de Comandante(1954-1955). *Ibidem*.

Ribeiro(ETPAR), responsável por levar adiante a tarefa de sistematização das atividades de funcionamento e filosofia de ação, se encarregou de dotar a nova agência.

Além do Cel. Petrônio Maia, outros militares fizeram parte não só do IDAGO como de inúmeras outras agências estatais no período, configurando-se como um importante aspecto que merece ser analisado de perto. Vejamos na tabela a seguir os principais militares atuantes em Goiás durante o governo Mauro Borges.

Relação de Militares no Governo Mauro Borges:²⁶⁴

Militares	Agência	Formação
Ten.-Cel Petrônio Maia Vieira	IDAGO	Escola de Comando do Estado Maior do Exército(ECEME); Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais(EAO);
Major Philinto José Braga	IDAGO	Engenharia – Escola Técnica do Exército Topografia – Escola Técnica do Exército
Cel. Humberto Guimarães de Almeida	IDAGO	Engenharia – Escola Técnica do Exército
Major Clairmont Gomes	Granja Escola Modelo	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais Veterinário – Escola de Veterinária do Exército Escola de Motomecanização do Exército
Cel. Leopoldo Freire	CIVAT	ECEME; EAO; Escola de Motomecanização do Exército
Major José Soares Camargo	CRISA	Engenheiro; EAO
Capitão Irade Pacheco	Fundação Estadual De Esporte	Cavalaria; Escola de Educação Física do Exército
Capitão José Gentil Rezende	ESEFEGO	Escola de Educação Física do Exército
Cel. José Joel Marcos	Polícia Militar –GO	Estado Maior; EAO; Escola de Artilharia dos EUA(The Atillery School) ²⁶⁵
Capital Sebastião A. Tavares	EFOMARGO	Infantaria do Exército
Major Hosana Araújo Almeida	EFOMARGO	Técnico – Escola de Motomecanização
Major Derci Duarte Siqueira	CAU	Academia Militar das Agulhas Negras
Major Paulo da Costa Moura	CAU	Academia Militar das Agulhas Negras

Numa observação preliminar dos militares que fizeram parte do governo Mauro Borges nota-se que predominam o perfil de técnicos. Esse aspecto é definidor do sentido que se pretendia atribuir ao novo aparato estatal, bem como às políticas por ele implementadas. Dessa maneira, ao

²⁶⁴ Fonte: Ministério da Guerra. *Almanaque do Exército*. Biblioteca do Exército, 1960.

²⁶⁵ Centro de Treinamento localizado no Fort Sill, Oklahoma/EUA. *Ibden*.

indicar para importantes postos de direção do IDAGO, como também de outras agências cujas atividades estavam a ele associadas, Mauro Borges sinalizava, entre outras coisas, que o perfil ideal para o desempenho de comando e execução das políticas de intervenção no agro a serem dirigidas pelo IDAGO estava pautada pela lógica da disciplina e da racionalidade estratégica, própria da vivência militar. Em diversas ocasiões, o governador expressaria essa perspectiva, alegando, quando se referia a sua própria experiência de caserna, a importância de sua formação militar, especialmente no Curso de Estado-Maior, para a consecução de sua trajetória política. De fato, muito de suas escolhas e ações devem ser atribuídas a sua passagem pelo Exército. A começar, como mencionamos, pela opção de dotar grande parte de seu aparelho administrativo com a presença de agentes tecnomilitares.

Marcada pela busca da modernização do ensino de seus oficiais e do desenvolvimento de uma visão estratégica do planejamento e da racionalidade das ações, a ECEME encarregava-se de formar oficiais para atividades de comando dentro da própria estrutura militar, como também para o exercício de funções administrativas e de direção política e tomada de decisão na vida civil. Gestão estratégica, ‘métodos e treinamentos para tomada de decisão a curtos e longos prazos’, sobretudo no que dizia respeito à preparação para a necessidade do planejamento como antítese do imprevisto, da ausência de organização. Essas marcas comporiam, em síntese, o corolário que conferia capacidade de direção sincronizada entre a elaboração de um plano de ação para o desenvolvimento agroindustrial erigido cientificamente e sua imperiosa execução racional não menos científica. A presença de militares no IDAGO e noutras agências associadas agregava os fatores ‘segurança’ e ‘defesa’ como elementos estruturantes da ‘missão’ ‘modernizadora’ do agro em Goiás.

Temos afirmado que o IDAGO, em função do perfil dos agentes que ocuparam cargos-chave de direção e tomada de decisão se distanciava de agências que, como a CAESGO e a CASEGO, ao contrário, eram dirigidas por fazendeiros e políticos goianos, agentes organicamente vinculados a fração agrária dominante goiana. Esse aspecto é de suma importância, pois dele depende a compreensão contida em nossa proposta de articular a ação política dos escritórios de consultoria tecnopolítica na elaboração de planos de ação e planejamento de políticas públicas para a agricultura e a nova direção técnica inscrita em importantes agências estatais em Goiás encarregadas da execução racional das diretrizes previamente formuladas.

Devemos, entretanto, alertar para o risco que existe ao assumirmos essa postura. O risco reside na possibilidade de reproduzirmos, ainda que sem intenção, as clivagens, forjadas no próprio discurso oficial do período, que opunham a suposta eficácia de órgãos como o IDAGO,

por sua atribuída estrutura e direção pautadas pela racionalidade técnica, a outras agências e instituições desprovidas desse critério.

Aqui se elucida outra faceta da falsa oposição entre agentes técnicos *neutros* e agentes políticos comprometidos com interesses particulares. Por tudo que já dissemos, não cabe cairmos nessa falácia. No entanto, ao dimensioná-la para os embates intra-agências estatais e *para-estatais* goianas pelo monopólio simbólico da eficácia administrativa, entramos numa ceara que amplifica consideravelmente os antagonismos. A auto-atribuição da eficiência técnica é parte da própria imagem que se quer construir, como emblema de uma experiência modelar de governo. A estratégia volta-se para a promoção do desenvolvimento econômico e social direcionados ao ‘bem-estar’ do *rurícola* goiano. Destarte, a modernização industrial da agricultura consubstanciava anseios de promoção de um setor agro-pecuário pujante *pari passu* à busca pela cooptação dos trabalhadores rurais sem-terra, convocados a colaborar,²⁶⁶ ainda que claramente em posição subordinada, para o sucesso da empreitada modernizadora.

O perfil de gestores tecnicamente eficientes estava presente no IDAGO, como vimos, na figura do agente militar, que além de militar era também um técnico de formação,²⁶⁷ e na do próprio agente profissional. Dentre os agentes técnicos, três nomes se destacam na direção do IDAGO desde o princípio de suas atividades: o do agrônomo Dátis de Lima Oliva e dos técnicos, Renato Rego Barros e Ivanildo José Peixoto, este último, funcionário do ETPAR alocado em Goiânia com a responsabilidade de enquadrar adequadamente o novo instituto em acordo com as normas técnicas previstas.

Reunimos muito pouca informação sobre Renato Rego Barros. Sabemos que era engenheiro de formação, mas sua origem e atuações anteriores não puderam ser levantadas por falta de documentação. Seu nome aparece em vários documentos referentes ao IDAGO, tanto em citação quanto provenientes do próprio punho, o que demonstra sem sombra de dúvidas a importância que teve nos primeiros anos da agência. É certo, entretanto, que antes de assumir o cargo de diretor do IDAGO, entre 1963-1964, desempenhando, entre outras atividades, a função de direção e acompanhamento de um amplo arco de execuções da agência, Rego Barros

²⁶⁶ Falamos aqui da ampla campanha de sindicalização do trabalhador rural promovida pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETAS) em disputas com iniciativas similares criadas pela Igreja católica em Goiás, como a Frente Agrária Goiana (FAGO), vinculada a Arquidiocese de Goiânia. Consideramos também as iniciativas estatais de criação dos Combinados Agro-Urbanos e dos inúmeros programas e projetos de extensão e educação para o trabalho no campo, disseminados em Goiás por agências privadas de âmbito nacional e internacional com vistas a forjar no estado um *trabalhador rural de novo tipo*, afeito à tecnização e apto a colaborar com o Estado. Trataremos de todas essas questões no próximo capítulo.

²⁶⁷ Os militares que ocuparam postos de direção em agências estatais goianas durante o governo Mauro Borges eram em sua grande maioria formados em engenharia, havendo também veterinários, geógrafos e professores de educação física. Cf. tabela. p. 103.

atuou por um breve período na Secretaria de Agricultura como Assessor Técnico de Colonização. Pelo volume de cartas e telegramas trocados, Rego Barros pode ser ainda apontado como um permanente contato de Paulo de Assis Ribeiro em Goiás.

Já o engenheiro-agrônomo Dátis de Lima Oliva possuía longa trajetória no exercício de atividades ligadas a políticas públicas para o campo. Ele havia trabalhado como administrador, no município goiano de Ceres, da Colônia Agrícola Nacional de Goiás(CANG), em 1949, substituindo o então administrador e fundador da colônia, o também engenheiro Bernardo Sayão. Dátis de Lima Oliva foi responsável pela emancipação da CANG, que se tornou município antes de emancipar-se enquanto colônia de Ceres.²⁶⁸ Dátis permaneceria em Ceres até 1959, tendo atuado ativamente no processo de transição da antiga colônia agrícola e sua conversão em município.

Ivanildo José Peixoto era o nome diretamente vinculado ao ETPAR em Goiânia. Nesse sentido, pode-se dizer que encarnava, tanto a figura do técnico racionalizador, como a do ‘forasteiro’. Com experiência em trabalhos de consultoria tecno-administrativa para empresas no Rio de Janeiro, Ivanildo José Peixoto foi responsável pela elaboração do Ante-Projeto dos Estatutos da Associação Brasileira de Técnicos de Administração, tendo sido seu primeiro presidente.²⁶⁹ O técnico trabalharia no ETPAR entre 1962 e 1963 desempenhando funções como Técnico de Organização e Técnico de Administração. No IDAGO, sua principal responsabilidade seria a de acompanhar e coordenar, em nome do ETPAR, a implantação das Normas Técnicas de Organização do instituto, atividade que exerceu entre novembro de 1962 e fevereiro de 1963. O agente, pelo que deixa transparecer nas cartas que enviava de Goiânia a Assis Ribeiro no Rio de Janeiro, enfrentou objeções dentro do IDAGO, tendo sua credibilidade sido questionada por funcionários que supostamente teriam duvidado de suas atribuições técnicas. De qualquer maneira, sua atuação parece ter sido importante na fase inicial de implementação do IDAGO.

O primeiro contato entre o governo goiano e o ETPAR ocorreu, ao que tudo indica, no segundo semestre de 1962. Entre 14 e 17 de setembro daquele ano, Paulo de Assis Ribeiro, representando a equipe de técnicos de seu escritório de consultoria, esteve em Goiânia para uma série de reuniões com agentes do governo para traçar as diretrizes e planos de trabalho visando a

²⁶⁸ “No caso da CANG ocorreu uma inversão do processo comum. A criação do Município se antecipou à emancipação da Colônia, originando uma situação político-administrativa *sui-generis*, em que conviviam em um mesmo espaço de poder a autoridade federal do administrador da Colônia e o prefeito municipal.” In.: ANDRADE, Nair Leal de. *Reforma Agrária*. Goiânia: Editora R & F, 2003.

²⁶⁹ Carta de Ivanildo José Peixoto a Paulo de Assis Ribeiro. Goiânia, 1963.

estruturação do IDAGO sua organização e objetivos iniciais.²⁷⁰ Participaram da primeira reunião, no dia 14, além do próprio Assis Ribeiro, o Secretário de Agricultura de Goiás, o Dr.º Archimedes Pereira Lima, representando também a direção do IDAGO; o engenheiro Renato Rego Barros, à época Assessor Técnico de Planejamento e Colonização da Secretaria de Agricultura e futuro diretor do IDAGO; o Dr.º José Henrique Soares, membro do grupo de trabalho de formação do instituto e futuro diretor de Serviços Gerais da agência; o Dr.º Sandoval Rodrigues de Sá, secretário de Archimedes Pereira Lima, e o Dr.º Roberto Cortes, também membro do grupo de trabalho do IDAGO. Na ocasião, Paulo de Assis Ribeiro expôs sua concepção acerca do ‘sentido geral’ que deveria permear as ações do IDAGO, o modo mais eficiente de como a nova agência poderia operar com agilidade e sem altos custos e ainda sobre a necessidade de se estruturar o IDAGO de maneira racional, com vistas não apenas à eficácia de suas atividades, como também da obtenção de financiamento junto a agências federais e internacionais. Essa seria, aliás, uma preocupação constante: estruturar o *complexo de agências e órgãos estatais* goianos de tal modo, que o tornasse apto, a qualquer momento, a pleitear, segundo regras de estrita obediência à lógica da racionalidade dos pressupostos administrativos, empréstimos e financiamentos junto à organismos nacionais e internacionais.

O segundo dia de reuniões contou com os mesmos agentes do dia anterior mais a colaboração do agrônomo Dátis de Lima Oliva, que ocuparia o cargo estratégico de diretor do Departamento de Colonização do IDAGO, setor responsável pelos projetos de colonização que deveriam ser executados pela autarquia, especialmente os Combinados Agro-Urbanos. Foram discutidas questões relativas à substituição das atividades do DTC pelo IDAGO, bem como as principais medidas a serem tomadas com relação à situação do pessoal lotado no Departamento de Terras e Colonização e que deveria ser absorvido pela nova agência. Os presentes discutiram sobre todos os itens constantes no Art. 6º da Lei de criação do IDAGO, precisamente aqueles que se referem à transferência de encargos, recursos e patrimônio do antigo órgão para a recém criada autarquia.²⁷¹

No dia 16, Paulo de Assis Ribeiro reuniu-se pessoalmente com Mauro Borges no Palácio das Esmeraldas, sede do Governo. Não possuímos dados suficientes sobre o andamento dessa reunião, os demais presentes e os temas discutidos. Sabemos somente, pelo que pudemos extrair das anotações de Assis Ribeiro, que na conversa com o governador o tema apresentado situou-se na discussão sobre os pontos de vista do *tecnoempresário* sobre a necessidade de uma

²⁷⁰ Os dados acerca dessas reuniões realizadas em Goiânia foram obtidos a partir da leitura de anotações manuscritas do próprio Paulo de Assis Ribeiro. Fundo PAR, A/N, RJ, CX. 22.

²⁷¹ *Ibidem*.

legislação agrária nacional e, não seria demasiado supor, sobre os estudos e as principais diretrizes que a equipe coordenada por Assis Ribeiro estava elaborando com o objetivo de formular um ante-projeto de lei como parte das propostas de ‘reformas de base’ do IPES.²⁷²

No último dia de reunião, além dos demais nomes citados nos dias anteriores, estiveram presentes os presidentes da CAESGO, Jerônimo Pinheiro de Abreu, e da CASEGO, Diógenes Magalhães, além de Luiz de Campos Curado e Clovis Fleury, respectivamente, diretores Administrativo e Financeiro da CASEGO. No encontro tratou-se, entre outros assuntos, dos procedimentos jurídicos possíveis para o processo de vinculação das demais agências, as empresas de economia mista, CAESGO e CASEGO, ao IDAGO. Essa questão, que discutiremos adiante, era de vital importância para as pretensões de Mauro Borges de dotar o IDAGO de uma estrutura ampla e capaz de, enquanto órgão coordenador, centralizar sob sua direção todas as decisões acerca das políticas de desenvolvimento agrário e agrícola do estado.

As presenças de Campos Curado e Clovis Fleury indicavam ainda que os principais setores dominantes rurais goianos, organizados na Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás (FAREG) e na Sociedade Goiana de Pecuária (SGP) estiveram envolvidos no processo de construção do IDAGO, ainda que os rumos tomados pela agência no decorrer dos anos Mauro Borges tenham em grande medida desagradado esses setores.

Segundo orientação teórica que inspiraria a formulação de todo material preparado pelo ETPAR para o governo de Goiás, especialmente para o IDAGO, havia três tipos de Reforma Agrária disponíveis, de acordo com experiências verificadas noutros países: a) a *Paternalista*, profundamente ineficaz, pois teria mantido as formas tradicionais de assistencialismo, caracterizando-se como medida meramente ‘filantrópica’, sem procurar ‘corrigir em sua essência as injustiças sociais oriundas da deficiente estrutura agrária’²⁷³; b) a *Monista*, modelo de reforma agrária aplicado por ‘regimes totalitários e pelo socialismo estatal’, pautada prioritariamente pela desapropriação de terras (latifúndios) e sua distribuição; e finalmente, o modelo c) *Pluralista* ou *Democrático*, segundo o qual, visa,

²⁷² O trecho das anotações de Assis Ribeiro para o dia 16 de setembro diz: “Reunião com o Governador em Palácio: sobre locais disponíveis para instalação do IDAGO. Foram solicitadas meus... (trecho ilegível)... e apurados os pontos de vista do E.T.” Nossa hipótese é a de que o ‘E.T.’ mencionado é uma referência ao estatuto da terra, não propriamente aquele aprovado em novembro de 1964, mas os estudos para elaboração de uma legislação agrária que servisse de base para as propostas de reforma elaboradas pelo IPES. Lembremos que no período em que se reunia em Goiás para a constituição da estrutura de funcionamento e ação do IDAGO, Paulo de Assis Ribeiro trabalhava junto ao IPES do Rio de Janeiro na formulação das diretrizes de reformulação do agro da entidade. Aliás, durante todo o tempo em que esteve envolvido com os trabalhos técnicos em Goiás, Assis Ribeiro dividia essa e outras atividades com a elaboração de diversos estudos para o IPES, principalmente no âmbito das discussões sobre um projeto de reforma produtivista da agricultura.

²⁷³ Plano de Emergência do IDAGO, op.cit.

“Estabelecer condições do uso da terra que garantam, aos que nela vivem e trabalham, melhores padrões de vida, e, ao mesmo tempo, a máxima produtividade na exploração dos recursos naturais que nela existem; e, a dar a propriedade da terra ao maior número possível de pessoas aptas a cultivá-la, exercendo o Estado o domínio iminente do solo e sua faculdade de intervenção para evitar desequilíbrios e injustiças. Neste tipo, incluem-se três grupos distintos de reformas: um com características socializantes; outro de caráter global e harmônico, porém predominantemente privatista; e, um terceiro dando ênfase a determinados aspectos, num misto de ação estatal e privada.”²⁷⁴

Trata-se de promover – responsabilidade que não pode abrir mão da intervenção do Estado – uma ação adequada e um posicionamento eficiente dos empreendimentos privados, sob a garantia da inviolabilidade do direito à propriedade da terra, condições favoráveis ao uso ‘racional’ da terra em todas as fases de produção em busca de um aumento significativa da produtividade. Em consonância com esse objetivo, caminha *pari passu* a meta, exposta sistematicamente nos estudos de planejamento para as políticas do IDAGO, de transformação progressiva dos rurícolas goianos numa ‘classe média rural’, técnica e financeiramente assistida e estimulada a contribuir para o desenvolvimento da empresa agrícola. Condição *sine qua non* para essa ‘transformação progressiva’ residia no enfrentamento da chamada estrutura agrária obsoleta, sua substituição e superação, mediante o desenvolvimento de um pujante mercado interno encorajado por empreendimentos oriundos de produtores rurais cada vez mais capazes de constituir-se enquanto criadores de demandas para o mercado de bens e insumos industriais.

Vimos no primeiro capítulo como estas eram as premissas basilares dos estudos e formulações dos círculos ipesianos reformistas, em consonância com os pressupostos de desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira em curso desde fins da década de 1940 mediante atuação, sobretudo, de grupos de interesse privados e agências transcontinentais e bilaterais influenciados pelos empreendimentos particulares de Nelson Rockefeller no setor agrícola brasileiro.

Em Goiás, o desafio colocado pelo ETPAR na linha dos projetos de desenvolvimento capitalista do agro seria imenso. Como transformar uma população predominantemente rural, da qual a maioria considerável podia ser caracterizada, segundo critérios que orientavam as elaborações teóricas do ETPAR, como imersa na pobreza e falta de conhecimentos racionais de cultivo? Essa condição de *atraso* era muitas vezes entendida como resultado da aversão natural

²⁷⁴ *Ibden*

dos próprios lavradores ao uso de inovações técnicas. A solução encontrada na prática, ou, mais precisamente, a indicação das condições disponíveis, pode ser explicada, como já foi avertado, a partir da dupla perspectiva de atuação das políticas públicas de intervenção no agro em Goiás perpetradas pelo complexo de agências: núcleos coloniais para os rurícolas e agroindústria para um setor dinâmico de grandes proprietários, o que, aliás, estava em pleno acordo com a divisão do país em áreas de reforma agrária distintas conforme estudo realizado pelo IPES.

Criar uma “classe média rural de mais elevado padrão de vida, a fim de absorver os produtos fabricados pela industrialização que se desenvolve”, essa seria a principal meta do IDAGO e agências associadas, segundo palavras do governador Mauro Borges.²⁷⁵ Para tanto, o governo de Goiás solicitaria ao ETPAR que formulasse os fundamentos de ação do ‘conjunto de órgãos e entidades subordinadas ou vinculadas ao IDAGO’, trabalho que deveria partir da elaboração dos Estatutos, regulamentos, regimentos internos e normas de funcionamento das agências CAESGO e CASEGO. O objetivo, para além de dotar as empresas de economia mista atuantes no agro goiano de uma estrutura racional e adequadamente regulamentada, era o de estabelecer juridicamente o processo de vinculação subordinada das agências ao IDAGO.

Essa questão ocuparia inúmeras páginas de cartas trocadas entre Paulo de Assis Ribeiro e agentes do governo. O IDAGO foi elaborado para ser a agência diretora do processo de promoção estatal do desenvolvimento agrário e agrícola em Goiás. Para desempenhar com eficiência tamanha missão, era essencial que a agência fosse constituída segundo as diretrizes administrativas que conferiam relativa autonomia de suas decisões e procedimentos práticos. Desse modo, visando atingir certo grau de agilidade no processo de formulação e execução de suas políticas, a agência foi enquadrada no regime jurídico das autarquias. Enquanto autarquia, o IDAGO gozaria de autonomia necessária para desempenhar suas atividades.

As justificativas para a pretendida autonomia administrativa do IDAGO eram apresentadas nos pareceres jurídicos elaborados pelo ETPAR como uma necessidade primordial para que a agência estatal adquirisse ‘agilidade, desburocratização, ligeireza das decisões’, e, principalmente, não dependesse de ‘consultas’ a outras esferas de decisão para a implementação das decisões tomadas no âmbito de sua direção.²⁷⁶ Nessa perspectiva, uma agência autárquica como o IDAGO funcionaria como uma espécie de ‘pequeno Estado dentro

²⁷⁵ Carta do Governador Mauro Borges Teixeira ao Ministro da Agricultura, s/d. Fundo PAR, A/N, CX 20.

²⁷⁶ Parecer Jurídico elaborado pelo ETPAR para o Governo de Goiás sobre questões relativas às disposições legais do IDAGO, fevereiro de 1964.

de um Estado'.²⁷⁷ Embora estivesse subordinada a Secretaria de Agricultura não é exagero nenhum afirmar que na prática essa subordinação muito pouco influenciou nas decisões e rumos do IDAGO. Acrescentaríamos ainda que, se levarmos em consideração o protagonismo assumido pela agência no período em tela, o IDAGO em pouco tempo superaria em importância e visibilidade as ações da Secretaria de Agricultura, em muitos aspectos, 'esvaziada' após a criação do instituto.

Parte estratégica do processo de centralização das decisões acerca das políticas de intervenção no agro para o âmbito da direção do IDAGO residia justamente na vinculação das outras agências, a CAESGO e a CASEGO, empresas de economia-mista, juridicamente compostas em 51% de suas ações por capital público do Estado de Goiás. Ponto fulcral de toda discussão, e que exigiu parecer jurídico elaborado pelo ETPAR, residia na transferência das ações da CAESGO e da CASEGO pertencentes ao Estado de Goiás para o IDAGO. Para tanto, o ETPAR teve de rever e projetar minuciosamente os estatutos, regulamentos, regimentos internos e normas de funcionamento da CAESGO e da CASEGO, agências que deveriam ser reformuladas para enquadrarem-se à direção do IDAGO com vistas à implementação e execução do Plano de Emergência do IDAGO, projeto maior de desenvolvimento da agricultura goiana, também elaborado pelo escritório técnico carioca.

Nas palavras de Assis Ribeiro,

“... parece-me que o IDAGO necessita de meios hábeis para exercer, de fato, a coordenação das empresas vinculadas, sem o que, pode tornar-se um órgão de cúpula mais formal do que, na realidade, o verdadeiro promotor e coordenador do desenvolvimento agrário do Estado.”²⁷⁸

São constantes as manifestações de preocupação por parte de Paulo de Assis Ribeiro em relação ao andamento da aprovação na Assembléia Legislativa dos projetos de alteração dos estatutos da CAESGO e da CASEGO para sua incorporação ao IDAGO. Segundo parecer do Consultor Jurídico do Estado, o Dr.º Sebastião Emanuel Balduino, chamado a se pronunciar sobre a legalidade das alterações, a transferência das ações das empresas de economia mista do Estado para o IDAGO feria os princípios jurídicos sobre os quais estavam assentadas a organização dos órgãos públicos no estado. Para o Consultor a maioria das ações da CAESGO

²⁷⁷ *Ibden.*

²⁷⁸ Telegrama de PAR ao Cel. Petrônio Do Nascimento, s/d.

e da CASEGO deveriam permanecer com o Estado, representado no Executivo. Segundo o seu Parecer,

“(...) entendemos que nenhum proveito especial possa ter o IDAGO com tal medida.(...) Evidentemente, sendo o IDAGO uma autarquia do Governo Estadual traz consigo, nos princípios jurídicos de sua estruturação, todos os atributos de ordem pública de que se reveste o seu criador, não necessitando reter as ações das companhias que lhe foram vinculadas, para sobre elas exercer poder acionário.(...) A transferência dessas ações, embora para uma entidade de direito público, que o é uma autarquia, atenta contra a vontade legal, porque aquela vive sob um sistema de autonomia que garante aos seus diretores a mais ampla liberdade de ação.”²⁷⁹

Pela proposta de vinculação elaborada pelo ETPAR, as agências deveriam vincular-se totalmente ao IDAGO, deixando de ser meramente ‘órgãos auxiliares’ ou de ‘assessoramento’. Assim, como agência central de desenvolvimento, passaria a coordenar, planejar e executar serviços que atingiriam desde a administração de pessoal, contratos de financiamento, procedimentos e tomadas de decisão em relação às prioridades de implementação de políticas para o agro, enfim, um conjunto de formulações e execuções de atividades previstas por tais agências.

Do ponto de vista da vinculação jurídica, os entendimentos para a incorporação da CAESGO e da CASEGO ao IDAGO não foram adiante, tendo encontrado severa oposição tanto na Assembléia Legislativa quanto no âmbito da própria diretoria das agências. Na prática, no entanto, a preponderância adquirida pelo IDAGO acabaria por exercer significativa pressão sobre as outras agências estatais, demarcando assim a subordinação das políticas públicas para a agricultura em Goiás à hegemonia do instituto. Dessa maneira, a formação de um *complexo de agências e órgãos estatais e associados* em Goiás destinados a intervenção no agro deu-se na proporção da consolidação do IDAGO como principal organismo estatal.

O IDAGO estabeleceria nos primeiros anos de sua existência inúmeros contratos de cooperação técnica com agências internacionais e brasileiras, além de obter, mediante contratos de financiamento, investimentos imprescindíveis para sua estruturação e funcionamento. De acordo com o *Relatório de Atividades do IDAGO* de 1963, estariam atuando em Goiás a convite do instituto, missões de cooperação técnica da França e de Israel, incumbidos de

²⁷⁹ Parecer Jurídico elaborado pelo Consultor Sebastião Emanuel Balduino. Goiânia, 1963. fls. 7-8. Fundo PAR, A/N.

desenvolver atividades nas áreas de pedologia, irrigação e colonização. Com os Estados Unidos, o IDAGO manteria contato com a *Aliança Para o Progresso*, especialmente na aquisição de alimentos para o Combinado Agro-Urbanos através do programa *Alimentos para a Paz*, que previa um plano de assistência alimentar para cinco anos.²⁸⁰

Uma das principais atividades desempenhadas pelo IDAGO nos anos Mauro Borges esteve voltada para a criação de um conjunto de organismos tentaculares distribuídos pelo estado segundo critérios orientados pelas prioridades a serem executadas de acordo com a configuração sócio-espacial das diferentes regiões goianas. As Agências Volantes de Terras (AVTs) foram criadas para dar maior dinamismo ao IDAGO na medida em que se propunham a se constituir em ‘miniaturas ambulantes’ do instituto, responsáveis pelo trabalho diretamente nos locais que exigiam uma intervenção imediata do IDAGO com o fim de resolver conflitos agrários. Dentre as finalidades das Agências Volantes de Terras destacavam-se aquelas voltadas para a ocupação da terra (terras devolutas), a resolução de conflitos envolvendo posseiros, educação para o desenvolvimento agrário, ensino de técnicas de aproveitamento racional do solo, incentivo ao cooperativismo e ao associativismo (sindicalização), além de cuidar da expedição de títulos, atribuição do antigo Departamento de Terras e Colonização.

As AVTs foram pensadas inicialmente para serem órgãos transitórios na estrutura do IDAGO, justamente em substituição às atribuições do DTC.²⁸¹ Dessa forma, as AVTs funcionariam até todos os setores e a estrutura definitiva do IDAGO estivesse em ação. Mas, ao que parece pelo menos para o período de governo Mauro Borges, ganharam importância como a ‘verdadeira presença’ do IDAGO em vários municípios goianos. Em 1963 o IDAGO havia criado 12 AVTs, localizadas conforme a seguinte distribuição:

Relação de Agências Volantes de Terras por Municípios:

AVTs	Municípios
AVT – 1	Amaro Leite, Formoso e Campinorte
AVT – 2	Araguacema, Arapoema, Couto Magalhães, Dois Irmãos, Itaporã e Pequizeiro
AVT – 3	Gurupi, Paranã, Peixe e Alvorada
AVT – 4	Cristalândia, Miracema do Norte, Piun,

²⁸⁰ Em 1963 o IDAGO havia recebido do programa *Alimentos para a Paz* 50 toneladas de gêneros de primeira necessidade. *Relatório de Atividades do IDAGO em 1963*.

²⁸¹ Compunham o Grupo de Trabalho para a elaboração das diretrizes de funcionamento, os técnicos Renato Mendonça, Pedro José Chedian e o técnico do ETPAR Ivanildo José Peixoto.

	Paraiso do Norte, Tocantinia
AVT – 5	Almas, Dianópolis, Natividade
AVT – 6	Araguatins, Itaguatins, Tocantinópolis
AVT – 7	Não há dados correspondentes.
AVT – 8	Pedro Afonso, Tupirama
AVT – 9	Porto Nacional, Monte do Carmo
AVT – 10	Araguaina, Xambioá
AVT – 11	Araguaçu, Porangatu, Santa Tereza
AVT – 12	Crixás, Ceres, Diorama, Goiás

Fonte: Terras do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás. Fundo PAR/BN-RJ

Um dado que chama a atenção é que praticamente todas as AVTs estão localizadas do centro-norte para o norte do estado de Goiás, não havendo, portanto, nenhuma agência no sudeste e sul do estado. Das doze AVTs criadas pelo IDAGO em 1963, quatro estavam localizadas em municípios do Norte do estado, sete ficavam no Centro-Norte, e uma no Sudeste.

Essa distribuição de escritórios das Agências Volantes de Terras pelo território goiano revela-nos de imediato sua relação com as áreas de menor densidade demográfica se comparada às regiões Sudeste, Centro Sul e Sudoeste goianas. Tratam-se de áreas com alto índice de conflitos de terra, envolvendo majoritariamente posseiros, muitos dos quais há décadas mantinham cultivo e morada em terras devolutas, fazendeiros e grileiros. Isso significa, em primeiro lugar, que uma das prioridades do IDAGO ao criar as AVTs estava exatamente voltada para a questão dos conflitos de terra no norte do estado e na utilização do estoque de terras devolutas como meio de equacionar o problema. Também revelam o tipo de política pública destinada pelo IDAGO para a maior parte do estado – sua porção norte – diferentemente daquela desenvolvida para a região sul.

O que queremos dizer, é que enquanto para o norte goiano a prioridade residia na promoção de uma ocupação efetiva das terras, processo que dependia da ação combinada da resolução dos conflitos e da criação de núcleos coloniais dirigidos pelo Estado, para o sul de Goiás voltavam-se a quase totalidade dos empreendimentos governamentais orientados pelas diretrizes da industrialização do agro. Num estado predominantemente agrário como Goiás, e marcado por um crescimento agropecuário desigual ao longo do tempo, o norte podia ser caracterizado, em linhas gerais, como região marcada pela existência de extensas terras

devolutas, ocupadas por grande quantidade de ‘culturas de subsistência’, as ‘lavouras de pobres’, e cercadas por extensas propriedades latifundiárias dedicadas à pecuária.

Se compararmos os projetos de políticas agrícolas direcionados para as distintas regiões ao longo do governo Mauro Borges, veremos o quanto a premissa de industrialização do agro no sul do estado se fazia premente em oposição à preocupação colonizadoras dedicadas ao norte. De acordo com o Programa de Implantação da Rede Armazenadora, realizado pelo Consórcio de Planejamento e Empreendimento (COPE), prevista para ser executada pela CASEGO, dos vinte e um armazéns e dos dezesseis silos que deveriam ser construídos até 1964, nada menos que dezenove armazéns e quinze silos estavam localizados no sul do estado.²⁸² Esse direcionamento dado pelos projetos de ‘modernização’ industrial do agro goiano revelavam cada vez mais o objetivo de promover o desenvolvimento da agroindústria, a partir do fomento a um setor relativamente dinâmico já estabelecido na região sul dos estado. Somam-se aos projetos de implantação da rede armazenadora e da construção de silos, os postos de venda da CAESGO, da qual falamos acima, predominantemente construídos no sudeste, centro-sul e sudoeste de Goiás, sub-regiões que compreendem o que estamos aqui considerando genericamente como sul do estado.

As AVTs também seriam responsáveis pela aplicação, no âmbito do IDAGO, da ‘Justiça Agrária’, espécie de justiça *in loco*, agindo em 1º instância, nos molde da Justiça do Trabalho. Lembremos que a criação de uma ‘Justiça Agrária’, autônoma e desburocratizada, capaz de equacionar questões relativas às relações de trabalho entre trabalhador rural e empregador, contratos de arrendamento, etc., era uma das principais propostas elaboradas pelos círculos ipesiano, parte importante do projeto de reformulação do agro proposto pela entidade. O Anteprojeto de Lei de criação de uma “Justiça Agrária” subordinada ao IDAGO a ser executada pelas AVTs foi elabora pelo ETPAR e continha o mesmo texto e propósitos daquela publicada pelo IPES. Segundo a proposta, as questões de resolução jurídica relativas a disputas envolvendo trabalhadores rurais e proprietários ganhariam em agilidade, uma vez que estariam voltadas especialmente para o tratamento das relações ‘homem-terra’.

A maior realização de uma Agência Volante de Terras no período, pelo menos aquela que mereceu maior visibilidade devido à importância do episódio em Goiás foi concretizada pela AVT-1, localizada na região de Amaro Leite, e que cobria as áreas de Formoso e Trombas.

²⁸² Este número esteve muito longe de ser alcançado durante o governo Mauro Borges. Ao que parece apenas dois armazéns haviam sido construídos em 1963. O motivo geralmente apontado para o não cumprimento das metas previstas nos planos de ação das agências estava na dificuldade de obter financiamento junto aos órgãos públicos. Interessa-nos aqui, entretanto, analisar a questão a partir dos projetos elaborados, aspecto que demonstra precisamente as intenções contidas na formulação das políticas de intervenção estatal no agro goiano.

Nessa região, ocorrera ao longo de toda década de 1950 uma seqüência violenta de conflitos entre posseiros e supostos proprietários de extensas terras, tidas como devolutas pelos pequenos posseiros ocupantes e reivindicada como propriedade comprada de falsos herdeiros, uma extensão de cerca de 15.000 ha. havidos como área de sesmaria, num processo de grilagem que envolveu advogados e juizes de Comarcas locais, num caso que tomou proporções inimagináveis em função da resistência organizada pelos posseiros da região. Pois, justamente como resultado da significativa vitória dos posseiros durante os anos 50 e do interesse do governo goiano em resolver a questão, de modo a utilizá-la como exemplo de pacificação e modelo de resolução de conflitos de terras, a recém criadas AVT-1 foi responsável pela providenciar a regularização e entrega dos títulos de posse aos posseiros de Formoso e Trombas.

O IDAGO e o próprio governador Mauro Borges reiterariam sempre que o possível êxito da ação de ‘pacificação’ das disputas de terras no estado ocorreu a partir da intervenção das agências criadas em seu governo, e exemplo do sucesso de sua política de desenvolvimento agrário, que sob essa ótica se caracterizava pela promoção do bem-estar do rurícola goiano. A ‘domesticação’ da luta pela terra no estado de Goiás, especialmente o caso do Formoso, seria uma peça importante no tabuleiro das memórias sobre o período erigidas pelo próprio Mauro Borges nos anos subseqüentes. Inúmeras outras resistências de posseiros ocorreram em Goiás durante o Governo Mauro Borges.

Lutas de posseiros nas regiões de Piracanjuba, Taquara, Taguatinga, Jussara, Salobinha, Goianésia, Porangatu, São Gabriel de Goiás, Dianópolis e Almas, estas duas atribuídas à ação das Ligas Camponesas, seriam sistematicamente combatidas pelas forças policiais do estado, face menos visível da política de intervenção do agro em Goiás no início da década de 1960. A face mais visível ficaria por conta das políticas de colonização materializadas nos Combinados Agro-Urbanos. A violência, física e simbólica, seria uma marca da atuação do Estado em Goiás nos anos Mauro Borges. É dela que também trataremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

‘Estado Educador’ em ação: ‘Zés Goianos’, ‘Zés Porfírios’ e o exercício da violência.

Zé Goiano é um lavrador pobre. Pequeno rurícola, aparece como representação modelar de um tipo muito comum de trabalhador do campo em Goiás no século XX. Zé Goiano é pequeno proprietário, poucos recursos, cultiva uma minguada lavoura de roça, sua cultura de subsistência. Ainda assim, compra quase tudo que consome. Sua terra não produz o suficiente nem para sustentar a própria família. Zé Goiano tem então de ir com frequência à venda mais próxima para adquirir os gêneros alimentícios de primeira necessidade. Lá, acompanhado dos filhos pequenos, tem de sujeitar-se à ganância e esperteza do comerciante. Chico Vendeiro não tem pena de Zé Goiano. Cobra caro pelo feijão, pelo arroz, pelo milho, e ainda não lhe fornece a nota fiscal. Chico Vendeiro sabe que retendo a nota de compra toda vez que um ‘Zé Goiano’ fizer negócio em sua venda ganhará muito mais. Zé Goiano não sabe disso. Volta pra casa em sua carroça e sofre com a estrada esburacada e a eminência de uma forte chuva.

A chuva que cai sobre sua cabeça ameaça estragar os alimentos que acabara de comprar. Zé Goiano precisa ser rápido antes que as águas que caem do céu danem ainda mais sua vida sofrida. Mas, como ser rápido com as estradas esburacadas daquele jeito? Zé Goiano chega ao sítio todo encharcado, seu filho menor ficará rapidamente doente. A casa de Zé Goiano não tem luz elétrica, água corrente e rede de esgoto. Seus filhos não têm escola. Sua família sofre com a falta de assistência médica. No dia seguinte, de enxada na mão, mourejando em sua precária roça, Zé Goiano lamenta: “Ah... Se eu pudesse comprar ao menos um trator pequeno!

Eu ia ter a melhor roça do mundo!” O exame é judicioso, não permite imprecisões: “Zé Goiano não tem trator nem adubos, nem sementes... Zé Goiano só tem os braços... E é por isso que sua terra não produz!” Zé Goiano sabe disso.²⁸³

O enredo que acabamos de aludir é parte de uma pequena cartilha, espécie de almanaque, elaborada pelo Governo de Goiás em forma de quadrinhos, e que tinha como principal objetivo apresentar às famílias de rurícolas goianos as principais diretrizes para o campo contidas no Plano MB. A pequena historietta, intitulada *Nasce um Novo Sol para os Goianos*, acompanhava as agruras do lavrador Zé Goiano e de sua família, suas carências, falta de condições mínimas de vivência e, principalmente, as relações de trabalho que envolviam produção, venda e consumo. O trecho citado enfatizava a necessidade de mecanizar o processo produtivo da lavoura, dotá-lo de eficiência visando o aumento da produtividade, o que somente ‘os braços’ empregados no trabalho de enxada não seriam capaz de proporcionar.

O ponto central abordado pela cartilha residia no chamamento à necessidade de se exigir a nota fiscal em quaisquer compras realizadas no comércio varejista. Dessa conscientização dependia grande parte da execução do Plano MB, uma vez que a arrecadação de impostos pelo Estado era imprescindível na obtenção de recursos a serem revertidos para o atendimento das demandas de infra-estrutura necessárias à promoção da *modernização* do trabalho empregado na agricultura. Dessa maneira, o governo conclamava os trabalhadores rurais, em geral, a fazerem sua parte, contribuindo assim para o sucesso do Plano MB.

Segundo a cartilha, os impostos pagos na aquisição de produtos no comércio seriam empregados pelo governo para o melhoramento da agricultura e da pecuária, através da ampliação de assistência técnica e instalação de Escolas Agrotécnicas e postos de mecanização para os lavradores, além de prever a orientação para a ocupação das terras devolutas do estado mediante, prioritariamente, a criação de núcleos coloniais. Previa ainda o melhoramento das condições de transporte, através da pavimentação e construção de estradas, além de projetos voltados para áreas de ‘Educação e Cultura’, e ‘Saúde Pública e Assistência Social’, questões presentes e dispostas ao longo da saga de dificuldades enfrentada pelo personagem Zé Goiano.²⁸⁴

O Plano MB seria apresentado na cartilha por um personagem cidadão, conhecedor tanto dos sertões goianos quanto da capital e dos centros urbanos por sua condição de caixeiro viajante. Silva, o ‘amigo de todos’, explica a Zé Goiano como ele deve proceder quando faz as suas compras: exigindo as notas fiscais ele evita a sonegação de impostos e garante ao Governo

²⁸³ GOIÁS. *Nasce um Novo Sol para os Goianos*. Plano MB, Almanaque Anhaguera, n.º 1. 1962.

²⁸⁴ “O Governo vai Aplicar 33 Bilhões de Cruzeiros para Realizar o Plano MB, entre 1961 e 1965.” In.: *Ibden*.

do Estado os recursos necessários para o cumprimento das metas do Plano. Nas palavras do caixeiro viajante o governo estaria pronto para ajudar o ‘povo’, e era justamente o ‘próprio povo’ quem ajudaria ao governo e a si mesmo ao assumir o compromisso de pedir as notas de compras ao comerciante. Zé Goiano passa então a ter uma ‘razão pra viver’. Enche-se de esperança em seu futuro, confiante de que finalmente o governo olharia pelos pobres lavradores goianos. Convertido e esperançoso, afirma sem titubear: “Eu vou ajudar! Quero ver esse ‘Plano MB’ realizado! Quero ver Goiás bem grande... E nós todos goianos felizes!”²⁸⁵

O método pedagógico de cunho paternalista com o qual fora elaborada a cartilha aproximava-a em muitos aspectos de experiências anteriores que procuraram construir um diálogo com as ditas ‘camadas populares’, principalmente rurais, donde o ensinamento aparece permeado por uma condenação dos modos tradicionais de vida das comunidades rurais, causadores, via de regra, do atraso a que estão relegadas. O exemplo maior dessas iniciativas é, sem dúvidas, aquela que consolida o personagem Jeca Tatu, criação de Monteiro Lobato para representar o trabalhador rural doente e necessitado de assistência médica capaz de salvá-lo da doença e curá-lo para a sua conversão em trabalhador são e produtivo.

O personagem Jeca Tatu é apresentado pela primeira vez nos contos *Velha Praga e Urupês*, escritos por Monteiro Lobato em 1914 e publicados no jornal *O Estado de São Paulo*. Nesses contos o Jeca, típico homem pobre rural brasileiro, é visto como permanentemente doente, o que naturaliza sua condição ‘inferior’ de trabalhador rural *nacional* frente ao imigrante estrangeiro.²⁸⁶ Importante considerar que Lobato era um autêntico representante dos interesses dos grupos cafeeiros do Vale do Paraíba, sendo ele próprio fazendeiro na região, daí a preferência pela mão-de-obra estrangeira em detrimento do trabalhador *nacional*, projeto defendido pelas frações dominantes ligadas aos interesses cafeeiros na Primeira República.²⁸⁷ Há que se ressaltar, entretanto, que a visão de Monteiro Lobato acerca do Jeca Tatu, e do trabalhador *nacional*, ao que parece, sofreria significativas mudanças no decorrer dos anos. A partir de 1918, como a publicação do conto *Problema Vital*, o literato deslocaria cada vez mais as determinações da doença e preguiça do Jeca de sua natureza intrínseca para a falta de assistência médico-sanitária.²⁸⁸

Embora tratem de personagens de natureza distinta quanto aos motivos de seu ‘atraso’, é possível estabelecer um paralelo, ressaltando suas diferenças, entre o Jeca Tatuinho, homem

²⁸⁵ Id.

²⁸⁶ Ver: TOLENTINO, Célia Aparecida F. “O Caipira Literário e a Doença do Atraso.” In.: *O Rural no Cinema Brasileiro*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

²⁸⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro(1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

²⁸⁸ TOLENTINO, op.cit.p.98.

rural pobre, e o Zé Goiano, também como aquele, responsável em grande medida pela sua condição de privações. Ademais, é muito provável que o método utilizado pelo Governo goiano na elaboração de sua cartilha tenha sido inspirado no modelo de história em quadrinhos utilizado para disseminar novas formas de comportamento entre os homens pobres rurais brasileiros através dos popularíssimos *Almanaques Fontoura*, publicados pela Biotônico Fontoura entre as décadas de 1930 e 1970.²⁸⁹

Assim como o Jeca Tatuzinho, Zé Goiano não dispõe de instrumentos modernos de trabalho. No caso do personagem de Lobato, o que o impede, o que o mantém atrasado é a doença, causa de seu desalinho, de sua feiúra, de sua eterna preguiça. A solução para sua condição enferma reside exatamente na cura de sua parasitose, materializada pela ingestão de vermífugos capazes de transformá-lo de doente anêmico e preguiçoso em homem disposto e apto para o trabalho. Esse procedimento era tido como indissociável da adoção de instrumentos técnicos e da mecanização da lavoura. O agente promotor de tal mudança é o *médico*, pois se trata de uma ‘doença’, daí o foco residir nas condições precárias de saneamento do homem rural pobre desassistido. Originado num período em que se discutia o valor do trabalhador *nacional* em comparação com a mão de obra imigrante, a história do Jeca Tatu adquire, como vimos, outra conotação que a difere da abordagem anterior.

Segundo Célia Tolentino, o escritor abandonaria uma perspectiva que entendia o homem pobre rural como um ‘sub-raça’, ‘uma velha praga que corrompia a terra, retardava e emperrava o progresso da nação’²⁹⁰ – posto que carregavam no própria sangue a incapacidade para o trabalho racional –, por outra que explicava a doença do homem pobre rural a partir da ausência de saneamento, condição que agravava tanto biológica quanto moralmente o trabalhador. O problema estaria, portanto, na

“ (...)doença do atraso, que, com as verminoses e parasitoses, precisava de cura e prevenção por meio dos recursos técnicos e científicos modernos, dos homens de ciência que deveriam gerir os laboratoriso de pesquisa e o Brasil. Assim, a nossa gente rural, meiga e dócil por índole, seria disciplinada e trabalhadora tanto quantos os italianos, espanhóis e portugueses que impunham um novo tempo ao trabalho no campo brasileiro. Mas, desassistida, seria uma força em estado de possibilidade, porque as endemias lhe destruíam o sangue e atrofiavam o corpo e o espírito.”²⁹¹

²⁸⁹ Em 1962, ano de publicação do *Almanaque Anhanguera* pelo Governo Mauro Borges, o *Almanaques Fontoura* estava em sua 32ª edição.

²⁹⁰ *Ibden*, id.

²⁹¹ *Id.*

Logo, uma vez ‘curado’ de sua ‘doença do atraso’, o trabalhador rural pobre passaria a um exímio produtor, favorável a adoção de técnicas de trabalho que desconhecia por falta de assistência governamental.

Essas questões também são muito relevantes para enfatizar que o discurso de defesa da *regeneração* do trabalhador rural brasileiro em prol da adoção de práticas racionais de trabalho e adesão a uma *agricultura científica* não nasceu na década de 1950 nem resultava de uma necessidade *nova* tendo em vista a promoção do desenvolvimento industrial da agricultura. Questões como colonização, cooperativismo, educação rural, racionalização e produtividade do trabalho, disciplinarização da mão-de-obra agrícola, tecnização da vida no campo, tópicos-chave dos discursos e planos *tecnoempresariais* de intervenção no agro perpetradas em Goiás no decurso da administração maurista, já estavam presentes nos projetos das frações dominantes rurais brasileiras desde pelo menos o início do século XX. De acordo com a constatação de Sonia Mendonça, “...os projetos educacionais e racionalizadores da produção impuseram-se no curso de toda a República Velha(...): regenerar o homem e elevar ao máximo a produtividade, tecnificando-a, parecem ter sido as metas da preconizada agricultura científica.”²⁹²

No caso do Zé Goiano, a causa de seu ‘atraso’ não está em sua condição *enferma*. Embora viva em condições precárias de saneamento, os obstáculos que constituem a ele próprio enquanto entrave para o desenvolvimento do agro, ampliam-se para um conjunto de aspectos infra-estruturais, abarcando elementos mais diretamente associados à saúde pública e saneamento, como hospitais e construção de rede de esgoto, e meios de dinamizar sua produção, como estradas, energia elétrica e educação agrícola. Mas, assim como o famoso personagem de Lobato, sua situação improdutiva só poderia ser superada na medida em que abandonasse suas formas costumeiras de trabalho e adotasse métodos racionais de cultivo, pautados pela aquisição de máquinas e insumos agrícolas, as senhas incontestes para adentrar à modernidade no campo.

Note-se que o rurícola goiano não precisa, como seu irmão ‘caipira’, provar sua capacidade para o trabalho. Zé Goiano não é abatido pela preguiça. No entanto, sua coragem e disposição já não são suficientes para a nova ordem de desenvolvimento que se almeja para Goiás. Sua enxada, sua lavoura de subsistência, são símbolos de um passado que se pretende substituir em prol de uma agricultura dinâmica e mecanizada, capaz de atender à modernização racional da agricultura prevista nas diretrizes do Plano MB.

²⁹² MENDONÇA, op.cit. p. 83.

A visão geral acerca do trabalhador rural goiano contida na representação do personagem Zé Goiano estará presente em todos os planos e iniciativas estatais formuladas ao longo do governo Mauro Borges. Essas diretrizes contariam tanto com a ação planejada das agências estatais quanto através de convênios com agências e programas privados de cunho extensionistas, nacionais e internacionais. Entendemos que esse conjunto de medidas visando ‘educar’ o trabalhador rural em Goiás para o uso de novas técnicas produtivas não apenas respondia a demandas de incremento e modernização do agro, mas, sobretudo, buscava – através da conversão dos pequenos produtores, posseiros, meeiros e arrendatários, em *colaboradores* das políticas estatais – assegurar a disciplinarização no campo e refrear as lutas camponesas por terra.

Gramsci afirma que o Estado, em sentido estrito, possui um ‘aparato de coerção’ apto a exercer práticas repressivas de modo a assegurar legitimamente a disciplina daqueles que se voltam contra sua diretrizes ‘legalmente’ constituídas.²⁹³ Este aparato coercitivo estaria pronto para agir sobre toda a sociedade em momentos de fracasso ou ineficácia do ‘consenso espontâneo’, dado por setores *conquistados* ao projeto *hegemônico* de sociedade. De acordo com a perspectiva do marxista italiano, todo processo de exercício e dominação de uma hegemonia faz uso da operação de combinação de estratégias de convencimento, por meio de ações coercitivas e consensuais.

Noutras palavras, diríamos com base nas reflexões do marxismo de Antonio Gramsci que o consenso, ou a busca de, reveste-se tanto de práticas violentas de coerção quanto de ações persuasivas disseminadas pela imposição de novos valores e visão de mundo. É nesse sentido que reside nosso ponto de partida para explicar as relações de dominação e das formas de violência perpetradas pelo Estado em Goiás no período estudado. Ao mesmo tempo em que se dava por meio de prática aberta de repressão às ações camponesas organizadas de luta pela terra, a violência também operava noutro terreno, compartilhando e disseminando outros sentidos, revestindo-se de estratégias pedagógicas que buscavam a adesão espontânea de amplos setores dominados aos projetos de racionalização técnica das atividades agrícolas.

Dessa forma, as práticas de educação agrícola para os trabalhadores rurais dispostos a ‘curar-se’ pelas propostas de modernização estatal caminhariam *pari passu* com a repressão policial para aqueles que, *indisciplinados*, optaram por promover diretamente, através de formas coletivas de luta, rupturas com relações de dominação e expropriação as quais estavam submetidos. Essa questão lança luz sobre o que entendemos constituir o duplo caráter das

²⁹³ GRAMSCI, op.cit.

políticas públicas para o agro em Goiás durante o governo Mauro Borges, naquilo que elas tocam diretamente na questão do desenvolvimento agrícola associado à questão da propriedade da terra: o tratamento dispensado ao trabalhador rural goiano, fosse ele posseiro, arrendatário ou mesmo sitiante, congregou práticas *consensuais* de conquista e adesão aos programas estatais de desenvolvimento *racional* do trabalho e produção agrícolas com ações *coercitivas* levadas a cabo por um aparato repressivo, disposto, em nome da ordem no campo, a agir violentamente contra as manifestações de luta pela posse da terra na região. Trata-se aqui de entender a violência praticada em Goiás durante o governo Mauro Borges a partir de seu duplo aspecto: a *violência física* e a *violência simbólica*, ambas como estratégias distintas, porém complementares.

Segundo Bourdieu, o Estado exerceria dentre suas práticas de ordenamento e controle social a tarefa de *unificar* o conjunto da população mediante a reivindicação e uso *legítimo* do monopólio da força física e da força *simbólica*.²⁹⁴ Dessa maneira, por meio das agências estatais encarregadas de pôr em funcionamento as políticas públicas por elas formuladas – aqui compreendidas tanto as agências formuladoras de políticas de desenvolvimento econômico e social quanto aquelas componentes do aparelho coercitivos, notadamente o aparato policial – o Estado atuaria no sentido de moldar os esquemas de percepção e de pensamento de modo a assegurar a submissão ao *status quo* reprodutor de relações de dominação. Isso significa que o Estado, via agências, reproduz e naturaliza a incorporação das divisões e oposições inscritas no espaço social do qual é parte constituinte e construtora.²⁹⁵

Em última análise, as práticas estatais de violência coercitiva e de violência simbólica implicaram, através da repressão policial e da educação agrícola, na desestruturação de modos de vida e trabalho consagrados por experiências e costumes compartilhados por amplos setores populares no campo. Quando falamos de ‘desestruturação de modos de vida e trabalho’ não estamos nos referindo a um conjunto de valores estáticos engessados no tempo, mas de experiências orientadoras para práticas históricas cuja dinâmica resulta de enfrentamentos que reordenam valores. Para o caso de amplos segmentos dos trabalhadores rurais goianos, notadamente representados na figura do posseiro, pode-se afirmar que ao longo da década de 1950 e início da década seguinte, forjaram-se formas de vivência e trabalho indissociáveis de

²⁹⁴ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007. Ver Também: BOUDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 2007.

²⁹⁵ Para uma reflexão acerca da contribuição de Bourdieu para a tarefa de pensarmos o *modus operandi* do Estado e de suas agências no exercício da violência simbólica e na consequente submissão da participação social, cultural e política dos agentes dominados, ver: MENDONÇA, Sonia Regina de. “O Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania.” In.: *Tempo 1*, Revista de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1996. pp. 94-125.

novas modalidades de resistência capazes de convertê-los em importantes atores nos embates travados no período acerca do acesso a terra e da inserção política do campesinato.

Esse eixo norteador de nossas reflexões não deve, entretanto, balizar uma orientação que aponte para uma via de mão única que oponha os trabalhadores rurais goianos, organizados ou não, ao Estado. A questão é muito mais complexa do que uma mera *vitimização* do camponês, perspectiva que contraria nossa perspectiva teórica acerca do Estado e das relações sociais que dele fazem parte. Assim, precisamos deixar claro que o processo de violência física e simbólica capitaneado por agências estatais não estão ausentes da própria ação dos agentes dominados, que atuam, ainda que de maneira subordinada, através de pressões e contrapressões, no sentido de avançar na conquista de seus interesses. Em Goiás, o Estado passa a desempenhar um significativo papel no reordenamento da estrutura de dominação na agricultura, gerando novos mecanismos de subordinação política e cultural sobre o campesinato. Essa postura advém do reconhecimento de que as formas tradicionais de dominação no campo vinham sendo duramente questionadas e, em muitos casos, superadas pelas lutas e mobilização camponesas do período.

Este capítulo pretende adentrar nessa problemática. Analisaremos as ações estatais através de suas agências e de órgãos privados associados com vistas a converter o trabalhador rural goiano em ‘colaborador’ dos planos de desenvolvimento agrícola no estado. Ao mesmo tempo, e como estratégia complementar de dominação, abordaremos as inúmeras incursões policiais de repressão a movimentos de luta pela terra dirigidas em sua grande maioria por posseiros no norte do estado.

Ao contemplarmos as formas de resistência dos camponeses goianos organizados, o faremos tanto por meio das ações diretas de luta pela posse da terra como mediante a inserção de demandas por sindicalização, processo que colocaria os trabalhadores rurais goianos, de um lado, no enfrentamento com o aparato coercitivo do Estado, e de outro, em atuação colaborativa com a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, agência encarregada da campanha de massificação de sindicatos de trabalhadores rurais em Goiás durante o governo Mauro Borges.

O símbolo dessa luta é José Porfírio de Souza, o ‘Zé Profiro’, principal liderança das lutas camponesas em Goiás desde o início dos anos 50, onde passaria toda a década envolvido na vitoriosa luta armada pela posse terra em Formoso e Trombas. Porfírio, durante o governo Mauro Borges, ampliaria sua frente de combate ao atuar como Deputado Estadual e engajar-se na campanha de sindicalização promovida pelo Estado. Os ‘ecos’ das lutas dos posseiros da década anterior lograram aos primeiros anos da década de 1960 o surgimento de vários ‘Zés

Porfírios’, espalhados por todo o estado e que tinha na figura do líder de Trombas um exemplo de luta.

A experiência de implementação de um plano de desenvolvimento agrário em Goiás implicou, como vimos até aqui, diversos aspectos sociais. É hora de analisar como os ‘Zés Goianos’ e os ‘Zés Porfírios’ reagiram a ele.

1 – Extensionismo e educação rural em Goiás: um chamado à capacitação técnica e ao combate à ‘subversão’.

Em junho de 1963, o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás anunciaria a criação de um movimento voluntário, de caráter pedagógico, destinado a ‘levar ao homem do campo um programa de educação de base visando sua capacitação técnica.’²⁹⁶ A ‘Campanha de Bandeirismo Social’ seria executada por jovens universitários goianos na época das férias julinas, aproveitando assim o retorno dos estudantes às suas vilas e cidades de origem. Os *bandeirantes agrários*, como eram designados, seriam recrutados dentre aqueles que, ‘ainda não envolvidos pela conveniência pessoal’²⁹⁷ em organizações e movimentos estudantis e partidários de quaisquer matizes, estivessem imbuídos do ideal do desenvolvimento agrário conforme preconizado pelo IDAGO e preparado para ser executado pelas *Bandeiras Agrárias*. Dessa maneira, os universitários voluntários que comporiam o corpo de ação das *Bandeiras Agrárias* deveriam partir para as regiões mais remotas do interior do estado com o compromisso de instruir, a partir do cumprimento de um amplo leque de propósitos tecnoeducativos, o rurícola goiano e ‘assentar em linhas definitivas os rudimentos básicos de uma colonização agro-pecuária.’²⁹⁸

A iniciativa do IDAGO de criar um movimento de universitários extensionistas para atuar no meio rural parece ter buscado inspiração em empreendimento semelhante já existente entre jovens universitários cearenses e nas ações do Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à Igreja Católica.²⁹⁹ As *Bandeiras Agrárias*, enquanto órgão vinculado ao IDAGO, procurariam difundir em pequena escala, tendo em vista sua precária organização e falta de recursos, as principais diretrizes da agência estatal de desenvolvimento agrário, cuidando tanto

²⁹⁶ IDAGO – *Bandeiras Agrárias*. Goiânia, julho de 1963. IPEHBC – Fundo Mauro Borges.

²⁹⁷ *Ibden*.

²⁹⁸ *Id.*

²⁹⁹ Essas referências constam em documento do IDAGO sobre as *Bandeiras Agrárias*. Ver: IDAGO – *Comunicado nº4/63* de junho de 1963.

da educação e extensionismo rural quanto da verificação preliminar de potenciais colonos para os projetos de núcleos coloniais a serem criados pelo governo. Os *bandeirantes agrários* se ocupariam ainda da coleta de dados que dessem conta de aspectos socioeconômicos das regiões onde operavam, com o intuito de produzir subsídios para projetos futuros do IDAGO.

O projeto ficaria inicialmente sob coordenação e orientação da Presidência do IDAGO, vinculadas diretamente, portanto, à supervisão do Cel. Petrônio Maia do Nascimento. Segundo planejamento do instituto, as atividades das *Bandeiras* passariam, num segundo momento, para a responsabilidade do Departamento de Estudos e Planejamento. Importante observar que as principais diretrizes que dariam corpo à nova agência vinculada ao IDAGO foram elaboradas em estreita colaboração com a Igreja Católica e a Universidade Católica em Goiás. Coube à Faculdade de Filosofia de UCG a elaboração preliminar da *Cartilha do Bandeirante Agrário* a ser implementada pelo IDAGO. Seguindo orientação ‘psico-didática’ no tratamento da educação do homem rural, sob coordenação do Revmo. Pe. Tomazzi, também diretor da Faculdade de Filosofia da UCG, os *bandeirantes agrários*, universitários de diferentes cursos, eram preparados segundo princípios que congregavam o assistencialismo católico no campo e as práticas de extensionismo rural que dominavam a ação de agências privadas de cunho tecnoeducativo.

A atuação dessas agências, em associação e convênios com organismo estatais, estavam voltadas, entre outras determinações, para a disciplinarização da mão-de-obra rural com vistas a prepará-los tanto para a prática de uma agricultura racional quanto para evitar sua arregimentação para atividades políticas. Dessa maneira os *bandeirantes rurais* atuariam para ‘educar’ o homem rural para a técnica do trabalho racional e produtivo ao mesmo tempo em que agiriam no sentido de ‘desintoxicar-lhe da propaganda subversiva.’³⁰⁰

De acordo com o *Guia do Bandeirante Agrário*, documento elaborado pelo IDAGO que servia de primeira apresentação do programa aos candidatos a voluntários, os universitários inscritos para atuar nas *Bandeiras* deveriam tomar todo o cuidado para não serem mal compreendidos, o que significava dizer que deveriam estar atentos para não serem confundidos com estudantes ‘subversivos’. Assim iniciava o documento:

“Caro Estudante:

Você está convidado a ser um BANDEIRANTE AGRÁRIO, isto é, a levar ao homem do campo um pouco do que você aprendeu. Entenda bem: você estudou, em parte, a custa do

³⁰⁰ “Petrônio: Idago é Modelo de Reforma Agrária no País.” *Diário de Goiás*, 14 de junho de 1964.

homem do campo ignorante, desprotegido e, às vezes, explorado. É justo que você pague este favor.”

Por fim, o documento concluía:

“Se o lugar de suas férias é mais adiantado, ponha-se em contato com o pároco, com o pastor, com o prefeito, com um conhecido. Primeiro coloque-o a par de suas intenções: você não é um agitador!

Eis uma forma concreta de ser um autêntico NACIONALISTA e de reduzir à prática as aspirações estudantis pelas reformas de base.”³⁰¹

Há aspectos importantes presentes no trecho do *Guia do Bandeirante Agrário* e que merecem ser analisados de perto. Um primeiro aspecto reside na visão negativa com que os formuladores do plano entendiam o ‘homem do campo’. Esse homem ‘ignorante’, posto que desconhecedor de procedimentos modernos e racionais de trabalho, ou ainda, por manter-se aferrado a modos de vida e trabalho tradicionais, aparece invariavelmente nas avaliações dos formuladores de políticas públicas para o agro durante o governo Mauro Borges, como trabalhador ‘apático’, ‘indiferente ao progresso’ e, o mais grave, ‘hostil à técnica’.³⁰²

Concebido dessa forma, o homem pobre do campo goiano, o *rurícola* – expressão que abarcava pequenos lavradores possuidores de poucos lotes de terras, posseiros, arrendatários e meeiros – era o grande responsável pelo ‘atraso’ da atividade rural na região. Essa concepção está presente na quase totalidade dos documentos que são elaborados pelas agências estatais no período, bem como nos trabalhos do ETPAR, reforçando assim a necessidade de uma intervenção ‘educacional’ cuja eficácia daria conta de reverter a condição de ‘atraso’ em qualidade de vida e trabalho. Tal qual o ‘Zé Goiano’, que só tinha os braços, só conhecia a enxada, não tinha trator, nem adubos e sementes, e por isso sua terra não produzia, o *rurícola* dependia cada vez mais da assistência técnica estatal e/ou privada se quisesse sobreviver ao processo de ‘modernização’ capitalista do agro em curso.

Outro aspecto que merece ser destacado se refere ao chamamento ao compromisso de realizações progressistas e ‘NACIONALISTA’ por parte dos estudantes goianos engajados nas Bandeiras Agrárias. Do mesmo modo que suas atividades eram apresentadas como retribuição

³⁰¹ IDAGO – *Guia do Bandeirante Agrário*. Goiânia, s/d, 1963. IPEHBC – Fundo Mauro Borges.

³⁰² Essa avaliação consta em estudo realizado pelo Secretário de Agricultura, Archimedes Pereira Lima, sobre Reforma Agrária e o Plano MB, em maio de 1961. A análise encomendada por Mauro Borges serviria de orientação para medidas tomadas ao longo do governo.

ao fato de dependerem do homem do campo, o chamamento cuidava de mostrar ao estudante uma forma ‘prática’ de contribuir para a realização das ‘reformas de base’.

Embora escapem ao escopo de nosso trabalho, é interessante notar o esforço do programa em deslocar o alvo das ações estudantis do apoio à luta pela terra em todo o estado, para atividades extensionistas de assistência técnica ao trabalhador rural. Desse modo, buscava-se com o engajamento na ‘missão’ das *Bandeiras Agrárias* criadas pelo IDAGO um afastamento dos estudantes goianos das campanhas de apoio direto às ‘Reformas de Base’ encampadas pelo Governo de João Goulart. O apelo à adesão do jovem universitário goiano ao programa do IDAGO procurava funcionar, dessa maneira, como uma alternativa de ação voluntária patrocinada pelo Estado às demandas políticas do próprio movimento estudantil.

Competia para o sucesso da arregimentação dos voluntários o forte apelo simbólico consubstanciado no imaginário do ‘bandeirismo’. Goiás é um estado cujo povoamento se originara do movimento dos bandeirantes no século XVIII.³⁰³ Todo jovem aprendera isso nas escolas. É parte indelével do mito de origem do goiano a figura desbravadora do ‘bandeirante’, aquele que enfrentara e sobrevivera a condições das mais inóspitas na mata, sertão adentro, combatendo índios ‘selvagens’ e toda intempérie natural para fixar-se e iniciar o ‘povoamento’ do que seria posteriormente o estado de Goiás. Tal qual um bandeirante do século XX, Pedro Ludovico Teixeira fundara a nova capital, Goiânia, no meio do ‘nada’, após consolidar-se como liderança em 1930, num movimento que dentre suas mais relevantes contradições opunha as frações dominantes rurais agroexportadoras das regiões mais dinâmicas do país àquelas secundarizadas no bloco de poder que sustentava a Primeira República.

A experiência de criação de um movimento voluntário de estudantes extensionistas engajados na tarefa de educar trabalhadores rurais residentes em regiões consideradas ‘atrasadas’ e pouco produtivas não era uma invenção do governo Mauro Borges, muito menos do IDAGO. Como vimos no primeiro capítulo, a prática do extensionismo rural já estava amplamente disseminada no Brasil quando de sua adoção pelo governo goiano. O extensionismo como política de ação educacional executada por agências assistencialistas

³⁰³ Embora inúmeras expedições tenham sido realizadas para a região desde o século XVI, Goiás só conheceria um movimento em direção a uma tentativa efetiva de ‘povoamento’ no século XVIII por conta da descoberta de minas de ouro na região. Atribui-se a Bartolomeu Bueno da Silva, o ‘Anhaguera’, a primeira bandeira com intenção de fixar-se na região, em 1722. Considerado ‘descobridor de Goiás’, Anhanguera tornar-se-ia mito permanente que reúne tanto as *origens* quanto a *mobilidade* necessária em direção ao progresso da região. Não por acaso sua estátua imponente está presente na principal avenida da capital, a Av. Goiás, compondo junto com a própria simbologia de Goiânia – erigida no contexto da ‘Marcha para o Oeste’ – o imaginário de permanente movimento. PALACIN, Luis & MORAES, Maria Augusta de Sant’Ana. *História de Goiás(1722-1972)*. Goiânia: Imprensa da UFGO, 1975. CARNEIRO, Maria Esperança F. & SOUZA, Cibele de. *Retrospectiva Histórica de Goiás – Da Colônia à Atualidade*. Goiânia: Cultura Goiana, 1996.

ganha, a partir da década de 1950, tal relevo que passa a se sobrepor a quaisquer projetos de educação rural pautado pelo modelo tradicional de alfabetização escolar. Em estudo recente, a historiadora Sonia Mendonça demonstrou que durante o processo de constituição das políticas educacionais rurais no Brasil,

“... estiveram em jogo projetos de ensino agrícola polarizados em torno de duas vertentes: uma, que tomava a escola enquanto instituição ‘de trabalho’ e outra, que a concebia enquanto instituição ‘de ensino’. Outro exemplo dessa polarização pode ser verificado nos anos 1950 quando, em função da proliferação e intensificação dos movimentos sociais rurais, redefiniram-se os instrumentos de ação pública no âmbito ‘educacional’, fazendo com que a **escola** fosse suplantada pelo Extensionismo ou mesmo pelo Serviço Social Rural.”(negrito no original).³⁰⁴

Em Goiás, a prática do extensionismo rural, antes de ser adotado como política pública pelo IDAGO através das tentativas de implementação das *Bandeiras Agrárias*, era exercida por agências privadas e públicas nacionais e norte-americanas. Vários foram os projetos em curso no estado ao longo do período estudado. Dentre os mais significativos, pelas implicações político-ideológicas que imprimiram à intervenção estatal no agro, estão aqueles desenvolvidos por agências como o Serviço Social Rural(SSR), a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural(ABCAR), os *Clubes 4-S* e os *Corpos da Paz*. A atuação dessas agências e programas fez-se tanto mediante convênios com organismos estatais quanto a partir de parcerias com iniciativas de entidades patronais, como por exemplo, através das *Semanas Ruralistas*. Vejamos mais de perto essas experiências.

Em 1962, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás, a ACAR-GO, fundada no estado em 1959, possuía cerca de doze escritórios locais espalhados por várias cidades goianas. A ACAR-GO atuava no estado em parceria com o Governo Estadual e a Federação do Comércio e da Indústria do Estado. Sua principal orientação fundamentava-se no exercício de atividades pertinentes à concessão do crédito rural supervisionado e na prática do extensionismo rural. A ACAR-GO era uma entidade filiada ao sistema ABCAR, agência de âmbito nacional responsável pelo apoio e coordenação dos serviços de crédito supervisionado e extensão rural em todo o país.³⁰⁵ A ABCAR executava nos estados brasileiros variados

³⁰⁴ MENDONÇA, Sonia Regina de. “Estado e Ensino Rural no Brasil: balanço historiográfico, condicionantes e inflexões.” In: *Estado e Educação Rural no Brasil: alguns escritos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/FAPERJ, 2007. p.37.

³⁰⁵ No início da década de 1960 eram filiadas ao sistema ABCAR 12 Associações de Crédito e Assistência Rural, funcionando, além da ACAR-GOÍÁS, nos estados do Rio de Janeiro(ACAR-RJ), Minas Gerais(ACAR), Espírito

programas técnico-educativos com o intuito, segundo sua perspectiva, de elevar os ‘níveis de vida das populações do campo.’³⁰⁶ Faziam parte da ABCAR representantes do Ministério da Agricultura, do Ministério da Educação e Cultura, do Serviço Social Rural, do Banco do Brasil, da Confederação Rural Brasileira, do Escritório Técnico de Agricultura(ETA), e ainda, da American International Association(AIA).

A ACAR-GO era presidida pelo advogado Jahyr Abraão Estrela. Advogado e também professor, Estrela acumulava a presidência da ACAR em Goiás com a de presidente do Instituto de Previdência Social do Estado de Goiás(IPASGO), agência criada no Governo Mauro Borges. Antes de presidir a agência estatal de previdência social e o Serviço de Crédito e Assistência Rural em Goiás, Jahyr Abraão Estrela elegeu-se pelo PSD para a Assembléia Legislativa por duas legislaturas (1951-55 e 1955-59), tendo sido ainda Consultor Jurídico do Governador José Feliciano(1959-60).³⁰⁷

Entre fins de 1962 e início de 1963, o Governo de Goiás firmou um convênio com a ACAR-GO para custeio de atividades de assistência técnica e educativa destinadas a pequenos e médios produtores goianos.³⁰⁸ De acordo com o convênio, a ACAR receberia recursos do Governo de Goiás para a ampliação de seu programa de trabalho no estado para o ano de 1963, com vistas a aumentar tanto o número de municípios beneficiados pelas atividades extensionistas da agência como das famílias de agricultores atendidas.

O Serviço de Extensão Rural do Estado de Goiás, projeto dirigido pela ACAR-GO, recebeu do Governo dos Estados Unidos, no mesmo período, cerca de Cr\$ 10.600.000, como cooperação da Agência de Desenvolvimento Internacional(AID). O montante destinava-se, como aquele realizado pelo convênio entre o Governo do Estado e a ACAR-GO, ao atendimento de parte do custeio dos trabalhos de assistência técnica e de educação rural aos agricultores goianos. A cooperação estabelecida com o Governo dos Estados Unidos fazia parte do acordo realizado entre a agência americana, a AID, e o Ministério da Agricultura e a ABCAR. Pelo acordo, a AID deveria destinar Cr\$ 750.000.000 para os anos de 1962 e 1963,

Santo(ACARES), Paraná(ACARPA), Santa Catarina(ACARESC), Rio Grande do Sul(ASCAR), Bahia(ANCAR-BA), Pernambuco(ANCAR-PE), Paraíba(ANCAR-PB), Rio Grande do Norte(ANCAR-RN) e Ceará(ANCAR-CE). A lista consta do *Informativo ABCAR – Boletim Mensal*. Ano IV, n.º 33, março de 1960.

³⁰⁶ *Ibden*.

³⁰⁷ CAMPOS, F. Itami. *O Legislativo em Goiás*. Goiania: Assembléia Legislativa de Goiás, 2002. p. 211.

³⁰⁸ O convênio foi aprovado pela Assembléia Legislativa de Goiás e sancionado pela Lei n.º 4.325. A Lei previa um investimento de cerca de Cr\$ 47.000.000 dotados pelo Governo do Estado para a ACAR-GO. “Assembléia de Goiás Autoriza Convênio com Serviço de Extensão.” In.: *Informativo ABCAR – Boletim Mensal*. Ano VII – n.º 67, janeiro de 1963.

valor que seria aplicado na implantação do Plano Diretor Quinquenal Brasileiro de Extensão Rural.³⁰⁹

Uma das iniciativas mais importantes realizadas pela ABCAR em todos os estados brasileiros e pela ACAR-GO consistia na criação dos *Clubes 4-S*,³¹⁰ organizações formadas por jovens entre 10 e 18 anos, geralmente filhos de agricultores, com o objetivo de ‘formar’ produtores rurais aptos a receber auxílio técnico. Os *Clubes 4-S* também se dedicavam a treinar ‘donas de casa’ rurais de acordo com o programa das ‘extensionistas domésticas’. As extensionistas domésticas eram um corpo de ‘técnicas’ – mulheres solteiras, maiores de 21 anos e com curso secundário ou superior completo – que atuavam em conjunto com equipes de engenheiros agrônomos e médicos veterinários junto a famílias de agricultores. O trabalho das extensionistas consistia no auxílio a mulheres e filhas de agricultores visando ao melhoramento da ‘vida do lar’, conforme pressupostos da agência. A finalidade dos *Clubes 4-S* era o de formar os ‘futuros agricultores e donas de casa do meio rural’, de acordo com a perspectiva de criação de um ‘novo jovem rural’, familiarizado com as modernas técnicas de cultivo e métodos racionais de administração do cotidiano, seja no trabalho, seja em questões domésticas.

Verificamos ainda a presença de vários outros programas extensionistas em Goiás executados por agências estrangeiras em colaboração com o Estado goiano e outras agências nacionais. É significativa, p.ex., a atuação de jovens norte-americanos engajados em programas de extensionismo e educação rural no estado. A presença de agências e agentes norte-americanos destinados a colaborar com o Estado goiano em diversas questões atinentes a agricultura não teve início no governo Mauro Borges, mas é inegável que recebeu vigoroso impulso nesse período, sob os auspícios da *Aliança Para o Progresso* e do relacionamento direto com que o Executivo maurista esforçou-se em estabelecer com a agência transnacional.

Em 2 de maio de 1962 teriam chegado a Goiás jovens universitários norte-americanos³¹¹ pertencentes ao Programa de Intercâmbio Internacional de Juventude Rural (IFYE’S) para passar uma temporada de cerca de dois meses e meio hospedados em casas de agricultores goianos. De acordo com o Sistema Brasileiro de Extensão Rural os universitários americanos

³⁰⁹ Em junho de 1962, a AID havia liberado 250 milhões de Cruzeiros a ABCAR, donde dez milhões e seiscentos mil foram destinados a ACAR-GO. *Folha de Goiás*, 7 de junho de 1962.

³¹⁰ A sigla significava: Saber, Sentir, Servir e Saúde. Os Clubes 4-S brasileiros foram inspirados nos 4-H (Head, Heart, Hands and Health), organização norte-americana de jovens voluntários criada no início do século XX. MARCIO DA SILVA, Claiton. *Extensão Rural e Estratégias de Mudança Sócio-Cultural: uma leitura a partir das resistências cotidianas*. In.: www.alasru.org/.../15%20GT%20Claiton%20Marcio%20da%20Silva.pdf.

³¹¹ Segundo notícia vinculada no jornal *Folha de Goiás* pela Coordenação no Brasil do Sistema de Extensão Rural, tratava-se dos jovens Quinten Tilman Huss e Carol Arlene Falk. “Universitários Americanos em Contato com Família de Agricultores Goianos.” *Folha de Goiás*, 3 de maio de 1962.

que chegariam a Goiás deveriam dirigir-se para os municípios de Ceres, Anápolis, Nerópolis, Inhumas e Ipameri. O objetivo propalado pelo Programa era o de estreitar os laços e entendimentos entre jovens americanos e brasileiros em sintonia com o espírito do extensionismo rural. Segundo essa lógica, a troca de experiências entre os jovens seria benéfica principalmente para o jovem agricultor brasileiro que teria rara oportunidade de aprender com seu colega americano. Pouco mais de um mês depois, no dia 10 de junho, mais três jovens voluntários americanos chegariam ao estado de Goiás com o intuito de colaborar com famílias de agricultores goianos. Os três voluntários pertenciam aos *Corpos da Paz*, programa criado pelo presidente americano John F. Kennedy, em 1960, e ligado aos esforços da *Aliança para o Progresso*.

A historiadora Cecília Azevedo produziu importante estudo sobre a atuação dos *Corpos da Paz* no Brasil.³¹² Segundo a autora, entre 1961, ano em que o programa foi implantado no Brasil, e 1981, último ano de funcionamento, aproximadamente seis mil jovens americanos vieram para o Brasil como voluntários dos *Corpos da Paz*.³¹³ Em se tratando do Centro-Oeste brasileiro, especificamente os estados de Mato Grosso e Goiás, Cecília Azevedo nos diz que a região “excitava a imaginação dos envolvidos nesse novo projeto pelo suposto paralelismo com o Oeste norte-americano.”³¹⁴ Novamente aqui, como vimos pelo caminho aberto por Nelson Rockefeller em décadas anteriores, o desejo de reproduzir no Brasil o estilo de vida do Meio-Oeste americano seria atualizado, como outrora, em nome do assistencialismo rural e da busca pela construção de uma classe média no campo.

A historiadora chama a atenção para um dado interessante acerca das dificuldades encontradas pela atuação dos *Corpos da Paz* na região: a existência de um forte anti-americanismo nos estados de Mato Grosso e Goiás. Segundo Azevedo, o sentimento anti-americano se devia dentre outros ao fato de “estarem situados justamente nos Estados de Mato Grosso e Goiás o maior número de propriedades rurais compradas por norte-americanos no país”.³¹⁵ Ademais há poucos dados sobre a atuação dos voluntários do *Corpos da Paz* em Goiás.³¹⁶

Das raras referências que temos sobre a presença de jovens voluntários americanos dos *Corpos da Paz* em Goiás no período que nos interessa, resta-nos o acompanhamento noticiado

³¹² AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América. Os Corpos da Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.

³¹³ *Ibden*, p. 17.

³¹⁴ *Id.*, p. 221.

³¹⁵ *Id.*, p. 224.

³¹⁶ As áreas que merecem maior atenção da autora são aquelas em que os projetos dos *Corpos da Paz* dedicaram maior número de voluntários e atividades, como as favelas do então Estado da Guanabara, os estados do Nordeste e posteriormente a região da Amazônia. Mesmo quando aborda sucintamente a região Centro-Oeste a autora se detém mais no estado do Mato Grosso, reservando pouquíssimas linhas sobre Goiás.

pelo jornal *Folha de Goiás* e algumas notas esparsas em documentos das agências estatais goianas.³¹⁷ Pelas páginas da *Folha* ficamos sabendo que em janeiro de 1963, filhos de agricultores americanos do estado de Iowa, voluntários inscritos no programa dos *Corpos da Paz*, foram designados para o trabalho de assistência técnica e educacional rural junto a famílias goianas no município de Inhumas, onde atuariam em cooperação com o Serviço de Extensão Rural da ACAR-GO na organização e funcionamento dos *Clubes 4-S*.³¹⁸ Na ocasião, três jovens americanos teriam partido para Goiás após cumprirem um período de treinamento de dez semanas na Universidade Rural do Rio de Janeiro. De acordo com o jornal, os três jovens que formavam a missão em Goiás faziam parte de um grupo de 43 voluntários que teriam sido destacados para atuar em Goiás nos dois anos seguintes no aprofundamento das relações entre jovens rurais goianos e americanos através, principalmente, da criação de novos *Clubes 4-S* nos municípios de Ceres e Goiânia.³¹⁹

Em meados de 1963, cerca de 2500 agricultores, ‘líderes rurais’, agentes loteados em administrações municipais e técnicos pertencentes à ACAR-GO, participaram da elaboração do *Programa de Extensão Rural* para o ano agrícola, programado para ocorrer de julho 1963 a julho de 1964.³²⁰ A elaboração do *Programa* resultaria de várias reuniões realizadas com famílias de agricultores em diversos municípios durante os meses que antecederiam o início do ‘ano agrícola’. Em maio de 1963, 48 reuniões, as chamadas ‘reuniões de comunidade’, foram realizadas em 14 municípios distintos. A dinâmica das reuniões consistia na promoção de discussões, sob orientação de ‘líderes rurais’ devidamente preparados para o exercício da tarefa, que serviriam de preparação e seleção de temas e objetivos que fariam parte do *Programa*.³²¹

As agências estatais goianas voltadas para a implementação de políticas públicas para o agro se utilizaram de muitas práticas adotadas nos programas perpetrados pelas agências extensionistas atuantes no país. Citamos as *Bandeiras Agrárias*, projeto de educação rural e extensionista criado pelo IDAGO e que tinha muitas semelhanças com as atividades do

³¹⁷ Este é, aliás, um problema que afeta o conjunto das agências extensionistas com as quais trabalhamos neste capítulo. Temos ciência de que um cotejamento não exaustivo de fontes acerca da atuação dessas agências em Goiás limita em muito os objetivos traçados inicialmente em nossa pesquisa. Para agravar ainda mais nossa empreitada não contamos, até onde sabemos, com nenhum estudo sobre o tema. Por outro lado, estamos certos de que nossa pesquisa, ainda que limitada pelos motivos arrolados, se torna ainda mais relevante na medida em que traz a luz uma discussão até aqui não abordada pela historiografia goiana.

³¹⁸ “Agricultores de Iowa visitam Goiás”. In: *Folha de Goiás*, 26 de janeiro de 1963.

³¹⁹ *Ibden*.

³²⁰ “Programa de Extensão Rural para o Ano Agrícola de 1963/64.” In: *Folha de Goiás*, 1 de junho de 1963.

³²¹ A ACAR-GO criaria ainda várias escolas rurais em parcerias com municípios de Goiás. Jataí, Anápolis e Rio Verde são alguns dos municípios onde foram construídas escolas rurais pela ACAR-GO. *Folha de Goiás*, 8 de junho de 1963.

voluntariado universitário americano engajado nos *Corpos da Paz* e nos *Clubes 4-S*. A lógica do ensino técnico rural visando a preparação de uma mão-de-obra jovem e detentora de um conhecimento ‘racional’ sobre a terra, seu cultivo, as melhores sementes a serem cultivadas, e formas de organização cooperativa, foi apropriada pelas agências estatais e orientada para o trabalhador rural adulto, principalmente aquele candidato a residente nos Combinados Agro-Urbanos. Uma força de trabalho adulta disciplinada, criteriosamente selecionada segundo padrões ‘científicos’, fazia parte dos planos de colonização materializados nos CAUs.

Uma educação voltada para o trabalho, através do ensino de técnicas modernas de cultivo e utilização de máquinas e equipamentos agrícolas, em detrimento da educação pautada por programas formais de alfabetização, permearia o planejamento pedagógico preconizado pelo Governo Mauro Borges para a educação dos trabalhadores rurais convertidos em colonos nos Combinados Agro-urbanos. Os CAUs se tornariam o principal projeto de reforma agrária do governo Mauro Borges. Enquanto inovação, seriam largamente mencionados e perdurariam na memória de seus contemporâneos como referência de ousadia do jovem governador. A historiografia também os adotaria como menção quase que exclusiva da atuação do governador goiano na questão rural. É dessa experiência que nos ocuparemos a seguir.

2- “Homem certo para o lugar certo”: os Combinados Agro-Urbanos.

Em Goiás, nenhuma outra realização do período pode ser tão imediatamente associada ao governo Mauro Borges como a criação dos Combinados Agro-Urbanos. Menos pelo êxito de sua experiência que pela mobilização de um conjunto de empreendimentos que envolveu toda estrutura governamental, os Combinados despertariam nos anos iniciais de sua implementação, esperanças, defesas apaixonadas, denúncias de opositores e críticas ferrenhas, resistências, frustrações. Principal programa a ser implantado no agro pelo governo Mauro Borges, apresentado pelo Governo como o modelo de Reforma Agrária a ser adotado em todo o país, os Combinados Agro-Urbanos nasceram de uma combinação entre modelos de nucleamento rural inspirados em experiências cooperativistas israelenses e as colônias agrícolas nacionais disseminadas pelo Brasil a partir do início da década de 1940.

Quando, em 1962, o governador goiano anunciou as bases de um projeto-piloto de colonização no planalto central denominado de Combinado Agro-Urbano, fazia vinte anos desde a criação em Goiás da primeira colônia agrícola nacional, programa oficial de colonização em áreas de terras devolutas cuja implantação se deu no âmbito do processo de

expansão da fronteira agrícola e especialização da produção nos anos de 1940. Dessa maneira, foi criada, em 1941, na região de Ceres, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás(CANG), situada em uma área de cerca de 44.500 ha. de terras divididas em lotes de 20 a 50 ha. distribuídos a famílias de colonos.³²² Há que se destacar a importante atuação no período da Fundação Brasil Central, agência estadonovista responsável pelo estímulo e facilitação da ocupação de áreas consideradas ‘vazias’, principalmente aquelas localizadas no Centro-Oeste.

Outros projetos de criação de núcleos coloniais em Goiás surgiram na esteira da CANG ao longo dos anos 40 e 50. Caracterizados por se tratarem principalmente de iniciativas privadas de colonização, incluindo aquelas ligadas a Igreja, os núcleos coloniais criados em Goiás nesse período tinham como meta criar nucleamentos agrícolas modernos, mecanizados e de grande investimento. Segundo Barsanufu Borges, fariam parte desses empreendimentos as iniciativas particulares da Agro-Colonizadora Industrial Ltda, da Cooperativa Italiana de Técnicos Agricultores(Citag) e da Colônia dos Deslocados de Guerra de Itaberaí.³²³

Em linhas gerais, esse movimento de criação de colônias agrícolas nacionais e particulares consubstanciava projetos orientados pelo Estado que visavam promover a incorporação da economia agrária goiana na divisão inter-regional do trabalho, na qual desempenharia o papel de subsidiar o desenvolvimento do pólo urbano-industrial localizado no sudeste ao orientar sua produção no sentido de fornecedora de gêneros de alimentos de primeira necessidade. No centro dos embates estava o papel a ser desempenhado pelo trabalhador rural nas políticas públicas de colonização e *povoamento*. Sobre esse aspecto, Alcir Lenharo chama a atenção para as ‘estratégias de poder e disciplinamento’ dos trabalhadores rurais contidas nas políticas oficiais de colonização do Estado Novo materializados nos projetos das Colônias Agrícolas Nacionais. Segundo Lenharo,

“Segurá-lo[o trabalhador rural] na terra, como objeto da ganância dos proprietários; arranca-lo de seu meio, para esvaziar a tensão social, quando isto se fazia necessário; orientar os fluxos migratórios, com finalidades políticas; impedir o livre movimento dos sem terra, isto é, dificultar e cercar o posseiro, e acima de tudo, *criar o ‘novo’ trabalhador rural brasileiro, ordeiro, produtivo, voltado para o lucro, distante do seu meio natural, da sua tradição e do seu passado.*”³²⁴(grifos nossos).

³²² Ver: ANDRADE, Nair Leal de. op.cit.; DAYREL, Eliane Gracindo. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização e expansão para o Oeste*. Goiânia: Dissertação de Mestrado, UFG, 1974.

³²³ BORGES, Barsanufu Gomides. op.cit. pp. 80-81.

³²⁴ LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Editora da Unicamp, 1985. p. 14.

O debate sobre políticas de colonização no Brasil pós 1930 consolidava como solução para a arregimentação de mão-de-obra para o campo, propostas cuja estratégia residia na construção do *trabalhador nacional* como elemento legitimador do projeto estatal. Tal estratégia consagrava a vitória das frações agrárias não alinhadas aos setores cafeeiros dominantes durante a Primeira República, para quem a solução da mão-de-obra rural recaía no *trabalhador estrangeiro* imigrante.³²⁵ Essa nova configuração deslocava o eixo de formação do trabalhador rural para o movimento interno de migração, donde emergia como figura central das políticas a serem implementadas pelo Estado a figura do *trabalhador nacional*.

Tratava-se do lavrador oriundo de zonas empobrecidas e de tensão social latente, mas que na configuração das novas diretrizes adotadas pelo Estado cumpriria por meio de larga campanha de valorização da sua condição de *nacional* a função de ocupar os *espaços vazios* da imensa porção Oeste do Brasil. Era a *Marcha para Oeste* consubstanciada no discurso estadonovista a converter lavradores pobres e sem-terras em *bandeirantes* da nova ordem. As políticas de colonização estatais e privadas cresceriam a partir de então e alcançariam seu momento de maior vigor em meados da década de 1950.

É ainda Lenharo quem nos dá uma rica visão acerca dos significados da incorporação territorial resultante do avanço da fronteira rumo ao Oeste. Segundo o historiador,

“A conquista do oeste significava para o regime a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros. A ocupação dos espaços ditos vazios significava não simplesmente a ocupação econômica da terra, transformada em geradora de riquezas; sua pretendida ocupação seria procedida de maneira especial, a ponto de fixar o homem na terra através de métodos cooperativos, que redimensionassem as relações sociais, de acordo com a orientação política vigente..”³²⁶

Importante ressaltar que essa lógica de ocupação dos ‘espaços vazios’ será em grande medida retomada pelo governo goiano na década de 1960. Atualizada nos planos de colonização do IDAGO ela cumpre o desígnio de promover a ocupação ordenada numa extensa área onde a *Marcha para o Oeste* não havia completado seu avanço na década de 1940. Se, como afirma o historiador goiano Noé Sandes, a mudança da capital para Goiânia entre fins da década de 1930 e início da década de 1940 teria representado ‘uma frente de atração para os

³²⁵ Para uma análise aprofundada dos conflitos intra-classe dominante agrária na Primeira República e dos mecanismos e estratégias de atuação das frações agrárias dominantes não alinhadas à oligarquia cafeeira, ver: MENDONÇA, Sonia Regina de. (1997), op.cit.

³²⁶ LENHARO, op.cit. p. 18.

projetos de ocupação do Centro-Oeste’,³²⁷ uma nova mudança de capital, agora federal, produziu no governo Mauro Borges o compromisso de *completar* a ocupação racional do território voltando-se para o centro-norte e norte do estado.

A construção de Brasília, num plano nacional, tanto material quanto simbólico, representaria o ponto culminante do processo de avanço para o Oeste; ao passo que, do ponto de vista *interno*, no âmbito circunscrito pela regionalidade goiana, significava a possibilidade real de incorporação definitiva de Goiás ao processo de modernização capitalista em curso. Incorporação definitiva que nada mais era que uma redefinição do papel da região na divisão inter-regional do trabalho no Brasil de modo a acompanhar o modelo de acumulação capitalista adotado no país a partir da segunda metade da década de 1950.

Paradoxalmente foi nos primeiros anos da década de 1960, momento que em Goiás a criação de núcleos de colonização é apresentada como a realização concreta de um modelo de *reforma agrária*, que houve, em nível nacional, uma diminuição considerável de projetos oficiais na implantação de políticas de colonização. Essa tendência atingiria tanto as iniciativas promovidas pelo Estado quanto os empreendimentos de caráter privado. Um novo ciclo de colonizações seria retomado com vigor nos governos militares da década de 1970, ainda que visando atender a objetivos e demandas distintas.

Segundo José Tavares dos Santos,³²⁸ a mudança na perspectiva estatal durante o período de arrefecimento dos projetos de criação de colônias agrícolas deveu-se, principalmente, ao crescimento das pressões exercidas pelo recrudescimento dos movimentos sociais de trabalhadores rurais e camponeses em luta por um projeto distributivista de reforma agrária no imediato pré-1964. As ações políticas de um campesinato organizado, aliadas a de outros grupos que comungavam seus interesses, conseguiriam em larga medida trazer a discussão sobre a questão agrária para o âmbito do questionamento da estrutura fundiária, polarizando assim os debates em torno da *reforma agrária*, ainda que não se tratasse de uma visão homogênea acerca de tal reforma.

Tavares dos Santos compreende cronologicamente as políticas de colonização no Brasil divididas em três momentos, entre 1930 e 1982. Segundo o autor, de 1930 a 1937, teria ocorrido a ‘colonização para os trabalhadores nacionais’, processo que marcaria a valorização dos trabalhadores rurais nacionais e das migrações internas em detrimento dos projetos de

³²⁷ SANDES, Noé Freire. “Memória, Nação e Região: a identidade em questão.” In.: SANDES, Noé Freire. *Memória e Região*. Col. Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas. Brasília: Ministério da Integração Nacional/ UFG, 2002. p. 25.

³²⁸ SANTOS, José Tavares dos. “A Política de Colonização no Brasil Contemporâneo.” *Reforma Agrária*. ABRA, vol. 15, n.º 1, janeiro – abril de 1985. pp. 18-28.

imigração estrangeira; num segundo momento, entre 1945 e 1964, tem-se a ‘colonização como resposta aos movimentos sociais’, período no qual teriam ocorrido uma inflexão nas políticas de colonização em função do crescimento dos movimentos sociais rurais; e, por último, a ‘colonização contra a reforma agrária’, no período de 1964 a 1982, anos marcados pelo regime autoritário militar que, criando novas agências estatais destinadas a executar políticas agrícolas teria retomado o discurso ideológico de que a colonização era a única solução para a reforma agrária.³²⁹

Se, como afirmamos acima, as políticas de colonização como sinônimo de reforma agrária em Goiás, podem ser entendidas, em primeira análise, como um paradoxo, na medida em que ocorrem num momento de inflexão de projetos similares em âmbito nacional, um olhar mais acurado deve atentar para a relação que os planos de colonização em regiões como Goiás tem com os projetos de *reforma agrária* formulados nos círculos *tecnoempresariais*, conforme vimos em capítulo anterior. Tanto o Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro(ETPAR) quanto o Consórcio de Planejamentos e Empreendimentos(COPE), este último responsável pela elaboração do Plano de Implantação do Combinado Agro-Urbano, compartilhavam da premissa preconizada pelos círculos ipesianos quanto à necessidade de se desenvolver planos de *Reforma Agrária* específicos para áreas consideradas *mal* ocupadas.

‘Povoamento’ e ‘ocupação’ eram conceitos-chave da retórica reformista ipesiana para vastas áreas de estados como Goiás. Para essas regiões, como vimos no primeiro capítulo, não faria sentido, segundo as diretrizes do IPES adotadas pelos escritórios de consultoria vinculados, falar em reforma da estrutura fundiária, muito menos em desapropriação de terras. A solução consistia em aproveitar de maneira planejada o vasto estoque de terras devolutas existentes no estado para a criação de núcleos coloniais capazes de receber lavradores sem-terra e/ou realocados de áreas de conflito e tensão latente.

Como afirmamos anteriormente, a primeira metade da década de 1960 em Goiás, período que corresponde ao governo Mauro Borges, pode ser compreendido como um momento que lança as bases para a reordenação das relações que inscrevem a economia agrária goiana como espaço regional de produção. Tem-se a consolidação do processo de expansão do capitalismo no campo mediante a incorporação do espaço agrário não mais apenas como reserva de acumulação de capital, mas como *locus* de realização da mecanização da produção e da utilização de insumos agrícolas, bem como da crescente presença preponderante do Estado na concessão de créditos e financiamento das atividades agroindustriais.

³²⁹ Iden.

Atualizando o discurso da *Marcha para Oeste* – cuja concretização culminante estava simbolizada na construção de Brasília e na interiorização da capital federal – para atender às novas necessidades de incorporação do agro pelo capital, a colonização era apresentada no início dos anos sessenta pelo então governador como a solução mais eficaz para o problema do acesso à terra em Goiás. Seria mesmo essa a sua *reforma agrária*: conservando a estrutura fundiária assentada no grande latifúndio inalterada, a criação de núcleos coloniais a serem ocupados por trabalhadores rurais oriundos de regiões de conflito atendia aos interesses que sustentavam a reprodução do pacto conservador entre a burguesia industrial a nível nacional e as frações dominantes agrárias regionais no intuito de manter o controle sobre o acesso à terra ao mesmo tempo em que atenuaria os conflitos no campo.

Diante desse quadro, ao apresentar a colonização como projeto que pretendia *reformular* o agro goiano e transformá-lo em exemplo a ser seguido em todo o país, surge em Goiás, como resposta à consolidação das organizações sociais rurais de cunho contestatório à estrutura fundiária vigente, um discurso estatal cuja ideologia se pautava pelo deslocamento do problema agrário regional das lutas pela posse da terra para a ausência da tecnização do processo produtivo, aliada à necessidade de uma política de criação de núcleos agrícolas cooperativistas como formas de promoção do desenvolvimento.

Essa operação permitia ao projeto estatal deslegitimar formas tradicionais de apossamento consagradas pela prática social do posseiro goiano, confrontando-o ao *novo* trabalhador rural em construção: um moderno lavrador conhecedor das técnicas racionais de produção e aliado de primeira hora do planejamento estatal para a agricultura. O conhecimento empírico e imediato advindo da experiência de trabalho com a terra deveria ser suplantado pela educação técnica dirigida por especialistas atuantes em agências estatais e privadas associadas, pautadas pela lógica do extensionismo agrícola.

Segundo o projeto perpetrado em Goiás, essa conversão à *modernidade* do trabalhador rural somente poderia ser realizada mediante direção estatal com a colaboração de projetos privados associados. A orientação caberia a agências estatais criadas diretamente para exercer tal função em estreita colaboração com as ditas entidades privadas, o que seria feito principalmente através da presença de técnicos especializados na execução do treinamento pedagógico dos *rurícolas*. Partia-se do pressuposto, como mencionamos, de que o lavrador goiano era *passivo* e *avesso* à modernidade. Seu apego e pertinência a modos tradicionais de se apropriar e trabalhar a terra, em suma, todo o conjunto de referenciais que conformava suas relações de trabalho e vivência no campo era compreendido enquanto obstáculo que entravava a possibilidade de desenvolvimento do setor rural e, por conseguinte, implicava no próprio

destino do progresso econômico regional. O alvo a ser combatido residia na interrupção do avanço das formas tradicionais e autônomas de produção familiar camponesa, realizadas em pequena escala comercial e voltadas quase que integralmente para a subsistência. Não obstante o modelo de produção camponesa contrariar os projetos estatais de organização e orientação do trabalhador rural sob a égide da tecnização da agricultura, ainda havia o risco permanente e crescente no período em foco, de *politização* à esquerda dos camponeses.

Convocados a fazer parte do plano de desenvolvimento estadual, os trabalhadores rurais deveriam erigir no novo cenário planejado pelo Estado como colaboradores orientados pelo saber técnico e racional, elementos que compunham o arcabouço ideológico que se pretendia consolidar e contrapor energicamente às modalidades costumeiras de relação com o trabalho que pertenciam às práticas sociais dos lavradores. Essa *modernidade* pretendia transformar não apenas as formas de produzir dos trabalhadores rurais, mas acima de tudo redefinir a própria relação que haviam construído ao longo do tempo com a apropriação da terra. Em lugar das formas *espontâneas* de apossamento, determinadas por uma *lógica posseira* de ocupação da terra – cujo processo remonta a um percurso de vivências que se dá desde sua expropriação de fazendas ou glebas anteriormente trabalhadas e a posterior migração até a chegada às novas terras, a ocupação, desmatamento e cultivo das lavouras de subsistência – o Estado procurava tomar as rédeas do processo, ao dirigir, através de suas agências, um projeto de colonização que trazia em seu bojo uma redefinição de apropriação da terra pelo lavrador goiano.

Poder-se-ia dizer que o projeto dos Combinados Agro-Urbanos consubstanciava uma síntese do que em linhas gerais configurava a política para o agro do governo Mauro Borges: uma política de intervenção na agricultura que, sem tocar na estrutura fundiária e, portanto, não apenas mantê-la como reproduzi-la, assentava-se na busca pelo controle paternalista dos trabalhadores rurais, o que se dava pela construção de um trabalhador rural de novo tipo, afeito à tecnização da lavoura e colaborador subordinado do projeto *modernizante conservador* perpetrado pelo Estado. Tratava-se, antes, de uma reação que visava desmobilizar as lutas camponesas do período, deslegitimando suas formas tradicionais de vida, trabalho e organização, contrapondo-lhe uma vivência tecnicizada como prática de um projeto agrícola pensado em bases produtivistas e *racionais*.

O Combinado Agro-Urbano constituía-se num ambicioso empreendimento de colonização e cooperativização agrícola encampado pelo Estado com o intuito de promover um amplo deslocamento de trabalhadores rurais de áreas em disputa e conflagradas por conflitos de terras em diferentes regiões de Goiás, o que ocorria *pari passu* com o projeto acalentado desde muito de povoar imensas áreas *despovoadas* do planalto ao norte goiano, atualizando o discurso que

entendia como *vazio demográfico* áreas ainda não *civilizadas* e ocupadas por grupos que na realidade estavam fora do alcance e controle do Estado.

O projeto inicial previa a implantação do Combinado Agro-Urbano em três regiões: o CAU-1, no município de Arraias, a oeste de Goiânia e próximo a Brasília; o CAU-2, em Tocantinópolis; e o CAU-3, em Araguacema, município do extremo norte Goiano. O local escolhido para servir de área-piloto foi a região de Arraias, localizada a 600 quilômetros de Goiânia e a pouco mais de 400 quilômetros de Brasília. Seria, portanto, no CAU-1 que o IDAGO concentraria a maior soma de despesas e construiria todo um aparato propagandístico visando dar publicidade ao projeto estatal de cooperativização agrícola.

Localizadas a extremo norte do estado, os CAUs de Tocantinópolis e Araguacema, ainda que não tenham recebido mesma atenção por parte do governo e na prática não tenham avançado significativamente em relação ao que fora planejado, devem ser compreendidos como partes da totalidade do projeto estatal que articulava colonização-cooperativização-povoamento. Essa postura estava em total sintonia com a divisão de prioridades estabelecida pelas políticas públicas de desenvolvimento agro-industrial no governo Mauro Borges, que, como observamos, obedeciam uma lógica de diferenciação intra-regional que relegava à porção norte do estado planos de orientação para criação de núcleos coloniais.

A Colônia de Tocantinópolis foi planejada para ser uma cooperativa mista de babaqueiros do Norte do estado. O objetivo inicial era o de abrigar 250 famílias de colonos que se dedicariam tanto às lavouras quanto à coleta e o descasco do coquilho do babaçu nas matas. Também conhecido como Núcleo Colonial Bernardo Sayão, o núcleo de Araguacema foi inicialmente implantado pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização e posteriormente assumido pela Secretaria da Educação tendo em vista a falta de apoio por parte do INIC. Dispondo de uma área de 100.000 ha de terras, o núcleo em 1963 contava com cerca de 100 famílias, havendo, entretanto, o plano de que mais 300 famílias seriam recrutadas.

O Combinado Agro-Urbano de Arraias, ou CAU-1, foi anunciado como uma política de colonização que diferia de outras experiências até então adotadas no país. O argumento que sustentava a particularidade do projeto estatal residia na adoção de um modelo de colonização baseado no *cooperativismo integral*, a partir da observação da experiência dos *moshavs* israelenses.³³⁰ A “mudança social” pretendida pela implantação do núcleo seria conduzida pela *transformação* do homem rural, objetivo premente da *revolução agrícola*, o que só seria alcançado através da ação planejada do binômio cooperativismo-colonização. Permeando essa

³³⁰ Os *moshavs* eram cooperativas de produção e consumo criadas pelo Estado de Israel como parte do sistema cooperativista dos *Kibutz*. OLIVA, Dátis de Lima. *Terceiro Relatório*. Israel, 30 de junho de 1962.(mimeo).

estratégia, estava o apelo sistemático à cientificidade dos estágios da produção, o que incluía desde o estudo técnico do solo à rigorosa seleção e controle de sementes.

Cada Combinado seria subdividido em quatro núcleos coloniais e uma área reservada à *URBS* (U), área urbana concebida como uma cidade planejada que deveria localizar-se no centro do Combinado e à mesma distância dos quatro núcleos circundantes. Divididos em áreas A,B,C e D, os quatro núcleos teriam aproximadamente 6.300 hectares de terras cada um, dos quais caberia a cada família de colonos cerca de 30 hectares, perfazendo um total de 200 lotes em cada um dos quatro núcleos que compunham o CAU. Cada núcleo possuiria ainda uma área reservada para a construção de uma pequena vila denominada de Rurópolis (R), onde seriam erguidas 200 residências para as famílias de colonos, além da organização das cooperativas de produção e consumo, uma igreja, um posto médico e uma escola de ensino primário. Postos de agências estatais também seriam instalados na Rurópolis, como uma patrulha mecanizada da Companhia Agrícola do Estado de Goiás (CAESGO) e galpões de armazenagem e ensilagem construídos pela Companhia de Armazéns e Silos de Goiás (CASEGO).³³¹

Segundo as diretrizes formuladas, a família constituía-se na principal base econômica e social da nova sociedade rural desejada. Partindo dessa base, cada núcleo do CAU deveria funcionar como uma Vila Rural Cooperativa, onde suas relações de trabalho e vivência social far-se-iam sempre tendo a Rurópolis como centro gravitacional. Estava terminantemente proibida a comercialização de quaisquer lote de terras no CAU. Cada família de colonos possuiria apenas uma unidade de terras, não podendo vendê-la (as terras eram propriedade do IDAGO), nem repassá-la a outrem.³³²

Quanto à comercialização da produção, ficaria a cargo da cooperativa a compra e a venda do produto das colheitas dos colonos. Em cada núcleo – A, B, C e D – haveria uma cooperativa de consumo, encarregada de negociar os produtos agrícolas dos colonos nos mercados fora do CAU, além de vender aos próprios colonos, roupas, medicamentos, alimentos, etc. Não era permitido aos colonos vender seus produtos diretamente no mercado fora do Combinado. Somente a Cooperativa deveria desempenhar essa função. Uma vez entregue os produtos à Cooperativa para que esta os comercializasse no mercado, a família de colonos aguardaria a concretização da venda para receber o valor correspondente. Todo o sistema de cooperativas do CAU estava centralizado na Cooperativa Central, localizada na *URBS*, donde ficava responsável pela administração das cooperativas de consumo.

³³¹ IDAGO – *Cartilha para o Combinado Agro-Urbano*. Goiás, 1962. (mimeo).

³³² *Ibden*.

Combinado Agro-Urbano de Arraias:

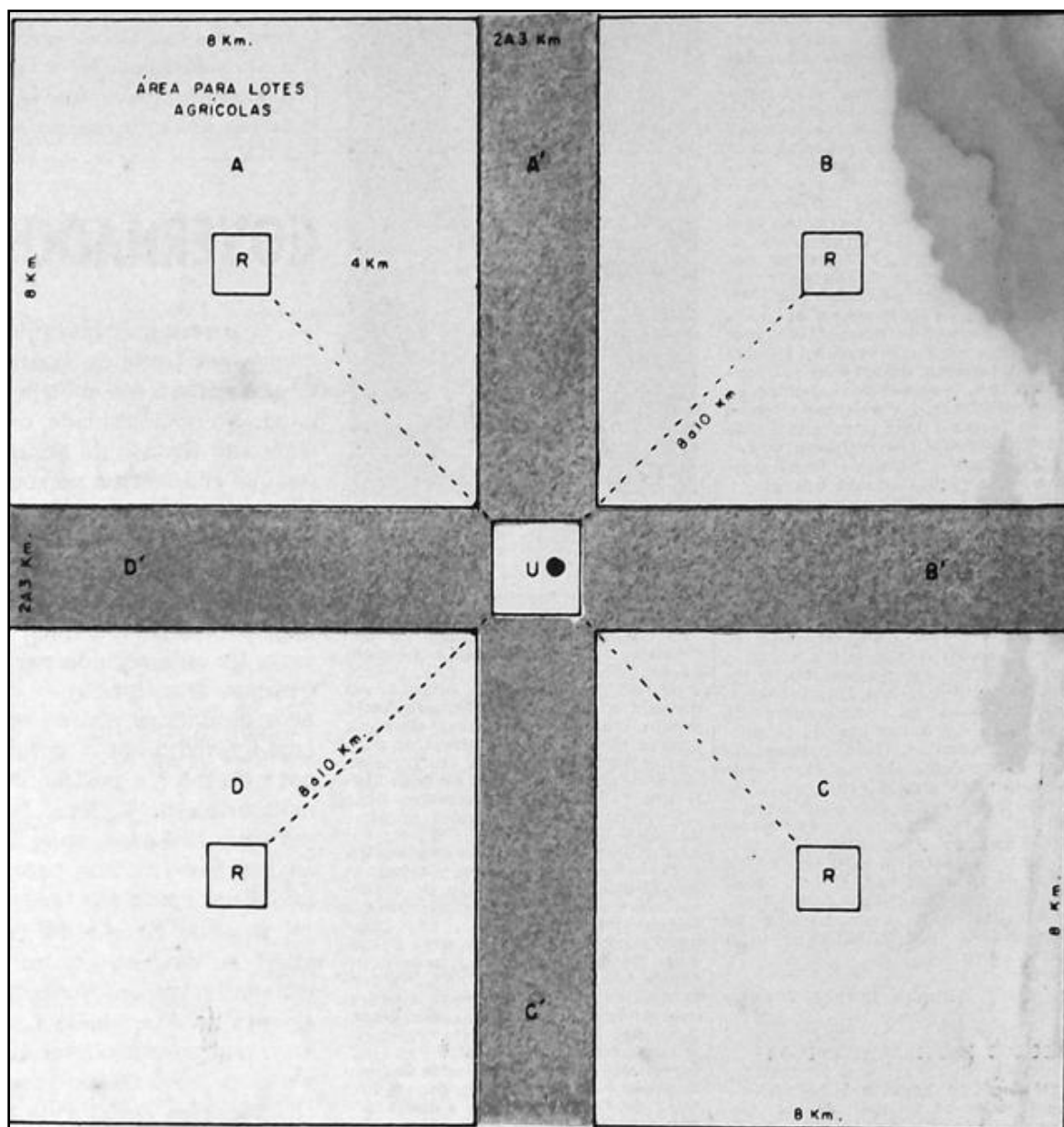


Figura: Planta do Combinado Agro-Urbano de Arraias(CAU-1). Fonte: *Revista Goiás* 1962.

Elemento importante a ser considerado diz respeito ao perfil do trabalhador rural exigido pelo IDAGO para constituir-se em colono no CAU. De acordo com a *Cartilha* que definia os procedimentos a serem adotados e os métodos de implantação dos núcleos, qualquer família de colonos poderia candidatar-se a uma vaga para residente na Rurópolis. Os candidatos seriam submetidos a um processo de seleção em moldes científicos que incluía a realização de testes psicotécnicos conduzido por técnicos do IDAGO, cuja metodologia a ser aplicada seria a

mesma adotada para a seleção de pessoal da própria agência autárquica de desenvolvimento agrário.³³³

Essa metodologia consistia na adoção de “um sistema de seleção em moldes científicos, visando, na medida do possível, ‘selecionar o homem certo para o lugar certo’, com a aplicação de testes psicotécnicos de autoria de P. Weil,³³⁴ onde se argüi a ‘inteligência não-verbal’”. Esse método deriva da *racionalização* do processo de seleção de pessoal de acordo com os pressupostos da psicologia aplicada ao trabalho e da psicotécnica. A busca pela racionalização do conjunto das atividades do trabalhado vinha sendo desenvolvida no Brasil desde pelo menos os anos trinta com a criação do Instituto De Organização Racional do Trabalho (IDORT) e passariam a ser adotados em larga escala no país a partir da década de 1950.³³⁵

Outras fases consistiriam de prova seguida de entrevista. A preferência era a da admissão de jovens casais de colonos *saudáveis* que tivessem poucos filhos, estando esse requisito associado ao objetivo de dar homogeneidade à formação da Rurópolis. Era desaconselhável a presença de colonos “solteirões” no CAU. Além de atentar contra a estrutura familiar que servia de base para a constituição da Rurópolis, a presença de “solteirões” não era bem vista pelos padrões morais católicos que permeavam o cotidiano da vida na Vila Cooperativa, havendo ainda o argumento de que um colono vivendo só não teria condições de igualar-se produtivamente ao padrão de uma família de colonos composta por vários membros.

O *trabalhador rural de novo tipo* que se tentava forjar em Goiás deveria passar por uma transformação que alterasse tanto sua cultura para o trabalho, mediante a adoção de técnicas racionais de cultivo, quanto sua formação física. Os esforços ideológicos de conversão do trabalhador rural goiano empreendidos pelos setores do IDAGO responsáveis pela seleção de colonos para o CAU buscava discipliná-los tanto em relação aos costumes quanto a seus corpos, instaurando um padrão de comportamento cujos valores urbanos via de regra chocavam-se com o modo de vida rural.

³³³ “Educação Para o Desenvolvimento Agrário.” *Relatório de Atividades do IDAGO*. Goiás, 1963. (mimeo).

³³⁴ Educador e psicólogo francês residente no Brasil, Pierre Weil publicou ao longo de sua vida cerca de 40 livros sobre psicologia aplicada ao trabalho, testes psicotécnicos para seleção de pessoal, linguagem não-verbal, etc. Pierre Weil trabalhou, entre 1948-1958, como chefe da Seção de Orientação e Seleção Profissional do Departamento Pessoal do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Em 1955 o educador publicaria um manual sobre Teste de Inteligência Não-Verbal que serviria de modelo e seria adotado largamente no Brasil. De acordo com estudos desenvolvidos por Weil, a aplicação do referido teste teria revelado que os segmentos populares, trabalhadores pobres em geral, tinham índices inferiores de inteligência se comparados com pessoas ‘ricas’ e de classe média. Cf. **Homenageado**. *Psicol. cienc. prof.* [online]. dez. 2005, vol.25, no.4 [citado 06 Fevereiro 2010], p.660-660.

³³⁵ Trata-se de uma avaliação que se pauta por critérios baseados na racionalização do trabalho e do processo de seleção de trabalhadores onde são levados em consideração aspectos como ‘vocação’, ‘comportamento’, ‘aptidão’ e ‘gestos’ como provas de qualificação pessoal.

O processo de seleção baseado em critérios médicos seguia de perto a metodologia utilizada em Israel para o credenciamento de colonos para os *moshavs*. Segundo esse procedimento estariam aptos a se tornarem colonos aqueles trabalhadores rurais que fossem aprovados em rigorosa seleção médica, cujo critério de avaliação era o de escolher dentre os candidatos mais fortes e saudáveis, capazes, segundo o método, de realizar as pesadas tarefas reservadas aos colonos. Aqueles que porventura fossem considerados fracos não poderiam residir na colônia sob o argumento de que num curto prazo de tempo tornar-se-iam onerosos para o *moshav*.³³⁶ No CAU, seguindo a lógica de selecionar os candidatos mais saudáveis para os núcleos, não eram admitidos idosos, nem casais com filhos adultos. O modelo ideal de família de colonos segundo os critérios de seleção residia no casal onde tanto o homem quanto a mulher fossem jovens e tivessem filhos ainda crianças.

Interessante observar que as preocupações médico-sanitárias adotadas como critérios de seleção e acompanhamento de colonos pelo IDAGO, apesar de nos discursos proferidos por técnicos e dirigentes da agência, e com frequência pelo próprio governador, aparecerem diretamente vinculados aos procedimentos-modelo da experiência de colônias agrícolas de Israel, tinham raiz na experiência das colônias agrícolas nacionais criadas durante o Estado Novo. Aliás essa é uma questão importante e presente em vários momentos de nossa tese: como o governo Mauro Borges a despeito de construir um discurso de modernização do estado de Goiás, sobretudo e privilegiadamente no que dizia respeito ao tratamento do desenvolvimento agroindustrial e das relações de trabalho no campo, utilizou-se em determinados momentos de práticas já consagradas e presentes no discurso de setores dominantes rurais desde a Primeira República.

A historiadora Sonia Mendonça discorda da frequência com que a historiografia e os trabalhos de diferentes autores no campo das ciências sociais no Brasil insistem em manter o ano de 1930 como marco canônico para se pensar a história da República brasileira em seus diversos aspectos sociais, sejam políticos, econômicos ou culturais.³³⁷ Essa perspectiva teórico-metodológica está ancorada numa ampla documentação coligida à luz de preocupações que buscam evidenciar que muitos dos projetos consagrados pelos setores dominantes rurais após ou a partir de ‘1930’ – conforme entendido pela bibliografia criticada pela autora – já se constituíam em demandas sistematizadas e compunham o alicerce de projetos e ações de frações da classe dominante rural brasileira desde os primeiros anos da Primeira República.

³³⁶ OLIVA, op.cit.

³³⁷ MENDONÇA(1987), op.cit.

Por meio do estudo realizado por Sonia Mendonça podemos verificar que projetos de criação de colônias agrícolas destinadas a abrigar trabalhadores rurais *nacionais* bem como o discurso de *regeneração do homem* rural através da disseminação de uma *agricultura científica* – conforme destacamos anteriormente – compunham a essência dos projetos políticos de intervenção na agricultura defendidos por setores dominantes rurais brasileiros, que a autora denomina apropriadamente de ‘frações dominadas da classe dominante’, posto tratem-se da manifestação de grupos dominantes rurais secundarizados no bloco de poder. Essa questão é de extrema relevância no desenvolvimento de nossas reflexões na medida em que se constitui em argumentação pertinente para a problematização do caráter ‘inovador’ das medidas adotadas pelo governo Mauro Borges, apresentadas como ‘solução’ para o problema da *questão agrária* no estado de Goiás e como modelo de *reforma agrária* para o país.

O recrutamento de candidatos a receber um lote de terras nas Rurópolis não se restringiu ao estado de Goiás. Ao contrário, a documentação correspondente ao Combinado de Arraias demonstra como prática comum a presença de trabalhadores de outros estados. Os relatórios de atividades elaborados pelo Departamento de Colonização do IDAGO registram a presença de trabalhadores rurais de São Paulo, Bahia, Minas Gerais, e até do Rio de Janeiro.³³⁸ O recrutamento e seleção de famílias noutros estados contava com apoio do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) do Ministério da Agricultura. Em Goiás foram recrutados trabalhadores em diferentes municípios, como Itumbiara, Ceres, Morrinhos, Goiatuba, Inhumas, Ipameri, Catalão, dentre outros.

Há que se fazer, no entanto, uma diferenciação entre os primeiros trabalhadores que foram para o CAU de Arraias. Havia aqueles que chegaram primeiro, no momento inicial da implantação do Combinado, identificados como trabalhadores “braçais”, “solteiros”, com a tarefa de desmatar o local, fazer a “derrubada” e construir os primeiros ranchos. Em princípio não seriam esses os colonos que residiriam no CAU. Embora não tenhamos dados satisfatórios sobre a origem desses primeiros trabalhadores podemos afirmar que grande parte vinha de São Paulo e da Bahia.³³⁹ Somente num segundo momento é que começaram a chegar as famílias de colonos selecionadas pelo IDAGO. Todavia é possível afirmar que a chegada de colonos que foram para residir teria ocorrido enquanto os trabalhadores “braçais” destinados à implantação do CAU ainda estavam na região.

³³⁸ *Relatório de Atividades do IDAGO*. Goiás, 1963/64.

³³⁹ Apoiamos nossa argumentação a partir do cruzamento de fontes por nós arroladas sobre os Combinados e entrevista realizada por Marizis Cunha de Oliveira com um ex-morador do CAU de Arraias. Ver: OLIVERIA, op.cit. pp. 215-224.

A diversidade regional na origem dos trabalhadores recrutados para a experiência piloto de Arraias constituir-se-ia num dos principais pontos a sofrer ataque feroz da oposição udenista na Assembléia Legislativa goiana. Argumentava-se criticamente que o Governo não estava interessado em resolver os problemas do trabalhador rural goiano, mas sim o de atender aos reclamos sociais de estados vizinhos. Em querela que duraria inúmeras sessões na Assembléia Legislativa, deputados de oposição fizeram discursos inflamados contra o Combinado de Arraias, chegando inclusive a aprovar requerimento para a constituição de uma CPI destinada a investigar as obras e o processo de seleção no CAU-1.³⁴⁰ Dentre as acusações que tiveram ampla repercussão na imprensa estão a de que o CAU funcionava como um “campo de concentração” onde trabalhadores passariam fome e trabalhariam de sol a sol, quase como escravos e sem receber nada em troca. Abordaremos essas e outras reações ao projeto estatal de colonização no item seguinte.

Outra questão que merecia atenção especial no CAU estava na educação dos colonos. A educação se constituía em parte importante do processo de construção do *novo* trabalhador rural goiano na medida em que era pensada como instrumento de transmissão aos rurícolas das diretrizes racionais da vivência na Rurópolis e das técnicas de trabalho. A escola funcionaria, nesse sentido, na lógica do extensionismo rural, onde o objetivo seria menos o ensino das letras que o aprendizado das modernas técnicas de plantio e cultivo. De acordo com o Plano Educacional para o Combinado Agro-Urbano, elaborado pela Secretaria da Educação através da Assessoria Técnica de Planejamento Educacional, a implantação do Plano seria dividida em duas etapas: num primeiro momento, em regime de urgência, com vistas a iniciar o processo de ensino, ainda que em condições precárias. Nessa fase inicial as atividades de aula seriam realizadas nas casas dos próprios colonos por aqueles que possuíssem alguma escolarização.

Num segundo momento, já com a construção do prédio escolar e com a presença de professores especializados dar-se-ia início à fase da educação propriamente dita. Concebida para ser prioritariamente profissionalizante, a escola deveria ser o centro social e cultural de toda a comunidade; o espaço de preparação do homem para trabalhar com recursos técnicos mais avançados e para manejar a tecnologia moderna.

³⁴⁰ GOIAS. *Diário da Assembléia Legislativa de Goiás*. 1963.

Escola-modelo do CAU-1:



Figura: Escola construída no Combinado Agro-Urbano de Arraias. Fonte: Acervo IPEHBC/Fundo MB

De acordo com o Plano Educacional, de 60% e 75% do total da população com mais de 14 anos residente no CAU-1, 528 colonos, era de analfabetos. O conjunto de colonos avaliados como de baixíssimo nível de instrução era composto na quase totalidade de trabalhadores que desempenhavam atividades consideradas primárias, o que não exigia, segundo a ótica do projeto educacional, nenhum conhecimento técnico especializado e de valor científico. Dos 128 homens maiores de 17 anos, 56% desempenhariam as funções primárias (queimada, enxada, machado, etc.); outros 40%, (auxiliar de carreta, de serraria); e apenas 4% função especializada (enfermaria, motorista).

Tabela 1: relação de atividades e função por colono no CAU-1

Atividades	Colonos	Função Primária Especializada	Função Especializada	Função não Especializada
Aux. Administrativo	5	5	–	–
Motorista	3	–	3	–
Tratorista	3	3	–	–
Aux. Mecânico	3	3	–	–
Encar. de Serraria	7	1	–	–
Aux. de Serraria	6	6	–	–
Cozinheiro	3	3	–	–
Aux. de Rancho	13	13	–	–
Padaria	2	2	–	–
Aux. de Cantina	2	2	–	–
Ferramenteiro	3	1	–	–
Cantineiro	7	1	–	–
Aux. Tratorista	2	2	–	–
Aux. de carreta	5	5	–	–
Rádio Operador		–	1	–
Enfermaria	1	–	1	–
Aux. de Apontador	3	3	–	–
Colonos com Família	72	–	–	72
Total:	128	51	5	72

Fonte: Plano Educacional para o Combinado Agro-Urbano de Arraias – Secretaria da Educação/ Assessoria Técnica de Planejamento Educacional – Governo do Estado de Goiás, 1963.

Pelos dados obtidos na tabela podemos inferir que a maioria das funções exercidas pelos colonos – aquelas consideradas pela ótica que norteou a avaliação dos assessores técnicos que elaboraram o Plano Educacional como sendo “função primária” – é na verdade composta de atividades tradicionais de trabalho do lavrador goiano. Atividades estas cuja prática, se por um lado denota ausência de um *saber técnico* nos moldes daquele pretendido pelo projeto educacional, por outro, confere a existência de um conhecimento forjado em experiências anteriores ao estabelecimento no CAU, ligado a uma vivência laboral direta na terra. Atividades de rancho, de carretagem, o que incluía trabalho com a enxada, práticas de

queimada e desmatamento, compunham o arcabouço de práticas de trabalho muito conhecidas entre lavradores goianos de diferentes regiões do estado devido ao tipo de relações de trabalho historicamente características do processo de apossamento de terras por posseiros.

Em síntese, a concepção de escola para o trabalhador rural era assim expressa no Plano: “A escola tem de ser, para adultos e crianças o núcleo vivo da coesão social, o laboratório mesmo onde se deverão forjar as novas relações sociais e uma nova concepção do mundo”.³⁴¹ Essa nova “concepção do mundo” como temos dito, residia na *imposição* de um saber técnico que negava o conhecimento previamente forjado na experiência de um *tempo* anterior ao CAU.

Vistos como indiferentes e até mesmo hostis à técnica, os *rurícolas* precisavam ser instruídos dentro da lógica da racionalidade do trabalho agrícola para que dessa forma pudessem colaborar satisfatoriamente com o projeto de dominação em curso. Chamados a aderir ao projeto, esforço no qual o Estado investiria pesado tanto na difusão do consenso quanto na prática coercitiva, os rurícolas teriam de passar por um processo educativo de conversão de valores e aquisição de um novo referencial de prática agrária orientado pela *tecnização* do trabalho, de modo que os princípios difundidos pelos grupos dominantes agrários que emergiam no poder fossem plenamente naturalizados como única alternativa capaz de tirar o lavrador goiano do *atraso*.

Aliada à tecnização do trabalho se fazia presente como pano de fundo ideológico a disseminação de um modo de vida pautado pela *urbanização da vivência rural*. Nesse sentido, a construção de todo um discurso permeado por um vocabulário calcado em referenciais da vida urbana vão aos poucos dotando o imaginário regional marcadamente agrário de elementos citadinos que contrastam e buscam superar, sob a égide do ideário *desenvolvimentista*, o *mundo rural* identificado ao atraso. Assim é que denominações como Rurópolis, URBS, agrovilas, e a própria inspiração advinda dos *moshavs* israelenses, bem como a importância que adquire a figura do técnico, detentor da racionalidade científica, revelam mais que um projeto de colonização de espaço rurais *despovoados*, mas uma transplantação para o agro de um conjunto de referenciais simbólicos urbanos a serviço da propalada *modernização* da agricultura, para a qual a mecanização do processo produtivo e o conseqüente aumento da produtividade constituem-se num dos eixos que sustentam o pleno desenvolvimento.³⁴²

³⁴¹ *Plano Educacional Para o Combinado Agro-Urbano de Arraias*. Goiás: Secretaria de Educação e Cultura, 1963.

³⁴² Ainda que não tenha se detido mais na questão, Dalva Borges foi quem primeiro chamou atenção para esse aspecto geral da política agrária implantada em Goiás durante o governo Mauro Borges. Ao nosso ver, essa questão deve ser pensada em estreita relação com as diretrizes que consubstanciavam a construção do novo trabalhador rural goiano. Cf. SOUZA, op.cit.

A despeito do significativo esforço de propaganda e arregimentação despendido pelas agências estatais em favor do projeto de construção de núcleos coloniais em Goiás durante o governo Mauro Borges, o que envolveu um grande número de agentes tanto públicos quanto privados, não se pode dizer que tenha ocorrido uma efetiva adesão por parte das massas rurais goianas ao projeto estatal. Se foi no âmbito do movimento camponês organizado que surgiram os maiores questionamentos à política de colonização do governo – basta citar a posição contrária dirigida às políticas de colonização do CAU feita pelos camponeses que participaram do Congresso Camponês-Operário-Estudantil realizado em Goiás no mês de outubro de 1963 – é preciso ressaltar a existência de inúmeros conflitos de terras no período que envolveram a participação de posseiros, arrendatários, e pequenos lavradores que, seja reagindo a ameaças de expulsão contra fazendeiros ou lutando para obter titulação de posses ocupadas em áreas de terras devolutas, reafirmariam durante o processo de luta concepções de apossamento da terra que se contrapunham à definição de propriedade defendido pelo projeto governamental.

Por esse projeto o latifúndio tornado produtivo é o modelo de empresa agrícola com maiores possibilidades de alcançar o desenvolvimento econômico. No que dizia respeito às terras destinadas aos trabalhadores rurais, estas deveriam constituir-se de modo a promover o gregarismo, sinônimo de indispensável realização econômica para o rurícola desprovido de terras. A colonização, promotora de uma vida comunitária e dirigida emergiria como modelo mais eficaz contra quaisquer demandas de reformas de cunho distributivista.

Passemos agora ao tratamento das reações desencadeadas pelo projeto do CAU nos debates travados por setores da sociedade goiana contrários e favoráveis ao plano de colonização perpetrado pelo IDAGO e apresentado como modelo de reforma agrária pelo governo Mauro Borges. À medida que o posicionamento dos atores sociais tornar-se mais claro será possível vislumbrarmos o impacto que a criação dos Combinados Agro-Urbanos teve sobre o conjunto das políticas públicas voltadas para o agro goiano bem como sua recepção pelas classes sociais no estado.

Nosso foco estará voltado para os embates travados tanto na Assembléia Legislativa quanto nas manifestações veiculadas pela imprensa a propósito da criação do Combinado Agro-Urbano de Arraias. Estes, constituíram-se em dois importantes espaços de luta durante o governo Mauro Borges. Em ambos o Executivo maurista tratou de criar frentes de combate visando atenuar os ataques desferidos pela oposição. Aproveitando-se da maioria na Assembléia Legislativa o governo procurou blindar agências como o IDAGO frente às iniciativas concretas de criação de CPIs para investigar as ações da autarquia e as atividades no CAU de Arraias. Para o enfrentamento travado no campo da imprensa o governo montou uma

poderosa estrutura de produção e veiculação de notícias sobre ações da administração estatal, publicando jornais, revistas, instruindo seus agentes a noticiarem os feitos de suas agências tanto na imprensa goiana quanto na imprensa de outros estados. O órgão que centralizou as ações estatais goianas no campo noticioso foi a Consórcio de Empresas de Radiofusão e Notícias do Estado, o CERNE.

As manifestações de apoio e contrárias ao modelo de colonização agrícola consubstanciadas no projeto dos Combinados Agro-Urbanos foram tão enfáticas quanto acirrados foram os embates entre seus defensores e detratores. Já aludimos acima ao confronto materializado nas discussões travadas no âmbito parlamentar entre deputados oposicionistas e governistas quanto à execução do plano de colonização realizado pelo IDAGO. Os ataques às iniciativas estatais estiveram presentes desde o início do projeto, ainda que seja importante mencionar que, num primeiro momento, o governo gozou de relativo crédito mesmo da bancada udenista de oposição na Assembléia Legislativa.

O tema dos Combinados Agro-Urbanos motivaria inúmeras interpelações de deputados ao longo das sessões realizadas na Assembléia Legislativa no ano de 1963. A questão, via de regra, vinha acompanhada do debate acerca da *Reforma Agrária*, num plano geral, e da distribuição e/ou divisão das terras devolutas goianas, em particular. Na Sessão Ordinária de 2 de julho de 1963, o deputado Olinto Meireles³⁴³ (UDN) indagava em aparte ao então colega José Porfírio de Souza (PSB) sobre o que o deputado-camponês achava da política agrária anunciada pelo governador Mauro Borges em dia anterior.³⁴⁴

Porfírio era, sem sombra de dúvidas, o único parlamentar capaz de falar em nome dos trabalhadores rurais e camponeses goianos. Sua posição, quando contrária a quaisquer medidas adotadas pelo Governo, era vigorosamente utilizada pela oposição como prova dos equívocos do governador na condução de sua política agrária. Embora apoiasse em linhas gerais as políticas adotadas pelo Governo para o agro, José Porfírio não se mostraria favorável à criação do Combinado Agro-Urbano, ainda que reconhecesse, em sintonia com o Executivo goiano, tratar-se de uma iniciativa ‘nova’ que mereceria algum crédito.

O eixo norteador das considerações do deputado-camponês residia no argumento de que a maneira mais justa e efetiva de se implementar um plano de reforma agrária em Goiás passava

³⁴³ Joaquim Olinto de Jesus Meirelles era advogado e jornalista. Nascido em Luziânia-GO, foi eleito Deputado Estadual pela coligação UDN-PSP para a 5ª Legislatura (1963-1967). Olinto Meirelles, entretanto, não completaria seu mandato, pois teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional n.º 1, de abril de 1964. Ao longo da década de 1950 destacou-se como importante jornalista em Goiás, tendo atuado no *Jornal de Notícias*, entre 1956-59, em cujas páginas ajudaria a construir, em meados dos anos de 1950, um importante espaço de resistência onde atuariam os posseiros de Formoso e Trombas. Ver.: CAMPOS, Francisco Itami. *O Legislativo em Goiás*. op. cit. p. 236. ESTEVES, op. cit., especialmente capítulo III.

³⁴⁴ GOIÁS. *Diário da Assembléia*. Sessão Ordinária de 2 de julho de 1963. pp. 3-5.

pela manutenção na terra daqueles que já cultivavam a terra. Em suma, tratava-se de criar mecanismos públicos que garantissem a permanência dos trabalhadores rurais. Nas palavras de Porfírio, ‘garantir terra para quem já está morando nela, já é uma reforma agrária’. Essa postura, cara às lutas dos posseiros goianos durante toda a década de 1950 em defesa da legalização de suas posses frente as constantes ameaças de expulsão, ia de encontro aos pressupostos conformadores das diretrizes de *colonização dirigida* do IDAGO. Dessa forma, o projeto de criação do CAU era compreendido como uma política de intervenção agrária do IDAGO que visava deslocar(recolonizar) lavradores – posseiros – de áreas tensionadas por conflitos de terras e transformá-los em colonos ‘produtivos’ nos Combinados.

Estimulado por novo aparte de Olinto Meirelles, José Porfírio assim se referia à situação:

“(...) eu, para mim, não aconselhava o Sr. Governador Mauro Borges a criar o Combinado Agro-Urbano, mas é uma iniciativa nova no Estado, é uma experiência adquirida em País estrangeiro. Não me coloquei contra e nem vou me colocar. Apenas insisto para que ele garanta a terra ao homem que está radicado nela. Se o Sr. Governador quiser dividir para quem está morando, e a terra excedente para quem quiser trabalhar, ele vai fazer muito mais que o Combinado Agro-Urbano de Arraias. É a minha opinião pessoal.”³⁴⁵

Portanto, a questão principal segundo Porfírio, no que seria acompanhado na ocasião por manifestação favorável do deputado udenista Eurico Barbosa, estava na manutenção do trabalhador rural na terra onde mantinha cultivo e morada, proposta que deveria vir acompanhada de um projeto distributivista. O CAU representava, a despeito da retórica de seus defensores, calcada no apelo ao ‘bem-estar’ do trabalhador rural goiano, um projeto crítico a quaisquer medidas de cunho distributivista.

O conjunto de ações estatais do qual o CAU constituía-se no *front* mais visível publicamente, assentava-se no enfrentamento da reprodução do apossamento como forma de acesso a terra por lavradores pobres. Como veremos no próximo item, a defesa do direito à posse e pela permanência na terra materializou-se em inúmeras lutas de posseiros durante o governo Mauro Borges, aspecto que contrasta com o discurso hegemônico proferido no período e consagrado posteriormente: de que os anos da experiência maurista no governo de Goiás foram marcados pela inovadora iniciativa de reforma agrária cujo modelo de eficiência e justiça social estava no Combinado Agro-Urbano.

³⁴⁵ *Ibden*, p.4

3 – *Invasores e posseiros: resistências e repressão.*

São conhecidos os argumentos adotados por Mauro Borges em seu discurso na referência à maneira como seu governo tratou da questão dos conflitos de terra em Goiás. Inseridos num conjunto homogêneo de manifestações subversivas e de agitações que buscavam desestabilizar seus projetos de reformulação agrária, as manifestações de resistência e luta pela terra figuram como ações isoladas perpetradas por grupos estranhos à causa dos lavradores e que buscavam disseminar a desordem no meio rural com o objetivo de preparar focos de agitação por todo o estado.

A intervenção violenta do governo estadual no sentido de equacionar as manifestações de insatisfação expressas por organizações de lavradores em várias regiões do estado surgem na apropriação que delas faz o discurso estatal matizadas por dois enfoques que revelam as contradições presentes na política agrária do governo Mauro Borges. Essas contradições se tornaram ainda mais agudas quando a questão em pauta residia no tratamento dispensado aos trabalhadores rurais que não se *enquadravam* (ou não se deixavam *enquadrar*) no perfil *colaborador* dos projetos estatais. Nesse sentido, a preocupação em demonstrar que seu governo deveria ser reconhecido pela ação enérgica no desbaratamento das *agitações* rurais revelava não apenas a intenção do governo Mauro Borges em apresentar-se como exemplo de firmeza e postura positivamente ordeira em relação aos conflitos agrários. Também serviria de material promocional para demonstrar que em Goiás a questão da terra poderia ser solucionada via mediação eficiente do Estado, desde que respaldado por um projeto de *reforma agrária* racional que buscava conciliar o bem-estar do lavrador goiano com a produtividade industrial do agro.

Foi para enfatizar o primeiro aspecto que o próprio Mauro Borges dedicou-se em inúmeras ocasiões a demonstrar que a ação afirmativa da autoridade estatal jamais deveria ser posta em dúvida quando se tratava de avaliar sua postura frente à *subversão* no campo. O esforço no sentido de desfazer quaisquer ambigüidades quanto a atuação da polícia estadual, devidamente partícipe da orientação geral da política agrária do governo, consubstanciava-se na maneira como aparecia no discurso estatal, sobretudo a partir de 1963, a questão do equacionamento da luta pela terra em Goiás.

Sobre esse aspecto é necessário fazer uma distinção entre o período até 1963 e os meses seguintes que vão do golpe de 31 de março 1964 a novembro do mesmo ano. No primeiro momento, quando o governo ainda não havia construído e posto em funcionamento as agências destinadas a implementar sua política de intervenção no agro, sobretudo aquelas medidas

dirigidas aos pequenos lavradores e trabalhadores rurais sem-terra, a reação às ações empreendidas pelos camponeses na luta pela posse da terra se dá através da repressão policial imediata. Há uma clara e indelével prática de violência direta contra as chamadas *invasões* em pronta resposta às solicitações de proprietários de fazendas ameaçadas pela ocupação de grupos de trabalhadores rurais sem-terra.

Entre 1961 e 1964, durante todo o período que correspondeu ao Governo Mauro Borges, ocorreram em várias regiões do estado inúmeros conflitos de terra entre posseiros, pistoleiros – jagunços a mando de fazendeiros locais – e a força policial. Algumas não passaram de iminentes confrontos, permanecendo mais na ameaça de enfrentamentos armados do que da efetiva refrega. Importante notar que mesmo aqueles que atingiram menor repercussão e obtiveram desdobramentos circunscritos, muitos dos quais frustrados em seus intentos, devem ser compreendidos como partes de um processo de acirramento das iniciativas de questionamento e ação de grupos organizados de camponeses que atuavam sob a orientação de que tinham pleno direito de ocupar propriedades reconhecidamente possuidoras de extensas áreas de terras incultas. Tal perspectiva fortalecia e punha em prática a convicção de que a noção de propriedade não deveria estar divorciada da noção de trabalho, da mesma forma que o trabalho, naquilo que a experiência remetia à vivência e cultivo da terra não deveria estar dissociada desta. Vejamos a seguir alguns exemplos de conflitos de terras ocorridos no início da década de 1960 no decorrer do governo Mauro Borges.

O primeiro conflito de terras ocorrido durante o governo Mauro Borges que pudemos averiguar, deu-se no município de Goianésia, na Fazenda São Carlos, em julho de 1961. Um efetivo de 100 homens enviados de Goiânia compunha a tropa da polícia militar chefiada pelo Major Antonio Bonfim Rodrigues dos Santos, juntando-se a destacamentos policiais de Goianésia na incumbência de *expulsar* grupos de *invasores* da Fazenda São Carlos, à pedido do fazendeiro, proprietário das terras reclamadas por posseiros.³⁴⁶

O início dos conflitos nas terras que compreendiam a dita fazenda datava de pelo menos três anos, quando teriam se verificado os primeiros enfrentamentos entre posseiros e pistoleiros contratados pelo fazendeiro. O proprietário da São Carlos, área de plantação de café, e que deste a década de 1920 pertencera a sua família, mas que em 1961 encontrava-se em decadência devido ao abandono de grande parte do cultivo do cafezal, residia em São Paulo, onde mantinha fazenda de cana de açúcar, e só esporadicamente permanecia em Goiás para cuidar da São Carlos. Apesar disso, a fazenda contava com a permanente vigilância de cerca de

³⁴⁶ *Invasão de Terras em Goianésia*. Ofício 857/61: enviado pelo Comandante Geral, Cel. José Joel Marcos ao Governador Mauro Borges Teixeira, em 31 de julho de 1961.

30 a 40 homens armados, mais as poucas famílias de colonos que trabalhavam em parte do cafezal.³⁴⁷

Segundo *Relatório* elaborado pelo Comandante Geral da Polícia Militar de Goiás, Cel. José Joel Marcos, o proprietário da São Carlos, Sr. Marcos, em face da decadência das plantações cafezeiras da fazenda, teria decidido lotear as terras em pequenas granjas, trechos de matas e vendê-las a pequenos agricultores dispostos a explorá-las. Esse teria sido, segundo relato, o provável motivo para desencadear uma nova onda de *invasões*, posto que correu o boato de que as terras da São Carlos estariam livres para ocupação, uma vez que o fazendeiro estaria parcelando e abrindo mão da propriedade, boato reforçado pela disseminação de um outro que atestava que o Estado de Goiás teria contestado grande parte da área em questão e que estaria disposto a distribuir as terras contestadas a novos lavradores.

Negando qualquer orientação nesse sentido, o Governo do Estado acatou mandato de expulsão expedido por autoridades judiciárias de Goianésia a pedido do proprietário da Fazenda São Carlos, e enviou força policial para garantir o cumprimento da ordem. Nas palavras do Comandante Geral, “Por intermédio da Secretaria do Estado e Segurança Pública, foi então recebida no Comando Geral da Polícia Militar, a ordem do Exmo. Snr. Governador do Estado, para o emprego urgente da força.”³⁴⁸

As tropas saíram de Goiânia no dia 22 de julho e contaram desde o início com total ajuda do proprietário da São Carlos. A ajuda do fazendeiro se deu desde o momento da partida da tropa policial da capital, quando disponibilizou três ônibus fretados e um *jeep*, até a permanência dos soldados durante as operações, ocasião em que custeou alojamento e alimentação aos 95 praças e seus comandantes. Segundo relato do Comandante Geral, os *invasores* contavam com cerca de mil homens espalhados pelas matas da fazenda dispostos a resistir até a morte à expulsão.³⁴⁹

Não fica claro no documento, entretanto, a categoria específica de trabalhador rural dos lavradores rotulados de *invasores*. Esses compunham uma massa homogênea de “inocentes iludidos”, grupo arregimentado por *agitadores*, pequeno grupo de comunistas vindos da cidade e que teriam insuflado os lavradores com falsas promessas de que o governo estadual estava distribuindo terras na região. A preocupação do *Relatório* policial é quase que integralmente dedicada a identificar tais *agitadores*, nomeando-os e descrevendo-os de modo que pareçam violentos e vingativos. Dentre aqueles apontados como chefes e responsáveis pela *invasão*,

³⁴⁷ *Relatório da Operação São Carlos*: Comando Geral da Polícia Militar de Goiás. Goiânia, 7 de agosto de 1961.

³⁴⁸ *Ibidem*, fl. 3.

³⁴⁹ No *Relatório* o Cel. José Joel Marcos aponta que os *invasores* possuíam armamento variado, constando dentre as armas apreendidas pela polícia, carabinas 44, espingardas de caça, revolveres e facões. *Id.*

havia um jornalista, um dentista, um ex-empregado da própria Fazenda São Carlos, além de um lavrador expulso de outras terras.

Pela descrição da origem de grande parte da corrente dos ditos *invasores*, a região de Ceres, área que, assim como o município de Goianésia e a Fazenda São Carlos, estava localizada nas terras férteis do Vale do São Patrício, podemos supor que se tratavam em sua maioria de lavradores sem-terra, expulsos de posses e ex-colonos da antiga CANG. Área de intensa ocupação deste os anos de 1940, a região de Ceres acelerou o fechamento da fronteira agrícola na década de 1950, seja pela ocupação de posseiros, seja pela especulação fundiária e ação de grilagens de terras. No início da década de 1960, já não havia praticamente nenhuma área de terras devolutas que pudesse ser ocupada por posseiros no entorno da região de Ceres. A notícia de que o governo estadual desapropriaria a Fazenda São Carlos e distribuiria lotes de terras a lavradores foi sem sombra de dúvidas um grande atrativo para uma massa de trabalhadores rurais, sobretudo posseiros, destituídos de posse da terra por um permanente processo de expulsão advindo da ação de grileiros.

A atuação da polícia goiana em São Carlos não encontrou resistência obstinada por parte dos lavradores que ocupavam a fazenda. Ao que consta do *Relatório* do Major Antonio Bonfim Rodrigues dos Santos, dirigido ao Comandante Geral da Polícia Militar de Goiás, no dia 27 de julho, cinco dias após a ida da tropa de Goiânia para a Fazenda São Carlos, a situação estava resolvida: as armas em posse dos *invasores* foram apreendidas, prisões foram realizadas, a garantia da ordem fora restabelecida, e no dia 28 as tropas retornaram a Goiânia.

O caso da Fazenda São Carlos importa menos pela proporção dos eventos ocorridos do que pela situação que podemos verificar em relação a condição cada vez mais evidente de que o governo deveria pôr em prática uma política agrária que levasse em conta o grande número de trabalhadores rurais sem-terra no estado. De fato, os conflitos de terras na Fazenda São Carlos, ainda que não tenham se caracterizado por uma resistência organizada, nem tenham logrado êxito por parte dos lavradores sem terra, são significativos porque nos permitem compreendê-los como uma conjugação de inúmeras tentativas de ocupação de terras identificadas pela ausência de cultivo efetivo e que teve seu ponto culminante em 1961, quando um número significativo de lavradores ocupou a área sob a orientação de que tinham o direito de apossar-se de glebas de terras incultas, indevidamente aproveitadas por um proprietário que nem mesmo residia nelas.³⁵⁰

³⁵⁰ São registrados inúmeros confrontos nos três anos anteriores nas seguidas tentativas de ocupação das terras não cultivadas da Fazenda São Carlos. Nesses enfrentamentos houve mortes de lavradores, empregados e moradores da fazenda e mesmo de um soldado da polícia. A referência consta do *Relatório da Operação São Carlos*, op.cit.

Outro foco de insatisfação ocorreu em maio de 1962, no município de Jussara, Distrito de Salobinha, região próxima a Diorama, no noroeste goiano. A situação esteve prestes a se desdobrar em série confronto entre posseiros e tropas policiais enviadas para a localidade. Os conflitos em Jussara tiveram repercussão em todo o estado, contando os posseiros na ocasião com a mediação de estudantes do Centro Acadêmico XI de Maio e do camponês José Porfírio, principal liderança camponesa em Goiás e na época presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado de Goiás.³⁵¹

O conflito se deu a partir da tentativa de ocupação da Fazenda Saloba, área de cerca de 5.680 alqueires de terras, que, segundo consta em reportagem realizada pela *Folha de Goiaz*, pertencia ao fazendeiro João Francisco dos Santos.³⁵² Novamente aqui, assim como no caso da Fazenda São Carlos em Goianésia no ano anterior, a cobertura dada pela imprensa, bem como os relatos policiais, não são esclarecedores quanto ao tipo de trabalhador rural envolvido na ocupação, suas origens e motivações. A ênfase recai invariavelmente sobre a identificação dos *agitadores*, apontados como responsáveis por insuflar as massas de ingênuos lavradores que se deixam persuadir com facilidade por promessas de terras e auxílios. Dessa maneira, os principais *agitadores* do caso da ocupação da Fazenda ‘Salôba’ eram João Nader e o líder estudantil Tarzan de Castro.

Interessante ressaltar que a estratégia de resistência adotada pelos lavradores que ocuparam a fazenda se assemelhava àquelas popularizadas pelos posseiros de Trombas no início da década de 1950. Tratava-se especialmente da construção de trincheiras ao longo da estrada que levava à Fazenda ‘Salôba’, onde se esperava o enfrentamento armado com as tropas policiais destacadas para o local. Ao que tudo indica não houve o confronto planejado. Segundo reportagem da *Folha de Goiaz*, os soldados da polícia militar encontraram as trincheiras abandonadas com algumas armas dos *rebeldes*.

Algumas características do conflito de terras em Jussara aproximam-na daquelas verificadas em Goianésia. Tanto a Fazenda ‘Salôba’, quanto a Fazenda São Carlos, constituíam-se em áreas outrora cultivadas mas que no momento do auge da massiva ocupação passavam por reconhecida decadência. Ambos os proprietários iniciaram o processo de loteamento e venda de parte das terras que correspondiam suas propriedades. Em face dessa iniciativa, surgiram movimentos de ocupação de número significativo de lavradores, agindo, ao que parece, motivados pela perspectiva de se apossar de glebas de terras julgadas como legitimamente ‘livres’ para serem ocupadas por trabalhadores rurais sem-terra.

³⁵¹ *Diário do Oeste*, Goiânia, 26 de maio de 1962.

³⁵² “Polícia evitou a rebelião em Jussara: fuga dos agitadores.” *Folha de Goiaz*, 30 de maio de 1962.

Menos de quinze dias após o episódio em Jussara, eclodiu no município de Porangatu, no norte do estado, o maior conflito de terras ocorrido durante o governo Mauro Borges. Os números eram expressivos: no início de junho, cerca de 550 posseiros encontravam-se armados e entrincheirados nas regiões de ‘Serrinha’, ‘Amargoso’, ‘Cana Brava’ e ‘Serra Azul’, à espera do iminente confronto com a força policial. Segundo o enviado especial do jornal *Folha de Goiaz*, o repórter Sebastião Abreu, destacado para acompanhar *in loco* o desenrolar do conflito, havia três grupos de ‘litigantes’ envolvidos no cenário, grupos numerosos de posseiros, cujas posses estavam localizadas na zona deflagrada, fazendeiros, supostos proprietários das terras em disputa, e os ditos *invasores*, homens que se aproveitariam da situação para estabelecer-se na área.³⁵³ Os conflitos teriam ocorrido principalmente entre posseiros e fazendeiros, cujos grupos organizados concentraram-se cada qual numa região que lhes serviu de ‘quartel-general’. Os primeiros teriam organizado suas ações a partir da região do ‘Amargoso’, enquanto os segundos estabeleceram como sede de concentração a região de ‘Serrinha’.

A questão central que desencadearia o conflito de terras em Porangatu não diferia da de outras regiões conflituosas verificadas no mesmo período em Goiás. Tratava-se de uma disputa entre posseiros, residentes há muitos anos nas terras em disputa, e fazendeiros que reclamavam propriedade e a intervenção da polícia para expulsar os posseiros das terras que denominavam suas, expediente utilizado sobretudo a partir do momento em que o uso da força privada armada não podia dar conta de expulsar os posseiros. A área em disputa estava pendente de julgamento de ação discriminatória iniciada anos antes, mas que ainda não tinha sido sequer concluída pelas autoridades estaduais. Diante da situação indefinida, os posseiros argumentavam que toda a área se tratava de terras devolutas, ao passo que os fazendeiros afirmavam ter comprado as terras.

Segundo reportagem da *Folha de Goiaz* de 14 de junho, no dia 11 cerca de quarenta fazendeiros, liderados pelo sr. João Rodrigues Barboza, presidente da Associação Rural de Porangatu, reuniram-se em busca de uma solução definitiva em face da resistência dos posseiros e da indefinição do governo estadual quanto a uma ação enérgica em defesa da propriedade. Na ocasião os fazendeiros decidiram redigir um ‘manifesto’ a ser dirigido ao Ministério da Guerra denunciando a ameaça de desordem no campo e a constatação de que “o Governo goiano está impotente para solucionar o problema de terras no norte do Estado”, motivo pelo qual, segundo entendiam os setores patronais de Porangatu, se fazia premente uma intervenção federal no norte goiano. Os fazendeiros contavam com um número aproximado de

³⁵³ “Porangatu sob ameaça de rebelião armada: ou o governo encontra solução ou haverá carnificina.” *Folha de Goiaz*, 14 de junho de 1962.

300 ‘assalariados’, jagunços fortemente armados e organizados, prontos para o enfrentamento com os posseiros.

Os posseiros permaneceram organizados em grupos armados espalhados pelas trincheiras e matas localizadas nas regiões do ‘Amargoso’, ‘Vaca-Brava’(ou ‘Cana Brava’), ‘Serra Azul’, próximas à Fazenda Santo Antonio, ao que consta, preparados e dispostos a resistir à expulsão das terras, fosse pelo confronto com os pistoleiros a mando dos fazendeiros, fosse contra os soldados da polícia goiana. Organizavam-se através da atuação das Associações de Lavradores daquelas localidades, em Porangatu. Como no episódio de ‘Salobinha’, em Jussara, e da Fazenda São Carlos, em Goianésia, nas regiões deflagradas em Porangatu, posseiros residiam há décadas nas terras em disputa, fator que aponta para a hipótese de se tratarem de áreas largamente griladas e convertidas em propriedade mediante compra de títulos forjados por astutos grileiros. A iniciativa do governo estadual em perpetrar medidas de discriminação das terras em tais localidades partia do pressuposto de que amplas áreas reivindicadas pelos fazendeiros como extensões legítimas de suas propriedades eram na verdade terras devolutas pertencentes ao Estado de Goiás.

Ao observamos de perto os exemplos de ações camponesas no período, episódios protagonizados por posseiros e lavradores sem-terra denominados pela imprensa e por setores do governo como *invasores*, sobretudo das regiões localizadas no norte goiano, bem como da resposta do governo Mauro Borges em face das pressões exercidas tanto pelos lavradores quanto pelos setores patronais, duas características vem a tona e podem ser compreendidas como aspectos que denotam certa constante no conjunto dos conflitos citados.

Um primeiro aspecto remete a iniciativa dos posseiros e lavradores sem-terra em mobilizar-se para o enfrentamento armado na defesa da posse da terra num duplo movimento, de resistência à expectativa de expulsão, através da ação dos fazendeiros, e da possibilidade de apossar-se de terras em litígio no momento em que eram contestadas pelo governo estadual, via ação discriminatória, surgindo dessa maneira a perspectiva de agir no decurso da ação judicial perpetrada pelo Estado. O segundo aspecto remete-nos a atuação ambígua do governo estadual, premido entre atender a requisições imediatas de intervenção policial feita pelos setores dominantes rurais em nome da defesa da propriedade e o reconhecimento de que não poderia limitar suas ações apenas ao recurso da repressão, embora dela fizesse uso efetivo, devendo portanto estender sua mediação atento às demandas dos trabalhadores rurais organizados. Tal ambigüidade, entretanto, torna-se mais clara quando aventamos a possibilidade de compreender a inscrição e presença de interesses conflitantes no âmbito do Estado.

Sobre a primeira questão, necessário atentarmos para o fato de que grande parte dos posseiros envolvidos nos conflitos citados serem de longa data ocupantes das terras em disputa. O cenário característico do norte goiano, ainda mais acirrado desde pelos menos a década de 1940, era formado pela crescente incorporação de terras devolutas a áreas de domínio privado, onde tinha curso um processo de ampliação do latifúndio que se fazia ao mesmo tempo sem a contestação das instituições públicas e via de regra dispendo de seu aparato legitimador local na hora de obter títulos de propriedade para extensões notadamente oriundas do processo de grilagem.

A iniciativa de incorporar novas áreas aos domínios mediante obtenção conivente de títulos de propriedade forjados em cartórios locais se deparava com a presença nas terras requisitadas de centenas de famílias de posseiros há muito estabelecidos via processo de *migração-destocamento-cultivo*. Essa situação é clara no caso dos conflitos de terra na Fazenda São Carlos, em Goianésia, nas regiões de Jussara e Diorama, e em Porangatu. Tratam-se de conflitos que expõem tentativas de grandes proprietários de terras de avançar sobre áreas cultivadas, via apossamento, em regiões mormente valorizadas pela construção de rodovias ao longo da década de 1950.

A resistência empreendida pelos posseiros frente a iminente expulsão das terras onde mantinham cultivo e moradia conheceu no decorrer da década de 1950 e princípio da de 1960 estratégias ampliadas de luta que buscavam romper com a lógica dos desmandos oriundos do exercício do poder pessoal dos fazendeiros locais. A mais conhecida e que reverberava para além do âmbito local residia na preparação para a defesa armada das posses diante da perspectiva de enfrentamento com pistoleiros a serviço dos fazendeiros e de soldados destacados para debelar o conflito, o que na maioria das vezes significava fazer cumprir ordem judicial de retirada dos posseiros de áreas que a Justiça dera ganho de causa aos fazendeiros.

Importante abordarmos aqui a presença mais que significativa do dito *invasor*. Temos poucas informações a seu respeito. A forma pejorativa com que é mencionado está presente tanto nas páginas de parte da imprensa quanto nas notas oficiais do governo. Agências estatais e imprensa representante de amplos interesses de frações dominantes rurais e industriais compartilhavam da noção de que o *invasor* não apenas era um criminoso que agia à margem da lei, posto que se apropriava indevidamente tanto de terras públicas quanto privadas, mas que não pertenciam a mesma categoria de trabalhadores rurais que o posseiro. Trata-se portanto de um ‘proveitador’ e ‘usurpador’ de terras alheias.

Em maio de 1963 o IDAGO publicaria Comunicado onde tornava oficial a distinção entre “posseiros” e “invasores”:

“A fim de orientar e esclarecer a opinião pública, prevenindo-a contra notícias inverídicas, relativas a terra, e apresentado, sinteticamente, para identificação pelo público, um conceito primário de vários tipos humanos interessados na terra(...):

1-Posseiros – é aquele que, por si ou preposto seu, mantém morada habitual, aliada à cultura efetiva, numa gleba de terra.(cultura efetiva caracteriza-se pela existência de: quintal fechado e plantado, pastagem cercada e provida de curral ou lavoura aproveitada).

2-Invasor – é aquele que usurpa ou assume violenta ou clandestinamente a posse de um imóvel de domínio privado ou público, quanto a este, depois de medido e demarcado.”³⁵⁴

A criminalização do *invasor* contrapunha-o ao reconhecimento, por parte do Estado, do ‘posseiro legítimo’. E aqui temos uma questão importante. A legitimidade conferida ao ‘posseiro’ estava relacionada ao duplo *morada habitual-cultura efetiva*, características que remetiam a uma prática reconhecida de fixação e trabalho na terra consagrados pelo costume, o que podia ser atestado pela *idade* do apossamento e pelo cultivo efetivo da posse. Mais ainda, por terem os ‘posseiros’ se apossado de terras devolutas, ou com maior ênfase, de terras que não pertenciam a nenhum domínio privado, *antes* de demarcadas, não poderiam ser considerados como infratores da lei, mesmo não possuindo título de propriedade, aspecto que historicamente o diferencia, no que tange a forma de apropriação da terra, de ‘verdadeiros proprietários’.

O que precisa ser destacado, no entanto, é que a legitimidade da posse resulta de um processo consolidado em meados da década de 1950, de luta pelo direito de validar o apossamento, e que teve no pequeno posseiro, em sua gênese um lavrador rural sem-terra, via de regra um migrante outrora expulso de outras terras, o protagonista da ação que desembocaria no reconhecimento ‘oficial’ do Estado goiano, sobretudo nos anos Mauro Borges. Não se quer aqui afirmar que as noções de moradia e cultivo efetivo como requisitos necessários para a legitimidade da posse e do posseiro, seja uma invenção dos posseiros goianos da década de 1950. O que no princípio da década de 1960 efetiva-se como conquista de um significativo reconhecimento social resulta de uma prática de resistência que teve no exercício efetivo de luta pela terra o resgate das noções de moradia e cultura efetivas como mote de defesa do direito de permanecer na terra frente as ações de expulsão e grilagem de terras. O recurso à realidade do apossamento a partir dos aspectos legitimadores da residência e

³⁵⁴ IDAGO – Comunicado n. 1/63, de 9 de maio de 1963.

do trabalho na terra fazia-se amparado pela certeza de que o direito advinha ainda do fato incontestável de que a posse se dava em áreas cujas terras eram reconhecidamente devolutas, questão premente no enfrentamento contra a grilagem e expansão territorial de fazendeiros locais.

Em relação ao lavrador que não dispunha de terra no início da década de 1960 o tratamento dispensado seria inteiramente distinto. Este não tinha como recorrer às noções de *morada habitual* e *cultura efetiva* como traços legitimadores da ocupação da terra. Na ótica do IDAGO, o *invasor* perdia, portanto, a possibilidade de ser considerado ‘posseiro’, posto não ter como ‘provar’ que residia há tempos na gleba pleiteada. Para efeitos legais e de reconhecimento estatal, o marco de distinção entre ‘posseiros’ e ‘invasores’ se dava, portanto, no *antes* e *depois* da demarcação das terras em litígio. A intervenção estatal de discriminação de terras reforçava assim a identificação da categoria social do *invasor* como aquele que ocupava indevidamente terras alheias, prática criminosa que deveria culminar em sua expulsão das terras em questão.

Se compararmos a maneira de se referir aos posseiros no início da década de 1950 pela grande imprensa e agentes estatais com a noção que passa a figurar a partir dos primeiros anos da década seguinte, podemos verificar uma mudança significativa no *status* do termo ‘posseiro’ e sua distinção da categoria de *invasor*.

Por ocasião da cobertura dada pela imprensa às grilagens de terra na região de Gurupi, em princípios de 1950, e, sobretudo, durante os conflitos de terra em Trombas e Formoso, notadamente no período de maior intensidade dos confrontos, entre 1954 e 1956, não há qualquer esforço no sentido de dissociar a imagem do posseiro pobre da de ‘usurpador’ de terras alheias. Ao contrário, via de regra, o posseiro é descrito nas páginas de jornais como o *Folha de goiaz* como aquele que invade terras reclamadas enquanto domínio privado. Os atributos de moradia e trabalho não atenuam a caracterização, apenas dão contornos ainda mais urgentes às denúncias empreendidas pelo jornal no sentido de cobrar do Governo do Estado uma resposta enérgica contra aqueles que se apropriam indevidamente de terras particulares há longa data. Nesse sentido, *invasor* será tanto o posseiro que pega em armas para defender sua posse, quanto os *agentes comunistas* responsáveis por insuflá-los.

A significativa vitória alcançada pelos posseiros de Trombas e Formoso na manutenção da posse da terra, a repercussão da luta pela terra como direito legítimo daquelas famílias de lavradores, muitas das quais estavam na região desde o início dos anos 1940, o efetivo apoio da opinião pública na condenação à grilagem de terras e aos crimes cometidos por jagunços a mando de fazendeiros, e mesmo dos abusos cometidos pela polícia estadual, forjariam nos anos posteriores ao conflito uma nova representação social do pequeno posseiro goiano. Cada vez

mais sua imagem passaria a ser dissociada da de invasor de terras. A definição de ‘posseiro’ e ‘invasor’ tomada como referência pelo IDAGO se baseava na Constituição Estadual de 1947, vigente durante o governo Mauro Borges, que designava, em seu artigo 143, que,

“Todo aquêle que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar, por dez anos ininterruptos, terrenos devolutos do Estado, até uma área de cem hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho e tendo nela sua morada, adquirir-lhe-á a propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita.”³⁵⁵

A preceptiva constitucional, entretanto, não seria por si só capaz de inibir a junção da noção de apossamento a de invasão, na ótica dos fazendeiros e das decisões judiciais, posto que as áreas de terras devolutas ocupadas por posseiros eram, nas ocasiões em que deflagravam os conflitos, reclamadas por fazendeiros como áreas privadas. Poderíamos ainda indagar, até que ponto a legislação beneficiava, na prática, o pequeno posseiro, visto que se defrontava tanto com a conversão de terras públicas em áreas privadas, via grilagem, quanto da ação do fazendeiro-posseiro.

A consagração de uma identidade política da categoria de ‘posseiro’ em fins da década de 1950 e principio da década de 1960, assentada na conjunção das práticas de apossamento, morada e cultivo, legitimadas pelo pressuposto da temporalidade verificável, se por um lado alterava o *status* social do posseiro goiano, dissociando-o da imagem de usurpador de terras e invasor, por outro, desnudava e contribuía para trazer ao primeiro plano das ações criminalizadoras o lavrador sem-terra, cuja prática de ocupar e se apossar de terras devolutas passaria a significar mera invasão, passível de todo tipo de condenação.

O que estamos sugerindo com nossa argumentação é que a criação do IDAGO e, num âmbito geral, do complexo de agências estatais destinadas a intervir no agro em Goiás durante o governo Mauro Borges, a despeito de anunciar o empreendimento de uma campanha de ordenamento fundiário no estado, aspecto que elegia o ‘grileiro’ como principal inimigo a ser combatido, também abria um combate ao posseiro, na medida em que pressupunha a condenação de novos apossamentos – agora *invasões* – e ‘fechava’ as terras devolutas às investidas de lavradores sem-terra. A tentativa propalada pelas agências estatais, sobretudo o IDAGO, de ‘racionalizar’ a ocupação e produção rural em Goiás passava necessariamente pelo

³⁵⁵ Constituição Estadual de Goiaz, Art. 143, 1947.

desestímulo à ocupação ‘desordenada’, quer dizer, *espontânea*, de novas áreas, realizadas por pequenos lavradores. Para estes, o projeto, como vimos, passava pela criação de núcleos coloniais como os Combinados Agro-Urbanos.

Não surpreende, portanto, o pronto atendimento às requisições de tropas policiais feitas por fazendeiros quando os conflitos de terras se tornavam culminantes. A Secretaria de Segurança Pública do Estado dispunha de um efetivo preparado para intervir em questões de conflitos de terra, e assim o fez nos casos acima abordados.

Na primeira parte do capítulo seguinte abordaremos outro canal de manifestação das insatisfações dos camponeses e trabalhadores rurais goianos: a sindicalização. Veremos como a sindicalização do trabalhador rural goiano, a despeito da organização de sindicatos rurais ter se constituído em bandeira de luta dos camponeses desde a década de 1950, esteve atrelada a iniciativas oficiais, como parte da política de arregimentação promovida pelo governo Mauro Borges, e ao engajamento da Igreja Católica através da Arquidiocese de Goiânia. Ambas as ações podem ser apontadas como medidas que visavam combater a influência de grupos de esquerda no campo, tais como o PCB e as Ligas Camponesas de Francisco Julião.

CAPÍTULO V

O ‘estatuto’ antes do Estatuto: a política agrária do Governo Mauro Borges e o Estatuto da Terra.

1 – Reforma Agrária em Goiás: a caminho da tecnização da agricultura.

Entre abril e maio de 1962, o jornal *Folha de Goiaz*, conhecido pela defesa dos interesses dos grandes proprietários de terras do estado, realizou uma série de entrevistas com autoridades, políticos e representantes do governo sobre o tema da ‘reforma agrária’. O objetivo das entrevistas era colher um conjunto de opiniões a respeito do tipo de reforma mais adequado a ser realizado pelo governo brasileiro e, sobretudo, o goiano, em face das pressões por mudanças no agro. Tais pressões eram oriundas tanto dos setores patronais, preocupados com o fortalecimento das organizações camponesas e a crescente crítica ao latifúndio, quanto dos setores populares dispostos cada vez mais a reivindicar a posse da terra, seja pelo caminho legal, seja pela ocupação direta via apossamento, práticas que se apresentavam complementares no processo de luta.

No decorrer dos dois meses de consultas foram realizadas onze entrevistas, publicadas no jornal com grande destaque, muitas delas presentes já na primeira página e concluídas em páginas internas. O cotejamento do conjunto das entrevistas nos fornece uma oportunidade significativa para medirmos o grau de envolvimento das personalidades entrevistadas com o tema da reforma agrária, seu posicionamento e visão acerca dos limites a serem empreendidos pelos projetos de reformulação do agro goiano. Revela ainda quão delicada era a questão da

reforma agrária naquele momento de formação das diretrizes de intervenção estatal no agro que ganhariam forma e execução nos meses subsequentes, sobretudo no ano seguinte. Vejamos de perto algumas dessas opiniões publicadas em *Folha de Goiaz*.

A primeira entrevista que abriu a série “Reforma Agrária no Brasil”, onde onze personalidades exporiam publicamente sua visão sobre reforma agrária na *Folha de Goiaz*, apareceu na página do jornal no dia 22 de abril. O entrevistado, o deputado Pedro Celestino Filho, eleito deputado estadual pela terceira vez pelo PSD, e até 1963, representante da bancada majoritária na Assembléia Legislativa, era jornalista e advogado.³⁵⁶ O deputado possedista conjugava em sua visão de reforma do agro as idéias de ‘planejamento’ na condução de medidas que viessem promover um aumento na produção agropecuária, com a melhoria das condições de vida do homem do campo. Para tanto, defendia a alteração do artigo constitucional que travava a desapropriação por interesse social. Em suas palavras,

“A terra é a base tradicional de nossa estrutura jurídico-social, de maneira que uma das principais medidas para a reforma agrária eficiente será a reforma da Constituição da República, na parte que se refere à desapropriação por utilidade pública de terras do domínio particular.(...) financiamento para a aquisição de pequenas glebas, colonização em áreas apropriadas e o financiamento aos fazendeiros produtores, devem ser as primeiras providências a serem tomadas.”³⁵⁷

Pedro Celestino Filho procurava manifestar sua preocupação com uma reforma que contemplasse amplos setores rurais, desde os ‘fazendeiros produtores’, grandes proprietários de terras, aos lavradores sem-terra, como deixa entrever em seu desejo de desapropriação de terras ‘por utilidade pública’. A solução para os *rurícolas* dividia-se entre a colonização em ‘áreas apropriadas’, posição que de certa maneira salvaguardava as propriedades particulares das medidas de desapropriação e o financiamento público para que lavradores pobres pudessem adquirir um pedaço de terra.

O Desembargador Maximiano da Mata Teixeira, jurista, advogado e jornalista, estudioso das questões rurais do norte goiano, foi o segundo entrevistado.³⁵⁸ Na opinião do Desembargador, era necessário promover a modificação da Constituição no que se referia à

³⁵⁶ Os dados biográficos estão em CAMPOS, Itamir. Op.cit.p. 377.

³⁵⁷ Reforma Agrária no Brasil I. Entrevista de Pedro Celestino Filho à *Folha de Goiaz*, 22 de abril de 1962.

³⁵⁸ Reforma Agrária no Brasil II. Entrevista de Maximiano da Mata Teixeira à *Folha de Goiaz*, 24 de abril de 1962.

desapropriação por interesse social, complementando a desapropriação com pagamento em dinheiro, como que previa o art. 141, § 16, pela aquisição de títulos da dívida pública. Em sua visão geral de acesso à terra, não cabia a distribuição pura e simples aos lavradores e nem uma reformulação ampla, realizada de uma só vez. A distribuição planejada de terras aos camponeses deveria ser seguida de um consistente plano de assistência técnica, saúde e assistência educacional.

Da mesma maneira que o entrevistado anterior, Maximiano Teixeira afirmaria que a reforma agrária deveria concentrar-se em áreas apropriadas, onde seriam iniciadas “reformas ‘piloto’ nas proximidades dos principais centros urbanos e à margem das rodovias asfaltadas e das federais”, posição que decerto não era bem vista pelos grandes proprietários de terras goianos. Interessante observar que o Desembargador pregava a criação de um ‘Instituto de Reforma Agrária’, agência federal que atuaria em harmonia com similares estaduais.

No dia seguinte à publicação da entrevista com o Desembargador, aparecia nas páginas da *Folha* para falar de reforma agrária uma das mais respeitadas personalidades goianas do período, o Arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes de Souza. Maior liderança católica em Goiás, Dom Fernando atuava diretamente na mobilização e defesa pela sindicalização do trabalhador rural goiano, e foi a partir de uma iniciativa sua, a criação da Frente Agrária Goiana (FAGO), que a Igreja em Goiás adotaria o discurso da reforma agrária pela via da valorização do homem do campo, de acordo com a doutrina social da Igreja expressa nos pressupostos de uma reforma agrária cristã presente na filosofia da *Mater et Magistra*.³⁵⁹

Falaremos da atuação da FAGO mais adiante. Por hora nos deteremos na concepção de reforma defendida pelo Arcebispo. Segundo Dom Fernando, criada a entidade católica de defesa do trabalhador rural, era necessário:

“...promover investigações e estudos acerca da questão agrária no Estado e no país; lutar por uma legislação agrária justa e adequada às diversas regiões do país; fundar e manter escolas e cursos permanentes ou periódicos, realizar congressos, seminários e

³⁵⁹ A Encíclica *Mater et Magistra* foi publicada durante o papado de João XXIII. A Carta defendia uma visão liberal da ‘presença’ do Estado no campo econômico, desde que estivesse em acordo com a garantia e o estímulo à iniciativa pessoal dos cidadãos. Quanto ao problema rural, a Encíclica papal defendia a pequena e média propriedade agrícola, reconhecendo o direito à propriedade privada como um direito natural. O documento defendia ainda a adoção pelo campo da lógica urbano-industrial como condição para o desenvolvimento rural e o bem-estar dos rurícolas. Os pressupostos da *Mater et Magistra* estavam amplamente disseminados nos projetos e pronunciamentos do governador Mauro Borges, que fez amplo uso da doutrina papal, citando-a como fonte inspiradora de sua reforma agrária cristã e democrática. Não por acaso, o próprio Paulo de Assis Ribeiro recorreria à inspiração da Encíclica em seus escritos para o IPES e nos estudos realizados para o governo de Goiás. Sobre a Encíclica, ver “Carta Encíclica ‘Mater et Magistra’ do Papa João XXIII”, In.: *Síntese Política Econômica e Social*. Orgao Oficial do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ano III, n° 11, jul.-set. de 1961, pp.57-105.

conferências, para a formação de líderes rurais e para a educação de base de agricultor e do trabalhador rural; estimular a sindicalização dos trabalhadores rurais; promover tudo quanto possa elevar o nível do homem rural.”³⁶⁰

Dom Fernando era, segundo Canezin, “um dos articuladores, a nível nacional, do debate sobre as questões de reforma agrária sob inspiração cristã”,³⁶¹ fator que está presente em variados graus nas políticas e iniciativas perpetradas pelos governo Mauro Borges quanto à questão da sindicalização do trabalhador rural e perpassa, ainda, diversos pontos das diretrizes estatais para o desenvolvimento do agro goiano conforme projetos e discursos governamentais. Dom Fernando criticava abertamente a grande propriedade improdutiva, pautando sua visão pela necessidade de se empreender uma ‘reforma agrária cristã’ que buscasse conciliar o bem estar social do homem do campo com a produção de uma ‘camada média rural, composta de pequenos e médios proprietários’.³⁶²

A posição da FAGO acerca da reforma agrária de cunho ‘cristã’ com ênfase no trabalhador rural foi exposta na entrevista seguinte pelo assessor jurídico da entidade católica, o dr. Jerônimo Geraldo Queiroz.³⁶³ Segundo o jurista e advogado, uma reforma agrária deveria basear-se no pressuposto da ‘vocação para a vida rural’, objetivando a construção de uma ‘Classe média sem vícios de burguesia, e [um] trabalhador rural estável e sadio sem veneno da demagogia’.

Novamente a ênfase recai sobre o bem estar social do rurícola goiano, o combate à ‘ganância’ daqueles que não tem relação direta com a terra, os ditos ‘especuladores’, ou ‘fazendeiros do asfalto’. Só que agora, a defesa é por um estilo de vida rural pautado pela ‘simplicidade’ do autêntico homem do campo goiano, o *rurícola* simplório, verdadeiro trabalhador rural, que a despeito de toda ingenuidade secular, sua marca característica, dava sinais de cansaço diante da falta de assistência e descaso a que fora submetido por sucessivos governos que não lhe havia dedicado a atenção necessária. Ainda assim, via de regra, era concebido como passivo e conformista, justificando dessa maneira a intervenção da Igreja.

Essa era uma tarefa primordial a ser empreendida pelo sindicalismo cristão e democrático levado a cabo pela Arquidiocese de Goiás através da FAGO. Na ótica de Jerônimo Queiroz, o lavrador goiano identificado como trabalhador rural deveria ser entendido como pequeno

³⁶⁰ Reforma Agrária no Brasil III. Entrevista de Dom Fernando Gomes à *Folha de Goiaz*, 25 de abril de 1962.

³⁶¹ CANEZIN, Maria Teresa. *Formas de Organização Camponesa em Goiás(1954-1964)*. Goiânia, UFG.

³⁶² *Ibidem*.

³⁶³ Reforma Agrária no Brasil IV. Entrevista do Desembargador Jerônimo Geraldo Queiroz à *Folha de Goiaz*, 26 de abril de 1962.

produtor, e a pavimentação do caminho que o conduziria ao pertencimento a uma ‘classe média sem vícios de burguesia’, no dizer de Queiroz, deveria ser construída com programas de assistência técnica e educação profissional voltados para o desenvolvimento agrícola.

Archimedes Pereira Lima, o Secretário de Agricultura do governo Mauro Borges, foi o quinto entrevistado do jornal.³⁶⁴ Sua exposição repetiria os dois eixos principais que conjugavam toda a política agrária e agrícola defendidas nos projetos estatais e empreendidas pelas agências do governo nos anos Mauro Borges. Eram sentenças genéricas que, ditas da maneira como o governador invariavelmente dizia, e que agora figuravam como opinião defendida pelo secretário da agricultura, dificilmente angariavam oposição porque não tocavam em questões delicadas que pudessem atingir explicitamente os interesses dos grupos dominantes rurais. Dessa maneira, a reforma agrária pregada pelo representante do governo e titular da secretaria mais interessada no tema continha a defesa genérica de ‘um mínimo de dignidade ao trabalhador rural’, e o acesso de um maior número de pessoas à condição de proprietários. Em linhas gerais, tratava-se de proporcionar um maior padrão de vida para a população rural e o aproveitamento adequado das atividades agrícola visando uma maior produtividade da terra.

Archimedes Pereira Lima aproveitaria o espaço na imprensa para anunciar na ocasião o anteprojeto de Lei de criação do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, o IDAGO, medida que proporcionaria “criar no Estado, ao lado de maiores facilidades e garantias efetivas de acesso à utilização de terras públicas, dentre condições mais humanas para os trabalhadores dos campos.”³⁶⁵

As duas entrevistas seguintes trataram diretamente da questão da propriedade fundiária e a possibilidade de torná-la mais justa mediante a distribuição de terras aos camponeses. O deputado estadual Queiroz Barreto, um dos fundadores do PTB em Goiás, advogado, ex-Chefe de Polícia do Estado de Goiás(1942) e ex-Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública(1945), ambos cargos exercidos durante a interventoria de Pedro Ludovico Teixeira, denunciava que: “incontestavelmente é arcaica a nossa estrutura rural. E sua reforma deve ser feita difundindo-se a propriedade da terra.”³⁶⁶

Ainda segundo Barreto, o governo deveria estabelecer núcleos de colonização dirigidas pelo Estado, dar ‘assistência efetiva ao homem do campo’, entendido como termo que abarcava tanto

³⁶⁴ Reforma Agrária no Brasil V. Entrevista do Secretário de Agricultura Archimedes Pereira Lima à *Folha de Goiás*, 27 de abril de 1962.

³⁶⁵ *Ibidem*.

³⁶⁶ Reforma Agrária no Brasil VI. Entrevista de Antonio Queiroz Barreto à *Folha de Goiás*, 28 de abril de 1962. OS dados biográficos foram retirado de: CAMPOS, op.cit. p. 70.

o fazendeiro e o pequeno proprietário, quanto o sitiante e o colono. Sua preocupação em que a reforma agrária não atingisse os direitos dos proprietários de terras cultivadas e, ao contrário, preservasse a propriedade rural produtiva, fica evidente quando afirma que, “essa reforma não venha servir de ‘gato morto’, contra o fazendeiro que trabalha e que produz. *O combate é a propriedade improdutiva, pois a terra com as indústrias e tudo mais que exige esforços tem função social.*”³⁶⁷

Demonstrando a mesma preocupação com a propriedade particular, mas exprimindo com maior ênfase o equívoco de propostas de reformas do agro que pregavam a reorganização da estrutura fundiária, o Desembargado Jorge de Moraes Jardim diria que “Não é preciso extinguir a propriedade territorial, como se tem pretendido, porém tirar-lhe o vício que a faz danosa à sociedade.”³⁶⁸ O ‘vício’ que tornava ‘danosa’ a propriedade estava em seu não aproveitamento produtivo, prática que privava grandes extensões territoriais da produção agropecuária, fator que contribuía para o empobrecimento da sociedade goiana e o afastamento do crescimento econômico do estado. Assim, as terras improdutivas deveriam ser distribuídas aos camponeses, reconhecidamente trabalhadores que a iriam cultivar mediante assistência técnica, criação de escolas, saneamento, construção de silos, facilidade na obtenção de crédito e trabalho cooperativo.

Interessante observar que a crítica à propriedade improdutiva não continha uma negação ao sagrado direito da propriedade como tal, mas ao não cumprimento da função produtiva, numa variante da noção de propriedade muito próxima daquela compreendida pelos camponeses goianos, pequenos lavradores e posseiros, que dificilmente manifestavam-se contrários à propriedade privada da terra, mesmo as grandes, desde que fossem identificadas como terras utilizadas produtivamente.

Érides Guimarães, Secretário do Trabalho e Assistência Social (SETAS) do Governo Mauro Borges, um dos nomes mais vilipendiados pela oposição e atacado de todas as maneiras pelas classes dominantes em Goiás, esteve presente na série “Reforma Agrária no Brasil”, no dia 5 de maio.³⁶⁹ Essa foi uma das poucas vezes em que o nome do Secretário do Trabalho de Mauro Borges apareceria nas páginas da *Folha* sem que fosse alvo de ataques contundentes, seja por meio de editoriais ou de depoimentos e manifestações contrárias ao seu trabalho à frente da

³⁶⁷ *Ibidem.*(grifos nossos).

³⁶⁸ Reforma Agrária no Brasil VII. Entrevista do Desembargador Jorge de Moraes Jardim à *Folha de Goiaz*, 29 de abril de 1962. O jurista Jorge de Moraes Jardim foi um dos criadores da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, criada em Goiânia no ano de 1955, durante o Governo de Juca Ludovico. Vide *Jornal Opção online*, edição de 02 a 08 de janeiro de 2005 (<http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Cartas>). Acesso em 23 de julho de 2010.

³⁶⁹ Reforma Agrária no Brasil IX. Entrevista do Secretário Érides Guimarães à *Folha de Goiaz*, 5 de maio de 1962.

SETAS. Em sua contribuição ao debate promovido pelo jornal, Érides afirmaria que a “Reforma Agrária não deve ser entendida como a desapropriação pura e simples das terras para uma posterior redistribuição das mesmas. É necessária a adoção de uma série de medidas tendentes a valorizar o homem do campo e a estimular o seu trabalho...” Essas medidas eram as mesmas apontadas anteriormente por outros entrevistados: assistência técnica, promoção de condições salubres para a vivência no campo, criação de escolas, crédito para o pequeno agricultor, etc.

Mas, seria na intervenção de João d’Abreu, ex-Vice Governador de Goiás no Governo de José Feliciano(1959-1960), que a política agrária do Governo Mauro Borges seria sintetizada de maneira clara a partir de um elogio: “É digno de aplauso o governo MB, porque não pretende dar terras, mas, assistência a quem quer trabalhar as terras do Estado. Nucleia as famílias, pela impossibilidade de uma escola em cada casa, um trator em cada propriedade(...)”³⁷⁰ Assistência técnica no lugar de distribuição pura e simples de lotes de terras a famílias de camponeses, aliado à implementação de núcleos coloniais, eram as soluções apontadas como as mais viáveis medidas a serem adotadas pelo governo estadual, posto que matinha a segurança do direito à propriedade inabalável, ao passo que apaziguava as insatisfações rurais ao atender tanto aos grandes proprietários quanto aos lavradores sem-terra.

João d’Abreu propunha o que definia como ‘reforma agrária sócio-técnica’, pautada pelo fomento ao grande empreendimento agrícola, único capaz de disseminar no campo o espírito e desenvolvimento real da ‘verdadeira empresa industrial’. A questão técnica era essencial na promoção da reforma e chama atenção a tentativa do entrevistado em associar o desenvolvimento pautado pela técnica à função social do agro.

O debate realizado pelo jornal *Folha de Goiaz* seria um dos raros momentos em que o tema da reforma agrária seria tratado publicamente em Goiás sem o tom belicoso que assumiria adiante, sobretudo entre fins de 1963 e início de 1964. Embora haja nuances quanto aos diversos pontos pertinentes às medidas reformistas necessárias segundo a ótica dos entrevistados, podemos aferir inúmeras concordâncias e eixos comuns, como o respeito à propriedade privada da terra, a ineficiência de medidas meramente distributivistas, a carência de técnicas modernas de cultivo e educação do trabalhador rural, a urgente necessidade de se promover o aumento da produtividade, e o papel estratégico que o Estado deveria assumir na questão, desde que não atentasse contra a livre iniciativa. Não há, portanto, nenhuma grande questão que pudesse antagonizar-se com aquelas que estavam sendo postas em prática pelo governo mediante a atuação de suas agências estatais. Chama atenção, ao contrário, a disposição positiva de diversos

³⁷⁰ Reforma Agrária no Brasil XI. Entrevista de João d’Abreu à *Folha de Goiaz*, 11 de maio de 1962.

setores sociais goianos com as políticas públicas destinadas ao agro perpetradas pelo governo Mauro Borges.

Mas antagonismo houve e se acirraria à medida em que crescia a insatisfação dos setores dominados rurais, cada vez menos dispostos a dar crédito aos planos e promessas do governador. A conjuntura nacional de intensificação dos movimentos camponeses, aliado à políticas de sindicalização rural e de intervenção no agro anunciadas pela SUPRA a partir de fins de 1963, agitariam o cenário rural goiano sob dois aspectos interligados: o aumento das ações e organizações camponesas e a articulação golpista dos setores dominantes rurais dispostos a qualquer custo a barrar o avanço das conquistas dos trabalhadores rurais organizados.

É desse cenário de acirramento da luta de classes em Goiás na conjuntura do pré-1964 que cuidaremos daqui em diante. Adentraremos, portanto, no percurso final de nossa tese.

2 – Os lados se armam:

No dia 9 de fevereiro de 1964, reuniram-se em Goiânia, sob a presidência do deputado-camponês José Porfírio de Souza, presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Goiás, 29 sindicatos autônomos, presididos por Sebastião Bailão, presidente da Federação dos Trabalhadores Autônomos de Goiás. A reunião de camponeses e trabalhadores rurais goianos tinha como principais temas a serem debatidos os abusos na cobrança da taxa de arrendamento e a ocupação de terras consideradas improdutivas, os chamados ‘latifúndios não explorados.’

A ênfase dada pelas discussões realizadas durante a reunião centrou-se na imperiosa necessidade dos camponeses goianos posicionarem-se firmemente ante a existência no estado de Goiás de grande quantidade de terras inexploradas em extensas áreas de latifúndios improdutivos, localizados sobretudo no centro norte e norte goianos. Falando aos participantes do encontro, José Porfírio foi enfático ao afirmar que, “Quase a totalidade dos latifúndios improdutivos da região compreendida pelos municípios de Porangatu, Trombas e Formoso, pertence a grupos econômicos paulistas, que nem sequer conhecem as suas propriedades.”³⁷¹

Porfírio referia-se a vastas áreas localizadas no norte de Goiás, adquiridas especulativamente por latifundiários de São Paulo em fins da década de 1950 mediante compra de terras devolutas diretamente ao Estado. Parte dessas terras não cultivadas pelos latifundiários paulistas,

³⁷¹ Carta de Jaime Câmara a João Pinheiro Neto, presidente da Supra, fevereiro de 1964.

encontravam-se, naquele início de 1964, ocupadas por famílias de posseiros que mantinham cultivo e morada desde fins dos anos de 1950.

Os camponeses deliberaram que a luta pela justa cobrança da taxa de arrendamento deveria fixar-se em 20%, ficando os sindicatos autônomos de cada localidade, livres para decidir se resistiriam a cobranças que excedessem a taxa justa, havendo a possibilidade da resistência implicar no não pagamento de taxas consideradas abusivas. Em relação às terras improdutivas, ficou decidido que onde houvesse condições concretas os camponeses deveriam promover ocupações de latifúndios inexplorados, dando seqüência ao processo de apossamento iniciado em década anterior. Em Nota Oficial divulgada na imprensa, A Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Goiás informaria que,

“Reunidos na sede do Sindicato dos Bancários, em Goiânia, no dia 9 de fevereiro de 1964, os presidentes dos sindicatos e associações de lavradores de Goiás, em assembléia aprovaram por maioria a seguinte resolução:

1º - os presidentes dos sindicatos e associações de lavradores deverão, de regresso aos seus respectivos municípios, reunir seus associados em assembléia geral e, se resolverem que existem condições favoráveis, levantar a palavra de ordem do não pagamento de mais de 20% de arrendo, e preparem seus sindicatos e associações para esta luta;

2º - se, por outro lado, as assembléias dos sindicatos e associações julgarem que existem condições para desencadear a invasão de latifúndios, os sindicatos e associações deverão levantar a palavra de ordem da invasão e se prepararem para essa luta;

3º - a assembléia recomenda ainda que o deputado José Porfírio de Souza apresente projeto à Assembléia Legislativa, regulamentando a Lei de 20% do arrendo.”³⁷²

A avaliação de José Porfírio era de que tais resoluções consistiam apenas na definição de uma linha de atuação a ser empreendida somente quando existissem ‘condições favoráveis’ para pôr em prática as medidas, que deveriam ainda passar pela deliberação de assembléias locais conforme indicação aprovada no encontro de Goiânia.³⁷³

A luta pela baixa da taxa de arrendamento constitui-se numa das principais bandeiras do campesinato goiano desde fins da década de 1940, como pode ser comprovado pela presença do tema em momentos significativos das lutas camponesas em Goiás, sobretudo no norte do estado em regiões como Orizona, Gurupi, Porangatu, Amaro Leite, Formoso e Trombas. Na

³⁷² Apud, Ibidem. p.3.

³⁷³ A perspectiva de José Porfírio encontra-se na descrição realizada pelo Delegado Estadual da Supra, Jaime Câmara.

verdade, tratava-se desde os primeiros anos de fazer cumprir artigo da Constituição Estadual que previa o exercício da fiscalização sobre o arrendamento de terras agrícolas ‘para obstar a que a taxa de arrendamento não exceda de vinte por cento sobre a produção.’³⁷⁴ Segundo denúncias de camponeses, não raro havia casos em que a cobrança chegava a 50%, variando em muitos locais em taxas de 30 e 40%, numa prova de que os fazendeiros não cumpriam a lei.

Importante observar que a crítica ao latifúndio improdutivo e a deliberação para a ocupação de vastas áreas inexploradas de terras particulares constituía-se num deslocamento da direção dos movimentos camponeses goianos em relação aquela adotada ao longo da década anterior. Embora a crítica a áreas improdutivas sempre tenha motivado revolta e estimulado o apossamento por parte de posseiros em diversos momentos e regiões em Goiás no decurso dos anos cinquenta, eram as terras devolutas pertencentes ao Estado que figuravam como alvo prioritário das ações dos posseiros. Houve em diversas ocasiões o explícito respeito à propriedade privada da terra pelos camponeses, desde que, é claro, não resultasse da ação de espoliação e *grilagem*, aspecto que reforçava uma concepção legalista dos posseiros goianos.

A defesa do direito a ocupação de áreas improdutivas, verdadeiros enclaves no interior de imensos latifúndios, ampliava assim o raio de ação dos camponeses e redirecionava sua concepção de justiça dando nova orientação a sua postura legalista de respeito ao título de propriedade. Já não bastava como outrora, para efeito de mote de luta, o recurso ao título da terra. Concernente à disseminação ao apelo à função social da propriedade, o campesinato goiano passava a reivindicar, ao lado do direito de apossar-se das terras devolutas do Estado, o direito e a justa distribuição de terras particulares não cultivadas, aspecto que tocava num ponto caro aos trabalhadores rurais, qual seja, a associação indelével que identificava propriedade da terra, morada habitual e cultura efetiva.

Somando-se a essa orientação, ganhava força mais uma vez a luta contra a cobrança abusiva da taxa de arrendamento, questão que acirrava os conflitos entre camponeses e grandes proprietários de terras goianos.

A reação dos fazendeiros goianos foi imediata. Estavam em pauta discussões sobre pontos caros aos poderes dos grandes proprietários de terras. Não tanto pela fixação exata de uma taxa, mas pela contestação do poder dos terratenentes de executar cobranças de arrendamento em acordo com suas próprias decisões, prática que revelava a extensão do domínio e exploração a que eram submetidos os lavradores goianos em suas relações de trabalho. A decisão de incentivar a ‘invasão’ de latifúndios improdutivos atacava frontalmente a noção absoluta da

³⁷⁴ Constituição do Estado de Goiás, 1947.

propriedade da terra. Contra a perspectiva dominante da propriedade como direito absoluto, os camponeses condicionavam sua legitimidade ao uso efetivo, caracterizado pelo cultivo e pela permanência na terra.

A propriedade da terra adquiriu ao longo da formação da sociedade brasileira um *status* de prestígio e sinônimo de poder que confere ao seu detentor uma posição privilegiada no exercício social de influência nos círculos de decisão política e econômica. Agências estatais, secretarias de governo, parlamento e grande imprensa, contribuíram para consolidar no plano político e disseminar por amplos setores sociais, no decorrer do século XX, a noção indelével de que a propriedade da terra consistiria num direito inquestionável, infenso a quaisquer questionamentos que pudessem pôr em dúvida sua legitimidade garantida por uma lógica de direito absoluto.

Refletindo sobre essa questão, Regina Landim Bruno observa que se formou no Brasil, a partir dos setores proprietários de terras, um *habitus* eficazmente disseminado por toda a sociedade, pelo qual a noção de propriedade da terra conforma um conjunto de referenciais que conferem valores dominantes, expressos como símbolos de poder e reconhecimento social, fatores que escamoteiam a concentração fundiária e a monopolização do poder.³⁷⁵

É em decorrência dessa naturalização da noção de propriedade que se forja um *ethos* do proprietário, dimensão que transcende a defesa concreta realizada pelos grandes fazendeiros e passa a ser incorporada como questão incontestada até pelos setores que não detêm a propriedade da terra. Historicamente, a defesa do direito absoluto da terra pelos terratenentes contrários a toda tentativa de questionamento operou-se, ao lado da influência nas formulações e decisões jurídicas, do recurso legitimado à violência física e simbólica, constituindo-se como traços definidores de uma prática consagrada no campo brasileiro.

Nas palavras de Bruno, ainda que a classe dominante rural não possa ser identificada como homogênea, havendo portanto a conformação de interesses e organizações distintas que a fracionam,

“... as classes e grupos patronais têm em comum dois principais traços, fundantes, que só adquirem uma maior visibilidade nas situações em que se sentem ameaçados em seus privilégios como proprietários de terra: a concepção de propriedade como direito absoluto e a defesa da violência como prática de classe. É a noção de propriedade da terra – concebida como direito absoluto, que constrói a indissociabilidade entre

³⁷⁵ BRUNO, Regina Ângela Landim. “O *ethos* da propriedade da terra no Brasil.” In.: *Um Brasil Ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad/Edur, 2009. pp. 209-219.

propriedade, violência e intolerância, instituindo a lista dos marcados para morrer (...).”³⁷⁶

Esses traços ganham dimensão dramática quando observados na concretude de suas expressões cotidianas, sobretudo no período de intensas manifestações em prol de ruptura com a lógica da concentração da propriedade da terra e de defesa da democratização do acesso à terra.

Em fevereiro de 1964, as entidades patronais rurais goianas estavam agitadas frente à ampliação da organização camponesa no estado e às investidas do governo federal e do próprio executivo estadual, mediante a secretaria de trabalho, na campanha pela sindicalização do trabalhador rural. Uma dessas entidades, a Associação Rural do Município de Anápolis, uma das principais áreas agrícolas do estado, divulgou manifesto em 16 de fevereiro, uma semana após a reunião da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Goiás, sobretudo diante da resolução determinando aos lavradores goianos a “não pagar o arrendamento das terras aos seus proprietários, e apossarem-se delas, com ânimo de donos, bem assim a invasão de outras áreas marginais e rodovias.”³⁷⁷

Reproduzimos abaixo o Manifesto da Associação Rural do Município de Anápolis na íntegra, por considerá-lo um excelente termômetro da disposição das classes dominantes rurais goianas em relação ao governo Mauro Borges no início do ano de 1964:

“A Associação Rural do Município de Anápolis, em assembléia extraordinária, realizada sábado, a fim de deliberar sobre a resolução da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Goiás, resolve:

1 – Manifestar sua confiança, solidariedade e aplausos ao Governo Estadual pela sua resolução de não permitir que se efetive a invasão de propriedades rurais, programada pela Federação dos Trabalhadores Rurais de Goiás; 2 – repudiar, categoricamente, em todos os seus termos, a infeliz deliberação da Federação dos Trabalhadores Rurais de Goiás, por seu conteúdo altamente violento e com o qual se almeja a instauração do regime da força em nosso país e a derrogação dos princípios democráticos constitucionais, que vem regendo os destinos da Nação Brasileira; 3 – Declarar que mantém um dispositivo de defesa da propriedade rural privada, armado ao longo da Rodovia Brasília-Belém(sic), no trecho Anápolis-Ceres, pronto para entrar em ação sozinho ou em colaboração com todas as Instituições Públicas Privadas que estejam empenhadas em manter a paz,

³⁷⁶ *Ibidem*, p. 218.

³⁷⁷ “Dispositivo armado ao longo da Rodovia Belém-Brasília, no trecho Anápolis-Ceres, pronto a entrar em ação contra invasores.” *Folha de Goiaz*, 16 de fevereiro de 1964.

a ordem e a legalidade, tão logo seja ameaçada ou transgredida a ordem legal; 4 – Declarar aos dirigentes e associados da Federação dos Trabalhadores Rurais de Goiás reflexão madura e ponderada sobre suas resoluções, antes de pô-las em prática, a fim de buscarem soluções cristãs ao invés de choques fratricidas, para a solução de problemas que nos afligem; 5 – Conclamar a indústria, comércio e as classes obreiras para manterem-se em postura de proteção da ordem, paz e legalidade, para que as gerações vindouras, possam como a atual gozar da liberdade que foi conquistada arduamente, pelas gerações que nos antecederam.³⁷⁸

Vários aspectos presentes no manifesto chamam a atenção pela forma pouco dissimulada com que são veementemente expressos. Fica claro que o tom belicista, legitimado pela defesa da ‘ordem’ e da ‘paz’, leia-se defesa da propriedade privada da terra e do *status quo* de dominação e concentração fundiária, caminha *pari passu* com o reconhecimento da postura anunciada pelo governador Mauro Borges de impedir as ações de ‘invasão’ de terras defendidas pelos trabalhadores rurais. No mesmo período, em seguidos editoriais, o jornal *Folha de Goiaz* endureceu as críticas ao governo Mauro Borges abordando temas caros aos projetos de desenvolvimento agropecuário goiano.

O jornal expressaria enfaticamente a insatisfação dos grupos dominantes rurais, cobrando veemência das autoridades estatais no enfrentamento à ‘subversão’ camponesa que assolava o *rurícola* goiano, ao mesmo tempo em que denunciava a incapacidade do IDAGO em resolver os problemas do agro no estado e de lidar com as manifestações camponesas. Apontado como “a maior ilusão do Governo na experiência agrícola”,³⁷⁹ o IDAGO era descrito como órgão ineficiente, dispendioso e loteado por indivíduos de ‘fora’ do estado e que não conheciam os reais problemas da agropecuária em Goiás.

A confiança dos proprietários de terras de Anápolis na posição do governo deveu-se à pronta divulgação de nota oficial da Secretaria de Segurança Pública, que condenou em nome do governador Mauro Borges quaisquer tentativas de invasão de terras no estado, dizendo-se pronto para debelar ações que atentassem contra o direito de propriedade garantido pelas leis vigentes.

Três dias antes dos fazendeiros de Anápolis, reuniram-se em Trindade proprietários de terras agremiados na Associação Rural local, alarmados pela resolução da Federação dos Trabalhadores Rurais. Apesar de o município de Trindade, localizado a 18 quilômetros da

³⁷⁸ Id. Assinam o Manifesto, o presidente da Associação Rural do Município de Anápolis, Edvaldo Lopes da Silva, e o secretário da entidade, Lincoln Xavier Nunes.

³⁷⁹ EDITORIAL. *Folha de Goiaz*, 7 de janeiro de 1964.

Capital, não estar no mapa das desapropriações de rodovias, por não ser atravessada por nenhuma BR, os fazendeiros temiam por ações de invasores insuflados por agitadores, posto existirem na região imensas áreas de terras não aproveitadas tais quais aquelas mencionadas na resolução dos camponeses. A presença de inúmeras famílias de posseiros já ocupantes de terras contribuía para acirrar os ânimos do patronato rural de Trindade.

A oposição das frações dominantes rurais goianas ao longo da administração maurista, sobretudo em relação à Secretaria do Trabalho (SETAS) e ao IDAGO, fizera-se moderadamente nos dois primeiros anos. Mas a partir de meados de 1963, não por acaso no momento em que a SETAS juntamente com os trabalhadores rurais aprofundaram o processo de sindicalização, várias associações patronais passaram a redigir manifestos e declarações contrárias às políticas empreendidas pelas agências estatais para o agro goiano, alertando para a ameaça da disseminação do comunismo entre os trabalhadores rurais e dizendo-se preparados para qualquer reação em defesa da propriedade privada e dos valores dos produtores rurais goianos. As críticas ao governo só eram minoradas e convertiam-se em elogios quando o governador Mauro Borges acenava com duros pronunciamentos contrários às agitações rurais. Essa era a disposição inicial no caso dos fazendeiros de Anápolis e municípios vizinhos por ocasião da divulgação do manifesto.

A reação dos proprietários de Anápolis à Resolução da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Goiás deu-se na esteira e como consequência direta do anúncio pela Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) de uma medida que visava promover desapropriações de terras por todo o país. O Decreto da Supra, como ficou conhecido, previa sob a égide do interesse social com fins de iniciar um processo de reforma agrária, a desapropriação das terras localizadas à margem de rodovias e ferrovias federais. O Art. 1º do Decreto Nº 53.700 anunciava que a extensão de terras a ser submetida à desapropriação compreenderia uma área de ‘dez quilômetros dos eixos das rodovias e ferrovias federais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União, em obras de irrigação, drenagem e açudagem.’³⁸⁰

Já no mês de janeiro, Cid Albernaz de Oliveira, presidente do Sindicato dos Produtores Agro-Pecuários do Estado de Goiás, em nome das ‘classes produtoras’ do estado, enviaria telegrama aos três ministros militares e ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, solicitando

³⁸⁰ Decreto Nº 53.700, de 13 março de 1964. Apud. STEDILE, João Pedro (ORG.). *A Questão Agrária no Brasil. Programas de reforma agrária: 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. pp. 111-117. Anunciado no início de 1964 o Decreto seria assinado por João Goulart no comício realizado na Central do Brasil em 13 de março de 1964. Com o golpe civil-militar de abril o Decreto da Supra não pôde ser aplicado.

interferência dessas autoridades para que não fosse assinado o Decreto de Desapropriação elaborado pela SUPRA, e desde o ano anterior motivo de alarde entre os ruralistas de todo o país.

O conteúdo do telegrama dizia o seguinte:

“Ruralistas goianos estão extremamente apreensivos pela situação atual. Comunistas locais estão estimulando colonos invadirem fazendas situadas às margens das rodovias e ferrovias, logo após a assinatura do Decreto da SUPRA. Tal situação ocasionará tremendo estado de cousas que dificilmente será controlado pelas Forças Armadas.

Para evitar sacrifício de milhares de vidas, esperamos que o Chefe do Estado Maior das Forças armadas e os Ministros militares procurem impedir a assinatura do flagelo que transformará o País em campo de batalha entre irmãos.

Aguardamos resposta telegráfica, a fim de acalmar os ânimos dos fazendeiros goianos. Queremos paz para o trabalho.”³⁸¹

Os setores patronais rurais goianos estavam convencidos e afirmavam em uníssono que qualquer tentativa vinda do Governo Federal que visasse à reforma agrária, via desapropriação de terras, seria rechaçada com ou sem derramamento de sangue. Os diversos pronunciamentos procuravam enfatizar, em tons cada vez mais ameaçadores, que os proprietários rurais não admitiriam que o Decreto da Supra ou que o próprio João Goulart “faça demagogia a custa do suor e trabalho de milhares de fazendeiros do interior brasileiro, principalmente no interior de Goiás, que nunca deixará de contribuir para a produção ruralista do país.”³⁸² O ânimo belicista expresso pelas entidades patronais goianas subia em proporção direta às manifestações dos camponeses e trabalhadores rurais no estado.

Um excelente indício do estado de apreensão experimentado pelas classes dominantes rurais goianas poder ser medido em Editorial da *Folha*, publicado na mesma edição em que o jornal divulgou o Manifesto da Associação Rural de Anápolis. Referindo-se ao Encontro de camponeses e trabalhadores rurais promovido pela Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Goiás, o Editorial alarmava que,

“(…)Até então as ameaças à propriedade privada eram veladas. Tínhamos que buscar nas entrelinhas a intenção alheia. Hoje, sem cerimônias, uma instituição vem à público e conclama, em letras de forma e garrafais, a violência, o avanço e a invasão de áreas que

³⁸¹ “Decreto de Desapropriação da Supra poderá levar o país à guerra civil.” *Folha de Goiaz*, 30 de janeiro de 1964.

³⁸² “Lavradores prometem guerrilhas para favorecer Reforma Agrária.” *Folha de Goiaz*, 16 de fevereiro de 1964.

pertencem a outrem. Aonde chegamos? Aonde vamos esbarrar, quando o dono não mais for dono, e a palavra de ordem dos agrupamentos humanos for no sentido da violência.”

“Não se poderia esperar mais achincalhes à autoridade constitucional que essa resolução da Federação dos Trabalhadores Rurais de Goiás. Em outros tempos quando a Lei valia por Lei e devia ser respeitada e cumprida, precisava tanto para os responsáveis por tamanha liberdade sofrerem a necessária correção. Hoje, como os tempos estão mudados, só tem os proprietários que se precaverem com as próprias armas, certos que a proteção oficial lhes faltará no momento oportuno.”³⁸³

A reunião da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Goiás fez-se em decorrência de deliberações aprovadas no ano anterior durante realização do Congresso Camponês em Goiânia. Naquela ocasião já haviam sido aprovadas resoluções que competiam para a efetivação de ações que pudessem combater as altas taxas de ‘arrendo’, além de prever a intensificação de ocupações de latifúndios improdutivos em todo o estado de Goiás. O I Encontro Camponês de Goiás, presidido por Nestor Vera, Secretário Geral da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil(ULTAB), organização vinculada ao PCB, instalou-se no Instituto de Educação de Goiás, na cidade de Goiânia, no dia 25 de outubro de 1963. O evento contou com a participação de trabalhadores rurais de todo o estado, com o apoio de estudantes organizados a partir de centros acadêmicos e com políticos simpáticos a causa dos camponeses, além de membros do governo goiano e de dirigentes da Supra.

O temário proposto pelos delegados e representantes de associações de trabalhadores rurais de Goiás e discutido pelos participantes, abordou diversas questões pertinentes ao debate travado nacionalmente acerca da necessidade da realização de uma efetiva reforma agrária, como a imediata reforma constitucional do artigo que previa desapropriações mediante indenização prévia em dinheiro por indenizações por títulos da dívida pública, medidas de defesa dos pequenos e médios produtores, regulamentação dos contratos de arrendamento, aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural, direito à organização e liberdade de sindicalização, além de temas de interesse de toda classe trabalhadora, como o direito de voto dos analfabetos e reforma urbana, e temas gerais como ‘defesa da paz’ e ‘autodeterminação dos povos’. O evento contou com cerca de mil camponeses provenientes de mais de quarenta municípios goianos, representando associações e sindicatos de trabalhadores rurais.

O jornal *Folha de Goiaz*, de 27 de outubro, assim se referiu ao encerramento do Encontro:

³⁸³ Editorial: ‘Liberdade Excessiva’, *Ibidem*.

“... com um temário marxista-leninista(...) Diversos agitadores, ligados ao Partido Comunista, vieram de várias partes do país, a fim de pregarem suas idéias anti-democráticas fazendo pregações subversivas e incentivando a baderna. Nos discursos dos oradores, as frases que mais sobressaem são: ‘abaixo o imperialismo’; ‘morte ao reacionários latifundiários’; ‘viva a autodeterminação dos povos’; ‘abaixo os grileiros’; ‘lutemos pela emancipação do povo brasileiro’, etc. ‘slogans’ esses que são usados comumente pelos falsos nacionalistas, por esses comunistas de asfalto, objetivando produzir efeitos na mente simples dos homens do campo.”³⁸⁴

Nos dias que se seguiram, a *Folha* publicaria outras reportagens sobre o Encontro, chegando a afirmar em cáustico tom de ironia que a proposta de reforma agrária apresentada no texto conclusivo do conclave parecia, se transcrito na íntegra, “uma das histórias em desenho animado de Walter Disney, como ‘Alice no País das Maravilhas’, ‘A Gata Borracheira’ e outras igualmente fantásticas.”³⁸⁵ O jornal denunciava ainda que os camponeses, ao contrário do que fora divulgado, não participaram das decisões tomadas pelo congresso, ficando a cargo de representantes de entidades alheias ao mundo rural a ocupação das comissões formadas durante o Encontro. Segundo ‘Nota’ publicada em 30 de outubro,

“No ‘encontro de camponeses’ que se realizou em Goiânia em dias da semana passada, reuniram-se aqui, cerca de mil homens do campo. No entanto, nas comissões técnicas, para estudo e conclusão do temário apresentado – em nenhuma delas – havia sequer(sic) um camponês. Todas as comissões eram integradas pelos ‘camponeses do asfalto’, geralmente sendo membros da UGES, UEE, AP, POLOP, FER, MPR, PC, CGT, DES e outros órgãos de colorido mais ou menos vermelho. Os coitados dos camponeses chegaram até mesmo a dormir ao relento e ‘comendo o pão que o diabo amassou’ esperando as grandes soluções anunciadas para os seus problemas.”³⁸⁶

Outro setor que se manifestou enfaticamente em relação a questão da reforma agrária em Goiás, e que já tivemos oportunidade de aludir anteriormente, foi a Igreja Católica em Goiás. Liderada por Dom Fernando Gomes dos Santos, a Igreja iniciaria acirrada campanha de sindicalização do trabalhador rural, o que fazia cerrando fileiras contra a sindicalização

³⁸⁴ “Encerra-se, hoje, o I Encontro dos Camponeses”. *Folha de Goiaz*, 27 de outubro de 1963.

³⁸⁵ “Encerrou-se domingo, apenas com promessas o Primeiro Encontro de Camponeses de Goiás.” *Folha de Goiaz*, 29 de outubro de 1963.

³⁸⁶ “Encontro de Camponeses” Nota. *Folha de Goiaz*, 30 de outubro de 1963.

encampada pelos comunistas, e contrária às associações rurais autônomas. Com esse intuito, foi criada a Frente Agrária Goiana, instituição da qual passamos a tratar agora.

A Frente Agrária Goiana foi fundada em março de 1962 anunciando constituir-se numa ‘frente de orientação para levar os camponeses a participarem de tudo quanto diga respeito aos interesses básicos do campo.’³⁸⁷ A FAGO surgiu como expressão de uma tendência no seio da Igreja de engajar-se na organização dos trabalhadores rurais e camponeses com o intuito de impedir que prevalecesse a presença de grupos de esquerda, sobretudo comunistas e julianistas,³⁸⁸ junto aos lavradores. Em linhas gerais e num movimento que atingiu várias regiões do país, a Igreja Católica do Brasil reagiu ao crescimento da influência das ligas camponesas e do PCB com a criação de sindicatos rurais consubstanciados nas chamadas ‘Frentes Agrárias’.

Essa estratégia de enfrentamento do comunismo no meio rural e da necessidade de ‘competir’ com as organizações de esquerda pela orientação do trabalhador rural, surgiu após a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), frente às agitações desencadeadas por manifestações em favor da reforma agrária, declarar em encontro realizado em outubro de 1961 a necessidade da formação de uma rede nacional de ‘frentes agrárias’. A partir daí, adotada por inúmeras lideranças católicas e arquidioceses espalhadas por todo o país, teve início uma intensa campanha pela sindicalização do trabalhador rural sob orientação cristã e de acordo com a Encíclica *Máster et Magistra*, promulgada pelo Papa João XXIII.

“Não faltam pregadores de doutrinas, nem demagogos, nem agitadores. O homem do campo vive decepcionado”, anunciava Dom Fernando Gomes por ocasião do lançamento radiofônico da FAGO.³⁸⁹ “É necessário”, prosseguiu o Arcebispo de Goiás, “que estejam todos alertas para não se deixarem envolver por associações de inspiração materialista ou por métodos que não se coadunam com o espírito cristão.”³⁹⁰ Dos objetivos delineados por Dom Fernando e enviados junto com os estatutos e as instruções preliminares da entidade aos Vigários em Goiás, constavam como propostas de atuação da FAGO e suas ações:

“a) pela informação e mediante campanhas que apresentem a verdade agrícola em sua objetividade; - b) pela formação de líderes; - c) pela formação da massa rural (educação de base, semanas ruralistas, programas radiofônicos, cursos paroquiais, imprensa rural, colaboração com entidades oficiais e privadas do

³⁸⁷ Estatuto da Fago. In.: *Revista da Arquidiocese*, setembro/dezembro de 1961. pp. 774-81.

³⁸⁸ O termo utilizado em documentos e na imprensa da época, remete aos camponeses e seguidores de Francisco Julião organizados nas Ligas Camponesas.

³⁸⁹ *Revista da Arquidiocese*, março/abril de 1962. p.126.

³⁹⁰ *Ibidem*.

mundo rural); - d) pela organização de sindicatos de trabalhadores rurais e sindicatos de proprietários rurais; - e) por um programa mínimo de ação, realizado via campanhas ou movimentos visando a uma legislação justa e adequada às diversas regiões do país, segundo os princípios marcantes da MATER ET MAGISTRA.”³⁹¹

Interessante observar que a FAGO abrigaria em seu arco de relações no âmbito rural tanto fazendeiros, grandes proprietários de terras, quanto camponeses e trabalhadores rurais. Essa estratégia buscava atenuar o discurso ideológico da luta de classes no campo, direcionada àqueles que ‘lançavam camponeses contra fazendeiros’, segundo palavras de seu presidente, Paulo Tormin Borges, por ocasião da fundação da FAGO.³⁹² Numa prova de que pretendia harmonizar as relações sociais no campo e deslegitimar os discursos de enfrentamento entre as classes dominantes rurais e os trabalhadores, Tormin Borges concluía seu discurso afirmando que era objetivo da Frente Agrária “Congregar todos os rurícolas, fortes e fracos, grandes e pequenos, proprietários e não-proprietários, para que seus interesses fossem tratados num clima de harmonia.”³⁹³

Clifford Welch, em estudo que toca a questão da atuação dos sindicatos rurais de cunho católico em São Paulo, observa que, com raras exceções, “a campanha da Igreja levou à formação de associações rurais, que acomodavam facilmente os interesses dos empregadores”, sendo tais associações formadas a partir da contribuição direta de fazendeiros locais, que, via de regra, selecionavam “possíveis participantes de sua força de trabalho”.³⁹⁴

Em Goiás não teria sido diferente. A FAGO, como outras organizações católicas similares atuantes no período em outras regiões do país, nasceria sob a égide do discurso da harmonização e colaboração entre classes rurais, em verdade vistas como parte de um só grupo que abrangia todos os homens do campo. Nasceria, portanto, “composta por representantes visivelmente atrelados aos interesses dos grupos agrários rurais dominantes”, conforme denunciava o jornal *Cinco de Março*, em sua edição de 9 de abril de 1962.³⁹⁵

Ao longo dos capítulos anteriores abordamos em inúmeras oportunidades aspectos concernentes à política agrária empreendida pelas agências estatais goianas durante o Governo

³⁹¹ Ibidem, p.123.

³⁹² Discurso de Paulo Tormin Borges no Ato de fundação da FAGO. Apud.: AMADO, Wolmir Therezio. *A Igreja e a Questão Agrária no Centro-Oeste – 1950-1968*. Goiânia: Editora da UFG, 1996. p.118.

³⁹³ Ibidem, id.

³⁹⁴ WELCH, Clifford Andrew. *A Semente foi Plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.327.

³⁹⁵ *Cinco de Março*, 9 de abril de 1962. Apud. CANEZIN, op.cit.

Mauro Borges Teixeira. Nossa atenção concentrou-se sobretudo na atuação política dos escritórios técnicos de consultoria, em especial o ETPAR, e no papel desempenhado pelo IDAGO e agências associadas na execução de políticas públicas para o agro em Goiás. Nesta parte final do último capítulo da tese trataremos da conjuntura política do golpe de 1964 em Goiás e a relação entre os projetos formulados e executados pelo governo goiano e o Estatuto da Terra, legislação agrária aprovada pelo Congresso Nacional em novembro de 1964.

3 – 1964 em Goiás: a política agrária de MB e o Estatuto da Terra.

Dalva Borges de Souza foi quem melhor analisou o processo de luta desencadeado em Goiás nos meses seguintes ao golpe civil-militar de abril de 1964. O maior mérito de seu estudo consiste em articular as lutas políticas ocorridas em Goiás como parte das disputas empreendidas em nível nacional por setores antagônicos do Exército brasileiro.

A tese central que norteia o trabalho da autora reside na afirmação de que o Goiás dos meses seguintes ao Golpe serviu de laboratório das lutas entre castelistas, grupo ligado ao então presidente Castello Branco e que aglutinava militares e civis articulados na Escola Superior de Guerra(ESG), e militares da chamada ‘linha dura’, representado por oficiais da Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais(ESAO), e que agregava os interesses dos setores dominantes rurais que ajudaram na derrubada de João Goulart. É como parte e consequência dessas disputas que, segundo Dalva Borges, deve-se entender o processo que levou à deposição do governador Mauro Borges em novembro daquele ano.

Segundo Dalva Borges,

“Na disputa pela direção do Estado, travada entre o grupo militar da Escola Superior de Guerra(ESG) e os militares de linha dura, é que se inscreve o ‘caso de Goiás’. Os traços da ditadura são esboçados nesse momento. Como na metáfora do cineasta Ingmar Bergman sobre o Nazismo, no filme *O ovo da serpente*, observando Goiás, no ano de 1964, é possível antecipar a conformação do regime militar nos anos posteriores.

Assim, o ‘caso de Goiás’, como ficou conhecido na imprensa nacional, à época, importa menos pelo que tem de endógeno e mais por sua relevância como estratégia dos grupos militares na conquista da hegemonia no Estado.³⁹⁶

³⁹⁶ SOUZA(2004). Op.cit.p.87.

Na interpretação sugerida por Souza, portanto, a deposição do governador Mauro Borges resulta da pressão articulada de militares da ‘linha dura’ e de grupos dominantes rurais goianos que, em nível local, vislumbravam conquistar o poder do Estado. Para os militares, no entanto, a busca era por “acertar alvo maior, ou seja, a hegemonia do grupo ESG”,³⁹⁷ enquanto que a classe dominante rural goiana, notadamente as frações udenistas, buscava interromper a trajetória hegemônica de dominação política pessedista em Goiás.

Mauro Borges fora aliado de primeira hora das forças golpistas nacionais que derrubaram o governo nacional-reformista de João Goulart. Próximo do grupo de Castello Branco, de quem tinha sido aluno na Escola do Estado-Maior do Exército, o governador goiano rompeu definitivamente com o presidente João Goulart por ocasião das disputas entre o Grupo Ermírio de Moraes, ligado ao presidente, e o governo estadual, em consequência dos planos da Votorantin de explorar o níquel em Goiás, o que contrariava os interesses de Mauro Borges.³⁹⁸

Em depoimento e escritos posteriores, Mauro Borges conta que sua adesão ao golpe de 1964 teria se dado no calor das articulações de momento, visão que contribui para a ideia de que o golpe tinha um caráter preventivo ante a possibilidade, tida como real, de que o presidente Jango vinha tramando um golpe contra a democracia. Mauro Borges chega a afirmar que “sem dúvida nenhuma tive comprovação pessoal que realmente havia um plano em curso para as instituições serem quebradas e surgir um governo autoritário.”³⁹⁹

Dalva Borges tem uma posição distinta daquela que pretende fazer crer os vários depoimentos de Mauro Borges em que o político pessedista afirma ter aderido ao golpe de 1964 no imediato processo de derrubada de Goulart. Segundo a autora, “Assim, embora em seu livro ele destaque apenas o seu apoio imediato à ‘Revolução’, as ligações que estabeleceu com o esquema que organizava para depor João Goulart têm data anterior a 31 de Março.”⁴⁰⁰ O livro em questão é *O Golpe em Goiás: história de uma grande traição*, publicado pelo então ex-governador no ano seguinte à sua deposição.⁴⁰¹ Concordamos inteiramente com a

³⁹⁷ *Ibden*, p.88.

³⁹⁸ Segundo Mauro Borges, em depoimento concedido a Hélio Rocha, João Goulart interveio diretamente em favor de José Ermírio de Moraes, senador pelo PTB e dono do grupo Votorantim, com quem mantinha relações muito próximas, para que não fosse criada da parte do governo goiano nenhuma dificuldade na consecução dos interesses de exploração do níquel em Goiás pelo Grupo Ermírio de Moraes. Nas palavras de Mauro Borges: “Eu disse: o que o sr. deseja presidente? Ele respondeu: que você deixe o grupo do José Ermírio em paz. Aí eu falei: fico admirado do sr. ter coragem de me fazer um pedido dessa natureza. Ele mudou de cor. Aí começou a separação imediata. Quando eu deixei o gabinete, estava decidido romper com o governo dele.” In: ROCHA, Hélio. *op.cit.* p.89.

³⁹⁹ *Ibden*, Id.

⁴⁰⁰ SOUZA, *op.cit.* p.92.

⁴⁰¹ TEIXEIRA, Mauro Borges. *O Golpe em Goiás: história de uma grande traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. O livro consiste numa defesa de Mauro Borges ante as acusações sofridas por seu governo,

observação de Souza, embora devamos assinalar que a questão necessita de um estudo mais aprofundado e que disponha de uma documentação mais substancial.

Escapa aos objetivos desse estudo reconstruir os lances fundamentais que desencadearam a deposição de Mauro Borges Teixeira, o que cronologicamente está compreendido entre os meses de abril e novembro de 1964. Interessa-nos, antes, questionar justamente a visão consagrada, em decorrência da própria interpretação oriunda do testemunho do governador, de que o apoio à deposição de Goulart e ao golpe tenham resultado de uma decisão tomada no calor da hora, ou que tenha sido obra de uma escolha pessoal de Mauro Borges.

Por tudo que dissemos até aqui, de nossa concepção de Estado à análise da atuação das agências de consultoria vinculadas ao IPES junto ao governo de Goiás, deve ficar claro que nossa posição é a de que, embora não se deva afirmar que houvesse em Goiás uma conspiração com fins definidos no sentido de derrubar o Governo Jango, havia, decerto, todo um trabalho articulado de disseminação de uma cultura política de tecnização da administração pública que esteve, desde os anos iniciais da década, em plena sintonia com os aparelhos privados de hegemonia de alcance nacional que atuavam no sentido de refrear o nacional-reformismo e as forças populares em ascensão, visando, mediante a conquista do Estado, fazer valer os interesses do capital multinacional e do capital nacional associado.

Em Goiás, essa articulação e disseminação da hegemonia se deram através dos projetos de modernização da agricultura, não por acaso, adotado em larga medida e convertido em legislação pelo governo militar logo que assumiu o poder político no país. Importante observar que não foram somente as linhas mestras do projeto de desenvolvimento agrícola formuladas e executadas em Goiás durante o governo Mauro Borges que anteciparam a legislação agrária do governo civil-militar de Castello Branco. A própria conformação das agências criadas para pôr em prática o Estatuto da Terra, como o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o IBRA, e o Instituto de Desenvolvimento Agrário, o INDA, pode ser entendida, segundo nossa perspectiva, relacionadas e em acordo com a experiência adquirida pela atuação de Paulo de Assis Ribeiro em Goiás.

Convém, portanto, dedicarmos atenção à relação entre o conjunto de políticas públicas perpetradas em Goiás ao longo do governo Mauro Borges e o Estatuto da Terra de 1964. Nossa

sobretudo aquelas que atribuem ao governador o fato de ter colaborado com o a disseminação do comunismo no aparelho de Estado. Mauro reúne documentos de sua administração e faz uma síntese dos principais programas de governo na tentativa de demonstrar o caminho que seu governo tomara. Chama atenção o esforço em demonstrar seu alinhamento com os 'revolucionários' de primeira hora, sobretudo o presidente Castello Branco, e sua condenação aos desvios do movimento a partir do fortalecimento da 'linha dura' da qual, em sua visão, tanto ele, Mauro Borges, quanto Castello Branco, seriam vítimas.

hipótese, já disseminada nos capítulos antecedentes, é a de que a experiência de elaboração e execução em Goiás de uma política agrícola afeita aos projetos de modernização capitalista do agro, mediante a atuação de escritórios de consultoria vinculados aos círculos ipesianos, sobretudo pela presença de Paulo de Assis Ribeiro e sua agência tecno-política como privilegiado mediador, antecipou em Goiás as linhas mestras que seriam posteriormente sistematizadas e adotadas em nível federal pelo Estatuto da Terra. Nesse sentido é que poderíamos afirmar que o estado de Goiás serviu como laboratório para a aplicação do “estatuto” antes do Estatuto da Terra aprovado no primeiro governo civil-militar.

Quando estabelecemos essa relação, claro está que pretendemos chamar a atenção para as diretrizes gerais que norteiam ambos os projetos. Como afirmamos anteriormente, tais diretrizes encontravam-se disseminadas no âmbito dos estudos e projetos de reforma dos intelectuais orgânicos vinculados ao IPES. Por meio dos escritórios privados de consultoria, responsáveis pela elaboração de planos regionais de desenvolvimento agrário junto a executivos estaduais brasileiros, como é o caso das políticas destinadas ao agro em Goiás durante o governo Mauro Borges, os *círculos ipesianos* viabilizariam a implementação de suas diretrizes de reforma agrária, convertidas em políticas públicas mediante a atuação de agências estatais e planos de reforma em nível estadual.

Principal centro inspirador do projeto de reforma agrária empreendido pelo governo Castello Branco, o IPES teve a oportunidade de sistematizar, em nível nacional, um projeto de reformulação do agro brasileiro balizado por pressupostos teóricos que já vinham sendo inseridos nos ditos planos de desenvolvimento agrário estaduais a partir das idéias contidas no *Decálogo da Reforma Agrária*, elaborado pelo IPES em 1963. Sobre essa relação é o próprio Paulo de Assis Ribeiro quem afirma que:

“...as diretrizes fixadas pelo Presidente Castello Branco e pelo Ministro Roberto Campos coincidiram, nas grandes linhas, com a que adotamos no IPES no trabalho já referido, e que se resumiam no que denominamos Decálogo da Reforma Agrária, que era acompanhado da enumeração das medidas imediatas para preparar o início desta reforma.”⁴⁰²

⁴⁰² As diretrizes mencionadas por Assis Ribeiro e atribuídas a Castello Branco e a Roberto Campos são aquelas que balizam os pressupostos do novo governo em relação ao modelo de reforma agrária a ser adotado. Estas foram apresentadas a Assis Ribeiro logo após o golpe por ocasião da montagem de equipe de técnicos para constituir os grupos de trabalho de deveriam formular projetos de reforma, dentre as quais a reforma agrária. Ribeiro, Paulo de Assis. *Notas sobre a implantação...* op.cit. anexo.

Se compararmos as linhas gerais que norteiam o plano de desenvolvimento agrário de Goiás formulado pelo ETPAR, o que compreende a elaboração das políticas públicas e a concepção das agências estatais criadas e reformuladas para executá-las, com aquelas presentes no Estatuto da Terra, sobretudo no Anteprojeto de Lei, veremos que fazem parte do mesmo arcabouço político cuja base está assentada numa concepção *tecnicista* da agricultura e conseqüentemente de quaisquer medidas que visassem intervir com fins de reformulá-la, a despeito de todo o discurso em prol da promoção da justiça social e do bem-comum.

As principais diretrizes comuns ao projeto implementado em Goiás e aquele que seria debatido por ocasião da formulação do Estatuto da Terra podem ser apontadas como sendo as seguintes: reforma agrária democrática e cristã; melhores padrões de vida e máxima produtividade; reforma agrária que atendesse às peculiaridades regionais (o que pressupunha a adoção de medidas distintas em decorrência da especificidade da região, p. ex., planejamento para ocupação, assistência técnica ou desapropriação); justiça agrária autônoma⁴⁰³; criação de núcleos coloniais, mediante planos de colonização e recolonização; cooperativismo agrícola; mecanização e adoção de modernos insumos agrícolas no processo produtivo; criação de uma classe média rural, dirigente, autônoma e empreendedora; tributação da terra; criação de uma agência central responsável pela execução da reforma agrária.

Na tabela a seguir sintetizamos tais diretrizes relacionando-as com as medidas materializadas em Goiás durante o governo Mauro Borges. Mais do que a existência de pontos comuns entre os pressupostos que embasaram as políticas públicas em Goiás e aquelas que seriam sistematizadas no Estatuto da Terra, houve ainda a necessidade de se criar uma agência nacional de desenvolvimento agrário que, em larga medida, se deu nos moldes dos objetivos que motivaram a experiência goiana. A presença de diretrizes e agentes comuns em ambas as experiências nos permitem estabelecer as relações de proximidade histórica na conjuntura política brasileira da primeira metade da década de sessenta.

A idéia do zoneamento agrário e das áreas prioritárias para a reforma, calcadas na premissa formulada por Paulo de Assis Ribeiro de que o Brasil se distinguia pela existência de quatro áreas diferentes e que exigiam medidas apropriadas a cada especificidade, norteavam praticamente todos os planos subseqüentes. A definição das áreas prioritárias condicionava então quais medidas deveriam ser tomadas, se planejamento para ocupação, em regiões

⁴⁰³ Um dos principais projetos defendidos por Assis Ribeiro, a idéia da 'Justiça Agrária', presente no Anteprojeto elaborado pelo IPES, foi vetada e não entrou na redação final do Estatuto da Terra. Em Goiás a tentativa de se por em prática medida semelhante materializou-se na constituição das AVTs, as Agências Volantes de Terras, responsáveis por resolver *in loco* questões sobre disputas de terras e trabalhistas.

consideradas de baixa densidade demográfica; áreas necessitadas de revisão agrária, para as quais os objetivos deveriam se voltar para a assistência técnica; e áreas em que se deveriam realizar planos intensivos de reforma agrária, admitida mediante desapropriação de terras.⁴⁰⁴

DIRETRIZES	REVISÃO AGRÁRIA DO GOV. MAURO BORGES	REFORMA AGRÁRIA DO GOV. CASTELLO BRANCO
PROJETO	PLANO DE AÇÃO DO IDAGO ELABORADO PELO ESCRITÓRIO TÉCNICO PAULO DE ASSIS RIBEIRO(ETPAR); VINCULAÇÃO PRINCIPAL AO IPES-RJ	ESTATUTO DA TERRA FORMULADO POR GRUPO DE TRABALHO COMPOSTO POR TÉCNICOS DO IPES; PARTICIPAÇÃO DESTACADA DE PAULO DE ASSIS RIBEIRO
REFEORMA AGRÁRIA DEMOCRÁTICA E CRISTÃ	BASEADA NOS PRINCÍPIOS DA INICIATIVA PRIVADA E NA DOCTRINA CATÓLICA DA <i>MASTER ET MAGISTRA</i>	ESTÍMULO À PROPRIEDADE PRIVADA; FORMAÇÃO DE UMA CLASSE MÉDIA RURAL; ACESSO À TERRA VIA TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA E DESAPROPRIAÇÃO LIMITADA
PECULIARIDADES REGIONAIS	MECANIZAÇÃO DA LAVOURA NO SUL E SUDOESTE DO ESTADO; COLÔNIAS AGRÍCOLAS NO NORTE E EXTREMO NORTE	DEFINIÇÃO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA REFORMA AGRÁRIA DE ACORDO COM ZONEAMENTO AGRÁRIO
JUSTIÇA AGRÁRIA	AGÊNCIAS VOLANTES DE TERRAS(AVTs) PARA RESOLVER <i>IN LOCO</i> DISPUTAS DE TERRAS E QUESTÕES TRABALHISTAS	OBJETIVO DE TRATAR DIRETAMENTE DOS CASOS PRÓPRIOS A QUESTÕES RURAIS POR ORGAO ESPECIALIZADO; PROPOSTA DEBATIDA PELO GRUPO DE ESTUDOS DO ET, MAS NÃO INCORPORADA NA REDAÇÃO FINAL DA LEI
COLONIZAÇÃO	criação de núcleos colonias(combinações agro-urbanos) no centro-norte e norte do estado	criação de núcleos agrícolas ou agroindustriais em áreas pré-definidas de acordo com zoneamento agrário
COOPERATIVISMO	baseado na propriedade privada e inspirado nos <i>MOSCHAVS</i> de israel; direcionados aos combinações agro-urbanos	prevê a criação da cooperativa integral da reforma agrária subordinada ao IBRA
MECANIZAÇÃO E INSUMOS	estímulo à utilização de tratores e à utilização de sementes selecionadas aos agricultores do sul e sudoeste do estado; implantação de políticas de incentivo ao uso de máquinas agrícolas pela CAESGO; criação da escola de formação de motomecanização de goiás(efomargo) e	criação do intituto nacional de desenvolvimento agrário(inda) responsável pelo aperfeiçoamento da técnica em acordo com o desenvolvimento capitalista do agro
AGÊNCIA CENTRAL	instituto de desenvolvimento agrário de goiás(idago)	instituto brasileiro de reforma agrária(ibra) e instituto nacional de desenvolvimento agrário(inda)

⁴⁰⁴ Ver Capítulo I desta tese.

Uma dimensão fundamental acerca do processo de gestação, elaboração e aprovação de um projeto de intervenção estatal no agro brasileiro, consolidado na Lei nº. 4.504 de 30 de novembro de 1964 e comumente conhecido como Estatuto da Terra, reside na premissa de que o correto entendimento de seus pressupostos transcende ao curto período de trabalhos do grupo de estudos que deu corpo à legislação aprovada nos meses iniciais do primeiro governo militar. Noutras palavras, destaca-se a possibilidade de se buscar os aspectos políticos e econômicos que embasam as principais diretrizes contidas na legislação agrária aprovada no governo de Castello Branco nos anos anteriores à criação do Grupo de Trabalhos sobre o Estatuto da Terra (Gret) e da promulgação do próprio Estatuto da Terra.

Como pudemos verificar nos capítulos precedentes, é possível apontar para uma intensa articulação entre agências privadas de cunho técnico na elaboração de projetos de intervenção no agro e agências públicas estaduais na adoção e execução de tais projetos. Essa observação é válida não apenas para Goiás, caso que abordamos de perto, mas também para outros executivos estaduais, conforme mencionamos. Consideramos que tais projetos versavam pela criação de uma agricultura em moldes capitalistas, cujo objetivo fundamental seria a criação de uma *classe média rural* no campo brasileiro, atentando para aspectos essenciais como a divisão do agro em zonas de ação prioritária conforme o grau de desenvolvimento agrícola, condição primordial para a possibilidade da desapropriação.

O fundamental a partir de agora é anotar que os projetos para o agro brasileiro formulados por agências privadas de interesses capitalistas e que seriam convertidos em políticas públicas em nível dos executivos estaduais ao longo dos primeiros anos da década de 1960, em grande medida se consolidariam como políticas de desenvolvimento agrícola no pós 1964. A consolidação de uma legislação agrária e sua contraface de produtividade agrícola institucionaliza a nível federal, uma visão acerca da agricultura que busca combinar a superação dos latifúndios, vistos como entrave para o desenvolvimento, mediante sua modernização e conversão em produtivas empresas agrícolas, ao passo que abria espaço para um amplo processo de políticas de colonização em áreas de conflito com vistas a distender as mobilizações camponesas por terra.

Após rápida tramitação, num período que vai de maio a novembro de 1964, o Estatuto da Terra foi aprovado em sua 14ª versão. Esse percurso foi marcado por inúmeros embates no interior do Grupo de Trabalhos sobre o Estatuto da Terra, cujos membros estavam divididos

em duas equipes de técnicos vinculadas ao IPES, uma oriunda de São Paulo, formada por agentes que atuaram no governo Carvalho Pinto, em São Paulo, cujo maior representante era José Gomes da Silva, e outra do Rio de Janeiro, esta capitaneada por Paulo de Assis Ribeiro. Em linhas gerais, e não por acaso, o Estatuto da Terra estava em pleno acordo com as diretrizes de planejamento e execução das políticas agrícolas contidas no Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966), elaborado pelo Ministério do Planejamento do governo Castello Branco, cujo ministro do Planejamento, Roberto Campos, foi o responsável pela organização do Gret.

Os autores que se lançaram na tarefa de analisar o Estatuto da Terra atentaram para os aspectos contraditórios da legislação agrária brasileira, tanto no que concerne aos embates travados durante seu processo de formulação e aprovação, quanto às disputas que permearam sua (não)execução. Embora tenham dado ênfase a tais aspectos, decerto pertinentes, é comum verificarmos o quanto tais análises se pautam pela abordagem imediata da composição da lei, balizados a nosso ver pela perspectiva que atribui uma ruptura promovida pelo golpe de 1964 em relação aos anos anteriores. Dessa maneira, os estudos se detêm apenas às características do primeiro governo militar, seja para procurar entender os esforços de aprovação do Estatuto da Terra a uma iniciativa de cunho pessoal a partir do caráter ‘reformista’ de Castello Branco, seja para procurar nas características ‘liberais’ de seu governo a razão pela qual teria sido possível a promoção de uma tentativa de reformulação da estrutura agrária brasileira.

Não se trata aqui de desconsiderar tais eixos de análise, sobretudo quando atentam, para além dos embates entre os técnicos ipesianos do Rio de Janeiro e de São Paulo, para as pressões exercidas por entidades patronais rurais partícipes do golpe contra Goulart, como a Sociedade Rural Brasileira(SRB) e a Sociedade Nacional de Agricultura(SNA), e que se viram ‘ameaçadas’ em seus interesses pelo teor das reformas contidas no projeto do estatuto.

O que deve ficar claro em nossa proposta é a possibilidade de entender que o Estatuto da Terra resulta, em grande medida, de propostas elaboradas numa conjuntura anterior ao golpe de 1964, na qual o próprio desfecho militar deve ser compreendido como uma solução, dentre outras dispostas, para a tomada do poder político por parte das frações da classe dominante em oposição ao bloco nacional-reformista de João Goulart. Nesse sentido, o amoldamento do governo civil-militar vislumbra-se como uma possibilidade concreta de institucionalização a nível federal de projetos de intervenção no agro, uma vez que o novo bloco de poder passa à direção das instâncias decisórias e de execução do Estado.

Tais diretrizes de *modernização* da agricultura, no entanto, e é sobre esse aspecto que nos deteremos, já vinham sendo postas em prática no âmbito dos executivos estaduais através de secretarias e autarquias a elas subordinadas, o que se fazia mediante intensa atuação de técnicos e de agências privadas encarregadas de formulação e planejamento de políticas públicas para a agricultura.

Em *A Reforma Agrária no Brasil*,⁴⁰⁵ livro que obteve significativa repercussão por conter uma das mais duras críticas a atuação das agências governamentais criadas para executar a reforma agrária dos governos militares, José Gomes da Silva aponta para o caráter contra-reformista assumido por setores do governo, justamente aqueles incumbidos de implementar o Estatuto da Terra. O autor, que fizera parte do grupo de técnicos de São Paulo a compor o Gret, descarrega pesada artilharia contra o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), apontado como um dos principais entraves à realização do ET.

O IBRA, agência autárquica subordinada diretamente à Presidência da República, fora criado em novembro de 1964, em artigo presente no texto de criação do Estatuto da Terra.⁴⁰⁶ A presidência do Instituto coube a Paulo de Assis Ribeiro, preferido por Castello Branco e Roberto Campos, em detrimento de José Gomes da Silva. Esse episódio selou definitivamente o acirramento entre Gomes da Silva, que esperava ser indicado para a presidência do IBRA, e Assis Ribeiro, fato que geraria profundas críticas do primeiro em relação ao trabalho do segundo na direção da agência.

Ao IBRA competiria “desenvolver o processo de reforma agrária em todo o território nacional”, através do “cadastramento das terras, a discriminação das terras públicas, o zoneamento agrícola, bem como a efetiva tributação da terra produtiva, a fim de desestimular o latifúndio.”⁴⁰⁷ E seria justamente pela questão da ênfase dada à questão da tributação em detrimento da desapropriação de terras para a reforma agrária que o trabalho do IBRA, personificado na figura de Paulo de Assis Ribeiro, seria duramente criticado por José Gomes da Silva, tornando-se tema recorrente dos estudos de autores que se dedicaram a discutir o Estatuto da Terra.

Gomes da Silva, ao se colocar a questão do porque de o Estatuto ter sido aprovado justamente num governo militar recorre a argumentos que procuram entender o comportamento do presidente Castello Branco a partir de sua propalada “inspiração

⁴⁰⁵ GOMES DA SILVA, José. *A Reforma Agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

⁴⁰⁶ Seção II, Art. 37-42. *Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964*.

⁴⁰⁷ RIBEIRO, Vanderlei. “Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)”. In.: MOTTA, Márcia M.M.(org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.pp.259-261.

reformista”, algo baseado em sua experiência de legítimo nordestino, o que lhe valeu na ótica de Gomes da Silva o reconhecimento de ter sido o único presidente do período republicano brasileiro a se mostrar tão disposto e empenhado nas decisões que lhe cabiam enquanto presidente.

Interessa-nos aqui, entretanto, apontar o principal eixo de análise das críticas de José Gomes da Silva, aspecto que a nosso ver delimitou não somente sua visão sobre o IBRA como grande parte das leituras subsequentes acerca do processo de elaboração do Estatuto da Terra. Refiro-me à oposição estabelecida pelo autor entre o aporte de experiências que trazia consigo e sua equipe de São Paulo em relação à suposta falta dessa mesma experiência de campo apontada como característica do grupo de técnicos do Rio de Janeiro, principalmente o alvo maior de sua crítica, Paulo de Assis Ribeiro. Essa visão ao mesmo tempo em que escancara os conflitos entre os técnicos no interior do Gret, está no cerne de alguns equívocos cometidos pelas leituras acerca do Estatuto da Terra.

Segundo José Gomes da Silva, o anteprojeto que resultou no Estatuto da Terra teria sido gestado nos meses que sucederam à “revolução de 31 de março” a partir da associação promovida pelo ministro Roberto Campos entre a “experiência paulista” e a “intelectualidade carioca.” O autor constrói seus argumentos a todo o momento enfatizando as diferenças entre o grupo de São Paulo, do qual fazia, e o do Rio de Janeiro, eminentemente teórico e, sob inspiração e comando de Assis Ribeiro, cujas qualidades como técnico são ressaltadas, porém na contramão das necessidades do Estatuto da Terra.

Como tivemos oportunidade de ver ao longo de nossa tese, tal argumento não se confirma, uma vez que Paulo de Assis Ribeiro, através da atuação de seu escritório de consultoria não apenas atuou diretamente na elaboração de diretrizes de intervenção no agro junto a executivos estaduais nos anos iniciais da década de sessenta, sobretudo em Goiás, muitas das quais se tornariam linhas fundamentais do ET, como se destacaria como um dos principais intelectuais orgânicos do IPES.

Nunca é demais mencionar que foi no âmbito do IPES que foram desenvolvidas inúmeras atividades de formulação e promoção de um projeto de poder de oposição ao executivo nacional reformista em curso durante o governo João Goulart. Tais atividades contra-hegemônicas contribuíram para a articulação e preparação civil para a tomada do poder político pelas frações de classe dominante brasileira, associadas ao capital multinacional impondo uma já ensaiada agenda de reformas, o que seria possível após o golpe.

O esforço de aprovação de uma legislação agrária que obtivesse poder político para promover alterações no campo e que iria se consolidar no Estatuto da Terra, não pode ser desvinculado da conjuntura anterior ao golpe, sob risco de perdermos de vista a perspectiva de entendê-lo enquanto parte de um projeto de classe, cuja implementação dependia da derrubada do executivo janguista e da conseqüente conquista do aparelho estatal.

Fazendo um balanço sobre a implantação de um projeto de reforma agrária durante os meses iniciais do governo Castello Branco,⁴⁰⁸ Paulo de Assis Ribeiro traça um percurso abrangente de sua atuação em diversos espaços com o objetivo claro de legitimar sua participação do processo de elaboração da legislação agrária brasileira e de dotar tal iniciativa de fundamentos inquestionáveis quanto às intenções presentes no projeto. Pelo valor histórico do depoimento e pelo interesse que desperta em nossas reflexões, é válido transcrevê-lo em seus parágrafos iniciais.

Segundo Paulo de Assis Ribeiro:

“Uma das primeiras preocupações do Governo Revolucionário foi a formulação das estruturas legais indispensáveis à implantação de uma Reforma Agrária no Brasil. Esta reforma considerada na Conferência de Punta del Este(1961), como essencial para os países em desenvolvimento foi também, objeto de amplos estudos no IPES, onde se reuniam vários dos mais ilustres responsáveis pelo movimento de 31 de março. Como participante daquela conferência de Punta del Este, e como coordenador do Grupo de Estudos do IPES, e posteriormente coordenador do Grupo de Trabalho criado no Ministério de Planejamento, pelo Ministro Roberto Campos, para a formulação dos instrumentos legais, acima referidos, é que apresento o relato contido nestas notas.

O Presidente Castello Branco, pessoalmente, fixou com o Ministro Roberto Campos as diretrizes que deveriam ser seguidas, tanto para a indispensável emenda constitucional, como para a lei básica da Reforma Agrária que deveria denominar-se Estatuto da Terra. Tais diretrizes coincidiram em suas grandes linhas, com as fixadas pelo IPES – como ocorreu para maioria das Reformas de Base, realizadas pelo Governo Castello Branco...⁴⁰⁹

Assis Ribeiro inicia seu estudo buscando conceituar o modelo de reforma agrária adotado pelo governo em face de outros modelos que atentavam contra a tradição democrática brasileira. Reproduzindo argumentos já presentes noutros estudos realizados anteriormente,

⁴⁰⁸ RIBEIRO, Paulo de Assis. *Notas sobre a implantação da Reforma Agrária no Governo do Marechal Castello Branco*. s/d.(mimeo).

⁴⁰⁹ *Ibden*,p.1.

inclusive naqueles preparados para servir de subsídio teórico para os planos de ação e desenvolvimento para o IDAGO, Assis Ribeiro opõe à opção *democrática* de reforma agrária a opção socialista, acusada de ineficaz e demagógica, sobretudo por concentrar-se prioritariamente na ‘transferência imediata ou progressiva da propriedade da terra para o Estado’ visando assim atingir metas de distribuição de terras, no que atingia frontalmente, segundo o autor, o direito à propriedade e a liberdade de iniciativa.

A crítica ao método *distributivista* de terras como medida de reforma agrária era, aliás, um dos argumentos matriciais do pensamento *ipesiano*, como podemos verificar nos estudos produzidos pela agência, em inúmeros depoimentos de Assis Ribeiro e mesmo na fala e cartilhas produzidas pelo governo Mauro Borges, que, em muitos casos, reproduzia os conceitos que balizavam o pensamento do IPES.

Perfazendo este caminho de análise gostaríamos de apontar para dois aspectos que a nosso ver devem ser trazidos à luz se quisermos perscrutar o surgimento de uma legislação agrária no pós-1964. Refirimo-nos às atividades do IPES e a atuação junto aos executivos estaduais de seus consorciados escritórios de consultoria tecno-política.

Principal centro formulador da ideologia e ação de classe organizada, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPES, foi o responsável pela mobilização dos setores dominantes que se opunham ao bloco nacional-reformista bem como pela tarefa de sedimentar uma identidade comum às frações de classe na construção de um projeto hegemônico de dominação política e na desestabilização e derrubada das forças que compunham o governo João Goulart nos anos pré-golpe. Espaço de atuação de inúmeros empresários, *tecnoempresários* em suas diversas matizes, o IPES atuaria à luz do dia e em plena consonância com os interesses multinacionais no Brasil, para a pavimentação de um consenso entre amplas camadas da sociedade brasileira da necessidade de se promover uma verdadeira transformação na condução política e administrativa do Estado brasileiro como condição *sine qua non* para o tão desejado desenvolvimento econômico do país.

No que tange à formulação de políticas de intervenção no agro, o IPES elaborou como parte de um conjunto de proposições de projetos que deveriam contrapor-se às reformas de base de Jango, um denso estudo acerca da estrutura agrária brasileira que serviria de base para a formulação do Anteprojeto de Lei que seria posteriormente aprovado como Estatuto da Terra. Tal estudo, lançado em janeiro de 1964, foi elaborado por uma equipe de técnicos ipesianos capitaneados por Paulo de Assis Ribeiro, e continha as principais diretrizes defendidas pelos *tecnoempresários* para o desenvolvimento de uma agricultura que, sem abrir

mão de uma intervenção estatal, ao contrário, apontava para a necessidade de o governo através de agências estatais a serem criadas deveria incentivar o aumento da produtividade rural e da modernização das grandes propriedades agrícolas, assim como defendia que o objetivo da reforma agrária deveria ser o de criar a possibilidade do pleno desenvolvimento de uma *classe média rural*.

Já em 1962, em seu *Decálogo da Reforma Agrária*,⁴¹⁰ publicado como parte de suas propostas de Reforma de Base, documento que já tivemos a oportunidade de mencionar no primeiro capítulo da tese, o IPES apontava principalmente para a necessidade da criação de uma *classe média rural* aliada ao investimento no setor rural com vistas a promover o aumento da produtividade agrícola. Também sob os auspícios do aumento da produtividade defendia-se uma reestruturação da estrutura agrária, entendida enquanto empecilho ao progresso econômico e social cujo modelo pressupunha uma integração no âmbito da produção e do consumo entre os setores urbano-industriais e o agrícola.

Nas proposições apresentadas quanto a reestruturação da estrutura agrária pelo IPES ressalta-se o “reagrupamento de minifúndios” e o aproveitamento das terras devolutas. Quanto ao latifúndio, o *Decálogo* formulado pelo IPES pressupunha sua “eliminação progressiva”. Todas essas proposições consubstanciadas numa orientação geral para a Reforma Agrária estariam a cargo, sobretudo da iniciativa privada, tanto na figura do médio empreendedor rural quanto no do grande empresário rural.

Essas proposições são reconhecidamente apontadas por muitos autores, acertadamente a nosso ver, como a base para a elaboração do Estatuto da Terra. O problema reside no fato de que tais diretrizes são compreendidas apenas no âmbito do próprio processo de elaboração do Estatuto da Terra, o que significa dizer que o foco das análises concentra-se no período de atuação do Gret e nas disputas entre o grupo de técnicos paulistas e os ipesianos do Rio de Janeiro capitaneados por Assis Ribeiro. Nenhuma linha é dedicada à atuação de Paulo de Assis Ribeiro e outros agentes na formulação e execução de diretrizes de intervenção no agro junto aos executivos estaduais na conjuntura pré-1964.

Reside nesse aspecto, em nosso entendimento, o equívoco cometido quanto à afirmação da falta de experiência de campo do grupo de técnicos cariocas, sobretudo Assis Ribeiro, visão esta, como já mencionamos, consagrada pela intervenção de José Gomes da Silva e adotada posteriormente pela bibliografia. É mais importante do que isso: ao abordar a atuação dos escritórios de consultoria e seus agentes na preparação de planos de desenvolvimentos

⁴¹⁰ *Reforma agrária: problemas ...* Op.cit.

agrícolas convertidos em políticas públicas por secretarias e agências estaduais, pudemos verificar o quanto as diretrizes que dariam substância ao Estatuto da Terra estavam sendo ‘testadas’ através de planos agrícolas estaduais.

O IDAGO é o caso mais emblemático, e a atuação de Assis Ribeiro junto ao Executivo goiano desde pelo menos 1962 nos dá subsídios para empreender nossa hipótese que pretende demonstrar que antes de figurar como o cerne da legislação agrária consubstanciada no Estatuto da Terra, as medidas aprovadas nos primeiros meses de governo militar estavam sendo ‘testadas’ em Goiás durante o Governo Mauro Borges.

Antes, porém, vejamos a interpretação de outros autores que abordaram a natureza e as implicações do Estatuto da Terra.

José de Souza Martins, em coletânea de artigos publicada com o título de *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*⁴¹¹, fará importantes considerações acerca do Estatuto da Terra, sobretudo naquilo que a legislação agrária passou a representar para os dois principais grupos envolvidos diretamente nos conflitos fundiários: os grandes proprietários de terras e a massa de trabalhadores rurais sem terra. Segundo Martins, O Estatuto da Terra beneficiava os proprietários de terras, sobretudo aqueles que detinham grandes extensões, ainda que aparentemente fosse este o segmento mais visado posto que suas propriedades de caráter latifundiário se enquadrassem na lógica de entrave ao desenvolvimento econômico em geral, e produtividade agrícola em particular. Na ótica do autor, ao inserir a noção de ‘empresa rural’, o Estatuto da Terra acenava com a perspectiva concreta de ‘livrar’ o latifúndio da desapropriação, e o fazia com o intuito de preservar e expandir a propriedade capitalista da terra ao conciliá-la com a empresa rural.⁴¹²

Essa perspectiva contribuía para beneficiar aqueles lavradores que tivessem ‘vocação empresarial’ posto se tratar de um processo reformista que pressupunha um pesado investimento na qualidade técnica da produtividade agrícola, margeando assim as noções sociais de desapropriação e distribuição de terras. Se por um lado os beneficiários seriam os grandes proprietários, por outro, os trabalhadores rurais, veriam ‘fechado’ seu acesso à terra em decorrência da mesma lógica que permeava a criação da empresa rural. Martins afirma que a possibilidade de desapropriação ficaria restrita a casos extremos em áreas de tensão social onde houvesse graves conflitos.

⁴¹¹ MARTINS, José de Souza. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁴¹² *Ibidem*, p. 22.

Uma questão importante diferencia a abordagem de Souza Martins da de Gomes da Silva. Ao contrário deste último, Martins não reconhece no Estatuto da Terra nenhum ponto positivo que pudesse beneficiar os trabalhadores rurais. O Estatuto da Terra teria despolitizado a luta pela terra e as manifestações camponesas de questionamento à estrutura fundiária ao conduzir a questão agrária como um problema a ser resolvido pela técnica e pelo empenho militar, aspectos que salvaguardavam a inviolabilidade da propriedade da terra. Dessa forma, o destinatário do Estatuto era o empresário rural, dotado de ‘espírito capitalista’, e não o camponês, o pequeno lavrador baseado no trabalho familiar.⁴¹³

O Estatuto da Terra consagraria assim o latifúndio, a ser convertido em ‘empresa rural’, enquanto lócus capitalista do desenvolvimento econômico garantido pela intervenção militar com o propósito declarado de promover a expansão capitalista no campo. Nesse quadro de tecnização da produtividade agrícola não havia espaço para o atendimento das demandas das massas camponesas, ficando a possibilidade de desapropriação, ainda que prevista na lei, à cargo da intervenção estatal quando da existência de tensões sociais graves. Nas palavras de José de Souza Martins,

“O Estatuto revela assim a sua verdadeira função: é um instrumento de controle das tensões sociais e dos conflitos gerados por esse processo de expropriação e concentração de propriedade e do capital. É um instrumento de cerco e desativação dos conflitos, de modo a garantir o desenvolvimento econômico baseado nos incentivos à progressiva e ampla penetração do grande capital na agropecuária. É uma válvula de escape que opera quando as tensões sociais chegam ao ponto que podem transformar-se em tensões políticas. O Estatuto está no centro da estratégia do governo para o campo e se combina com outras medidas de cerco e desativação dos conflitos, das desativações e das lutas sociais.”⁴¹⁴

O autor não atenta para os embates em torno da elaboração da legislação agrária. Sua leitura insere-se numa tentativa de focalizar o Estatuto da Terra como a consolidação a nível legal de um processo maior, estrutural, de reprodução ampliada do capital da grande empresa, concentradora e expropriadora em sua expansão. Ainda que entenda o Estatuto da Terra como uma legislação que beneficia o grande proprietário e a empresa agrícola, é possível apontarmos que ao enfatizar o condicionamento de desapropriações a áreas de conflitos de terras, o autor

⁴¹³ Id., p. 33.

⁴¹⁴ Id., p. 35.

vislumbre uma brecha por onde os camponeses pudessem pressionar, tensionando suas manifestações, por reforma agrária que concretamente incidisse sobre o latifúndio. O problema aqui reside na repressão empreendida pelo governo militar às manifestações dos trabalhadores rurais. Nesse caso, até mesmo as desapropriações em áreas de conflitos, como forma de atenuar as tensões provenientes da luta pela terra, são ínfimos se considerados os números de conflitos existentes.⁴¹⁵

Outro ponto importante considerado por Martins reside em sua perspectiva de encarar a feitura do Estatuto da Terra para além do período de atuação do Gret, visão que aproxima nossa interpretação daquela empreendida pela leitura de Martins. Segundo o autor, o curto espaço de tempo que levou para ser aprovada uma legislação de reforma agrária, sobretudo quando comparado aos esforços anteriores e ao considerar-se o fato de ter sido justamente no início de um governo militar legitimado justamente pela oposição à reformas na estrutura fundiária, condição base para o apoio das frações dominantes rurais no processo de urdidura do golpe, a ‘rapidez’ da aprovação do Estatuto “deveu-se a que ela fora *demoradamente planejada pelo IPES(...) e concluída antes mesmo do golpe.*”⁴¹⁶

Embora não enverede por um caminho que possa elucidar concretamente essa afirmação, a observação de Martins, como foi dito, aproxima-se daquela que procuramos defender aqui, na medida em que lança luz sobre a possibilidade de compreender o Estatuto da Terra como momento de consagração de uma visão do agro já em pleno curso em anos anteriores.

Um dos principais estudos já realizados sobre o Estatuto da Terra consiste no conjunto de textos de Regina Ângela Landim Bruno⁴¹⁷, cujas reflexões têm servido de balizamento para inúmeras análises subseqüentes sobre o tema. Bruno chama a atenção para uma questão de suma importância: o Estatuto da Terra, como instrumento de intervenção estatal no agro brasileiro estaria demarcado por duas abordagens que no decorrer dos embates, tanto em sua formulação, quanto em suas tentativas de execução, estiveram presentes enquanto eixos antagônicos. Um diz respeito ao caráter reformista do agro, implicando aqui perspectivas de mudanças na estrutura fundiária a partir de medidas de cunho ‘distributivistas’ calcadas na possibilidade de promover desapropriações de terras em latifúndios não ou mal aproveitados; outro residia no caráter ‘modernizador’ pressuposto na intenção de consolidar uma agricultura

⁴¹⁵ O próprio Martins menciona que entre 1965 e 1981 “o governo federal baixou somente 124 decretos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária, conforme levantamento feito pelo Senado Federal. O que dá menos de 8 desapropriações por ano, enquanto que o número de conflitos por causa de terra foi de pelo menos 70 por ano.” Id. p. 22.

⁴¹⁶ Id., p. 30, (grifos meus).

⁴¹⁷ Tratam-se dos textos publicados em BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, UFRRJ, 1997.

capitalista capaz de transformar a paisagem agrária brasileira mediante a implementação de um moderno desenvolvimento agrícola pautado pelo uso da técnica com vistas a aumentar a produtividade. Como observa a autora, “Em essência, o perfil de reforma explicitado no texto do ET é o projeto de modernização do latifúndio. É a proposta para forçar os setores mais retrógrados a se modernizarem.”⁴¹⁸

Uma das marcas do processo de implementação do Estatuto da Terra, na ótica de Bruno, foi o que a autora denomina como a ‘falência do projeto reformista’ contido no Estatuto sob a rubrica da ‘desapropriação por interesse social’, sendo suplantada e marginalizada no decurso de sua vigência pela ‘tributação progressiva e regressiva das terras’. Nesse sentido, o caráter ‘produtivista’ do Estatuto, pautado pela concentração fundiária e base da posterior ‘modernização conservadora’ teria substituído quaisquer propostas de cunho ‘distributivista’, condição para a efetivação de uma democratização do acesso a terra, característica necessária para se promover de fato uma reforma agrária.

Concordamos com a autora, tanto no que diz respeito à preponderância do caráter da tributação quanto em relação à sua substituição a quaisquer propostas *distributivistas*. O que temos a acrescentar a essa perspectiva de análise apontada por Bruno é que, a despeito dos anseios reformistas e da retórica por mudanças efetivas contida nos discursos e na letra da Lei do Estatuto da Terra, a questão da distribuição de terras mediante a desapropriação esteve desde sempre em segundo plano nos projetos de reforma agrária gestados no âmbito dos *círculos ipesianos*. Melhor dizendo, lembrando o estudo realizado pela equipe de técnicos liderada por Assis Ribeiro, a perspectiva de desapropriação de terras e sua conseqüente distribuição estiveram desde o princípio limitadas a áreas restritas do território brasileiro, justamente aquelas que, como vimos, compreendiam cerca de 5% das terras que deveriam passar por algum tipo de intervenção.

Dessa maneira, entendemos que uma perspectiva *distributivista* como pressuposto da reforma agrária empreendida pelo governo Castello Branco não deve ser encarada como medida preponderante, ainda que seja possível reconhecer a presença de pressões nesse sentido no interior do grupo de trabalho responsável pela elaboração do Estatuto. Sua não realização, portanto, estava plenamente de acordo com a consolidação do projeto ipesiano de ênfase na tributação dos grandes latifúndios, o que por um lado estimulava a formação da *empresa rural*, e por outro mantinha intocada, na quase totalidade de terras do país, o princípio da inviolabilidade da propriedade que conformava a formação da estrutura fundiária.

⁴¹⁸ BRUNO, “UDR: os ‘sem-terra’ dos patrões”. In.: *Ibidem*, p. 43.

Ao indagar-se sobre os motivos que teriam levado justamente um governo militar a empenhar-se na promulgação de uma legislação que penetrava significativamente numa área tão conflituosa como a questão agrária, sobretudo quando ameaçava tocar em pontos delicados e caros para amplos setores que apoiaram a derrubada do governo anterior de deram suporte civil aos militares no poder, Regina Bruno destaca dois aspectos presentes no governo Castello que sustentam sua visão: uma primeira pode ser apontada pela leitura que os responsáveis pela elaboração do Estatuto faziam da estrutura fundiária brasileira enquanto obstáculo ao desenvolvimento econômico do país, visão, aliás, compartilhada e presente nos projetos defendidos pelo governo anterior. Em estreita relação com a crítica à estrutura fundiária caminhava a apropriação pelo governo militar de bandeiras reformistas de grupos de trabalhadores rurais mobilizados no pré-64; um segundo aspecto está na constatação da autora de que a implementação do Estatuto da Terra, no que dizia respeito a seu viés reformista, teria sido inviabilizado pela reação acirrada de setores contrários a reformas, no que atuaram no sentido de obstar a aplicação do Estatuto.

A historiadora Sonia Mendonça analisa o Estatuto da Terra à luz das disputas entre as frações da classe dominante rural brasileira no processo de formulação da legislação agrária. Observando os pressupostos contidos na lei, a autora afirma que, o Estatuto da Terra “logo deixaria entrever uma nova ‘ameaça’ à grande propriedade improdutiva.”⁴¹⁹ O Estatuto teria sido na ótica da autora, uma espécie de “balão de ensaio” que poderia criar certas dificuldades para o latifúndio improdutivo. Nesse sentido, segundo Mendonça, atingiria o “setor da classe dominante agrária mais retrógrado e conservador.”

A autora destaca que o Estatuto da Terra guardaria “um certo cunho reformista”. Essa assertiva baseia-se, sobretudo, na implicação que aponta para uma reforma agrária prevista que estaria vinculada ao Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg). Tal reforma fundiária tentava dar conta da crise econômica brasileira: ampliação do mercado interno, estímulo ao fortalecimento de uma “classe média rural” que viesse consumir produtos industriais, e a neutralização de conflitos e tensões no campo.

A reforma contida no Estatuto da Terra “voltava-se para o aumento da produção e da produtividade, bem como para a consolidação da propriedade privada no campo, sob a égide dos princípios da técnica, da racionalidade e da ideologia do planejamento.” Nesse sentido, para a autora, o Governo Castello Branco teria se apropriado de um tema presente nas reformas

⁴¹⁹ MENDONÇA, Sonia Regina de. “1964: o duplo golpe no campo”. In.: *Outubro, Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, N° 10, 2004, pp.31-48.

de base de Goulart, “deslocando-o para o âmbito do tecnicismo e da eficácia, deixando de lado o movimento social mais amplo, que lhes dera sustentação em passado recente.”

Para Sonia Mendonça o Estatuto da Terra trazia em seu bojo duas estratégias distintas: “uma ‘*distributivista*’, voltada a alguma democratização da propriedade privada; e outra, ‘*produtivista*’, numa antecipação da opção que prevaleceria na década de 1970, através da chamada ‘modernização da agricultura’”. Segundo a autora, essa tensão resultaria de uma acirrada disputa que confrontava interesses intra-classe dominante agrária no período.

Outro aspecto importante do texto de Mendonça visa a entender Estatuto da Terra como um *campo de força*, perspectiva, aliás, já ressaltada por Regina Bruno, onde se pode observar, desde sua elaboração, um confronto entre técnicos(IPES) ligados ao governo e as distintas frações da classe dominante agrária que lutavam, ou pela sua implantação ou pelo seu fracasso. Como resultado desses conflitos, a autora aponta três *recuos* ocorridos entre o momento da elaboração e aprovação do *Estatuto da Terra*:

1) introdução de um capítulo sobre “Política Agrícola” dentro de uma legislação eminentemente agrária;

2) retirada das propostas que atuariam como instrumentos de reforma agrária: desapropriação por interesse social e tributação progressiva sobre a terra; e,

3) criação de duas agências gestoras da mesma matéria, o IBRA e o INDA, responsáveis, uma por implantar uma política *agrária*, outra por uma política eminentemente *agrícola*. Essas agências seriam resultado de uma vitória dos grupos técnicos do IPES. O problema residiria, no entanto, na indicação dos nomes, o que viria revelar a impossibilidade de qualquer ação conjunta entre as agências.

À guisa de conclusão, a autora observa que o Estatuto da Terra teria sido aprovado de acordo com os interesses dos grupos dominantes agrários contrários à sua própria existência.

A interpretação de Sonia Mendonça se aproxima da realizado por Regina Bruno, com quem dialoga e cita algumas vezes. Ambas são da opinião de que o projeto original do Estatuto da Terra, embora tenha sido aprovado pelo governo militar, continha elementos “progressistas” que sinalizavam para uma reforma agrária até mesmo *distributivista*, ainda que tenha consagrado a concepção do latifúndio como “empresa agrícola”. O problema residiria então no processo de aprovação do projeto, revelador de um intenso conflito entre técnicos ligados ao IPES e ao Governo e frações da classe dominante agrária contrárias ao projeto.

Sobre esse último aspecto, está implícito na análise de Sonia Mendonça, e também na de Regina Bruno, as disputas entre o grupo de técnicos do IPES do Rio de Janeiro(Paulo de Assis Ribeiro) e o paulista, remanescentes da experiência agrária do Governo Carvalho Pinto, cujo

maior representante era José Gomes da Silva. E será, sob muitos aspectos a partir da visão construída por este último agente, que tanto Mendonça quanto Bruno, irão se posicionar em relação aos dois grupos. Essa postura tem implicado de um lado, na consagração da linha interpretativa do grupo de José Gomes da Silva, que dentre outros aspectos constitui-se pelo argumento de que haveria uma falta de capacidade do grupo coordenado por Paulo de Assis Ribeiro, por este não possuir uma “prática de campo”.

Aludimos acima que a experiência de formação de uma agência de desenvolvimento agrário em nível regional, como fora IDAGO, cuja formulação de seu funcionamento e das políticas a serem implementadas coube ao escritório de consultoria de Paulo de Assis Ribeiro, teria servido de modelo para a criação, em nível federal, de agências comprometidas com a execução da política agrícola e agrária do governo de Castello Branco consubstanciada no Estatuto da Terra de novembro de 1964. Essa assertiva não deve sugerir um reflexo direto da experiência do IDAGO sobre o IBRA, ou sobre o INDA, agências por si só distintas.

O que pretendemos discutir é a possibilidade de entender o momento de formulação de tais agências federais como resultado de um acúmulo de expectativas criadas, em grande parte, pela experiência de funcionamento adquirida pelo IDAGO em Goiás. Claro está, que a atuação de Paulo de Assis Ribeiro e seu grupo de técnicos em ambos os momentos é o esteio que nos permite propor uma reflexão sobre a perspectiva de se estabelecer tal relação. Essa posição é reforçada e ganha materialidade quando cotejamos a documentação produzida no período, tanto da parte do próprio Assis Ribeiro, quanto da parte dos agentes do IDAGO. Senão vejamos.

Começemos por um comentário sugestivo feito pelo Ministro do Planejamento de Castello Branco, o economista Roberto Campos, encarregado da coordenação do grupo de trabalho responsável por formular a legislação agrária do governo. Segundo depoimento do Cel. Petrônio Maia Vieira do Nascimento e Sá, presidente do IDAGO, na ocasião em que deixava a agência por requisição do Ministério da Guerra, o Ministro Roberto Campos teria manifestado o desejo pessoal de que a agência goiana e sua política de desenvolvimento agrário servissem de ‘modelo’ para a reforma agrária a ser implantada em todo o país pelo governo federal.⁴²⁰ Nas palavras de Campos, reproduzidas na fala do Cel. Petrônio, o IDAGO consistia numa “extraordinária coincidência com a solução federal” que estava sendo formulada pelo Grupo de Estudos sobre o Estatuto da Terra, e que resultaria na promulgação da legislação agrária e na criação do IBRA e do INDA.

⁴²⁰ “Petrônio: IDAGO é modelo de Reforma Agrária no País.” *Diário de Goiás*, 14 de junho de 1964.

O comentário de Roberto Campos não nos surpreende quando lembramos que os pressupostos que orientaram a formulação das políticas de intervenção no agro perpetradas pelo IDAGO foram os mesmos que conformaram a elaboração da “solução federal” aludida pelo Ministro. A matriz político-ideológica da reforma agrária defendida pelo governo militar e que estava sendo posta em prática no estado goiano pelo *complexo de agências estatais* capitaneado pelo IDAGO, assentava-se nas diretrizes formuladas no âmbito dos *círculos ipesianos*, por sua vez, ponta de lança de projetos de modernização capitalista do agro gestados em décadas anteriores, e que tiveram nos escritórios de consultoria tecno-política vinculados um estratégico mecanismo de difusão e aplicação. Portanto, a “extraordinária coincidência” observada pelo ministro do Planejamento era menos resultado de um comentário fortuito baseado em pontos de semelhança entre dois projetos, do que uma constatação amplamente assentada em referenciais concretos comuns acerca da proximidade político-ideológica entre as duas experiências.

Outro conjunto de documentos nos permite estreitar a relação entre o IDAGO e os agentes atuantes em Goiás do processo de construção de uma agência nacional dedicada à reforma agrária durante o primeiro governo civil-militar. Tratam-se de cartas e telegramas trocados no mês de maio de 1964 entre o presidente do IDAGO, Cel. Petrônio Maia Vieira, e Paulo de Assis Ribeiro, à época empenhado na elaboração do ante-projeto de reforma agrária a cargo do Gret. As cartas e telegramas revelam uma questão no mínimo curiosa: o presidente do IDAGO sugere a Assis Ribeiro que o instituto nacional de reforma agrária a ser criado com a denominação de Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), seja renomeado. Nas palavras de Petrônio Maia enviadas a Paulo de Assis Ribeiro em 21 de maio de 1964: “...COM A DEVIDA VENIA SUGIRO NOVO ORGAO INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO”.⁴²¹

Na mesma data o Cel. Petrônio enviaria telegrama ao então ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Oscar Thompson Filho, com a mesma sugestão de mudança de nome de IBRA para INDA. Reproduzimos abaixo o texto do telegrama tal qual foi enviado ao ministro, às 14 horas e 15 minutos do dia 21 de maio de 1964:

“SR. OSCAR THOMPSON FILHO

MINISTRO DA AGRICULTURA INDUSTRIA E
COMERCIO

⁴²¹ Telegrama de Petrônio Maia Vieira, presidente do IDAGO a Paulo de Assis Ribeiro. Goiás, 21/05/64, às 16:30 hs.

CONGRATULO ME ILUSTRE PATRICIO VG FUTURA CRIAÇÃO ORGAO SUBSTITUIÇÃO SUPRA MEIO RURAL BRASILEIRO PT PEÇO VENIA SUGERIR QUE ORGAO SEJA INSTITUTO NACIONAL DESENVOLVIMENTO AGRARIO (INDA)VG NOSSO VER MELHOR ADEQUADO REALIDADE BRASILEIRA PT ATS SDS PETRONIO MAIA VIEIRA VG PRESIDENTE INSTITUTO DESENVOLVIMENTO AGRARIO DO ESTADO DE GOIAS VG IDAGO.”⁴²²

Em ambos os telegramas fica claro o empenho do presidente do IDAGO em sugerir um nome para a nova agência estatal federal que fosse similar, em nível nacional, à denominação da agência de desenvolvimento agrário que presidida em Goiás. A motivação para tal pleito pode ser buscada, dentre outras razões, na proximidade com o grupo de trabalho, sobretudo entre os agentes ligados a Paulo de Assis Ribeiro, e, sobretudo, pela imediata identificação entre os pressupostos que orientavam a criação da agência federal e aqueles que haviam orientado a autarquia goiana.

Não devemos desconsiderar, ainda, que a intervenção de Petrônio Maia visava capitalizar reconhecimento para o trabalho que estava sendo realizado por ele e pelo governo Mauro Borges no campo do desenvolvimento agrário. Os debates acerca da reforma agrária e dos métodos de sua implementação em nível nacional por um governo ao menos aparentemente disposto a executá-la, eram um momento estratégico para que os agentes representantes do governo goiano pudessem trazer para o estado a atenção ao modelo de desenvolvimento do agro em curso. Em poucos anos Goiás se tornaria uma das principais áreas do agronegócio. Invariavelmente vista por seus defensores como obra do empreendedorismo e da força das iniciativas individuais, a opção brasileira de modernização da agropecuária pela via da agroindústria resulta de um longo processo iniciado ainda em fins da década de quarenta. As políticas públicas para o agro perpetradas em Goiás durante o governo Mauro Borges, experiência situada historicamente a meio caminho desse processo, é ao mesmo tempo resultante e promotora da via de modernização capitalista da agricultura em Goiás.

⁴²² Telegrama de Petrônio Maia Vieira, presidente do IDAGO a Oscar Thompson Filho. Goiás, 21/05/64, às 14:15 hs.

CONCLUSÃO:

A tentativa do governo Mauro Borges de empreender uma reforma agrária em Goiás consolidou-se na memória dos goianos e na própria historiografia como uma iniciativa pessoal do jovem governador em busca de solucionar a questão do acesso a terra num estado marcado por conflitos entre posseiros e grandes proprietários de terras. Poucas experiências de governo foram tão demasiadamente identificadas ao chefe do executivo como o foram a administração e as políticas de planejamento e desenvolvimento agrário nos anos Mauro Borges.

Nesse cenário em que o governador aparece como sinônimo de Estado e figura única à frente de todas as medidas adotadas pelo governo, agências importantes, como o IDAGO, a CAESGO e a CASEGO, dentre outras analisadas ao longo da tese, são apresentadas desprovidas de agentes sociais, apenas siglas num emaranhado de autarquias e empresas de economia-mista criadas à sombra do governador. Dessa postura resulta, portanto, um duplo equívoco que procuramos tratar criticamente em todo o trabalho: um, no âmbito teórico-metodológico, insiste na idéia do Estado-sujeito, personificação do dirigente do momento; outro, pertinente ao próprio tratamento empírico do objeto, limita-se à representação unívoca de Mauro Borges às políticas públicas postas em prática durante seu governo, como se fossem obras saídas da mente do governador.

Ambas as posturas deixam de lado aquilo que mais procuramos explorar em nossas reflexões: quais os agentes envolvidos direta e indiretamente na feitura dos planos de desenvolvimento para o agro no governo Mauro Borges? Quais os agentes envolvidos direta ou indiretamente na execução de tais medidas? A que interesses de classe estavam vinculados? Como estavam representados no interior das agências estatais goianas responsáveis pela execução dos planos de desenvolvimento

agrário propalados pelo governo? Essas foram questões que permearam nossas preocupações desde os primeiros passos dados rumo à elaboração da tese.

Esse foi o ponto de partida para estabelecermos a relação entre as agências estatais goianas e os escritórios privados de consultoria durante o governo Mauro Borges Teixeira. Por meio da análise da documentação arrolada pudemos chegar a algumas conclusões que, longe de esgotarem o tema, decerto ampliam-no e indicam novas possibilidades de pesquisa para a conjuntura dos anos iniciais da década de sessenta em Goiás e conseqüentemente no Brasil. O tratamento por um novo ângulo das políticas públicas para o agro em Goiás perpetradas pelo governo Mauro Borges permitiu-nos avançar para além dos conflitos locais, considerando a região como importante palco dos embates acerca do modelo de reforma agrária a ser implantado no país e terreno profícuo para o exercício de um conjunto de medidas de modernização capitalista da agricultura, assentadas na idéia de tecnização do processo produtivo agrícola e na criação de núcleos coloniais como forma de arrefecer os conflitos fundiários.

Por meio de políticas estatais de desenvolvimento agropecuário, Goiás constituiu-se na primeira metade da década de sessenta como uma região que serviu de laboratório para diretrizes de modernização da agricultura gestadas no âmbito de escritórios privados de consultoria. Tais agências funcionaram como espaços privilegiados de atuação política de agentes técnico-políticos, verdadeiros intelectuais orgânicos vinculados aos *círculos ipesianos* e formuladores de um projeto de administração para o país que passava pela presença cada vez maior do chamado *técnico* em postos-chave de tomada de decisão no interior do aparelho de Estado.

Tais considerações nos levaram a afirmar que a atuação de agências de consultoria *tecnoempresarial*, os escritórios técnicos como o ETPAR, junto a executivos estaduais na formulação, organização e, muitas das vezes, execução das políticas públicas destinadas à modernização das agriculturas regionais em consonância com um plano nacional de reforma agrária que definia zonas prioritárias e específicas para a implantação de reformas, constituiu-se num traço conjuntural do período em foco. Mais do que uma *invenção* do período, o fortalecimento dos escritórios técnicos e a legitimação de seus agentes como interlocutores privilegiados na organização e elaboração de políticas estatais planejadas, revelou a consolidação de um modelo de inter-relação entre demandas privadas de classe e a administração pública brasileira em diferentes níveis executivos, processo iniciados desde pelo menos a década de 1930.

O ETPAR não prestou apenas serviços de assessoria jurídica ao governo de Goiás. A atuação da agência implicou na disseminação de princípios político-ideológicos gestados na esfera do IPES e que compunham o quadro de reformas confrontado às reformas de base previstas pelo Executivo janguista, sobretudo no início de 1964. A disseminação de princípios e valores modernizante-

conservadores no interior do aparelho de Estado em Goiás durante o governo Mauro Borges fez-se através da adoção dos pressupostos que convergiam para o discurso da eficácia e competência técnica do planejamento e da racionalidade administrativa, materializados no estado através da apresentação de um plano de desenvolvimento agrário respaldado pela criação de agências estatais tidas como eficientes e por um governo planejado e inspirador de eficiência.

Portanto, a análise das relações entre agências privadas de consultoria e o governo de Goiás, mediante a formulação de políticas de desenvolvimento agrário a serem executadas por agências cujo funcionamento fora sistematizado no âmbito dos próprios escritórios técnicos, permite-nos ampliar o enfoque sobre o alcance do trabalho político-ideológico dos grupos orgânicos responsáveis pela preparação de um novo bloco de poder, tanto no nível intelectual, através da formulação de planos de reforma afeitos ao desenvolvimento capitalista do agro, quanto no nível da ação direta, mediante presença de agentes no interior dos aparelhos de Estado em administrações estaduais, como é o caso de Goiás.

O outro lado relevante dessa perspectiva é a possibilidade de se considerar outros fatores determinantes quando da reflexão acerca do processo que desencadeou o apoio do governo Mauro Borges ao golpe civil-militar de abril de 1964. Mais do que um apoio de última hora, motivado pelo rompimento com o governo Jango, talvez seja pertinente considerar que, via modernização agrícola, Goiás já vinha sendo “preparado” como importante terreno estratégico de atuação de grupos orgânicos que incluíam especialistas técnicos e militares para a consolidação de um projeto político que visava a conquista do Estado, meio pelo qual se pretendia implantar, livre de obstáculos nacionalistas e de cunho popular, o planejamento capitalista em consonância com as diretrizes do capital multinacional.

Da mesma forma, o que aqui consideramos como projeto de reforma agrária gestado no âmbito dos *círculos ipesianos*, inscrito num primeiro momento pré-golpe de 1964 nas agências estatais estaduais e, num momento posterior ao golpe civil-militar, convertido em plano nacional de reforma, constituiu-se em ponta de lança de um modelo de modernização capitalista da agricultura cujas bases assentavam-se na dependência cada vez maior do setor agrícola do processo urbano de industrialização. A presença de interesses empresariais norte-americanos no Brasil e a adoção pelo governo brasileiro de modelos de desenvolvimento agrícola preconizados por agências estadunidenses marcam a trajetória identitária da *modernização da agricultura* brasileira desde fins da década de 1940.

A meio caminho do processo de modernização capitalista da agricultura brasileira, as políticas de desenvolvimento para o agro do governo Mauro Borges em Goiás no início da década de

sessenta são ao mesmo tempo resultantes e propugnadoras de um modelo rural cada vez mais pensado sob a ótica da industrialização. O próprio termo “desenvolvimento agrário”, adotado como corolário da revisão agrária maurista, transfere para o rural a idéia do desenvolvimento industrial em consonância com o discurso do desenvolvimentismo e da ampliação do capitalismo no campo. Da mesma maneira como em todo o país, a penetração do capitalismo no campo goiano e a subordinação do agro à indústria não lograram a reorganização da estrutura fundiária assentada no latifúndio. Ao contrário, a grande propriedade fundiária, transformada em empresa rural produtiva, ficaria cada vez mais fortalecida a ponto de converter-se, nos dias de hoje, por obra de uma poderosa campanha ideológica a favor do *agrobusiness*, em modelo indispensável de desenvolvimento nacional.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

- ALMEIDA, José. “Uma Experiência de Planejamento Regional em Goiás.” In.: *Revista Brasileira de Economia*, n° 18, ano 3, setembro de 1964.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Uma Ilusão de Desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- AMADO, Wolmir Therezio. *A Igreja e a Questão Agrária no Centro-Oeste do Brasil – 1950-1968*. Goiânia: Editora da UFG, 1995.
- AMIN, Samir & VERGOPOULOS, Kostas. *A Questão Agrária e o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- ANDRADE, Nair Leal de. *Reforma Agrária*. Goiânia: Editora R & F, 2003.
- ASSIS RIBEIRO, Carlos José. *Apontamentos sobre a vida e a obra de um apóstolo do humanismo e da cultura: contribuição ao estudo biográfico de Paulo de Assis Ribeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- ASSIS RIBEIRO, Paulo de. “Planejamento Regional e Produtividade Agrícola”. In.: *Brasil News*. Ano I, n.º 3, junho de 1960.
- AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América. Os Corpos da Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.
- BENEVIDES, Maria Victoria. *O Governo Kubtischek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BORGES, Barsanufu Gomides. *Goiás nos Quadros da Economia Nacional: 1930-1960*. Goiânia: Editora da UFG, 2000.
- BORGES TEIXEIRA, Mauro. *O Golpe em Goiás. História de uma grande traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 2007.

- BRANDÃO, Otavio. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a Revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2006.
- BRUNO, Regina Ângela Landim. “O *ethos* da propriedade da terra no Brasil.” In.: *Um Brasil Ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad/Edur, 2009.
- _____. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, UFRRJ, 1997.
- CALIL, José. “Rockefeller e o Desenvolvimento da Agricultura Brasileira.” In.: *Informações Agronômicas*. Nº 88, São Paulo: Potafos, dezembro de 1999.
- CALIL, Wilson Romano. *Mauro Borges: a intolerável decência de um político*. Goiânia: Editora Kelps, 2000.
- CAMPOS, F. Itami. *O Legislativo em Goiás*. Goiania: Assembléia Legislativa de Goiás, 2002.
- CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa. Memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CANEZIN, Maria Teresa. *Formas de Organização Camponesa em Goiás(1954-1964)*. Goiânia, UFG.
- CARNEIRO, Maria Esperança F. & SOUZA, Cibele de. *Retrospectiva Histórica de Goiás – Da Colônia à Atualidade*. Goiânia: Cultura Goiana, 1996.
- “Carta Encíclica ‘Mater et Magistra’ do Papa João XXIII”, In.: *Síntese Política Econômica e Social*. Orgao Oficial do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ano III, nº 11, jul.-set. de 1961.pp.57-105.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás. Da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiania: Editora da UFG, 2001.
- COLBY, Gerard & DENNETT, Charlotte. *Seja Feita a Vossa Vontade. A Conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu Longe Demais: A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira(1950-1964)*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- DAYREL, Eliane Gracindo. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização e expansão para o Oeste*. Goiânia: Dissertação de Mestrado, UFG, 1974.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- _____. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional, (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

- ESCOBAR, Arturo. . *La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.
- ESTEVES, Benedita Maria. *Confederação Rural Brasileira; Origens e Propostas*. Rio de Janeiro, UFRRJ/Dissertação de Mestrado, 1991.
- ESTEVES, Carlos L.S. *Nas Trincheiras: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas(1948-1964) – uma resistência ampliada*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Uff, Niterói, 2007.
- FERNANDES, Clever Luiz & AQUINO, Reginaldo de Lima. *A UDN e o PSD goianos. Ensaio de Historia Política (1945-1966)*. Goiânia: Editora Kelps, 2005.
- FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Poder e Paixão – a saga dos Caiado*. Goiânia: Cânone Editorial, 2009. 2 vols.
- GOIÁS. *Constituição do Estado de Goiás*. 1947.
- GOIÁS, *Legislação Estadual Diversa*. Plano MB, 1962.
- GOIÁS. *Nasce um Novo Sol para os Goianos*. Plano MB, Almanaque Anhaguera, n.º 1. 1962.
- GOIÁS 62. Órgão do Escritório de Representação do Governo de Goiás. Ano I, n.º 1, janeiro de 1962.
- GOIÁS 64. Órgão do Escritório de Representação do Governo de Goiás. Ano III, n.º 7, julho de 1964.
- GOMES, Ângela de Castro. “Novas Elites Burocráticas.” In.: _____(coord.). *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1994.
- GOMES DA SILVA, José. *A Reforma Agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- GORDON, Lincoln. *O Progresso pela Aliança*. Rio de Janeiro: Record, 1962.
- GOVERNO DE GOIÁS. *Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás*. 1961.
- GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. *Reforma Administrativa: 4 Décadas de Transformações no Poder Executivo*. Goiânia: 2005.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: os intelectuais. O principio educativo. Jornalismo. Volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- GUIMARAES, Alberto Passos. *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

- _____. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- IPES. *A Reforma Agrária: problemas, bases, soluções*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1985.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.
- LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no Governo. Gestão Econômica e Democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- LUZ, Gil Mendes. *Planejamento e Intervencionismo Estatal em Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 2001.
- MARCIO DA SILVA, Claiton. *Extensão Rural e Estratégias de Mudança Sócio-Cultural: uma leitura a partir das resistências cotidianas*. In.: www.alasru.org.
- MARTINS, Carlos Estevam. *Tecnocracia e Capitalismo. A política dos técnicos no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- MARTINS, José de Souza. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- _____. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. *Estado e Educação Rural no Brasil: alguns escritos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/FAPERJ, 2007.
- _____. “O Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania.” In.: *Tempo 1*, Revista de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1996. pp. 94-125.
- _____. “1964: o duplo golpe no campo”. In.: *Outubro, Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, Nº 10, 2004. pp.31-48.
- _____. *O Ruralismo Brasileiro(1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- Ministério da Guerra. *Almanaque do Exército*. Biblioteca do Exército, 1960.
- MOORE JR. Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. Lisboa: Editora Cosmos, 1967.
- NASCIMENTO, Irineu Borges. *Vim de Longe... Muito Longe: 80 anos de historia*. Goiânia, Editora da UFG, 2006.

- NETO, Wenceslau Gonçalves. *Estado e Agricultura no Brasil. Política Agrícola e Modernização Economia Brasileira 1960-1980*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes.” In.: *Noiva da Revolução; Elegia para uma Re(li)gião*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Marisis Cunha de. *Questão Agrária em Goiás: Governo Mauro Borges Teixeira, 1961-1964*. Goiânia: 1987. Dissertação(Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás.
- PALACIN, Luis & MORAES, Maria Augusta de Sant’Ana. *História de Goiás(1722-1972)*. Goiânia: Imprensa da UFGO, 1975.
- PEIXOTO, Marcus. *Extensão Rural no Brasil. Uma Abordagem Histórica da Legislação*. Textos Para a Discussão 48. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, outubro de 2008.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- RABELO, Francisco Chagas. *Governo Mauro Borges: Tradicionalismo, planejamento e mobilização social em Goiás*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado, FFCH/UFMG, 1978.
- _____. “Mobilização Social e Tradicionalismo Político em Goiás(Governo Mauro Borges, 1961-164).” In.: SOUZA, Dalva Borges de(org.). *Goiás: sociedade e estado*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004.
- RAMOS, Carolina. *A Confederação Nacional da Agricultura e o Estatuto da Terra*. Anais da Associação Nacional de Historia, Rio de Janeiro, 2004.
- RIBEIRO, Vanderlei. “Instituto Brasileiro de Reforma Agrária(IBRA)”. In.: MOTTA, Márcia M.M.(org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.pp.259-261.
- ROCHA, Hélio. *Os Inquilinos da Casa Verde: Governos de Goiás, de Pedro Ludovico a Maguito Vilela*. Goiás, Clarim Publicidade, 1998.
- ROSTOW, W.W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico(um manifesto não-comunista)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SANDES, Noé Freire. *Memória e Região*. Col. Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas. Brasília: Ministério da Integração Nacional/ UFG, 2002.
- SANTOS, José Tavares dos. “A Política de Colonização no Brasil Contemporâneo.” *Reforma Agrária*. ABRA, vol. 15, n.º 1, janeiro – abril de 1985.
- SANTOS, Raimundo. ‘O Agrarismo Brasileiro na Interpelação de Caio Prado Jr.’ In.: *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, vol. 20/21, 1997-1998.

- _____. 'Agrarismo'. In.: MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SILVA, Adailton Lopes Torres da. *Estado, planejamento e gestão pública em Goiás: os governos Mauro Borges e Marconi Perilo*. Goiânia: 2003. Dissertação(Mestrado em Ciência Política), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade federal de Goiás.
- SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa. Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- SOUZA, Dalva Borges de. *1964 em Goiás: o ovo da serpente(militares e proprietários de terras na gestação da ditadura*. Goiânia: Departamento de Historia –UFG, 1990.(Dissertação de Mestrado).
- _____. *O Golpe em Goiás*. In.:_____(org.). *Goiás: sociedade e estado*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004.
- _____. *Violência, poder e autoridade em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 2006.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os Senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o Golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- STEDILE, João Pedro(ORG.). *A Questão Agrária no Brasil. Programas de reforma agrária: 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- TEIXEIRA, Maria Dulce Loyola. *Mauro Borges e a crise político-militar de 1961 em Goiás: movimento da legalidade*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1994.
- TOLENTINO, Célia Aparecida F. *O Rural no Cinema Brasileiro*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.
- TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WELCH, Clifford Andrew. *A Semente foi Plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

FONTES CONSULTADAS:**1 – Fundo Paulo de Assis Ribeiro – Arquivo Nacional/RJ.**

Ante-Projeto de Organização e Funcionamento do IDAGO.

Carta de Archimedes Pereira Lima a Paulo de Assis Ribeiro. Goiânia, 2 de julho de 1962. Fundo PAR – AN/RJ.

Carta do Governador Mauro Borges Teixeira ao Ministro da Agricultura, s/d. Fundo PAR, A/N, CX 20.

Carta de Ivanildo José Peixoto a Paulo de Assis Ribeiro. Goiânia, 1963.

Carta de Paulo de Assis Ribeiro a Archimedes Pereira Lima, 16 de julho de 1962. Fundo PAR – AN/RJ, 4 fls.

Carta-Proposta de Alfredo Goulart de Castro Filho a Armando Monteiro Filho. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1962. Fundo PAR-AN/RJ, cx.46.

CASEGO. Goiânia, s/d. Fundo PAR, AN/RJ.

Depoimento de Paulo de Assis Ribeiro a CPI sobre “Agitações nos meios rurais”, em 15 de setembro de 1964. Fundo PAR-AN/RJ, cx. 138.

ETPAR - Plano de Emergência do IDAGO. S/D. PAR, A/N , CX 23.

ETPAR – *Política de Ação Agrária do IDAGO*. 1963. 53 fls. Fundo PAR, A/N , CX 23.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DE GOIÁS. *Termo de Contrato*. Goiânia, 4 de abril de 1963. Fundo PAR – AN/RJ. 9 fls.

Exposição de Motivos Para Criação do IDAGO.

OFÍCIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA – ESTADO DE GOIÁS. Goiânia, 6 de agosto de 1962. Fundo PAR – AN/RJ.

Ofício P. 103/64: Carta do governador Mauro Borges Teixeira ao Ministro da Guerra, General Arthur da Costa e Silva. Goiânia, 2 de maio de 1964.(mimeo).

Parecer Jurídico elaborado pelo ETPAR para o Governo de Goiás sobre questões relativas às disposições legais do IDAGO, fevereiro de 1964.

Parecer Jurídico elaborado pelo Consultor Sebastião Emanuel Balduino. Goiânia, 1963. fls. 7-8. Fundo PAR, A/N.

Plano de Ação do IDAGO.

Plano de Emergência do IDAGO.

Proposta apresentada pela ORAGAMEC S/A ao Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, em 16 de novembro de 1962.

Proposta de Prestação de Serviços Técnicos para Organização da Companhia de Abastecimento do Estado de Goiás. COPE – Consórcio de Planejamento e Empreendimento, s/d. Fundo PAR, AN/RJ.

Relatório de Atividades do IDAGO. Goiás, 1963.

Relatório de Atividades do IDAGO. Goiás, 1963/64.

Relatório de Datis de Lima Oliva a Mauro Borges - Terceiro Relatório. Israel, 30 de junho de 1962.

SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DE GOIÁS – *Desenvolvimento entre a oferta e a demanda de gêneros alimentícios.* Goiás, s/d. Fundo PAR, AN/RJ.

Telegrama de PAR ao Cel. Petrônio Do Nascimento, s/d.

Telegrama de Petrônio Maia Vieira, presidente do IDAGO a Paulo de Assis Ribeiro. Goiás, 21/05/64, às 16:30 hs.

Telegrama de Petrônio Maia Vieira, presidente do IDAGO a Oscar Thompson Filho. Goiás, 21/05/64, às 14:15 hs.

2 – Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central-UCC/GO

A Face Verdadeira da 'Questão Múcio'. [sobre Múcio Teixeira]. (mimeo).

CAESGO – *Relatório Mensal Nº 1.* Goiânia, 3 de julho de 1961.

Carta de Irineu Borges do Nascimento a Mauro Borges sobre Departamento de Terras e Colonização, 1961.

Carta do Major Paulo Cavalcante da Costa Moura sobre seleção de colonos para CAU-1, 21 de janeiro de 1963.

Carta de Mário(?) ao governador Mauro Borges Teixeira, Goiânia, 1964(mímeo).

Carta de Mauro Borges Teixeira ao Presidente do PSD-Goiás.(mímeo).

Carta de Petrônio do Nascimento a MB, em 1 de janeiro de 1964.

Carta de Jaime Câmara ao presidente da Supra João Pinheiro Neto, fevereiro de 1964.

COMISSAO EXECUTIVA DE ARMAZENS E SILOS, Brasília, junho de 1960.

Departamento de Terras e Colonização. *Ordem de Serviço*, nº 206-A, de 27 de novembro de 1961.

Departamento de Terras e Colonização, *Ordem de Serviço*, nº 248-A, de 26 de dezembro de 1961.

Diário de Goiás, 14 de junho de 1964.

Ibdem. 26 de maio de 1962.

GOVERNO DO ESTADO. ORDEM DE SERVIÇO, N.º 206-A. Goiânia, 27 de novembro de 1961.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DE GOIÁS – *Bandeiras Agrárias*. Goiânia, julho de 1963.

IDAGO – *Cartilha para o Combinado Agro-Urbano*. Goiás, 1962. (mímeo).

IDAGO – *Comunicado 1/63*, de 9 de maio de 1963.

IDAGO – *Comunicado nº 4/63 de 22 de junho de 1963*.

IDAGO – *Guia do Bandeirante Agrário*. Goiânia, s/d, 1963.

IDAGO – *Previsão de Despesas para o CAU-1*. Goiânia, 1 de março de 1964.

Manuscrito de MB sobre montagem do secretariado de Governo.

Ofício do IDAGO ao Presidente da Assembléia Legislativa de Goiás, Dep. Clotário de Freitas, em 28 de dezembro de 1962.

Ofício 857/61. Sobre ‘invasão de terras em Goianésia’. Enviado pelo Comandante Geral, Cel. José Joel Marcos ao Governador Mauro Borges Teixeira, em 31 de julho de 1961.

Ordem de Serviço Nº 11, de 9 de janeiro de 1962.

Ordem de Serviço N.º 86-A, de 14 de agosto de 1961.

Ordem de Serviço Nº 182-A, de 16 de julho de 1964.

Plano Educacional para o Combinado Agro-Urbano de Arraias – Secretaria da Educação/ Assessoria Técnica de Planejamento Educacional – Governo do Estado de Goiás, 1963.

Relatório de Atividades do Departamento de Terras e Colonização. Goiânia, 1961.

Relatório da ‘Operação São Carlos’. Comando Geral da Polícia Militar de Goiás. Goiânia, 7 de agosto de 1961.

Reunião Anual do Secretariado com o Governador. Goiânia, dezembro de 1962.

Serviço Social Rural. *Plano de Trabalhos*. s/d, (mimeo).

Telegrama de Mauro Borges ao Presidente Castello Branco, em 25/04/64.

Tempo de Luta. Boletim Informativo. Goiânia, novembro de 1986.

3 – Biblioteca Nacional/RJ

COCAP – Comissão de Coordenação da Aliança Para o Progresso. *Aliança Para o Progresso: conceitos, objetivos, estrutura, realizações no Brasil*. Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica. Brasil, agosto de 1966.(mimeo).

Diário da Assembléia Legislativa de Goiás. 1963.

Folha de Goiás, 1961-1964.

Gleba, Revista da Confederação Rural Brasileira. 1962-1963.

Informativo ABCAR – Boletim Mensal. Ano IV, n.º 33, março de 1960.

Informativo ABCAR – Boletim Mensal. Ano VII – n.º 67, janeiro de 1963.

IPES – Boletim Mensal, n.º 12, ano II. Rio de Janeiro, julho de 1963.

IPES. “Decálogo da Reforma Agrária”. *Reformas de Bases-Posição do IPES*. Rio de Janeiro, 1963.

4 – Arquivo Público do Estado de Goiás.

Mensagem de Mauro Borges Teixeira à Assembléia Legislativa, 1964.

Plano MB – *Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges*. Goiás, 1963.

Plano MB – *Diretrizes Governamentais (1961-1965)*. Goiás, 1961.

Plano MB – *Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás*. 1961-1965.

5 – Sites:

Homenageado. *Psicol. cienc. prof.* [online]. dez. 2005, vol.25, no.4 [citado 06 Fevereiro 2010], p.660-660. [sobre Pierre Weill].

www.alasru.org/.../15%20GT%20Claiton%20Marcio%20da%20Silva.pdf .[acesso em 10 dezembro de 2009].

<http://www.cuiaba.mt.gov.br/noticia.jsp?id=8580>. [acesso em 21 de janeiro de 2010].

<http://www.eceme.ensino.eb.br/internet/> .[acesso em 25 de janeiro de 2010].

<http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Cartas>. [acesso em 23 de julho de 2010].